

**PROSPECTO DA 1ª DISTRIBUIÇÃO DE COTAS DO
"FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS – INSS II"**

CNPJ/MF n.º 07.661.040/0001-23

Código ISIN n.º []

no montante de até

R\$ 106.250.000,00

Classificação de Risco – Standard & Poor's: **brAAAf**

Oferta de cotas deliberada pela Instituição Administradora do Fundo em 21 de outubro de 2005.

O Fundo e a distribuição de suas cotas foram registrados na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") em 28 de outubro de 2005, sob o n.º CVM/SRE/RFD/2005/040.

Emissão de 106.250.000 (cento e seis milhões duzentas e cinquenta mil) cotas escriturais ("Cotas") do "Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – INSS II" ("Fundo"), com valor inicial de R\$ 1,00 (um real) para cada cota, perfazendo o total inicial de R\$ 106.250.000,00 (cento e seis milhões duzentas e cinquenta mil reais), sendo 85.000.000 (oitenta e cinco milhões) de cotas seniores, para subscrição pública, e 21.250.000 (vinte e um milhões duzentas e cinquenta mil) cotas subordinadas (a serem subscritas pelo Banco BMG S.A.). As Cotas correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo, sendo este constituído sob a forma de condomínio fechado. Os direitos e demais características das Cotas estão dispostos no regulamento do Fundo ("Regulamento"), que integra este prospecto como o Anexo I, e foi registrado no Sétimo Cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em 24 de outubro de 2005.

O Fundo é administrado pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ sob o n.º 62.418.140/000131.

"O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO, BEM COMO SOBRE AS COTAS A SEREM DISTRIBUÍDAS."

"OS INVESTIDORES DEVEM LER A SEÇÃO FATORES DE RISCO, NAS PÁGINAS 49 A 61."

Somente investidores qualificados, conforme a definição do artigo 109 da Instrução n.º 409, de 18 de agosto de 2004, podem adquirir cotas do Fundo.



Prospecto de acordo com o código de auto-regulação da ANBID para a indústria de fundos de investimentos

A presente oferta pública foi preparada com as informações necessárias ao atendimento das normas emanadas pela CVM, bem como às disposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para a indústria dos fundos de investimento. A autorização para funcionamento e/ou venda das Quotas não implica, por parte da CVM e da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas ou de adequação do Regulamento ou do Prospecto à legislação vigente ou, ainda, julgamento sobre a qualidade do Fundo, de seu Administrador e demais instituições prestadoras de serviços.

O investimento no fundo de investimento de que trata este prospecto apresenta riscos para o investidor. Ainda que a Instituição Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor.

O Fundo não conta com garantia da Instituição Administradora, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

As informações contidas neste prospecto estão em consonância com o Regulamento, porém não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção para as cláusulas e disposições relativas ao objeto e à política de investimento do Fundo, bem como às disposições do prospecto que tratam dos fatores de risco a que o Fundo está exposto.

Instituição Intermediária



Cedente



Instituição Administradora

INTRAG DTVM

Custodiante



Agência Classificadora de Risco



Auditoria



Assessoria Jurídica

PINHEIRO GUIMARÃES -ADVOGADOS

A data deste Prospecto é 18 de novembro de 2005.

ÍNDICE

GLOSSÁRIO.....	5
IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA, DOS CONSULTORES JURÍDICOS, DOS AUDITORES E DA INSTITUIÇÃO INTERMEDIÁRIA.....	14
SUMÁRIO DOS TERMOS E CONDIÇÕES DO FUNDO.....	16
PROCEDIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO	21
INFORMAÇÕES SOBRE COLETA DE INTENÇÕES E RECEBIMENTO DE RESERVAS	21
INÍCIO E ENCERRAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO.....	21
DISTRIBUIÇÃO, SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DAS COTAS SENIORES	21
DEMONSTRATIVO DO CUSTO DA DISTRIBUIÇÃO	22
CUSTO UNITÁRIO DE DISTRIBUIÇÃO.....	22
CARACTERÍSTICAS GERAIS DO FUNDO	23
FLUXOGRAMA DA SECURITIZACAO	23
OBJETO.....	23
PÚBLICO ALVO.....	24
FORMA DE CONSTITUIÇÃO	24
PRAZO DE DURAÇÃO	24
AMORTIZAÇÕES.....	25
POLÍTICA DE INVESTIMENTO	27
CARTEIRA DO FUNDO	27
APLICAÇÃO DO REMANESCENTE DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO.....	27
RESERVA DE LIQUIDEZ.....	27
DEMAIS INFORMAÇÕES SOBRE A POLÍTICA DE INVESTIMENTO	28
DIREITOS CREDITÓRIOS	29
ASPECTOS LEGAIS E REGULAMENTARES DO DESCONTO EM FOLHA DE BENEFÍCIOS	29
DECISÕES JUDICIAIS SOBRE A LEGALIDADE DO DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO	30
CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE DOS DIREITOS CREDITÓRIOS	32
CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS CREDITÓRIOS	33
POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO A APOSENTADOS E PENSIONISTAS PELO BANCO BMG	34
COBRANÇA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS.....	35
INFORMAÇÕES SOBRE O MERCADO DE CRÉDITO E AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONSIGNADO.....	37
PERFIL DA CARTEIRA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO BANCO BMG.....	40
FATORES DE RISCO	49
RISCOS DE MERCADO	49
RISCOS DE CRÉDITO	50
RISCOS DE LIQUIDEZ	53
RISCOS ESPECÍFICOS.....	54
<i>Riscos Operacionais</i>	54
<i>Risco de Descontinuidade</i>	57
<i>Riscos do Cedente</i>	57
<i>Riscos Específicos de Investidores Não-Residentes</i>	58
<i>Outros Riscos</i>	59
GERENCIAMENTO DE RISCOS	62
SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E <i>COMPLIANCE</i>	62
COTAS DO FUNDO	63
CARACTERÍSTICAS GERAIS.....	63
EMIÇÃO.....	64
CLASSES DE COTAS	65

RAZÃO MÍNIMA ENTRE O PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO E O VALOR DAS COTAS SENIORES	65
DISTRIBUIÇÃO DOS RENDIMENTOS DA CARTEIRA DO FUNDO.....	67
AMORTIZAÇÃO DAS COTAS.....	68
AMORTIZAÇÃO DAS COTAS SENIORES.....	68
AMORTIZAÇÃO DAS COTAS SUBORDINADAS.....	69
AMORTIZAÇÃO COMPULSÓRIA	69
RESERVA DE PAGAMENTO.....	71
REGRAS DE MOVIMENTAÇÃO.....	72
TAXAS.....	73
PRESTADORES DE SERVIÇOS.....	74
INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA E GESTORA.....	74
CUSTODIANTE E ESCRITURADOR DE COTAS	80
FIEL DEPOSITÁRIO E AGENTE DE COBRANÇA	84
DISTRIBUIDOR	84
AUDITOR	85
AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO	86
OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E CONFLITOS DE INTERESSE.....	87
SUMÁRIO DOS CONTRATOS RELEVANTES	88
CONTRATO DE CUSTÓDIA.....	88
CONTRATO DE CESSÃO DE DIREITOS CRÉDITORIOS.....	91
CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO	98
CONVÊNIO DO BANCO BMG COM O INSS.....	101
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	102
METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO E DAS COTAS DE CADA CLASSE.	104
METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO	104
METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DAS COTAS DE CADA CLASSE.....	105
ASSEMBLÉIA GERAL.....	106
COMPETÊNCIA	106
PROCEDIMENTO DE CONVOCAÇÃO	107
NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE DOS COTISTAS	108
DIREITO DE VOTO E CRITÉRIOS PARA APURAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES.....	109
DIVULGAÇÃO E EFICÁCIA DAS DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLÉIA GERAL.....	111
LIQUIDAÇÃO DO FUNDO	112
EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA DO FUNDO	112
<i>Eventos de Avaliação</i>	112
<i>Eventos de Liquidação Antecipada</i>	116
PROCEDIMENTOS DE LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA	117
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES.....	120
DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO	120
DIREITOS CREDITÓRIOS INADIMPLENTES, RECOMPRA FACULTATIVA E APORTE ADICIONAL DE	
RECURSOS PARA FAZER FRENTE A DESPESAS DE COBRANÇA	121
INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS E PERIÓDICAS	122
CORREIO ELETRÔNICO	125
PUBLICAÇÕES.....	126
BASE LEGAL RELATIVA AOS FIDCS.....	127
REGRAS DE TRIBUTAÇÃO DO FUNDO E DE SEUS COTISTAS.....	128
TRIBUTAÇÃO DO FUNDO.....	128

TRIBUTAÇÃO DOS COTISTAS	128
<i>Imposto de Renda</i>	128
<i>IOF</i>	131
<i>CPMF</i>	132
ATENDIMENTO AO COTISTA	134
INFORMAÇÕES RELATIVAS AO BANCO BMG S.A.....	135
HISTÓRICO.....	135
GRUPO BMG	135
NEGÓCIOS DO BANCO BMG	135
ANEXO I.....	137
REGULAMENTO DO FUNDO	137
ANEXO II	232
INFORMAÇÕES SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DO FUNDO	232
ANEXO III	235
RELATÓRIO DA KPMG RELATIVO À CARTEIRA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO BANCO BMG.....	235
ANEXO IV	259
MINUTA DO CONTRATO DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS	259
ANEXO V	286
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO BANCO BMG RELATIVAS A 30 DE JUNHO DE 2005.....	286

GLOSSÁRIO

Principais termos e expressões utilizados neste prospecto:

Agência Classificadora de Risco	Standard & Poor's, divisão da McGraw-Hill Interamericana do Brasil Ltda., sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 1253, 10º andar, inscrita no CNPJ sob nº 02295585/0002-20, ou quem vier a lhe suceder.
Agente de Cobrança	Banco BMG ou quem vier a lhe substituir na qualidade de agente cobrador dos direitos creditórios do Fundo.
Alocação Mínima	Percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido do Fundo a ser mantido em Direitos Creditórios, após 90 (noventa) dias do início de suas atividades.
Amortização Compulsória	Amortização compulsória e antecipada das Cotas Seniores, exclusivamente para fins de enquadramento do patrimônio do Fundo (i) à Razão Mínima e/ou (ii) à Alocação Mínima em direitos creditórios estabelecida no item 10 do Regulamento.
ANBID	Associação Nacional dos Bancos de Investimento.
Aposentados e Pensionistas	Titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral de Previdência Social do INSS, devedores do Fundo em decorrência de contratos de empréstimo celebrados com o Banco BMG.
Aquisições Iniciais de Direitos Creditórios	A soma de todas as aquisições de direitos creditórios realizadas pelo Fundo até se perfazer o montante de R\$ 101.000.000,00 (cento e um milhões de reais).

Auditor	KPMG Auditores Independentes, empresa de auditoria com sede na cidade de São paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros 33, 13º andar, inscrita no CNPJ sob o n.º 57.755.217/0001-29, ou quem vier a lhe suceder.
Aviso de Desenquadramento	Correspondência a ser enviada pela Instituição Administradora ao Banco BMG na hipótese de desenquadramento da Razão Mínima por 2 (dois) dias úteis consecutivos, na forma do Anexo V do Regulamento.
Banco BMG	Instituição financeira com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Álvares Cabral, nº 1707, inscrito no CNPJ sob nº 61.186.680/0001-74, Cedente dos direitos creditórios ao Fundo e contratado pelo Custodiante (i) como fiel depositário da documentação relativa aos direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo; e (ii) como Agente de Cobrança.
Caixa Econômica Federal	Instituição financeira constituída sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 4, Lotes 3 e 4, em Brasília, Distrito Federal inscrita no CNPJ sob o n.º 00.360.305/0001-04.
Cedente	Cedente dos Direitos Creditórios ao Fundo, que será exclusivamente o Banco BMG.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
Consultora	Lehman Brothers Inc., sociedade constituída sob as leis dos Estados Unidos da América, com sede em 745 7 th Avenue, New York, NY 10019, atuando como consultor do Banco BMG no processo de constituição e

	<p>estruturação do Fundo com o objetivo de torná-lo atrativo a Investidores Não-Residentes.</p>
Contrato de Cessão de Direitos Creditórios	<p>Contrato de Cessão de Direitos Creditórios, a ser celebrado entre o Banco BMG e o Fundo, com a interveniência do Custodiante, através do qual serão cedidos ao Fundo os Direitos Creditórios, conforme a minuta constante do Anexo IV deste prospecto.</p>
Contrato de Custódia	<p>Contrato de Prestação de Serviços de Custódia e Controladoria de Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios, a ser celebrado entre o Fundo, o Custodiante e o Banco BMG.</p>
Contrato de Distribuição	<p>Instrumento Particular de Distribuição Pública de Cotas Seniores do "Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – INSS II", sob Regime de Melhores Esforços, e Consultoria de Constituição e Estruturação, celebrado entre a Instituição Administradora, o Banco BMG, a Instituição Intermediária e a Consultora.</p>
Contrato de Prestação de Serviços	<p>Contrato de Prestação de Serviços a ser celebrado entre o Cedente, o Fundo e a Caixa Econômica Federal.</p>
Convênio	<p>Convênio celebrado entre o Banco BMG, a DATAPREV e o INSS em 26 de agosto de 2004, tendo por objeto a realização de consignações decorrentes de empréstimos e financiamentos aos titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral de Previdência Social, mediante consignação na renda mensal do respectivo benefício na forma da Lei n.º 10.820, de 17 de dezembro de 2003.</p>
COSIF	<p>Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional, editado pelo Banco</p>

Central do Brasil.

Cotas

Correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo e não são resgatáveis, exceto por ocasião da liquidação do Fundo, sendo admitida sua amortização conforme o disposto no Regulamento ou por decisão da assembléia geral de cotistas. As cotas do Fundo são divididas em duas classes, Sênior e Subordinada.

Cotas Seniores

São aquelas que não se subordinam às demais para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos do Regulamento.

Cotas Seniores em Circulação

A totalidade das Cotas Seniores emitidas, excetuadas as Cotas Seniores que eventualmente, por qualquer motivo, se encontrem em tesouraria, ou que sejam pertencentes ao Cedente e/ou a qualquer das Partes Relacionadas ao Cedente, bem como pertencentes aos respectivos diretores, conselheiros ou acionistas do Cedente e/ou das Partes Relacionadas ao Cedente.

Cotas Subordinadas

São aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos do Regulamento.

Cotistas Dissidentes

Os Cotistas Seniores que não concordarem com a decisão da assembléia geral de deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo, a quem será concedido o resgate antecipado de suas cotas, conforme regras a serem definidas na assembléia geral.

Custodiante

Banco Itaú S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Egydio de Souza Aranha, n.º

	100, Torre Itaúsa, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, ou quem vier a lhe suceder.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Subscrição Inicial	Data da primeira subscrição e integralização de cotas do Fundo.
DATAPREV	Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social, empresa pública instituída pela Lei nº 6.125, de 4 de novembro de 1974, responsável pelo processamento da folha de pagamento dos Aposentados e Pensionistas.
Datas de Amortização de Cotas Seniores	Datas das amortizações programadas das Cotas Seniores, sempre no dia 15 (quinze) de cada mês.
Devedores	Devedores dos empréstimos cujos direitos creditórios serão adquiridos pelo Fundo.
Direitos Creditórios	Direitos creditórios originários do segmento de empréstimos a Aposentados e Pensionistas concedidos pelo Banco BMG.
Disponibilidades	Compreendem (i) caixa; (ii) depósitos bancários à vista; (iii) numerário em trânsito; e (iv) aplicações de liquidez imediata.
Emissão	Emissão de Cotas do Fundo.
Empréstimos	Empréstimos concedidos pelo Banco BMG a Aposentados e Pensionistas.
Eventos de Avaliação	Aqueles definidos no item 26.2 do Regulamento, cuja ocorrência enseja a interrupção dos procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios, bem como convocação imediata de assembléia geral de cotistas, a qual decidirá se tal Evento de Avaliação deve

	ser considerado como um Evento de Liquidação Antecipada.
Eventos de Liquidação Antecipada	Aqueles definidos no item 26.3 do Regulamento, cuja ocorrência enseja a convocação de assembléia geral para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo, bem como a imediata notificação do fato aos cotistas e a interrupção da aquisição de direitos creditórios.
Fator Multiplicador	Percentual equivalente a 110% (cento e dez por cento).
FGC	Fundo Garantidor de Créditos.
FIDC	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios.
Fundo	Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – INSS II.
IGP-M	Índice Geral de Preços do Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social.
Instituição Administradora	Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 62.418.140/0001-31, ou quem vier a lhe suceder.
Instituição Intermediária	Banco ABC Brasil S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Juscelino Kubitschek, n.º 1400, 5º andar, inscrita no CNPJ sob o n.º 28.195.667/0001-06, atuando como banco líder da oferta pública de cotas do Fundo e

	agente integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, nos termos do Contrato de Distribuição.
Instituições Autorizadas	Aquelas definidas no item 10.4.3.1 do Regulamento.
Instrução 356	Instrução n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, com as alterações introduzidas pela Instrução n.º 393, de 22 de julho de 2003, ambas da CVM.
Instrução 400	Instrução n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, da CVM.
Instrução 409	Instrução n.º 409, de 18 de agosto de 2004, da CVM.
Investidores Não-Residentes	Pessoas físicas ou jurídicas, fundos ou outras entidades de investimento coletivo, com residência, sede ou domicílio no exterior, que realizem investimentos no Brasil na forma da Resolução n.º 2.689, de 26 de janeiro de 2000.
Investidores Qualificados	Investidores qualificados conforme definido pela regulamentação pertinente, atualmente o artigo 109 da Instrução n.º 409, de 18 de agosto de 2004, da CVM.
Outros Ativos	Títulos e ativos nos quais o Fundo pode aplicar o remanescente de seu patrimônio líquido, elencados no item 10.4 do Regulamento.
Partes Relacionadas	Em relação a qualquer pessoa jurídica, (i) as pessoas jurídicas controladoras de tal pessoa jurídica; (ii) as sociedades direta ou indiretamente controladas por tal pessoa jurídica; (iii) as sociedades coligadas de tal pessoa jurídica; e/ou (iv) as sociedades sob controle comum com tal pessoa jurídica.

Período de Verificação	Período de tempo correspondente a um mês-calendário, em relação ao qual será apurada a inadimplência da carteira de direitos creditórios do Fundo para fins do item 26.2 (xvi) do Regulamento.
Prospecto	Prospecto da Emissão.
Razão Mínima	Relação mínima entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores, que será equivalente a 125% (cento e vinte e cinco por cento).
Regulamento	Regulamento do Fundo, registrado no Sétimo cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em 24 de outubro de 2005.
Reserva de Liquidez	Soma, equivalente a no mínimo 2% (dois por cento) do patrimônio líquido do Fundo, que deverá ser mantida em Disponibilidades.
Reserva de Pagamento	Reserva para pagamento das amortizações das Cotas Seniores.
Resolução 2.689	Resolução n.º 2.689, de 26 de janeiro de 2000, do CMN.
Resolução 2.907	Resolução n.º 2.907, de 29 de novembro de 2001, do CMN.
SOMAFIX	Sistema eletrônico criado pela SOMA para a negociação e registro de títulos e valores mobiliários de renda fixa privada.
Seguros de Vida	Seguros de vida subscritos pelos respectivos Aposentados e Pensionistas.
Taxa DI	Taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, Extra-Grupo,

calculadas e divulgadas pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, base 252 dias úteis.

**IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA, DOS CONSULTORES JURÍDICOS, DOS
AUDITORES E DA INSTITUIÇÃO INTERMEDIÁRIA**

Instituição Administradora

Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itaúsa
São Paulo, SP
At.: Sr. Carlos Augusto Salamonde / Sr. Rogério Sussumu Aoki
Telefone: (11) 5029-4693
Fax: (11) 5029-1394
Correio Eletrônico: intrag@itau.com.br
carlos.salamonde@itau.com.br
rogerio.aoki@itau.com.br

Consultores Jurídicos

Pinheiro Guimarães – Advogados
Av. Rio Branco, 181, 27º andar
Rio de Janeiro, RJ
At.: Plínio Pinheiro Guimarães / Bruno Lardosa
Telefone: (21) 4501-5000
Fax: (21) 4501-5025
Correio Eletrônico: pgarj@pinheiroguimaraes.com.br
Webpage: www.pinheiroguimaraes.com.br

Auditores Contratados

KPMG Auditores Independentes S/C Ltda.
Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33, 13º andar
São Paulo, SP
Telefone: (11) 3067-3000
Fax: (11) 3079-3752

Instituição Intermediária

Banco ABC Brasil S.A.
Avenida Juscelino Kubitschek, n.º 1400, 5º andar
São Paulo, SP
At.: Sr. João Carlos Gonçalves da Silva / Sr. Rodrigo Fittipaldi Rocha

Telefone: (11) 3170-2289 / (11) 3170-2352

Fax: (11) 3170-2082

Correio Eletrônico: joão.silva@abcbrasil.com.br
rodrigo.fittipaldi@abcbrasil.com.br

Webpage: www.abcbrasil.com.br

SUMÁRIO DOS TERMOS E CONDIÇÕES DO FUNDO

Seguem abaixo os principais termos e condições do Fundo, bem como as principais condições da oferta das cotas do Fundo. O potencial investidor deve ler todo o conteúdo do presente Prospecto e do Regulamento antes de tomar decisão de investimento.

Emissor das Cotas	Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – INSS II (" <u>Fundo</u> ").
Cedente dos Direitos Creditórios	Banco BMG S.A., com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Álvares Cabral, nº 1.707, inscrito no CNPJ sob o nº 61.186.680/0001-74.
Forma de Constituição	O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração do Fundo, ou em virtude de sua liquidação antecipada, sendo também admitida a amortização compulsória das cotas do Fundo nos termos do Regulamento ou por decisão da assembleia geral de cotistas.
Prazo de Duração	O Fundo será liquidado no dia 15 (quinze) do 36º (trigésimo sexto) mês, contado a partir da Data de Subscrição Inicial. O Fundo pode também ser liquidado por deliberação da assembleia geral de cotistas.
Quantidade Total de Cotas da Emissão	Na Emissão, serão emitidas até 106.250.000 (cento e seis milhões duzentas e cinquenta mil) cotas. Fica a critério da Instituição Administradora a quantidade de cotas objeto da Emissão, desde que (i) seja observado o limite máximo de 85.000.000 (oitenta e cinco milhões) de Cotas Seniores e o mínimo de 85.000.000 (oitenta e cinco milhões) de Cotas Seniores; (ii) seja observado o limite máximo de 21.250.000 (vinte e um milhões e duzentas e cinquenta mil) Cotas Subordinadas e o mínimo de 21.250.000 (vinte e um milhões e duzentas e cinquenta mil) Cotas Subordinadas; e (iii) a relação entre o patrimônio líquido do Fundo, e o valor das Cotas Seniores, calculados <i>pro-forma</i> considerando a Emissão respeite, na data de Subscrição Inicial, a Razão Mínima.
Valor Inicial Unitário das Cotas	R\$1,00 (um real) cada, independentemente da classe, na Data de Subscrição Inicial.

Valor Total Inicial da Emissão	Limite máximo de R\$106.250.000,00 (cento e seis milhões duzentos e cinquenta mil reais), sendo o limite mínimo de R\$106.250.000,00 (cento e seis milhões duzentos e cinquenta mil reais).
Prazo para Encerramento da Distribuição das Cotas Seniores da Emissão	180 (cento e oitenta) dias, a contar do protocolo na CVM dos documentos referidos no art. 8º, incisos I a VIII, da Instrução 356.
Classes de Cotas	As cotas do Fundo poderão ser seniores ou subordinadas. Todas as cotas de mesma classe terão iguais taxas, despesas e prazos, bem como direitos de voto, observado o disposto no item 23 do Regulamento. As Cotas Seniores são aquelas que não se subordinam às demais para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos do Regulamento. O critério para distribuição dos rendimentos e a amortização para as Cotas Seniores estão previstos respectivamente nos itens 18 e 19 do Regulamento. As Cotas Subordinadas são aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos do Regulamento. Somente ocorrerá a amortização das Cotas Subordinadas após a amortização integral das Cotas Seniores, ou conforme descrito no Regulamento. Somente ocorrerá o resgate das Cotas Subordinadas após o resgate da totalidade das Cotas Seniores. A distribuição dos rendimentos e a possibilidade de amortização para as Cotas Subordinadas estão previstas respectivamente nos itens 18 e 19 do Regulamento.
Razão Mínima entre o Patrimônio Líquido do Fundo e o Valor das Cotas Seniores	A relação mínima entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores é de 125% (cento e vinte e cinco por cento) (" <u>Razão Mínima</u> ").
Valorização das Cotas e Distribuição dos Rendimentos da Carteira do Fundo	Desde que o patrimônio do Fundo assim permita, a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo ocorrerá diariamente conforme o seguinte procedimento: (i) após o pagamento e provisionamento das despesas e encargos do Fundo, será incorporado ao valor de cada Cota Sênior, a título de distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo relativos ao dia útil imediatamente anterior, o valor equivalente à aplicação do Fator Multiplicador sobre a Taxa DI, no respectivo período; e (ii) após a distribuição dos rendimentos acima descrita para as Cotas Seniores, o eventual

excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado proporcionalmente às Cotas Subordinadas. A fórmula de cálculo do valor a ser distribuído para as Cotas Seniores, desde que o patrimônio do Fundo assim permita, tem como parâmetro a Taxa DI, e consta do Anexo VI do Regulamento. A metodologia acima descrita não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente uma preferência na distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, bem como critérios de distribuição de rendimentos entre as cotas das diferentes classes existentes. Portanto, os cotistas somente receberão rendimentos se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.

Amortizações

A partir do 2º (segundo) mês, inclusive, contado desde o mês em que ocorra a Data de Subscrição Inicial, e desde que o Fundo tenha recursos, as Cotas Seniores serão amortizadas em 36 (trinta e seis) pagamentos mensais e sucessivos, que ocorrerão de acordo com a fórmula especificada no item 19.1 do Regulamento. As amortizações das Cotas Seniores ocorrerão, mensalmente, sempre no dia 15 (quinze) de cada mês. As Cotas Seniores também poderão ser amortizadas por decisão da assembléia geral de cotistas. As Cotas Subordinadas somente serão resgatadas ou amortizadas, total ou parcialmente, após a amortização total ou o resgate da totalidade das Cotas Seniores, na forma prevista no Regulamento. As Cotas Subordinadas também poderão ser amortizadas por decisão da assembléia geral de cotistas.

Resgate

As cotas do Fundo somente serão resgatadas ao término do prazo de duração do Fundo, ou em virtude de sua liquidação antecipada.

Procedimento da Distribuição Pública

A oferta das Cotas Seniores será pública, realizada em mercado de balcão, segundo plano de distribuição elaborado pela Instituição Intermediária, a qual poderá levar em conta suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica, sem prejuízo do disposto no §3º, do artigo 33, da Instrução 400, não havendo lotes máximos ou mínimos, nem recebimento de reservas antecipadas, devendo ser assegurado tratamento justo e equitativo para todos os destinatários e aceitantes da Oferta.

A oferta das Cotas Seniores será destinada exclusivamente a

Investidores Não-Residentes que sejam também Investidores Qualificados. As Cotas Subordinadas serão destinadas exclusivamente ao Banco BMG.

Poderá ser realizada coleta de intenção de investimento pela Instituição Intermediária, a partir do protocolo do pedido de registro do Fundo e da oferta na CVM, da publicação do aviso ao mercado, e da divulgação do prospecto preliminar.

Mercado onde as Cotas serão negociadas	SOMAFIX
Valor Mínimo de Aplicação	R\$ 500.000.000,00 (quinhentos mil reais).
Destinação dos Recursos	Os recursos decorrentes da subscrição e integralização das cotas do Fundo serão destinados preponderantemente à aquisição de direitos creditórios oriundos de empréstimos do Banco BMG a Aposentados e Pensionistas, cujo pagamento é realizado por meio de desconto em folha de benefícios do INSS.
Classificação de Risco das Cotas Seniores	brAAAf, da Standard & Poor's.
Publicações	As publicações a cargo do Fundo serão realizadas, inicialmente, no jornal "DCI – Comércio, Indústria & Serviços", da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
Instituição Administradora	Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 62.418.140/0001-31.
Instituição Intermediária	As cotas do Fundo serão colocadas pelo Banco ABC Brasil S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Juscelino Kubitschek, n.º 1400, 5º andar, inscrita no CNPJ sob o n.º 28.195.667/0001-06.
Custodiante	Banco Itaú S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itaúsa, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04.

Auditor	KPMG Auditores Independentes S/C Ltda., sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33, 13º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 57.755.217/0001-29.
Agência Classificadora de Risco	Standard & Poor's, divisão da McGraw-Hill Interamericana do Brasil Ltda., sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 1253, 10º andar, inscrita no CNPJ sob nº 02295585/0002-20.
Agente de Cobrança	Banco BMG S.A., instituição financeira com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Álvares Cabral, nº 1707, inscrito no CNPJ sob nº 61.186.680/0001-74.
Quoruns	<p>Deliberações sobre as matérias indicadas nos subitens (i), (x) e (xi) do item 23.1 e do item 23.2.1 do Regulamento dependerão de aprovação em assembléia geral de cotistas que representem a maioria das Cotas Seniores em Circulação, exceto se estabelecido quorum diferenciado no Regulamento.</p> <p>Deliberações sobre as matérias indicadas nos subitens (ii), (iii), (iv), (v), (vi), (vii), (ix), (xv), (xvi) e (xvii) do item 23.1 e do item 23.2.3 do Regulamento dependerão de aprovação em assembléia geral de cotistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Cotas Seniores em Circulação.</p> <p>Deliberações sobre as matérias indicadas nos subitens (viii), (xii), (xiii) e (xiv) do item 23.1 e do item 23.2.4 do Regulamento dependerão de aprovação em assembléia geral de cotistas que representem 100% (cem por cento) das Cotas Seniores em Circulação.</p> <p>Todas as demais deliberações para as quais não haja previsão expressa no Regulamento dependerão da aprovação da maioria das Cotas Seniores em Circulação.</p>

PROCEDIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO

Informações sobre Coleta de Intenções e Recebimento de Reservas

A partir da data de publicação do aviso aos investidores sobre a distribuição de Cotas Seniores, até a data de publicação do anúncio de início da distribuição, a Instituição Intermediária poderá realizar coleta de intenções de investimento em Cotas Seniores por parte de potenciais investidores, nos termos do Artigo 44 da Instrução 400.

Não há procedimento de recebimento de reservas antecipadas para subscrição das Cotas Seniores, nem existência de lotes máximos ou mínimos de subscrição, sendo que a Instituição Intermediária poderá levar em conta suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica, sem prejuízo do disposto no §3º, do artigo 33, da Instrução 400.

Início e Encerramento da Distribuição

A colocação e subscrição das Cotas Seniores somente terá início após: (i) o registro do Fundo e da distribuição de suas cotas na CVM; e (ii) a publicação do anúncio de início da distribuição.

Frise-se que a Instituição Intermediária poderá suspender a qualquer momento a oferta caso verifique qualquer incorreção, imprecisão ou omissão em qualquer das informações prestadas pelo Banco BMG em qualquer documento da oferta, incluindo as informações relativas ao Banco BMG, aos Direitos Creditórios e aos procedimentos de cobrança dos mesmos.

Distribuição, Subscrição e Integralização das Cotas Seniores

Os investidores interessados em adquirir Cotas Seniores do Fundo devem contatar a Instituição Administradora ou a Instituição Intermediária, por telefone ou mediante correspondência, indicando a quantidade de Cotas Seniores que pretendem adquirir.

No ato de subscrição das Cotas Seniores, o investidor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pela Instituição Intermediária; e (ii) receberá exemplar deste Prospecto e cópia do Regulamento, declarando, por meio da assinatura de Termo de Ciência de Risco e Adesão ao Regulamento, estar ciente (a) das disposições contidas no Regulamento, especialmente aquelas referentes à política de investimento, à composição da carteira do Fundo e à taxa de administração; e (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos no Regulamento e neste Prospecto.

A integralização das Cotas Seniores deverá ser à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição. Ademais, a integralização das Cotas Seniores somente poderá ser efetuada por crédito em conta corrente indicada pelo Fundo ou por Transferência Eletrônica Disponível – TED. Na data de integralização, o cotista receberá sua via do boletim de subscrição relativo às Cotas Seniores subscritas e integralizadas.

As Cotas Seniores poderão ser negociadas exclusivamente no mercado de balcão organizado de renda fixa da Sociedade Operadora do Mercado de Ativos – Soma (SOMAFIX).

Demonstrativo do Custo da Distribuição

Segue abaixo tabela com o custo máximo da distribuição das Cotas Seniores:

CUSTOS	MONTANTE (EM R\$)	% EM RELAÇÃO AO VALOR TOTAL DA EMISSÃO
Comissão de Estruturação, Distribuição e Coordenação*	595.000,00	0,56%
Comissão de Consultoria à Constituição e Estruturação**	680.000,00	0,64%
Despesas de registro***	82.870,00	0,08%
Outros Custos****	209.000,00	0,20%
Total	1.566.870,00	1,47%

(*) 0,70 % sobre o valor das Cotas Seniores colocadas (considerando a colocação de todas as cotas).

(**) 0,80% sobre o valor das Cotas Seniores colocadas (considerando a colocação de todas as Cotas Seniores - esta comissão refere-se à serviços de consultoria prestados pelo Consultor ao BMG na estruturação do Fundo, com o objetivo de adequá-lo aos padrões necessários para o sucesso da colocação das Cotas Seniores junto a investidores não residentes no Brasil).

(***) 0,64% do total da emissão, limitado a R\$82.870,00 por registro.

(****) Incluindo assessores jurídicos, auditores e agência classificadora de risco.

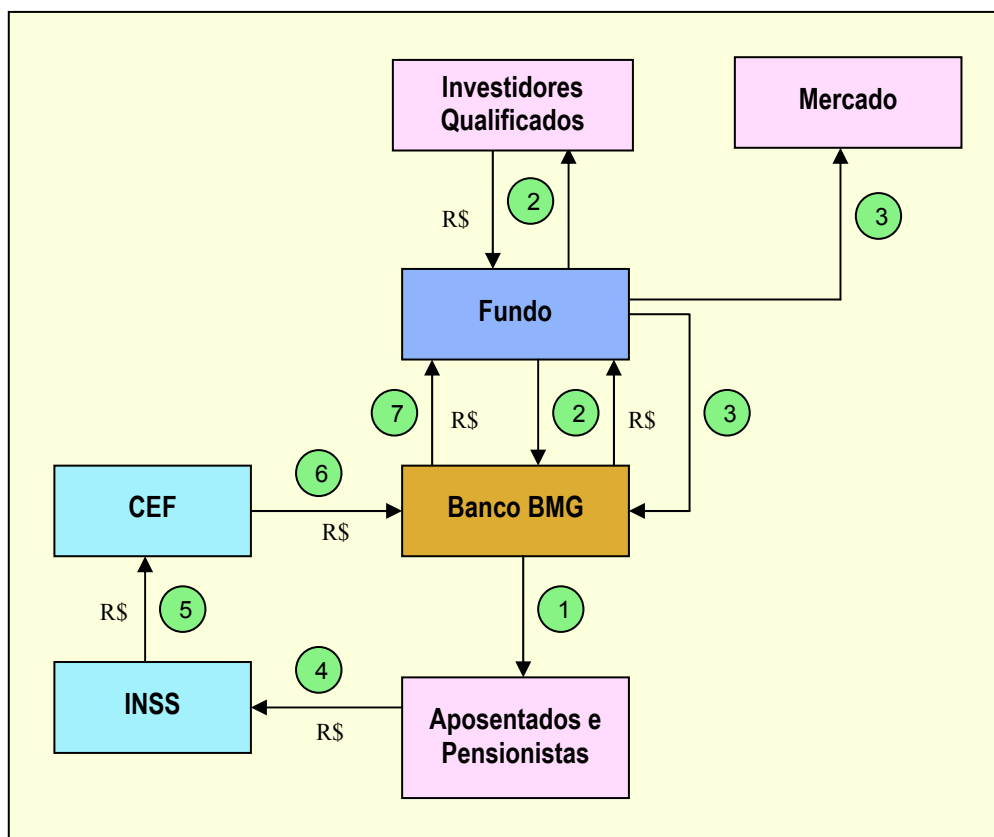
Custo Unitário de Distribuição

A tabela a seguir apresenta o custo unitário de distribuição das Cotas Seniores:

Nº DE COTAS SENIORES	CUSTO DO LANÇAMENTO (R\$)	CUSTO POR COTA SÊNIOR (R\$)	% EM RELAÇÃO AO PREÇO UNITÁRIO DE DISTRIBUIÇÃO
85.000.000	1.566.870,00	0,019	1,9%

CARACTERÍSTICAS GERAIS DO FUNDO

Fluxograma da Securitizacão



1. O Banco BMG concede os Empréstimos aos Aposentados e Pensionistas, para constituição dos Direitos Creditórios.
2. O Fundo emite Cotas Seniores (subscritas pelos Investidores Qualificados) e Cotas Subordinadas (subscritas pelo Banco BMG).
3. O Fundo adquire Direitos Creditórios do Banco BMG e Outros Ativos.
4. O INSS desconta dos benefícios dos Aposentados e Pensionistas, no respectivo mês, os valores referentes à(s) parcela(s) do(s) Empréstimo(s) vencida(s) no período.
5. Os valores descontados são repassados à Caixa Econômica Federal pelo INSS.
6. A Caixa Econômica Federal transfere os recursos ao Banco BMG, atuando este último na qualidade de Agente de Cobrança.
7. O Banco BMG repassa ao Fundo os valores decorrentes dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo.

Objeto

O Fundo tem por objeto a captação de recursos, preponderantemente junto a Investidores Não-Residentes no Brasil interessados em aplicar no mercado de capitais

doméstico, para aquisição de direitos creditórios oriundos de empréstimos do Banco BMG a Aposentados e Pensionistas, cujo pagamento é efetuado por meio de desconto da renda mensal dos benefícios do INSS ("Direitos Creditórios").

Público Alvo

O Fundo é destinado preponderantemente a Investidores Não-Residentes. Ademais, somente Investidores Qualificados poderão adquirir as cotas do Fundo, conforme definidos na regulamentação pertinente, atualmente o artigo 109 da Instrução 409, que considera como Investidores Qualificados:

- (i) instituições financeiras;
- (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização;
- (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar;
- (iv) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de Investidor Qualificado mediante termo próprio;
- (v) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; e
- (vi) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios.

Forma de Constituição

O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração do Fundo, ou em virtude de sua liquidação antecipada, sendo também admitida a amortização compulsória das cotas do Fundo nos termos do Regulamento ou por decisão da assembléia geral de cotistas.

Prazo de Duração

O Fundo será liquidado no dia 15 (quinze) do 36º (trigésimo sexto) mês, contado a partir da Data de Subscrição Inicial. O Fundo pode também ser liquidado por deliberação da assembléia geral de cotistas.

Na hipótese de o dia 15 (quinze) referido no parágrafo anterior não ser dia útil na praça em que estiver sediada a Instituição Administradora (conforme definido no item 5.1 do

Regulamento), a liquidação do Fundo ocorrerá no dia útil a ele imediatamente seguinte.

Amortizações

A partir do 2º (segundo) mês inclusive, contado desde o mês em que ocorra a Data de Subscrição Inicial, e desde que o Fundo tenha recursos, as Cotas Seniores serão amortizadas em 36 (trinta e seis) pagamentos mensais e sucessivos, que ocorrerão de acordo com a fórmula especificada no item 19.1 do Regulamento. As amortizações das Cotas Seniores ocorrerão, mensalmente, sempre no dia 15 (quinze) de cada mês. As Cotas Seniores também poderão ser amortizadas compulsoriamente por decisão da assembléia geral de cotistas.

As Cotas Subordinadas somente serão resgatadas ou amortizadas, total ou parcialmente, após a amortização total ou o resgate da totalidade das Cotas Seniores, na forma prevista no Regulamento. As Cotas Subordinadas também poderão ser amortizadas por decisão da assembléia geral de cotistas.

OBJETIVO DE INVESTIMENTO

O Fundo tem por objetivo a captação de recursos para aquisição de Direitos Creditórios.

Desde que o patrimônio do Fundo assim permita, o Fundo terá como meta a distribuição dos rendimentos às Cotas Seniores, diariamente, tendo como parâmetro a Taxa DI, sobre as quais será aplicado o Fator Multiplicador. Após a distribuição dos rendimentos às Cotas Seniores, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado proporcionalmente às Cotas Subordinadas.

A Instituição Administradora buscará fazer com que a carteira do Fundo seja classificada como de longo prazo (superior a 365 dias), de forma a proporcionar aos cotistas o benefício das alíquotas decrescentes do imposto de renda até a alíquota mínima de 15%. Todavia, a carteira do Fundo poderá apresentar variação do seu prazo médio, passando a ser classificada como de curto prazo para efeitos tributários. Ressalte-se que os Direitos Creditórios não integram o cálculo do prazo médio da carteira do Fundo.

POLÍTICA DE INVESTIMENTO

Carteira do Fundo

O Fundo é voltado à aplicação preponderantemente em Direitos Creditórios originários do segmento de empréstimos do Banco BMG a titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral de Previdência Social do INSS ("Aposentados e Pensionistas" ou "Devedores"), com desconto em folha de benefícios.

Sem prejuízo das outras modalidades de investimentos para aplicação do remanescente de seu patrimônio líquido, conforme descritas no item "Aplicação do Remanescente do Patrimônio Líquido do Fundo" abaixo, o Fundo deverá manter, após 90 (noventa) dias do início de suas atividades, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio líquido em Direitos Creditórios ("Alocação Mínima").

Os direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo devem necessariamente observar os critérios de elegibilidade especificados no item 11 do Regulamento.

Aplicação do Remanescente do Patrimônio Líquido do Fundo

O Fundo pode aplicar o remanescente de seu patrimônio líquido, em moeda corrente nacional e/ou nos seguintes títulos e ativos, desde que pós-fixados ("Outros Ativos"):

- (i) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- (ii) títulos de emissão do Banco Central do Brasil;
- (iii) créditos securitizados pelo Tesouro Nacional.

É expressamente vedada a aquisição pelo Fundo de ativos de renda variável, ou cotas do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS).

Reserva de Liquidez

O Fundo deverá sempre manter em disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) soma equivalente a no mínimo 2% (dois por cento) de seu patrimônio líquido ("Reserva de Liquidez"). Tal soma não será considerada para fins de apuração da Reserva de Pagamento.

As disponibilidades abrangem: (i) caixa; (ii) depósitos bancários à vista; (iii) numerário em trânsito; e (iv) aplicações de liquidez imediata ("Disponibilidades").

O Fundo poderá realizar operações compromissadas com as Instituições Autorizadas conforme definidas no item 10.4.3.1 do Regulamento, desde que lastreadas nos títulos e ativos especificados no item 10.4 do Regulamento.

Demais Informações sobre a Política de Investimento

Os Direitos Creditórios e os Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo devem ser custodiados, bem como registrados e/ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic, em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pela referida Autarquia ou pela CVM.

É vedado ao Fundo realizar operações (i) de *day trade*; (ii) de renda variável; ou ainda (iii) em mercados de derivativos.

O Fundo pode eventualmente realizar operações nas quais a Instituição Administradora, o Custodiante e/ou Partes Relacionadas aos mesmos atue(m) na condição de contraparte do Fundo.

O Fundo poderá realizar aplicações que coloquem em risco parte ou a totalidade de seu patrimônio. A carteira do Fundo, e por consequência seu patrimônio, estão submetidos a diversos riscos, dentre os quais, exemplificativamente, os analisados no item 14 do Regulamento. O investidor, antes de adquirir cotas do Fundo, deve ler cuidadosamente tal item, responsabilizando-se integralmente pelas consequências de seu investimento no Fundo.

As aplicações no Fundo não contam com garantia da Instituição Administradora ou do Fundo Garantidor de Créditos ("FGC").

DIREITOS CREDITÓRIOS

Aspectos Legais e Regulamentares do Desconto em Folha de Benefícios

A Medida Provisória n.º 130, de 17 de setembro de 2003 ("Medida Provisória 130"), (convertida na Lei n.º 10.820, de 17 de dezembro de 2003) ("Lei 10.820"), permitiu que Aposentados e Pensionistas autorizem o INSS a consignar e descontar da renda mensal dos benefícios de aposentadoria ou de pensão de que forem titulares os recursos necessários ao pagamento de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil contratadas com instituições financeiras, pagadoras ou não dos benefícios.

O desconto em folha de benefícios para Aposentados e Pensionistas, previsto no artigo 6º da Lei 10.820 (alterada pela Lei n.º 10.953, de 27 de dezembro de 2004), foi regulamentado pelo Decreto n.º 3.048, de 6 de maio de 1999 (alterado pelo Decreto n.º 4.862, de 21 de outubro de 2003, e pelo Decreto n.º 5.180, de 13 de agosto de 2004), e pela Instrução Normativa INSS n.º 121, de 1º de julho de 2005 ("Instrução 121").

A soma mensal do valor dos descontos em folha de benefícios dos Aposentados e Pensionistas não poderá ser superior, no momento da contratação, a 30% (trinta por cento) do valor disponível do benefício, excluindo Complemento Positivo – CP, Pagamento Alternativo de Benefício – PAB, e décimo terceiro salário. Por "valor disponível do benefício", compreende-se a parcela remanescente da remuneração básica após a dedução das seguintes consignações compulsórias: (i) a contribuição para a previdência social; (ii) a pensão alimentícia judicial; (iii) o pagamento de benefícios além do devido; (iv) o imposto de renda; e (v) as mensalidades de associações e demais entidades de aposentados legalmente reconhecidas, desde que autorizadas por seus filiados.

O empréstimo com desconto em folha de benefícios para Aposentados e Pensionistas é de consignação facultativa. Consignação facultativa é aquela incidente sobre a remuneração do devedor, mediante sua autorização prévia e formal, e desde que haja previsão legal para tanto.

As consignações compulsórias têm prioridade sobre as facultativas. Assim, após retenção das consignações compulsórias, o saldo do valor do benefício poderá não ser suficiente para pagamento das consignações facultativas (veja o capítulo "*Fatores de Risco*" deste Prospecto).

A imposição de limites para o desconto em folha de benefícios pelo INSS tem por finalidade impedir o comprometimento da verba alimentar de Aposentados e Pensionistas. Já a prioridade concedida às consignações compulsórias garante que parcela dos recursos oriundos

dos benefícios de aposentadoria e pensão seja destinada a contribuições de primeira importância e para o devido cumprimento de decisões judiciais.

Além disso, os descontos consignados para pagamentos de empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis deverão ser expressamente autorizados, de forma irrevogável e irretratável, pelo próprio titular do benefício.

Nos termos do artigo 6º, parágrafo terceiro, da Lei 10.820, enquanto houver saldo devedor em amortização de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil, é vedado ao Aposentado ou Pensionista solicitar a alteração da instituição financeira responsável pelo pagamento do benefício. Por sua vez, o artigo 7º da Instrução 121, admite a alteração da instituição financeira para a qual o INSS deve repassar os benefícios do Aposentado ou Pensionista, por decisão do INSS, somente nas seguintes situações: (i) quando houver fusão/incorporação bancária, situação em que o benefício será transferido para a instituição financeira incorporadora; (ii) mudança de domicílio, sem que no município de destino exista uma agência da matriz bancária; ou (iii) encerramento da agência.

Decisões Judiciais sobre a Legalidade do Desconto em Folha de Pagamento

O pagamento de empréstimos e financiamentos por meio de desconto da renda mensal dos benefícios de aposentadoria e de pensão do INSS somente foi permitido a partir do final de 2003, por força da edição da Medida Provisória 130 (convertida na Lei nº 10.820). Tratando-se portanto de modalidade recente de operação, ainda não há base sólida e consistente de decisões dos tribunais superiores acerca da legalidade do referido desconto.

Contudo, cabe fazer análise acerca de decisões proferidas pelos tribunais superiores relativas ao desconto em folha de pagamento de servidores públicos, modalidade mais antiga mas que em muito se assemelha ao desconto em benefícios do INSS.

Em decisão proferida no ano de 2004, a 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça – STJ considerou abusiva cláusula que estabelece a irrevogabilidade da autorização para desconto em folha concedida por um servidor público do Estado do Rio Grande do Sul, sob a alegação de impenhorabilidade dos salários e vencimentos (artigo 649, IV, do Código de Processo Civil). Tal decisão somente tem efeitos sobre a autorização para desconto em folha concedida por esse servidor específico, não afetando as demais operações de empréstimo com desconto em folha, ou as operações com desconto em benefício do INSS. É importante ressaltar, ainda, que essa decisão não é vinculante, ou seja, caso outro servidor público, empregado ou Aposentado ou Pensionista pretendesse cancelar, em juízo, autorização concedida para desconto em folha de pagamento, o juízo competente poderá julgar de acordo com suas próprias convicções, não tendo qualquer dever de acompanhar o entendimento da 3ª Turma do STJ.

Trata-se, portanto de decisão isolada, existindo julgados em sentido contrário do próprio STJ (por exemplo, Medida Cautelar nº 6398-RS 2003/0061854-6, relator Ministro José Arnaldo da Fonseca, publicado no Diário da Justiça de 6 de maio de 2003). Ademais, frise-se que não é pacífica a fundamentação de que o desconto em folha de pagamento configura penhora de salários ou vencimentos, como evidenciado em voto do Ministro Aldir Passarinho, cujo trecho é abaixo transcrito (e integralmente aplicável para o desconto em benefício do INSS):

"Cuida-de de agravo de instrumento manejado contra decisão que deferiu tutela antecipatória em ação revisional de contrato de mútuo, para fim de impedir que fossem descontadas em folha de pagamento da requerente, funcionário público militar, as parcelas que contratualmente assumiu com a instituição financeira. (...) Relativamente ao art. 649 da lei adjetiva [o Código de Processo Civil], é estranho à controvérsia, pois a hipótese não cuida de penhora judicial do numerário, mas ao contrário do afirmado, justamente da livre disposição dos vencimentos, mediante contratação que até o momento permanece hígida! (Medida Cautelar nº 6.769 – RS, relator Ministro Aldir Passarinho Junior, publicado no Diário da Justiça de 13 de agosto de 2003)".

Ademais, a legalidade do desconto em folha de pagamento de servidores públicos foi também objeto de análise pelo STJ no recente julgamento do Recurso Especial nº 728.563. A decisão proferida em relação a referido recurso tenderá a ser seguida pelos ministros que compõem a Terceira e a Quarta Turma do STJ.

O Recurso Especial nº 728.563 foi interposto pela Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos Municipais de Porto Alegre, em razão de decisão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul que declarara serem ilegais os descontos em folha de pagamento de débitos relativos a empréstimo contraído por servidor público. Além disso, considerara descabidos os descontos por ser o salário verba de natureza alimentar.

Em 8 de junho de 2005, os ministros da Segunda Seção do STJ julgaram o referido Recurso Especial nº 728.563, reconhecendo, por unanimidade, a legalidade do empréstimo com desconto em folha de pagamento. Houve divergência, contudo, quanto à fundamentação dos votos dos ministros.

O Ministro Relator Aldir Passarinho Júnior afirmou em seu voto que o desconto em folha de pagamento consiste em mero exercício de livre disposição contratual das partes, não configurando, portanto, penhora de vencimentos. Outros quatro ministros compartilharam de tal entendimento.

A Ministra Nancy Andrighi e o Ministro Castro Filho também entenderam que o desconto em folha de pagamento não configura penhora de vencimentos. Contudo, só admitiram

a possibilidade de o desconto em folha de pagamento ser mantido contra a vontade do mutuário caso a mutuante seja instituição de crédito sem fins lucrativos. Ressaltaram inclusive que a solução da questão seria diversa caso a mutuante fosse instituição financeira com fins lucrativos. O argumento invocado pelo referidos ministros é de que os vencimentos têm natureza alimentar, devendo o servidor ter sobre eles livre fruição.

Critérios de Elegibilidade dos Direitos Creditórios

Os critérios de elegibilidade dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são, exclusiva e cumulativamente:

- (i) nas Aquisições Iniciais de Direitos Creditórios, o Fundo somente poderá adquirir Direitos Creditórios que constem de relatório de verificação elaborado pela KPMG Auditores Independentes que ateste a exatidão das seguintes informações fornecidas pelo Banco BMG relativas a cada um dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo: (a) ocorrência da averbação da consignação em folha de benefícios do INSS; (b) identificação do Devedor respectivo, com base em seu código de beneficiário mantido perante o INSS; (c) o Devedor respectivo é Aposentado ou Pensionista; e (d) valor da parcela a receber relativa ao mês de referência da verificação;
- (ii) os Direitos Creditórios devem ser decorrentes de Empréstimos concedidos pelo Banco BMG;
- (iii) os Direitos Creditórios devem ser referentes a Devedores que não apresentem no Fundo, no momento de aquisição pelo Fundo, outros Direitos Creditórios vencidos e não pagos ao Fundo;
- (iv) os Direitos Creditórios devem ser referentes a uma ou mais parcelas mensais e consecutivas de um contrato de concessão de crédito; e
- (v) os Direitos Creditórios não poderão ter vencimento posterior à data de duração do Fundo.

Para fins do subitem (i) acima:

- (i) entende-se por Aquisições Iniciais de Direitos Creditórios a soma de todas as aquisições de Direitos Creditórios realizadas pelo Fundo até se perfazer o montante de R\$101.000.000,00 (cento e um milhões de reais); e

- (ii) o relatório de verificação (a) deverá seguir o modelo constante do Anexo VII ao Regulamento; e (b) será enviado ao Custodiante por meio eletrônico previamente a cada uma das Aquisições Iniciais de Direitos Creditórios.

O critério de elegibilidade descrito no subitem (i) acima somente se aplicará às Aquisições Iniciais de Direitos Creditórios e desde que o Custodiante receba previamente o relatório da verificação referido naquele subitem.

Sendo constatada no relatório de verificação referido no item 8.5 do Regulamento, pela Instituição Administradora, qualquer inexatidão das informações fornecidas pelo Banco BMG relativas aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, deverão ser prontamente requeridos ao Banco BMG esclarecimentos a respeito, a serem apresentados no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, sem prejuízo de eventual aplicação do disposto no item 26.2 (xv) do Regulamento.

Características dos Direitos Creditórios

Natureza - Os direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são oriundos de contratos de empréstimo, com taxas de juros prefixadas e frequência de pagamento mensal, celebrados com Aposentados e Pensionistas, titulares de benefícios do INSS.

Desde o advento da Medida Provisória 130 (convertida na Lei 10.820), os Aposentados e Pensionistas podem autorizar o INSS a consignar e descontar da renda mensal dos benefícios de aposentadoria ou de pensão de que forem titulares, os recursos necessários ao pagamento de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil contraídos com instituições financeiras, pagadoras ou não do benefício. Para a efetiva consignação dos descontos na renda mensal dos benefícios concedidos pelo INSS, devem ser observados requisitos descritos em lei e na regulamentação aplicável.

Processo de Origem - Inicialmente, os Aposentados e Pensionistas interessados em contrair empréstimo, munidos de documentos e/ou informações específicas, procuram correspondentes do Banco BMG e estabelecem as características da operação. Os correspondentes consultam a página do INSS na *internet* para confirmar dados fornecidos e existência de margem consignável.

O Banco BMG, então, envia arquivo eletrônico, analítico, solicitando autorização das operações e a retenção da margem. O arquivo é destinado à DATAPREV, responsável pelo processamento da folha de pagamento dos Aposentados e Pensionistas. A DATAPREV retorna arquivo analítico com as operações autorizadas, ratificando a margem e informando as não aprovadas.

Aprovada a operação, o Banco BMG transfere os recursos do empréstimo para o Aposentado ou Pensionista, em regra por meio de Documento de Ordem de Crédito – DOC ou Transferência Eletrônica Disponível – TED para a conta corrente do Aposentado ou Pensionista. A liberação de recursos pode ser feita também por meio de bancos conveniados, hipótese em que o Devedor deve se dirigir à agência bancária para receber em espécie a quantia mutuada, após a sua devida identificação.

O INSS, por meio da DATAPREV, encaminha ao Agente de Cobrança relação analítica dos descontos efetuados e inicia o desconto na folha de benefícios, repassando o valor à Caixa Econômica Federal, que o transfere ao Agente de Cobrança.

Eventualmente, o Banco BMG pode vir a contratar seguro para cobrir inadimplência decorrente de morte do Devedor. Ressalte-se que a contratação de seguro pelo Banco BMG não é obrigatória. O Banco BMG somente contratará seguro caso, a seu critério, o gasto com o prêmio seja compensado pelo risco das perdas estimadas/esperadas. Destaca-se que, atualmente, a totalidade da carteira de crédito consignado a Aposentados e Pensionistas do Banco BMG encontra-se segurada. Esses Direitos Creditórios segurados poderão ser cedidos ao Fundo. Nesta hipótese, o Fundo se subrogará automaticamente nos direitos emergentes do seguro, conforme previsto no Contrato de Cessão de Direitos Creditórios.

Documentos da Operação – Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são formalizados por meio de contratos escritos de concessão de empréstimo, celebrados por escrito, acompanhados, se assim previr o respectivo contrato, de notas promissórias representativas da dívida e de instrumentos constitutivos de garantias. Havendo seguro para cobrir inadimplência decorrente de morte do Devedor, há também a respectiva apólice.

Através do Contrato de Cessão, o Cedente se obriga a ceder ao Fundo somente Direitos Creditórios que tenham sido originados exclusivamente em Empréstimos celebrados por escrito com os respectivos Aposentados e Pensionistas.

Política de Concessão de Crédito a Aposentados e Pensionistas pelo Banco BMG

O Banco BMG adota a seguinte política de concessão de crédito em se tratando de empréstimos a Aposentados e Pensionistas:

- (i) os empréstimos somente podem ser concedidos para determinado Aposentado ou Pensionista se as parcelas de pagamento do empréstimo pretendido forem compatíveis com seus benefícios; isto porque há limite para o percentual dos benefícios de cada Aposentado ou Pensionista que pode ser comprometido com desconto em benefício, considerando-se para a aferição de tal limite todos os valores que já são descontados; assim, o Aposentado ou Pensionista deve apresentar, no ato na contratação do

empréstimo, documentos ou informações que comprovem sua condição de titular de benefício previdenciário do INSS e a existência de margem consignável suficiente para a averbação do desconto;

- (ii) cada mútuo deve ter valor mínimo de R\$300,00 (trezentos reais) e valor máximo de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais); e
- (iii) o prazo de duração dos empréstimos é de no mínimo 2 (dois), e de no máximo 36 (trinta e seis) meses, observadas eventuais limitações regulamentares aplicáveis à espécie.

Cobrança dos Direitos Creditórios

A cobrança dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo será feita pelo Agente de Cobrança, o Banco BMG, contratado para efetuá-la perante os Devedores e repassar os valores ao Fundo. As etapas da cobrança são a seguir descritas:

- (i) o INSS desconta dos benefícios dos Devedores, no respectivo mês, os valores referentes à(s) parcela(s) do(s) empréstimo(s) vencida(s) no período;
- (ii) até o último dia do mês, o INSS envia ao Banco BMG relatório analítico dos Devedores e respectivos valores que serão descontados; cópia do referido relatório é enviado pelo Banco BMG à Caixa Econômica Federal; até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da competência do crédito, os valores descontados serão repassados pelo INSS para uma conta de controle do Agente de Cobrança na Caixa Econômica Federal, por meio de depósito único na conta "Reserva Bancária" da Caixa Econômica Federal perante o Banco Central do Brasil, via Sistema de Transferência de Reserva – STR; por meio da referida conta de controle, a Caixa Econômica Federal segrega tais recursos em nome do Banco BMG; posteriormente, a Caixa Econômica Federal transfere os recursos para o Agente de Cobrança também por meio de depósito em sua conta corrente "Reserva Bancária", via Sistema de Transferência de Reserva – STR;
- (iii) o Agente de Cobrança, ao receber os valores, confronta-os com o relatório analítico disponibilizado pelo INSS, no qual é informado quais Devedores (a) terão as parcelas dos empréstimos descontadas de seus benefícios; e (b) ficarão inadimplentes, geralmente nas hipóteses de morte ou ordem judicial que impossibilite o desconto, no todo ou em parte, das parcelas do empréstimo;
- (iv) havendo diferenças entre os valores previstos e os recebidos, o Agente de Cobrança questiona o INSS;

- (v) apurada a razão da diferença, é procedido, conforme o caso, o depósito da quantia faltante ou a restituição da quantia excedente; e
- (vi) os valores decorrentes dos Direitos Creditórios recebidos pelo Agente de Cobrança são, por fim, repassados ao Fundo, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, contados de tal recebimento.

O procedimento adotado pelo Agente de Cobrança para cobrança dos Devedores inadimplentes é o descrito a seguir, sendo as eventuais despesas de cobrança suportadas pelo Fundo:

- (i) se a causa da inadimplência é a morte do Devedor, busca-se cobrar diretamente do espólio ou, havendo seguro para cobrir tal evento celebrado pelo Agente de Cobrança, obter a indenização correspondente; e
- (ii) se a causa da inadimplência é a falta de margem para desconto em benefício, ou ainda a cassação ou interrupção do pagamento do benefício, busca-se a renegociação do empréstimo (de modo que as parcelas sejam condizentes com a eventual nova margem do Devedor) e/ou a cobrança amigável (fazendo uso, para tanto, de telefonemas, cartas e notificações); caso sejam frustradas a renegociação e/ou a cobrança amigável, a conduta adotada é a de informar o fato ao Serviço de Proteção ao Crédito - SPC, para inscrição do inadimplente, e, caso o valor compense as despesas judiciais, procede-se à cobrança judicial da quantia devida através da contratação, pelo Fundo, dos profissionais necessários para tanto.

O Banco BMG, na qualidade de cedente dos Direitos Creditórios, terá a faculdade de, a seu exclusivo critério, adquirir, em moeda corrente nacional, qualquer direito creditório inadimplente, a partir de 5 (cinco) dias corridos contados da data de vencimento do título, pelo valor exigível do direito creditório inadimplido.

Os Direitos Creditórios não adquiridos na forma descrita no parágrafo acima permanecerão sujeitos à cobrança pelo Agente de Cobrança, observados os prazos e procedimentos descritos no Regulamento. O Agente de Cobrança somente poderá renegociar ou acordar qualquer alteração aos termos e condições dos Direitos Creditórios inadimplidos junto aos respectivos clientes, bem como promover a cobrança judicial de qualquer direito creditório inadimplido, após o 10º (décimo) dia corrido contado do vencimento do direito creditório inadimplido em questão.

Informações sobre o Mercado de Crédito e as Operações de Crédito Consignado

A melhora das condições da economia brasileira observada durante 2004 propiciou um aumento considerável no volume de operações de crédito de todo o sistema financeiro. Verificou-se crescimento de 18,7% de agosto de 2004 a agosto de 2005, atingindo-se o volume total de R\$ 541,2 bilhões no final do período, conforme dados do Banco Central do Brasil.

Dentre as diversas modalidades de operações de crédito, as operações para pessoas físicas foram as que mais cresceram em termos percentuais (40,4% de agosto de 2004 a agosto de 2005), atingindo o volume de R\$ 159,3 bilhões em agosto de 2005, e representando 29% do universo total de operações de crédito.

Operações de crédito do sistema financeiro^{1/}											
Saldo por atividade econômica											
Período	Setor público^{2/}			Setor privado							Total geral
	Governo federal	Governos estaduais e municipais	Total do setor público	Indústria	Habitação	Rural	Comércio	Pessoas físicas	Outros serviços	Total do setor privado	
2003 Dez	4 737	10 246	14 983	116 868	25 056	44 861	43 285	94 431	71 908	396 409	411 392
2004 Jan	4 957	10 564	15 521	113 268	24 935	44 740	43 521	95 655	73 157	395 276	410 797
Fev	5 060	10 660	15 720	114 271	24 632	45 327	43 988	97 564	72 097	397 879	413 599
Mar	5 354	10 960	16 314	114 529	24 935	45 581	44 136	100 048	72 629	401 858	418 172
Abr	5 379	12 211	17 590	117 437	25 105	46 091	45 285	102 465	73 806	410 189	427 779
Mai	5 333	12 547	17 880	120 006	25 127	46 746	47 352	104 979	75 720	419 930	437 810
Jun	5 208	13 274	18 482	120 481	25 236	47 968	48 688	107 213	76 691	426 277	444 759
Jul	5 257	13 403	18 660	121 605	25 413	47 208	49 037	109 959	77 105	430 327	448 987
Ago	5 342	13 916	19 258	121 365	25 489	48 151	50 971	113 447	77 337	436 760	456 018
Set	5 455	14 006	19 461	122 069	25 434	50 570	52 651	116 432	77 955	445 111	464 572
Out	5 272	14 336	19 608	123 893	25 490	51 935	53 458	119 256	81 117	455 149	474 757
Nov	5 165	14 273	19 438	124 648	25 613	53 597	54 866	122 252	79 171	460 147	479 585
Dez	5 041	14 161	19 202	124 939	25 775	55 293	54 667	125 691	79 447	465 812	485 014
2005 Jan	5 000	14 131	19 131	125 354	25 939	55 342	55 173	129 651	81 301	472 760	491 891
Fev	4 981	14 160	19 141	126 492	26 038	55 238	56 686	133 007	81 614	479 075	498 216
Mar	5 021	14 536	19 557	126 417	26 183	55 797	57 101	137 800	82 924	486 222	505 779
Abr	4 974	14 556	19 530	128 417	26 407	56 668	57 798	141 870	84 206	495 366	514 896
Mai	5 046	14 403	19 449	128 482	26 539	56 681	57 816	147 381	82 054	498 953	518 402
Jun*	4 837	14 759	19 596	129 482	26 881	56 968	58 439	150 693	83 535	505 998	525 594
Jul*	4 808	15 168	19 976	131 570	27 165	56 029	58 705	154 000	85 572	513 041	533 017
Ago*	4 761	15 337	20 098	132 725	27 225	55 584	59 432	159 321	86 832	521 119	541 217
Variação %											
No mês	-1,0	1,1	0,6	0,9	0,2	-0,8	1,2	3,5	1,5	1,6	1,5
No trimestre	-5,6	6,5	3,3	3,3	2,6	-1,9	2,8	8,1	5,8	4,4	4,4
No ano	-5,6	8,3	4,7	6,2	5,6	0,5	8,7	26,8	9,3	11,9	11,6
Em 12 meses	-10,9	10,2	4,4	9,4	6,8	15,4	16,6	40,4	12,3	19,3	18,7

Fonte: Banco Central do Brasil

1/ Inclui operações de arrendamento mercantil.

2/ Inclui administração direta, indireta e atividades empresariais.

* Dados preliminares.

Dentre as operações de crédito com recursos livres para pessoa física, as operações de “Aquisições de bens – Outros” foram as que mais cresceram com um percentual de 59,1% no período de agosto de 2004 a agosto de 2005, seguido pelo Crédito Pessoal (52,6%) no mesmo período. As operações de crédito pessoal atingiram o volume de R\$ 59,1 bilhões em agosto de 2005, representando 40,7% do universo total de operações com recursos livres.

Operações de crédito com recursos livres									
Volume total por modalidade – Pessoa física^{1/}									
Período	Cheque especial	Crédito pessoal^{2/}	Financiamento imobiliário	Aquisição de bens			Cartão de crédito	Outros	Total
				Veículos	Outros	Total			
2003 Dez	8 919	30 494	1 381	29 987	5 344	35 331	6 475	5 498	88 099
2004 Jan	9 355	30 844	1 380	30 619	5 360	35 979	6 657	5 477	89 692
Fev	9 704	32 002	1 265	31 287	5 357	36 644	6 826	5 153	91 593
Mar	10 214	33 191	1 144	32 041	5 329	37 370	6 733	5 186	93 838
Abr	10 392	34 481	1 065	32 550	5 388	37 938	6 788	5 302	95 967
Mai	10 342	35 740	1 068	33 106	5 537	38 642	7 040	5 417	98 249
Jun	10 423	36 715	1 075	33 591	5 599	39 191	7 197	5 385	99 986
Jul	10 239	37 677	1 071	34 126	5 750	39 876	7 168	5 331	101 362
Ago	10 655	38 712	1 070	34 740	5 925	40 665	7 554	5 400	104 057
Set	10 925	39 888	1 078	35 383	6 179	41 562	7 590	5 495	106 539
Out	10 726	41 353	1 036	35 573	6 639	42 212	7 591	5 559	108 478
Nov	10 963	42 439	1 071	36 754	6 840	43 594	8 666	5 625	112 358
Dez	9 800	43 423	1 080	38 065	7 225	45 290	8 207	5 471	113 272
2005 Jan	10 567	44 781	1 076	38 855	7 375	46 230	8 711	5 621	116 987
Fev	11 071	47 218	1 072	39 340	7 313	46 653	9 440	5 834	121 288
Mar	11 502	49 965	1 057	40 221	7 394	47 615	9 231	6 177	125 547
Abr	11 550	52 333	1 047	40 958	7 578	48 535	9 942	6 437	129 844
Mai	12 044	54 345	1 053	41 795	7 992	49 787	10 051	6 889	134 169
Jun*	11 790	55 426	1 049	42 723	8 351	51 074	10 196	7 097	136 632
Jul*	11 647	57 270	1 028	43 636	8 824	52 460	10 512	7 349	140 266
Ago*	12 259	59 060	1 037	45 155	9 425	54 581	10 347	7 702	144 985
Variação %									
No mês	5,3	3,1	0,8	3,5	6,8	4,0	-1,6	4,8	3,4
No trimestre	1,8	8,7	-1,6	8,0	17,9	9,6	2,9	11,8	8,1
No ano	25,1	36,0	-4,1	18,6	30,5	20,5	26,1	40,8	28,0
Em 12 meses	15,0	52,6	-3,1	30,0	59,1	34,2	37,0	42,6	39,3

Fonte: Banco Central do Brasil

1/ Saldo em fim de período.

2/ Inclui operações consignadas em folha de pagamento.

* Dados preliminares.

Dentre as operações de crédito pessoal, as operações consignadas em folha de pagamento merecem destaque, tendo apresentado um crescimento de 109,5% de agosto de 2004 a agosto de 2005 e representando cerca de 35,0% do total de crédito pessoal no mercado, atingindo um volume de R\$ 20,7 bilhões em agosto de 2005, sendo R\$ 18,0 bilhões destinados a funcionários públicos (dentre os quais incluem-se as operações para aposentados e pensionistas do INSS) e R\$ 2,7 bilhões destinados a funcionários privados. As taxas de juros cobradas pelas

operações consignadas (média de 36,6% ao ano) são substancialmente mais baixas que as taxas das operações de crédito pessoal tradicionais (média de 77,1% ao ano).

Operações de crédito consignado em folha de pagamento										
R\$ milhões										
Período	Operações consignadas em folha de pagamento ^{1/}			Crédito pessoal da amostra	Crédito pessoal do mercado	Participação do crédito consignado		Concessões	Taxas de juros % a.a.	
	Trabalhadores		Total			No crédito pessoal da amostra	No crédito pessoal do mercado		Operações consignadas	Crédito pessoal do mercado
	Públicos ^{2/}	Privados								
2004 Jan	6 028	462	6 490	24 760	30 844	26,2	21,0	697	41,4	79,1
Fev	6 295	533	6 828	25 783	32 002	26,5	21,3	752	40,3	76,6
Mar	6 703	689	7 392	26 792	33 191	27,6	22,3	981	40,3	76,5
Abr	7 015	832	7 847	27 730	34 481	28,3	22,8	948	38,3	75,3
Mai	7 135	965	8 101	28 748	35 740	28,2	22,7	961	38,5	72,7
Jun	7 528	1 135	8 664	29 457	36 715	29,4	23,6	898	38,2	71,9
Jul	8 072	1 316	9 388	30 202	37 677	31,1	24,9	942	37,8	71,7
Ago	8 406	1 463	9 869	30 985	38 712	31,8	25,5	1 008	38,0	73,8
Set	8 913	1 591	10 504	31 925	39 888	32,9	26,3	1 178	38,5	73,9
Out	9 581	1 704	11 286	33 178	41 353	34,0	27,3	1 410	39,1	73,8
Nov	10 078	1 805	11 882	33 881	42 439	35,1	28,0	1 252	38,0	73,8
Dez	10 742	1 869	12 611	34 721	43 423	36,3	29,0	1 340	39,2	70,8
2005 Jan	11 183	1 835	13 017	35 522	44 781	36,6	29,1	1 754	38,6	74,5
Fev	12 115	1 923	14 038	36 921	47 218	38,0	29,7	1 779	38,2	75,3
Mar	13 489	2 056	15 545	39 126	49 965	39,7	31,1	2 218	38,0	74,4
Abr	14 444	2 181	16 625	41 470	52 333	40,1	31,8	2 116	37,8	75,0
Mai*	15 566	2 332	17 897	43 009	54 345	41,6	32,9	2 152	36,9	77,2
Jun*	16 347	2 486	18 833	44 527	55 426	42,3	34,0	2 190	36,8	76,2
Jul*	17 112	2 600	19 712	45 938	57 270	42,9	34,4	1 934	36,8	76,6
Ago*	17 969	2 706	20 675	47 080	59 060	43,9	35,0	2 141	36,6	77,1
Varição % ^{3/}										
No mês	5,0	4,1	4,9	2,5	3,1	1,0	0,6	10,7	-0,2	0,5
No trimestre	15,4	16,1	15,5	9,5	8,7	2,3	2,1	-0,5	-0,3	-0,1
No ano	67,3	44,8	63,9	35,6	36,0	7,6	6,0	59,8	-2,6	6,3
Em 12 meses	113,8	85,0	109,5	51,9	52,6	12,1	9,5	112,5	-1,4	3,3

Fonte: Banco Central do Brasil

1/ Pesquisa com treze das maiores instituições que operam com crédito pessoal.

2/ Inclui empréstimos para funcionários públicos ativos e inativos, e aposentados pelo INSS.

3/ Variação em p.p. para dados de participação de mercado e taxas de juros.

As operações de crédito consignado com desconto em folha para aposentados e pensionistas do INSS começaram há pouco mais de 1 ano. De acordo com dados do DATAPREV, o volume de empréstimos desembolsados até o início de outubro de 2005 está estimado em R\$ 9,9 bilhões, e atingiu 4,9 milhões de operações a aposentados e pensionistas. Note-se que hoje existem no Brasil 22 milhões de aposentados e pensionistas.

Perfil da Carteira de Direitos Creditórios do Banco BMG

Introdução

No contexto da avaliação dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, a KPMG foi contratada para realizar uma compilação de dados estatísticos sobre as características da carteira de créditos do Banco BMG, notadamente quanto ao seu perfil e taxa de inadimplência, relativamente às operações originadas no período de 13 de setembro de 2004 a 30 de junho de 2005, bem como a verificação do sistema de concessão e cobrança relacionado a tais operações. A íntegra do relatório da KPMG relativo à carteira de Direitos Creditórios do Banco BMG integra o presente prospecto como seu Anexo III.

Para a apresentação do comportamento da taxa de inadimplência e dos prazos de pagamento dos Devedores foram consideradas as datas do efetivo recebimento das parcelas.

Objetivo e Alcance do Trabalho

Os seguintes procedimentos pré-acordados formaram o escopo de trabalho da KPMG:

(i) Apresentação do perfil da carteira de direitos creditórios:

- identificação da distribuição mensal, da quantidade e do prazo médio das operações por para o período sob análise;
- análise da concentração das operações em faixas de valor por unidade de contrato;
- identificação da distribuição dos volumes financeiros a vencer, liquidados e vencidos;
- elaboração de um pool estático, apresentando os índices de realização dos créditos por ciclos mensais, considerando-se as parcelas vincendas em cada ciclo e o seu efetivo pagamento dentro do respectivo ciclo; e
- cálculo do desvio-padrão dos percentuais de atraso para a avaliação do índice de liquidez.

(ii) Estimativas atuariais de riscos pertinentes ao tipo de operação de crédito: O trabalho efetuado consistiu na análise das informações de caráter público disponibilizadas pelo INSS e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para o período de 1994 a 2003, com o objetivo principal de:

- análise dos índices de mortalidade e sobrevivência da população total do INSS, para idades entre 60 e 80 anos, e comparação, quanto possível com outras tabuas de mortalidade;
- expectativa de vida para a população total do INSS, com idades entre 60 e 80 anos;

- análise da variação do teto de benefícios da Previdência Social no período 1994 a 2003, em valores correntes e deflacionados pelo INPC e IGP-M; e
- análise da variação do salário mínimo no período 1994 a 2003, em valores correntes e deflacionados pelo INPC e IGP-M.

(iii) Revisão dos procedimentos e controles relacionados à operacionalização da carteira de recebíveis objeto da cessão:

- entendimento do sistema de controles internos relacionados à concessão de recebíveis e dos controles inerentes ao sistema de cobrança (fluxo financeiro de recebimento).

Faz-se necessário enfatizar, também, que o trabalho não representou uma auditoria conforme as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e, portanto, não deve ser interpretado como tal. Caso outros procedimentos adicionais previstos conforme as referidas normas de auditoria houvessem sido executados, outros assuntos poderiam ter sido objeto de análise.

Os trabalhos foram executados no período de 25 de julho a 18 de agosto de 2005 e basearam-se na situação da carteira de direitos creditórios em 30 de junho de 2005. A avaliação do sistema de controles internos relacionados à concessão e cobrança da carteira de recebíveis foi realizada no período de 15 de fevereiro a 10 de abril de 2005, em decorrência da estruturação de fundo com recebíveis de mesma natureza pela Cedente. Conforme acordado, não foi necessária a atualização da base de dados utilizada entre essa data e a data do relatório, nem existe a obrigação de atualizar este relatório.

Perfil da Carteira

As constatações relativas ao perfil da carteira de recebíveis do Banco BMG, a seu desempenho e ao comportamento ao longo do período, resultantes da aplicação dos procedimentos pré-acordados, estão consolidadas abaixo. O relatório completo da KPMG abordando estes assuntos encontra-se no Anexo III a este prospecto.

Dimensionamento da Carteira de Crédito

No período base da análise foram originados 1.291.219 contratos, que totalizaram R\$ 2.972.963 mil, em valor das parcelas. O arquivo disponibilizado para executar a análise foi produzido pela gerência de desenvolvimento do Banco BMG. O quadro a seguir demonstra a distribuição desse arquivo, recompondo a base da carteira de crédito originada no período-base.

Carteira de crédito consignado (Em milhares de reais - R\$)

Descrição	Valores liberados	%	Valores dos contratos	%	Quantidade de contratos	%
Setembro de 2004	178.239	6%	288.339	6%	49.168	4%
Outubro de 2004	398.553	13%	638.569	13%	125.857	10%
Novembro de 2004	298.037	10%	478.557	10%	102.919	8%
Dezembro de 2004	203.802	7%	342.776	7%	83.105	6%
Janeiro de 2005	326.119	11%	562.060	12%	133.752	10%
Fevereiro de 2005	326.654	11%	539.700	11%	142.651	11%
Março de 2005	389.220	13%	621.785	13%	174.518	14%
Abril de 2005	328.073	11%	527.401	11%	157.959	12%
Maio de 2005	259.697	9%	417.090	9%	140.351	11%
Junho de 2005	<u>264.569</u>	<u>9%</u>	<u>426.428</u>	<u>9%</u>	<u>180.939</u>	<u>14%</u>
Total dos contratos analisados	<u>2.972.963</u>	<u>100%</u>	<u>4.842.705</u>	<u>100%</u>	<u>1.291.219</u>	<u>100%</u>

Estas operações tiveram início em 13 de setembro de 2004.

Distribuição de Contratos por Faixas de Valor

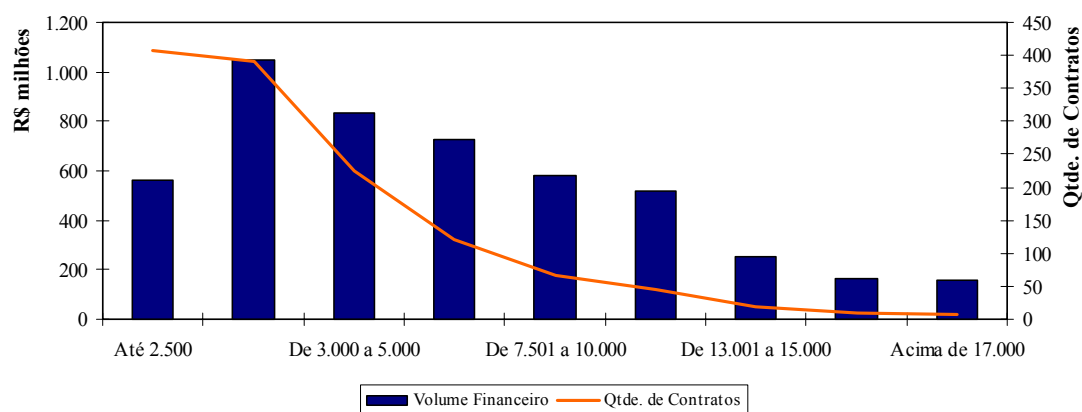
O valor máximo de prestação equivale a 95% da margem consignável. A tabela a seguir demonstra a distribuição de contratos por faixas de valor, considerando o somatório das parcelas.

(Em milhares de reais - R\$)

Faixa de valores - R\$	Valor liberado	%	% acum.	Valor dos contratos	%	% acum.	Qtde. de contratos	%	% acum.
Até 2.500	373.500	12,56%	12,56%	562.369	11,61%	11,61%	406.260	31,46%	31,46%
De 2501 a 3000	642.380	21,61%	34,17%	1.050.433	21,69%	33,30%	391.656	30,33%	61,80%
De 3.000 a 5.000	512.214	17,23%	51,40%	835.967	17,26%	50,57%	224.120	17,36%	79,15%
De 5.001 a 7.500	447.575	15,05%	66,45%	727.622	15,03%	65,59%	120.072	9,30%	88,45%
De 7.501 a 10.000	351.505	11,82%	78,28%	580.275	11,98%	77,57%	67.376	5,22%	93,67%
De 10.001 a 13.000	308.790	10,39%	88,66%	515.511	10,65%	88,22%	45.353	3,51%	97,18%
De 13.001 a 15.000	150.641	5,07%	93,73%	252.044	5,20%	93,42%	18.159	1,41%	98,59%
De 15.001 a 17.000	96.306	3,24%	96,97%	162.677	3,36%	96,78%	10.194	0,79%	99,38%
Acima de 17.000	<u>90.053</u>	<u>3,03%</u>	<u>100,00%</u>	<u>155.807</u>	<u>3,22%</u>	<u>100,00%</u>	<u>8.029</u>	<u>0,62%</u>	<u>100,00%</u>
Total	<u>2.972.963</u>	<u>100,00%</u>		<u>4.842.705</u>	<u>100,00%</u>		<u>1.291.219</u>	<u>100,00%</u>	

No gráfico abaixo, apresentamos representação gráfica dos contratos analisados por faixa de valor.

Distribuição dos contratos por faixa de valor



O valor médio dos contratos analisados, calculado com base nas informações apresentadas acima é de R\$ 2.302,45, e o valor médio do somatório das parcelas é de R\$ 3.750,49.

Distribuição Mensal do Volume de Parcelas por Prazo

Outro dado relevante para o entendimento do perfil da carteira e a conseqüente projeção do fluxo de caixa da operação é o volume de parcelas por contrato, que permite a obtenção do volume médio da carteira. Pelo perfil dos contratos, observa-se a concentração em operações de 36 meses, que representam aproximadamente 80% das operações analisadas. O prazo médio ponderado dos contratos no período analisado foi de 35 meses.

Distribuição dos Volumes Financeiros a Vencer, Liquidados e Vencidos em até 15, 30, 45, 60 e Acima de 60 Dias

Para mensurar o desempenho de liquidez das operações originadas, também foram definidos, conforme previsto em nossa proposta, critérios para a apuração dos percentuais de liquidações com atraso no pagamento das parcelas por contrato e por ente, que representariam indicativos de desempenho.

As informações utilizadas para essa análise foram os valores dos contratos em aberto na data-base de 30 de junho de 2005, ou seja, posição estática de encerramento de balanço. Foram definidos para a elaboração desta avaliação da carteira estática os intervalos em até 15 dias e de 16 a 30, 31 a 60, 61 a 120; 121 a 180 e acima de 180 dias.

Amadurecimento (*aging list*) da carteira em aberto em 30 de junho de 2005 (em milhares de reais - R\$)

	R\$ (000)	%
Operações vencidas e não liquidadas		
16 a 30 dias	903	0,17%
31 a 60 dias	603	0,11%
61 a 120 dias	821	0,16%
121 a 180 dias	350	0,07%
Acima de 180 dias	48	0,01%
	<hr/>	<hr/>
Total de operações vencidas e não-liquidadas	2725	0,51%
	<hr/>	<hr/>
Operações vencidas e liquidadas		
Com atraso	57.659	1,36%
No vencimento	325.364	61,43%
Liquidadas antecipadamente	143.869	27,16%
	<hr/>	<hr/>
Total de operações vencidas e liquidadas	526.893	99,49%
	<hr/>	<hr/>
Total de operações vencidas	529.618	100,00%
	<hr/>	<hr/>
Operações a vencer	4.236.497	
	<hr/>	
Total de renegociados *	76.590	
	<hr/>	
	4.842.705	
	<hr/>	

* Os itens observados nessa faixa decorrem, segundo a administração do Banco BMG, de renegociações decorrentes de extrapolação do limite de amortização mensal do servidor. Esse evento pode decorrer de eventuais reduções da margem consignável ou de situações em que outras deduções sejam preferenciais (pensão alimentícia), e corresponde a aproximadamente 1,12% das operações do período.

Composição dos Volumes Financeiros Antecipados e Vencidos e Liquidados em até 15, 30, 45, 60 e Acima de 60 dias

A distribuição dos pagamentos antecipados e pagamentos realizados com atraso, por faixas de prazo é apresentada conforme tabela a seguir:

Distribuição das antecipações de pagamentos e atrasos em prazos

Prazo (em dias)	Antecipações			Atrasos		
	R\$	%	% Acum.	R\$	%	% Acum.
1 a 5 dias	98.227	68,3%	68,3%	56.944	98,8%	98,8%
6 a 10 dias	103	0,1%	68,3%	61	0,1%	98,9%
11 a 15 dias	127	0,1%	68,4%	43	0,1%	98,9%

Prazo (em dias)	Antecipações			Atrasos		
	R\$	%	% Acum.	R\$	%	% Acum.
16 a 30 dias	12.673	8,8%	77,2%	173	0,3%	99,2%
31 a 60 dias	13.651	9,5%	86,7%	220	0,4%	99,6%
61 a 90 dias	810	0,6%	87,3%	133	0,2%	99,9%
91 a 120 dias	656	0,5%	87,8%	59	0,1%	100,0%
121 a 150 dias	655	0,5%	88,2%	16	0,0%	100,0%
151 a 180 dias	648	0,5%	88,7%	8	0,0%	100,0%
Acima de 180 dias	<u>16.320</u>	<u>11,3%</u>	100,0%	<u>3</u>	<u>0,0%</u>	100,0%
	<u>143.869</u>	<u>100,0%</u>		<u>57.659</u>	<u>100,0%</u>	

Conforme apresentado acima, aproximadamente 99% dos atrasos são de até 5 dias. De acordo com informações obtidas junto à gerência do Banco BMG, estes atrasos são decorrentes de questões operacionais.

Pool Estático Apresentando os Índices de Realização dos Direitos Creditórios por Safra de Produção - Ciclos Mensais

A análise estática apresentada na tabela acima, tomando por base o saldo contábil em 30 de junho de 2005, não produz informação completa quanto à efetiva inadimplência da carteira, na medida em que os atrasos são comparados com uma base de contratos que pode estar (e normalmente está) influenciada pelas produções mais recentes que podem não ter produzido atrasos. Assim, para neutralizar esse efeito, foi elaborado um "pool *estático*" para o período analisado, demonstrando os índices de realização dos créditos por ciclos mensais.

Pool estático por safra de origem

<u>Faixas</u>	<u>Setembro-04</u>		<u>Outubro-04</u>		<u>Novembro-04</u>		<u>Dezembro-04</u>	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Operações	263.343		629.653		476.384		325.184	
Operações a vencer	198.462		491.145		384.340		273.092	
Operações Vencidas	64.881		138.508		92.044		52.093	
Operações liquidadas em dia	38.212	58,9%	89.465	64,6%	51.873	56,4%	28.976	55,6%
Operações antecipadas	10.753	75,5%	29.320	85,8%	26.745	85,4%	12.561	79,7%

Faixas	Setembro-04		Outubro-04		Novembro-04		Dezembro-04	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Liquidadas em								
Atraso								
1 a 5 dias	15.376	99,2%	18.984	99,5%	12.809	99,3%	9.662	98,3%
5 a 10 dias	9	99,2%	24	99,5%	10	99,3%	4	98,3%
10 a 15 dias	8	99,2%	10	99,5%	14	99,4%	3	98,3%
15 a 30 dias	43	99,3%	35	99,5%	32	99,4%	26	98,3%
30 a 60 dias	56	99,3%	53	99,6%	65	99,5%	18	98,4%
60 a 120 dias	54	99,4%	47	99,6%	74	99,5%	6	98,4%
120 a 180 dias	10	99,4%	10	99,6%	4	99,5%	0	98,4%
Acima de 180 dias	2	99,4%	1	99,6%	-	99,5%	-	98,4%
Vencidos e não								
liquidados								
Até 15 dias	-	99,4%	-	99,6%	-	99,5%	-	98,4%
15 a 30 dias	81	99,6%	164	99,7%	121	99,7%	199	98,8%
30 a 60 dias	68	99,7%	128	99,8%	98	99,8%	179	99,1%
60 a 120 dias	106	99,8%	173	99,9%	141	99,9%	318	99,7%
120 a 180 dias	68	99,9%	82	100,0%	59	100,0%	141	100,0%
Acima de 180 dias	36	100,0%	12	100,0%	-	100,0%	-	100,0%
Faixas	Janeiro-05		Fevereiro-05		Março-05		Abril-05	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Operações	560.149		528.550		616.691		522.672	
Operações a vencer	493.999		476.774		573.587		504.267	
Operações Vencidas	66.150		51.777		43.103		18.405	
Operações liquidadas em dia	46.178	69,8%	32.610	63,0%	21.586	50,1%	15.384	83,6%
Operações antecipadas	19.644	99,5%	19.008	99,7%	21.371	99,7%	2.982	99,8%
Liquidadas em atraso								
1 a 5 dias	107	99,7%	3	99,7%	3	99,7%	1	99,8%
5 a 10 dias	3	99,7%	6	99,7%	4	99,7%	1	99,8%
10 a 15 dias	2	99,7%	2	99,7%	2	99,7%	1	99,8%
15 a 30 dias	8	99,7%	17	99,7%	8	99,7%	3	99,8%
30 a 60 dias	7	99,7%	7	99,8%	13	99,7%	2	99,8%
60 a 120 dias	5	99,7%	3	99,8%	2	99,7%	-	99,8%

Faixas	Janeiro-05		Fevereiro-05		Março-05		Abril-05	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
120 a 180 dias	0	99,7%	-	99,8%	-	99,7%	-	99,8%
Acima de 180 dias	-	99,7%	-	99,8%	-	99,7%	-	99,8%
Vencidos e não liquidados								
Até 15 dias	-	99,7%	-	99,8%	-	99,7%	-	99,8%
15 a 30 dias	88	99,8%	65	99,9%	70	99,9%	26	100,0%
30 a 60 dias	59	99,9%	35	100,0%	31	100,0%	5	100,0%
60 a 120 dias	49	100,0%	20	100,0%	13	100,0%	0	100,0%
120 a 180 dias	0	100,0%	-	100,0%	-	100,0%	-	100,0%
Acima de 180 dias	-	100,0%	-	100,0%	-	100,0%	-	100,0%

Faixas	Maio-05		Junho-05	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Operações	417.074		426.415	
Operações A vencer	414.566		426.266	
Operações Vencidas	2.509		149	
Operações liquidadas em dia	1.081	43,1%	-	0,0%
Operações antecipadas	1.337	96,4%	149	100,0%
Liquidadas em Atraso				
1 a 5 dias	0	96,4%	-	100,0%
5 a 10 dias	0	96,4%	-	100,0%
10 a 15 dias	0	96,4%	-	100,0%
15 a 30 dias	1	96,4%	-	100,0%
30 a 60 dias	-	96,4%	-	100,0%
60 a 120 dias	-	96,4%	-	100,0%
120 a 180 dias	-	96,4%	-	100,0%
Acima de 180 dias	-	96,4%	-	100,0%
Vencidos e não Liquidados				
Até 15 dias	-	96,4%	-	100,0%
15 a 30 dias	90	100,0%	-	100,0%
30 a 60 dias	-	100,0%	-	100,0%

<u>Faixas</u>	Maio-05		Junho-05	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%
60 a 120 dias	-	100,0%	-	100,0%
120 a 180 dias	-	100,0%	-	100,0%
Acima de 180 dias	-	100,0%	-	100,0%

Pode-se observar que o percentual de parcelas não recebidas (índice de inadimplência dos créditos) por mês de vencimento apresenta uma média de 0,56% de inadimplência até 60 dias para o período de setembro de 2004 a maio de 2005. Para fins deste exercício foi desconsiderado o mês de junho de 2005, em função de não ter atingido o prazo de 60 dias de vencimento de suas operações para fins de apuração deste percentual.

FATORES DE RISCO

Os Direitos Creditórios e os Outros Ativos, por sua própria natureza, estão sujeitos a flutuações de mercado e/ou a riscos de crédito das respectivas contrapartes que poderão gerar perdas ao Fundo e aos seus cotistas, hipóteses em que o Banco BMG, a Instituição Administradora, o Custodiante, o Agente de Cobrança, a Instituição Intermediária, ou quaisquer de suas Partes Relacionadas não poderão ser responsabilizados, entre outros eventos, (i) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo; (ii) pela inexistência de mercado secundário para os Direitos Creditórios e para os Outros Ativos; ou (iii) por eventuais prejuízos incorridos pelos cotistas do Fundo quando da amortização ou resgate de suas respectivas cotas, nos termos do Regulamento.

As aplicações dos cotistas do Fundo não contam com a garantia do Banco BMG, da Instituição Administradora, do Custodiante, do Agente de Cobrança, da Instituição Intermediária, de quaisquer de suas Partes Relacionadas, ou do FGC. O investidor, antes de adquirir cotas do Fundo, deve ler cuidadosamente os fatores de risco abaixo descritos, responsabilizando-se integralmente pelas consequências de seu investimento no Fundo.

Riscos de Mercado

Descasamento de Taxas – Direitos Creditórios. Os Direitos Creditórios objeto de aquisição pelo Fundo são adquiridos com base em taxa prefixada, determinada por meio de projeção da Taxa DI em vigor no dia útil anterior à cessão. No entanto, a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo para as Cotas Seniores tem como parâmetro a Taxa DI efetiva, conforme previsto no item 18.3 do Regulamento. Portanto, se a Taxa DI se elevar substancialmente, os recursos do Fundo podem ser insuficientes para pagar parte ou a totalidade dos rendimentos aos titulares de Cotas Seniores, e o Fundo, o Banco BMG, a Instituição Administradora, o Custodiante, a Instituição Intermediária e quaisquer das respectivas Partes Relacionadas não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos cotistas em decorrência desses eventos, incluindo, sem limitação, a eventual perda do valor de principal de suas aplicações.

Descasamento de Taxas - Outros Ativos. A parcela do patrimônio do Fundo não aplicada em Direitos Creditórios deverá ser aplicada em quaisquer dos Outros Ativos especificados no item 10.4 do Regulamento, desde que pós-fixados. No entanto, tais ativos podem apresentar valorização efetiva inferior à Taxa DI, o que pode fazer com que os recursos do Fundo se tornem insuficientes para pagar parte ou a totalidade dos rendimentos aos titulares de Cotas Seniores (uma vez que a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo para as Cotas Seniores tem como parâmetro a Taxas DI efetiva), e o Fundo, o Banco BMG, a Instituição Administradora, o Custodiante, a Instituição Intermediária e quaisquer das respectivas Partes

Relacionadas não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos cotistas em decorrência desses eventos, incluindo, sem limitação, a eventual perda do valor de principal de suas aplicações.

Marcação a Mercado. A determinação de preço dos ativos integrantes da carteira do Fundo deverá ser realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários, instrumentos derivativos e demais operações estabelecidos na regulamentação em vigor. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado, poderão ocasionar variações nos valores dos ativos integrantes da carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução no valor das cotas do Fundo.

Fatores Macroeconômicos Relevantes. Fatores exógenos, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou ainda de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, a capacidade de pagamento e o equilíbrio econômico e financeiro da União Federal e, conseqüentemente, do INSS, poderão resultar em perda, pelos cotistas, do valor de principal de suas aplicações.

Riscos de Crédito

Ausência de Garantia de Rentabilidade. As aplicações no Fundo não contam com garantia da Instituição Administradora, do Custodiante, da Instituição Intermediária, do Banco BMG, de quaisquer de suas respectivas Partes Relacionadas, ou do FGC. Igualmente, nem o Fundo nem a Instituição Administradora, o Custodiante, a Instituição Intermediária, o Banco BMG, ou quaisquer de suas respectivas Partes Relacionadas, prometem ou asseguram aos cotistas qualquer rentabilidade ou remuneração decorrentes da aplicação em cotas do Fundo. Desse modo, todos os eventuais rendimentos, bem como o pagamento do principal, provirão exclusivamente da carteira de ativos do Fundo, a qual está sujeita a riscos diversos, e cujo desempenho é incerto.

Inadimplência do Pagamento dos Direitos Creditórios. Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo terão seu pagamento realizado com recursos descontados dos benefícios dos Devedores. A inadimplência em relação aos Direitos Creditórios decorre, portanto, da inoccorrência de tais descontos por parte do INSS, por exemplo, mas não exclusivamente, em razão de ausência de margem decorrente de desconto para pagamento de pensão judicial, ou em razão de falecimento do Devedor, ou ainda, em razão do não pagamento dos benefícios. Nestes casos, o Fundo deve negociar ou cobrar seu crédito diretamente do Devedor, ou de seu espólio (no caso de falecimento). Caso a negociação e a cobrança se verifiquem infrutíferas, e não havendo coobrigação do Cedente, o Fundo deverá suportar os prejuízos daí advindos, o que afetará o patrimônio e a rentabilidade do Fundo, e, por conseguinte, o investimento nas cotas.

Inexistência de Obrigação de Recompra pelo Cedente. Se o Cedente não recomprar os Direitos Creditórios inadimplentes, o Fundo terá de suportar parte ou a totalidade dos eventuais prejuízos decorrentes de tal inadimplência, o que poderia comprometer a rentabilidade do Fundo ou levá-lo, até, à perda de patrimônio.

Questionamento Judicial pelos Devedores. Os Devedores podem eventualmente questionar judicialmente tanto (i) os contratos de Empréstimo que originam os Direitos Creditórios (incluindo, eventualmente, a taxa de juros praticada); quanto (ii) a sistemática de pagamento por meio de desconto em benefício. Em qualquer caso, é possível que o Fundo somente receba os valores relativos ao Direito Creditório questionado judicialmente uma vez concedida decisão judicial definitiva favorável. O Poder Judiciário, incluindo o Superior Tribunal de Justiça, em alguns julgados relacionados a operações de empréstimo com desconto em folha de pagamento, manifestou entendimento contrário à legalidade do desconto de prestações de empréstimos diretamente em folha de pagamento. Em 8 de junho de 2005, a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça reconheceu, por unanimidade, a legalidade do empréstimo com desconto em folha de pagamento. Houve, contudo, divergência com relação à fundamentação dos votos dos ministros, tendo dois deles sustentado que o desconto em folha de pagamento somente pode ser mantido contra a vontade do mutuário caso a mutuante seja instituição de crédito sem fins lucrativos (ressaltando, inclusive, que a solução da questão seria diversa caso a mutuante fosse instituição financeira com fins lucrativos). Desse modo, a alegada nulidade de cláusula permitindo o desconto em folha de pagamento de funcionário poderá ser invocada em ação judicial, podendo o Poder Judiciário vir a permitir que o Devedor torne ineficaz sua prévia autorização de desconto em benefícios, fazendo com que seja necessária a cobrança do crédito pelos meios legais habituais. A legitimidade ao recebimento do valor do crédito não é afetada por estas decisões, mas tão somente sua forma de liquidação. Caso os procedimentos de consignação em pagamento (desconto em benefícios) de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo sejam efetivamente interrompidos em decorrência de medidas judiciais propostas pelos Devedores ou por terceiros em seu nome, tal evento afetará negativamente a solvência dos respectivos Direitos Creditórios. Na hipótese de atraso ou efetivo inadimplemento no pagamento dos referidos Direitos Creditórios pelos Devedores poderá ser necessária a adoção, pela Instituição Administradora, por conta e ordem do Fundo, de uma nova sistemática de cobrança direta dos respectivos Direitos Creditórios, a qual poderá ser ineficiente ou apresentar elevados custos. Tal ocorrência afetará negativamente o valor do patrimônio líquido do Fundo.

Inadimplência de Pagamento dos Outros Ativos. A parcela do patrimônio do Fundo não aplicada em Direitos Creditórios deverá ser aplicada nos Outros Ativos. Tais títulos e ativos podem vir a não ser honrados pelos respectivos emissores, obrigando o Fundo a suportar tais prejuízos, o que afetaria negativamente a rentabilidade das cotas.

Não Pagamento de Benefícios pelo INSS. Os Empréstimos são pagos por meio de desconto em benefício realizado pelo INSS. Caso, por qualquer razão, o INSS atrase ou não pague os

benefícios do Devedor, o Fundo não receberá os recursos decorrentes dos Direitos Creditórios. Além disso, enquanto o INSS não voltar a pagar adequadamente os benefícios aos Aposentados e Pensionistas, sua capacidade de pagamento também ficaria comprometida, o que poderia impactar negativamente o patrimônio e a rentabilidade do Fundo.

Amortização Condicionada. As principais fontes de recursos do Fundo para efetuar a amortização de suas cotas derivam da liquidação dos Direitos Creditórios, e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo. Assim, tendo em vista a inexistência de coobrigação ou direito de regresso contra o Banco BMG ou contra quaisquer Partes Relacionadas ao Banco BMG quanto aos Direitos Creditórios e aos Outros Ativos, após o recebimento dos recursos relacionados aos Direitos Creditórios e aos Outros Ativos, e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a sua cobrança, judicial ou extrajudicial, o Fundo não disporá de quaisquer outros valores para efetuar a amortização, em moeda corrente nacional, de suas cotas.

Ausência de Garantia de Pagamento ou de Coobrigação. O Cedente somente se responsabiliza pela existência, liquidez e correta formalização dos Direitos Creditórios cedidos, não assumindo qualquer responsabilidade pelo pagamento dos Direitos Creditórios ou pela solvência dos Devedores, do INSS ou das companhias devedoras dos Seguros de Vida, quando for o caso. Nem a Instituição Administradora, nem o Custodiante, a Instituição Intermediária, ou quaisquer de suas respectivas Partes Relacionadas se responsabilizam, conforme o caso, subsidiária ou solidariamente, pelo pagamento dos Direitos Creditórios e pela solvência dos Devedores, do INSS ou da companhia devedora dos Seguros de Vida. A realização dos Direitos Creditórios depende exclusivamente da solvência e do efetivo pagamento, pelos Devedores, dos Empréstimos contratados (a) por meio dos procedimentos definidos no Convênio ou, conforme o caso, (b) diretamente pelos Devedores, inexistindo, portanto, qualquer garantia ou certeza de que o pagamento será efetuado ou, caso o seja, de que será realizado nos prazos e pelos valores avençados. A responsabilidade do INSS em relação às operações referidas no Convênio restringe-se à consignação dos valores relativos às parcelas de empréstimos e licenciamentos autorizados pelos titulares de benefícios e repasse, nos prazos definidos no Convênio, não cabendo ao INSS responsabilidade solidária e/ou subsidiária sobre as operações contratadas ou sobre descontos indevidos.

Inexistência de Rendimento Predeterminado. O preço de integralização das Cotas Seniores será atualizado diariamente de acordo com os critérios definidos no Regulamento. Tal atualização tem como finalidade definir qual a parcela do patrimônio líquido do Fundo, devidamente ajustado, deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Cotas Seniores na hipótese de amortização de suas respectivas cotas e não representa nem deverá ser considerada, sob nenhuma hipótese ou circunstância, uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, do Fundo, da Instituição Administradora, do Custodiante, da Instituição Intermediária, do Banco BMG, ou de suas respectivas Partes Relacionadas de assegurar tal remuneração aos referidos cotistas. Independentemente do valor do patrimônio líquido do Fundo, os titulares das Cotas Seniores

não farão jus, em nenhuma circunstância, quando da amortização de suas aplicações, a uma remuneração superior ao valor de suas respectivas cotas, devidamente atualizado nos termos do Regulamento, o qual representa o limite máximo de remuneração possível para as Cotas Seniores.

Riscos de Liquidez

Modalidade de investimento recente e sofisticada. O Fundo se enquadra em modalidade de investimento recentemente instituída no Brasil. Os potenciais investidores devem avaliar minuciosamente suas peculiaridades. Tais peculiaridades podem eventualmente trazer conseqüências negativas ao patrimônio do Fundo, ou podem tornar o investimento ilíquido. A necessidade de avaliação criteriosa por parte do investidor é decorrente igualmente da sofisticação e complexidade inerente a uma operação de securitização, tal como a concretizada por meio do Fundo.

Falta de Liquidez dos Direitos Creditórios. O Fundo poderá ser liquidado antecipadamente, conforme o disposto no item 26 do Regulamento. Ocorrendo a liquidação antecipada, o Fundo pode não dispor de recursos para pagamento aos cotistas (por exemplo, pelo fato dos Direitos Creditórios ainda não serem exigíveis dos respectivos Devedores). Neste caso, os cotistas terão suas cotas resgatadas mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo. Em virtude da falta de liquidez dos Direitos Creditórios, não há garantias (i) de que haverá mercado secundário líquido para os Direitos Creditórios, e (ii) de que, caso encontrem comprador, o preço praticado atenderá às expectativas dos cotistas. Por esta razão, existe a possibilidade dos investidores do Fundo (i) incorrerem em prejuízos em uma eventual negociação dos Direitos Creditórios recebidos na ocasião da liquidação antecipada do Fundo, ou (ii) precisarem levar os Direitos Creditórios até seu respectivo vencimento em decorrência da inexistência de mercado secundário para os mesmos.

Falta de Liquidez dos Outros Ativos. A parcela do patrimônio do Fundo não aplicada em direitos creditórios deverá ser aplicada em Outros Ativos. Tais títulos e ativos podem vir a se mostrar ilíquidos (seja por ausência de mercado secundário ativo, seja por eventual atraso no pagamento por parte do respectivo emissor), o que poderia, eventualmente, afetar pagamentos de amortização e/ou resgate a cotistas, afetando a liquidez esperada de suas cotas.

Fundo Fechado. O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que as Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração do Fundo, ou em virtude de sua liquidação antecipada, não havendo por parte da Instituição Administradora, do Custodiante, da Instituição Intermediária, do Banco BMG, e suas respectivas Partes Relacionadas, qualquer obrigação de adquirir qualquer quantidade de Cotas dos cotistas do Fundo. Dessa forma, os investidores do Fundo estarão sujeitos à baixa liquidez do mercado secundário de cotas de fundos de investimento em direitos creditórios, não havendo qualquer garantia de que os

investidores do Fundo encontrarão compradores no mercado secundário para suas Cotas, ou caso encontrem, não há qualquer garantia de que o preço praticado atenderá às expectativas dos investidores do Fundo, havendo, inclusive, a possibilidade destes incorrerem em perdas quando de uma eventual alienação no mercado secundário, ou mesmo, na hipótese de não haver compradores, terem que levar as Cotas até seu respectivo vencimento.

Insuficiência da Reserva de Liquidez. O Fundo poderá não ter recursos para a constituição da Reserva de Liquidez, como, por exemplo, em caso de inadimplência maciça combinada com iliquidez do mercado secundário de Direitos Creditórios. Ademais, a soma a ser mantida em Disponibilidades para formação da Reserva de Liquidez pode ser insuficiente para fazer quaisquer pagamentos de responsabilidade do Fundo. Desse modo, a existência da Reserva de Liquidez não constitui garantia de pagamento pelo Fundo de amortizações, resgates ou despesas.

Insuficiência da Reserva de Pagamento. O Fundo poderá não ter recursos para a constituição da Reserva de Pagamento, como, por exemplo, em caso de inadimplência maciça combinada com iliquidez do mercado secundário de Direitos Creditórios. É também possível que, não obstante a constituição da Reserva de Pagamento, o Fundo não tenha, na data prevista, meios suficientes para pagamento de amortizações programadas. Isso pode ocorrer, por exemplo, em caso de súbita elevação substancial da Taxa DI, o que faria com que houvesse um aumento do valor a ser amortizado aos titulares de Cotas Seniores. Desse modo, a existência da Reserva de Pagamento não constitui garantia de pagamento das amortizações programadas de Cotas Seniores.

Riscos Específicos

Riscos Operacionais

Irregularidades nos Documentos relativos aos Direitos Creditórios. Independentemente das constatações reportadas pelos trabalhos realizados pela empresa de auditoria, conforme previsto no item 8.2.1 do Regulamento, os documentos relativos aos Direitos Creditórios do Fundo podem eventualmente conter irregularidades e/ou vícios questionáveis juridicamente, que poderão obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios. Isto pode trazer prejuízos para o Fundo em caso de inadimplência ou questionamento judicial relativo a tais Direitos Creditórios cujos documentos apresentem irregularidades e/ou vícios questionáveis juridicamente.

Cassação dos Benefícios do Devedor. Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo serão descontados pelo INSS da renda mensal dos benefícios de aposentadoria ou pensão de titularidade dos Devedores. Assim, tal desconto não será possível caso o Devedor tenha seus benefícios cassados em razão de, por exemplo, (i) irregularidades constatadas pelo INSS,

inclusive nos casos de irregularidades relativas à inscrição do beneficiário, às contribuições por ele prestadas ou ao cumprimento do prazo de carência; (ii) perda da condição de segurado; e (iii) perda da condição de dependente, seja em razão de divórcio ou dissolução de união estável, seja ainda por atingir a idade de 21 (vinte e um) anos. Igualmente, os pagamentos dos Direitos Creditórios poderão ser afetados se (i) o Devedor for obrigado a restituir ao INSS valores pagos indevidamente pela Previdência Social; e (ii) por força de decisão judicial, o Devedor for obrigado a pagar pensão alimentícia, uma vez que os pagamentos devidos nesses casos têm preferência em relação ao Empréstimo para fins de desconto em benefício. Ainda, a morte do Devedor interrompe o pagamento do respectivo benefício e por consequência a consignação das parcelas devidas do Empréstimo, respondendo pelo saldo a pagar do Empréstimo apenas o patrimônio deixado pelo *de cujus*, que pode se mostrar insuficiente. Também se interrompe o pagamento de benefícios, por exemplo, no caso de o Devedor titular de pensão por invalidez deixar de realizar o exame médico obrigatório. Em qualquer dos casos, o Fundo deve negociar ou cobrar diretamente do Devedor, ou de seu espólio (no caso de falecimento do Devedor). Caso a negociação e a cobrança se verifiquem infrutíferas, e não havendo coobrigação do Cedente, o Fundo suportará os prejuízos daí advindos, o que afetará sua rentabilidade.

Irregularidade no Processamento do Desconto e Repasse dos Benefícios. O desconto em benefício das parcelas dos Empréstimos (incluindo sua respectiva averbação) e o repasse à Caixa Econômica Federal para transferência ao Agente de Cobrança são processados pelo INSS por meio de sistema da DATAPREV. O Agente de Cobrança, o Custodiante e a Instituição Administradora não têm controle sobre tal processamento. Assim, qualquer falha ou alteração no sistema da DATAPREV, bem como eventual corrupção da integridade de seu banco de dados poderá atrasar, suspender ou reduzir o desconto dos benefícios dos Aposentados e Pensionistas, ou seu repasse ao Fundo. Se isso ocorrer, a rentabilidade e o patrimônio do Fundo serão afetados negativamente enquanto persistir o problema no sistema, ou até que todos os valores sejam devidamente repassados. Ademais, eventualmente, poderá ser necessária adoção de medida judicial para fazer com que a DATAPREV corrija os procedimentos e/ou seu sistema, e enquanto não adotadas as correções e ressarcido o Fundo, seu patrimônio será afetado negativamente.

Falhas ou Substituição do Agente de Cobrança. A cobrança dos Direitos Creditórios depende da atuação diligente do Agente de Cobrança. Cabe-lhe aferir o correto recebimento dos recursos e verificar a inadimplência, conforme descrito no Anexo IV ao Regulamento. Assim, qualquer falha de procedimento, eventual rescisão do contrato de recebimento com o Custodiante, pedido ou decretação de recuperação judicial ou extrajudicial, falência, intervenção ou liquidação extrajudicial, regime de administração especial temporária, ou ainda, de regimes similares do Agente de Cobrança poderá acarretar no recebimento a menor de recursos devidos pelos Devedores, ou no atraso ou na inoccorrência de repasse dos recursos ao Fundo. Nestas hipóteses, poderá ser necessária a via judicial para se obter os recursos, e/ou a substituição do Agente de

Cobrança, casos em que a o patrimônio e/ou a rentabilidade do Fundo poderão ser afetados de forma negativa.

Atraso ou Falta do Repasse dos Recursos ao Fundo. O Agente de Cobrança fará a cobrança e recebimento dos recursos decorrentes dos Direitos Creditórios, devendo repassá-los ao Fundo após recebê-los da Caixa Econômica Federal (vide Anexo IV do Regulamento). O repasse dos recursos ao Fundo pode atrasar, ou deixar de ocorrer, por diversos motivos, tais como problemas operacionais internos do Agente de Cobrança ou da Caixa Econômica Federal. Nesta hipótese, pode ser necessária a via judicial para se obter os recursos, caso em que a rentabilidade do Fundo seria reduzida.

Intervenção ou Liquidação Extrajudicial do Banco BMG. O Custodiante contratou a cobrança e o recebimento dos recursos decorrentes dos Direitos Creditórios com o Banco BMG, sendo que tal contrato prevê que os recursos serão repassados pela Caixa Econômica Federal ao Banco BMG, que os transferirá ao Fundo após até 2 (dois) dias úteis. Esse repasse dos valores ao Fundo pode, por diversas razões, atrasar ou deixar de ocorrer. Dentre elas, destaca-se a hipótese de intervenção do Banco BMG, quando o repasse dos recursos provenientes dos Direitos Creditórios ao Fundo poderá ser interrompido, e permanecer inexigível enquanto perdurar a intervenção (cujo prazo máximo é de 1 (um) ano). Em caso de liquidação extrajudicial do Banco BMG, na qualidade de Agente de Cobrança, há possibilidade de os recursos ali depositados serem bloqueados, e somente por via de decisão judicial favorável ao Fundo serem recuperados. Qualquer uma dessas hipóteses pode afetar a rentabilidade do Fundo, ou até levar o Fundo a sofrer perdas patrimoniais.

Rescisão do Convênio com o INSS. O desconto em benefício das parcelas dos Empréstimos é viabilizado pelo Convênio. O Convênio pode ser rescindido unilateralmente, a qualquer momento. O Convênio pode ser rompido ainda por outros motivos, como por exemplo alterações das normas autorizadoras da sua manutenção. Ademais, a própria sistemática de desconto em benefício pode ser suspensa ou proibida em virtude de lei ou eventual decisão judicial. Se, por qualquer motivo, o Convênio for rompido, ou a sistemática de desconto em benefício for suspensa ou proibida, haverá necessidade de adoção de nova sistemática, que pode não ser tão eficaz ou até mostrar-se, na prática, inadequada ou demandar elevados custos de operação. A nova sistemática de cobrança poderá, eventualmente, levar a perdas patrimoniais do Fundo, na medida em que este deixar de receber, definitiva ou apenas provisoriamente, parte ou totalidade dos recursos decorrentes dos Direitos Creditórios.

Verificação da Documentação dos Empréstimos. A verificação da documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios, referida no item 8.2 (i) do Regulamento, será realizada pelo Custodiante por meio de aplicação de determinados procedimentos de auditoria, a ser realizada no mínimo trimestralmente, por amostragem física, nos Direitos Creditórios adquiridos. As irregularidades apontadas em tal trabalho serão informadas à Instituição Administradora, à

Agência Classificadora de Risco ao Auditor e ao Cedente através de relatório a ser enviado pelo Custodiante até o final do trimestre subsequente ao trimestre em que for realizada cada verificação. Independentemente do trabalho acima mencionado, o Custodiante não é responsável pela veracidade dos documentos comprobatórios e pela existência dos créditos, sendo, no entanto, responsável pela pronta informação caso venha a ter conhecimento de eventuais irregularidades.

Risco de Descontinuidade

Desenquadramento da Alocação Mínima. O Fundo deve observar a Alocação Mínima. Entretanto, não há garantia de que o Banco BMG conseguirá (ou desejará) originar e/ou ceder Direitos Creditórios suficientes para fazerem frente à exigência da Alocação Mínima. Assim, a existência do Fundo no tempo dependerá da manutenção dos fluxos de originação e de cessão de Direitos Creditórios necessários à manutenção e/ou recomposição da Alocação Mínima. O desenquadramento em relação à Alocação Mínima pode inclusive levar à Amortização Compulsória de Cotas Seniores.

Amortização Compulsória de Cotas Seniores. As cotas do Fundo devem ser amortizadas com base no cronograma de amortização estabelecido no item 19 do Regulamento. No entanto, há eventos que podem ensejar a Amortização Compulsória de cotas. Dessa forma, há a possibilidade de os titulares de cotas do Fundo receberem valores antecipadamente, e eventualmente inferiores aos esperados, não havendo inclusive qualquer garantia de que os investidores do Fundo encontrarão investimentos de risco e retorno similares na hipótese de eventual recebimento antecipado de recursos.

Riscos do Cedente

Ausência de Direitos Creditórios Elegíveis. Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são decorrentes exclusivamente de Empréstimos concedidos pelo Banco BMG a Aposentados e Pensionistas, e devem necessariamente respeitar os critérios de elegibilidade e os parâmetros da política de investimento descritos no item 11 do Regulamento. Na hipótese de, por qualquer motivo, (i) deixarem de ocorrer tais Empréstimos; e/ou (ii) não existirem Direitos Creditórios disponíveis para cessão ao Fundo e que satisfaçam os critérios de elegibilidade e a política de investimento, poderá ocorrer a liquidação antecipada do Fundo, conforme descrito no item 26 do Regulamento, ou ainda Amortização Compulsória. Ressalte-se que alterações da política econômica do governo e aumento da concorrência no setor de empréstimo consignado também podem levar à diminuição da quantidade, ou até à inexistência, de Direitos Creditórios elegíveis.

Invalidade ou Ineficácia da Cessão dos Direitos Creditórios. A Instituição Administradora e o Custodiante não são responsáveis pela verificação, prévia ou posterior, das causas de invalidade

ou ineficácia da cessão dos Direitos Creditórios. Com relação ao Cedente, a cessão de Direitos Creditórios pode ser invalidada ou tornada ineficaz, impactando negativamente o patrimônio do Fundo, caso realizada em:

- (i) fraude contra credores, inclusive da massa, se no momento da cessão o Cedente estiver insolvente ou se com ela passar ao estado de insolvência;
- (ii) fraude à execução, caso (a) quando da cessão o Cedente seja sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-lo à insolvência; ou (b) sobre os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo pendam demanda judicial fundada em direito real; e
- (iii) fraude à execução fiscal, se o Cedente, quando da celebração da cessão de créditos, sendo sujeito passivo de débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, não dispuser de bens para total pagamento da dívida fiscal.

Guarda da Documentação. O Banco BMG é, na qualidade de fiel depositário, responsável pela guarda da documentação física representativa dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo. O Banco BMG tem a obrigação de permitir ao Custodiante e à Instituição Administradora livre acesso à referida documentação. Todavia, a guarda de tais documentos pelo Banco BMG pode representar dificuldade adicional à verificação da constituição e performance dos Direitos Creditórios cedidos.

Riscos Específicos de Investidores Não-Residentes

Conversibilidade da Moeda e Remessa de Rendimentos e Repagamento do Principal para o Exterior. No passado, o Brasil restringiu temporariamente a remessa de rendimentos e repagamentos de principal para o exterior. Dessa forma, caso as autoridades monetárias venham a proibir novamente tais remessas, por qualquer razão, os investimentos realizados por Investidores Não-Residentes poderão não ser passíveis de repatriação até que sua remessa volte a ser permitida, o que poderá causar prejuízo aos cotistas do Fundo que forem Investidores Não-Residentes.

Restrição de Alienação das Cotas no Exterior. Os Investidores Não-Residentes não poderão realizar transferências ou cessões de titularidade no exterior das cotas do Fundo, salvo nas hipóteses autorizadas pela regulamentação. Dessa forma, caso o Investidor Não-Residente deseje alienar as cotas do Fundo de que seja titular para outro Investidor Não-Residente, tal alienação deverá ser realizada apenas em pregão das bolsas de valores ou de mercado de balcão organizado por entidade autorizada pela CVM, o que sujeitará ambas as partes aos devidos registros e ao atendimento dos requisitos exigidos pela CVM e pelo Banco Central do Brasil.

Alterações na Tributação de Investimentos Estrangeiros. Os investimentos por parte dos Investidores Não-Residentes têm tratamento tributário específico. Dessa forma, caso sejam instituídos novos tributos que venham a incidir sobre tais aplicações, ou caso as alíquotas dos tributos já existentes sejam majoradas, por exemplo, para atender a política monetária e/ou o controle sob a balança de pagamentos, o investimento por parte de Investidores Não-Residentes no mercado de capitais nacional, inclusive nas cotas do Fundo, poderá ter seus rendimentos líquidos afetados de forma negativa, não havendo qualquer garantia ou responsabilidade por parte do Fundo, da Instituição Administradora, do Banco BMG, da Instituição Intermediária e/ou suas respectivas Partes Relacionadas quanto ao ressarcimento de tais perdas, devendo as mesmas serem suportadas exclusivamente pelos Investidores Não-Residentes.

Instabilidade na taxa de câmbio. A moeda brasileira pode depreciar-se ou apreciar-se em relação a outras moedas. A eventual desvalorização do Real em relação ao dólar dos Estados Unidos reduzirá o valor em dólar dos Estados Unidos das amortizações das cotas do Fundo, o que poderá causar perdas em dólares dos Estados Unidos aos cotistas do Fundo que sejam Investidores Não-Residentes, não havendo qualquer garantia ou responsabilidade por parte do Fundo, da Instituição Administradora, do Banco BMG, da Instituição Intermediária e/ou suas respectivas Partes Relacionadas no ressarcimento de tais perdas.

Outros Riscos

Modificação da Legislação ou da Regulamentação sobre os Direitos Creditórios. Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo terão como forma de pagamento o desconto em benefício, realizado pelo INSS. Tal sistemática é autorizada por lei, e é submetida a regulamentação específica. Na hipótese de serem expedidas novas normas sobre a matéria, estabelecendo, por exemplo, novos parâmetros para a concessão de empréstimos (inclusive concernentes a limites para prazos e valores máximos), é possível que diminua ou deixe de ocorrer a concessão de empréstimos com características que tornem os respectivos Direitos Creditórios elegíveis para cessão ao Fundo. Na falta de Direitos Creditórios elegíveis, pode ocorrer inclusive a liquidação antecipada do Fundo.

Concentração dos Investimentos do Fundo em Direitos Creditórios. O Fundo poderá ter até 98% de seu patrimônio aplicado em Direitos Creditórios referentes exclusivamente a empréstimos consignados na renda mensal dos benefícios de aposentadoria ou pensão de titularidade dos Aposentados e Pensionistas. Nesse contexto, não será possível uma ampla diversificação dos investimentos realizados pelo Fundo, sendo estes concentrados em uma espécie primordial de investimento (Direitos Creditórios). Como a possibilidade de perda de patrimônio do Fundo é diretamente proporcional à concentração das aplicações em uma ou em poucas modalidades de investimento, caso, por qualquer motivo, o INSS atrase ou deixe de repassar parte ou a totalidade do montante devido ao Fundo, a rentabilidade do Fundo poderá ser afetada negativamente.

Inexigibilidade de Direito Creditório. O Fundo adquirirá Direitos Creditórios decorrentes de contratos de empréstimo pessoal com pagamento por meio de consignação em benefício previdenciário. O Fundo poderá eventual e involuntariamente acabar adquirindo Direitos Creditórios relacionados a Empréstimos decorrentes de operações em que pessoas tenham agido fraudulentamente, identificando-se elas falsamente para obter Empréstimo em nome e sob a responsabilidade de terceiros (Aposentados e Pensionistas que não teriam conhecimento da celebração do Empréstimo), mas levantando em benefício próprio os recursos liberados pelo Banco BMG. Ocorrida esta hipótese, o Fundo não poderá exigir o pagamento dos Empréstimos por parte dos Aposentados e Pensionistas lesados, restando-lhe somente exigir do Cedente a restituição do preço pago pelos créditos fraudulentos. A restituição devida pelo Cedente poderá demorar a ocorrer ou, ainda, o Cedente poderá não dispor de recursos para tanto. Em ambos os casos, haverá impacto negativo no patrimônio e na rentabilidade do Fundo.

Necessidade de Aprovação dos Titulares das Cotas Subordinadas para Determinados Assuntos. O item 23.2.1 do Regulamento confere o direito de voto aos titulares de Cotas Subordinadas em determinadas matérias e estabelece a necessidade de aprovação dos mesmos em determinadas deliberações relevantes da assembléia geral de cotistas. Ademais, no item 23 do Regulamento são estabelecidos quoruns qualificados de aprovação por titulares de Cotas Seniores para a aprovação de determinadas matérias pela assembléia geral de cotistas. Referido direito dos titulares das Cotas Subordinadas assim como a existência de quoruns qualificados de aprovação por titulares de Cotas Seniores podem impedir a aprovação de matérias essenciais aos interesses dos titulares das Cotas Seniores, o que pode eventualmente afetar seus interesses negativamente.

Recebimento pelo Fundo dos Valores relativos ao Seguro de Vida. Conforme estabelecido no Contrato de Cessão de Direitos Creditórios, o Fundo é automaticamente subrogado na condição de credor dos direitos emergentes dos Seguros de Vida relativos aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo. No entanto, o Banco BMG é indicado na apólice como beneficiário do Seguro de Vida. Por esta razão, qualquer pagamento a título de indenização em caso de sinistro (morte de Aposentados e Pensionistas que tenham contratado o Seguro de Vida) será efetuado ao Banco BMG, que deverá repassar ao Fundo os valores recebidos dentro de até 2 dias, na forma prevista no Contrato de Cessão de Direitos Creditórios. Esse repasse dos valores ao Fundo pode, por diversas razões, atrasar ou deixar de ocorrer. Dentre elas, destaca-se a hipótese de intervenção do Banco BMG, quando o repasse dos recursos provenientes das indenizações recebidas pelo Banco BMG ao Fundo poderá ser interrompido, e permanecer inexigível enquanto perdurar a intervenção (cujo prazo máximo é de 1 (um) ano). Em caso de liquidação extrajudicial do Banco BMG há possibilidade de os recursos ali depositados serem bloqueados, e somente por via de decisão judicial favorável ao Fundo serem recuperados. Qualquer uma dessas hipóteses pode afetar a rentabilidade do Fundo, ou até levar o Fundo a sofrer perdas patrimoniais.

Manutenção do Seguro de Vida. A apólice global dos Seguros de Vida é contratada e os prêmios mensais são pagos diretamente pelo Banco BMG. Caso o Banco BMG deixe de pagar os prêmios mensais, o Seguro de Vida será cancelado. Nesta hipótese, em caso de morte do Aposentado ou Pensionista não haverá cobertura do Seguro de Vida correspondente e apenas o patrimônio deixado pelo *de cujus* (que pode se mostrar insuficiente) responderá pelo saldo a pagar do Empréstimo. Caso a cobrança se verifique infrutífera, e não havendo coobrigação do Cedente, o Fundo suportará os prejuízos daí advindos, o que afetará negativamente sua rentabilidade.

Procedimento para Requerimento de Indenizações do Seguro de Vida. Cabe ao Banco BMG requerer o pagamento de indenizações em caso de sinistro (morte de Aposentados e Pensionistas) e apresentar os documentos comprobatórios exigidos pela seguradora. Caso, por qualquer razão, o Banco BMG atrase ou não apresente a documentação necessária para o recebimento da indenização correspondente, o Fundo poderá deixar de receber os recursos decorrentes do Seguro de Vida, o que poderia impactar negativamente o patrimônio e a rentabilidade do Fundo.

Ausência de Notificação aos Devedores. A cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo não será notificada previamente aos Devedores. Na hipótese de o Banco BMG deixar de exercer a função de Agente de Cobrança, os Devedores não estarão obrigados a realizar qualquer pagamento diretamente ao Fundo até que sejam devidamente notificados da cessão. Caso haja necessidade de notificação, e o Fundo, por qualquer motivo, não consiga efetuar a notificação de todos os Devedores, os Direitos Creditórios relativos aos Devedores não notificados poderão não ser recebidos, ou ser recebidos com atraso, o que afetará negativamente a rentabilidade do Fundo.

Cobrança Judicial ou Extrajudicial dos Direitos Creditórios. No caso de os Devedores inadimplirem as obrigações dos pagamentos dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, poderá haver cobrança judicial e/ou extrajudicial dos valores devidos. Nessa hipótese, além de o Fundo incorrer em maiores custos relacionados à cobrança dos Devedores inadimplentes, nada garante que referidas cobranças atingirão os resultados almejados, recuperando para o Fundo o total dos valores inadimplidos. Nessa hipótese, a rentabilidade do Fundo será afetada negativamente.

Intervenção ou Liquidação Extrajudicial do Custodiante. O Fundo terá conta corrente no Custodiante. Na hipótese de intervenção ou liquidação extrajudicial deste, há possibilidade de os recursos ali depositados serem bloqueados e somente por via judicial serem recuperados para o Fundo, o que afetará negativamente a rentabilidade do Fundo.

GERENCIAMENTO DE RISCOS

Sistema de Gerenciamento de Riscos e *Compliance*

A administração e a gestão do Fundo orientam-se pela transparência, competência e cumprimento do Regulamento e da legislação vigente.

A Política de Investimento, bem como o nível desejável de exposição a risco, são determinados em comitês dos quais participam os principais executivos da diretoria de administração de recursos de terceiros da Instituição Administradora.

A Instituição Administradora privilegia, como forma de controle de riscos, decisões tomadas por diferentes comitês, que traçam os parâmetros de atuação do Fundo acompanhando as exposições a riscos, mediante a avaliação das condições dos mercados financeiro e de capitais e a análise criteriosa dos diversos setores da economia brasileira.

Os riscos a que está exposto o Fundo (dentre os quais, exemplificativamente, os descritos no capítulo "Fatores de Risco" do presente Prospecto) e o cumprimento de suas políticas de investimento são monitorados por área de gerenciamento de risco completamente separada da área de gestão, que utiliza modelo de controle de risco de mercado, visando a estabelecer o nível máximo de exposição a risco.

A utilização desses mecanismos de controle de riscos não elimina a possibilidade de perdas pelo cotista.

COTAS DO FUNDO

Características Gerais

As cotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu patrimônio e não serão resgatáveis, exceto por ocasião da liquidação do Fundo, sendo admitida sua amortização conforme o disposto no Regulamento ou por decisão da assembléia geral de cotistas. As cotas do Fundo serão divididas em classes, conforme descrito no item 16 do Regulamento.

A emissão de cotas do Fundo obedecerá aos parâmetros e requisitos abaixo referidos.

Será admitida a subscrição por um mesmo investidor de todas as cotas emitidas. Não haverá, portanto, requisitos de dispersão das cotas do Fundo.

As cotas serão escriturais e mantidas em conta de depósitos em nome de seus respectivos titulares.

A qualidade de condômino caracteriza-se pela abertura de conta de depósitos em nome do cotista.

É indispensável, por ocasião do ingresso do condômino no Fundo, sua adesão aos termos do Regulamento, através da assinatura do respectivo Termo de Ciência de Risco e Adesão ao Regulamento, bem como de declaração atestando a condição de Investidor Qualificado, se for o caso, além da comprovação de sua condição como Investidor Não-Residente.

Para o cálculo do número de cotas a que tem direito o investidor, não serão deduzidas do valor entregue à Instituição Administradora quaisquer taxas ou despesas.

As cotas do Fundo só podem ser colocadas por instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários. As cotas do Fundo serão colocadas pelo Banco ABC Brasil S.A. ("Instituição Intermediária") , bem como por outras instituições eventualmente contratadas por ela, integrantes do sistema de distribuição.

O valor mínimo de aplicação no Fundo será de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais).

Somente poderão adquirir as cotas do Fundo os investidores que se enquadrem no público alvo definido no item 3 do Regulamento.

A integralização de cotas do Fundo pode ser efetuada por débito e crédito em conta corrente em conta mantida no Custodiante ou por Transferência Eletrônica Disponível – TED.

A amortização e o resgate de cotas do Fundo podem ser efetuados por débito e crédito em conta corrente, Documento de Ordem de Crédito – DOC, Transferência Eletrônica Disponível – TED, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

Admite-se o resgate de cotas do Fundo em Direitos Creditórios na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, conforme especificado no item 26 do Regulamento. Durante a vigência da Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira ("CPMF"), os resgates em Direitos Creditórios serão realizados por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil, simultaneamente à compra, pelo cotista, de Direitos Creditórios, em valor correspondente ao valor líquido resgatado.

As Cotas Seniores do Fundo deverão ser negociadas exclusivamente em pregão das bolsas de valores ou mercado de balcão organizado por entidade autorizada pela CVM, cabendo à Instituição Intermediária assegurar a condição de investidor qualificado do adquirente das cotas. As Cotas Subordinadas não poderão ser negociadas.

O prazo para efetivação de resgate das cotas do Fundo será o do item 4.1 do Regulamento.

Emissão

Emissão - Na emissão de cotas do Fundo ("Emissão"), serão emitidas cotas com valor de R\$1,00 (um real) cada na Data de Subscrição Inicial, independentemente da classe. Fica a critério da Instituição Administradora a quantidade de cotas objeto da Emissão, desde que observados:

- (i) o limite máximo de 85.000.000 (oitenta e cinco milhões) de Cotas Seniores, e o mínimo de 85.000.000 (oitenta e cinco milhões) de Cotas Seniores; e
- (ii) o limite máximo de 21.250.000 (vinte e um milhões duzentas e cinquenta mil) Cotas Subordinadas, e o mínimo de 21.250.000 (vinte e um milhões duzentas e cinquenta mil) Cotas Subordinadas; e
- (iii) a relação entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores, calculados *pro-forma* considerando a Emissão deve respeitar, na Data de Subscrição Inicial, a Razão Mínima.

As cotas objeto da Emissão serão subscritas e integralizadas a partir da Data de Subscrição Inicial, a ser determinada pela Instituição Administradora. Na subscrição de cotas da Emissão que ocorrer em dia diferente da Data de Subscrição Inicial, será utilizado o valor da

cota de mesma classe em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Instituição Administradora, em sua sede ou dependências.

A Emissão se encerrará no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar do protocolo na CVM dos documentos referidos no artigo 8º, incisos I a VIII, da Instrução n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, da CVM ("Instrução 356").

A integralização das Cotas Seniores somente será exigível após a integralização da totalidade das Cotas Subordinadas.

Classes de Cotas

As cotas do Fundo poderão ser seniores ou subordinadas.

Todas as cotas de mesma classe terão iguais remunerações, despesas e prazos, bem como direitos de voto, observado o disposto no item 23 do Regulamento.

As Cotas Seniores são aquelas que não se subordinam às demais para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos do Regulamento ("Cotas Seniores"). O critério para distribuição dos rendimentos e a amortização para as Cotas Seniores estão previstos respectivamente nos itens 18 e 19 do Regulamento.

As Cotas Subordinadas são aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos do Regulamento ("Cotas Subordinadas"). Somente ocorrerá a amortização das Cotas Subordinadas após a amortização integral das Cotas Seniores, ou conforme descrito no Regulamento. Somente ocorrerá o resgate das Cotas Subordinadas após o resgate da totalidade das Cotas Seniores. A distribuição dos rendimentos e a possibilidade de amortização para as Cotas Subordinadas estão previstas respectivamente nos itens 18 e 19 do Regulamento.

Razão Mínima entre o Patrimônio Líquido do Fundo e o Valor das Cotas Seniores

A relação mínima entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores é de 125% (cento e vinte e cinco por cento) ("Razão Mínima"). Essa relação deve ser apurada todo dia útil, e informada aos cotistas periodicamente, nos termos do item 24.5 do Regulamento.

Na hipótese de desenquadramento da Razão Mínima por 2 (dois) dias úteis consecutivos, o Cedente dos Direitos Creditórios será imediatamente informado de tal fato pela Instituição Administradora, na forma do Anexo V do Regulamento ("Aviso de Desenquadramento").

O Cedente deverá responder o Aviso de Desenquadramento, com cópia para o Custodiante, impreterivelmente até o 1º (primeiro) dia útil subsequente à data do seu recebimento, informando por escrito se deseja, a seu exclusivo critério, integralizar ou não novas Cotas Subordinadas. Caso deseje integralizar novas Cotas Subordinadas, deverá se comprometer de modo irrevogável e irrevogável a prontamente subscrever Cotas Subordinadas em valor equivalente a, no mínimo, o necessário para o reenquadramento da Razão Mínima, integralizando-as em moeda corrente nacional.

Na hipótese de o Cedente desejar subscrever novas Cotas Subordinadas, a Instituição Administradora poderá deliberar pela emissão de tais cotas sem necessidade de autorização de quaisquer cotistas do Fundo ou de realização de assembléia geral. Nesse caso, o processo de subscrição e integralização de novas Cotas Subordinadas deverá ser concluído dentro de até 5 (cinco) dias contados da data do envio do Aviso de Desenquadramento.

Na hipótese de o Cedente não responder tempestivamente o Aviso de Desenquadramento à Instituição Administradora, ou ainda na hipótese de o Cedente não desejar subscrever novas Cotas Subordinadas, será observado o disposto nos itens 19.3.1 (Amortização Compulsória) e 26.3 (i) do Regulamento (Evento De Liquidação Antecipada).

DISTRIBUIÇÃO DOS RENDIMENTOS DA CARTEIRA DO FUNDO

As cotas do Fundo, independentemente da classe, terão seu valor determinado todo dia útil, conforme a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo abaixo descrita. A primeira distribuição ocorrerá no dia útil seguinte à Data de Subscrição Inicial, e a última na data de liquidação do Fundo.

A distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo ocorrerá conforme o seguinte procedimento, desde que o patrimônio do Fundo assim permita:

- (i) após o pagamento e provisionamento das despesas e encargos do Fundo, será incorporado ao valor de cada Cota Sênior, a título de distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo relativos ao dia útil imediatamente anterior, o valor equivalente à aplicação do Fator Multiplicador sobre a Taxa DI (na forma do item 18.3.1 do Regulamento e calculada conforme o Anexo VI do Regulamento), no respectivo período; e
- (ii) após a distribuição dos rendimentos acima descrita para as Cotas Seniores, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado proporcionalmente às Cotas Subordinadas.

A fórmula de cálculo do valor a ser distribuído para as Cotas Seniores, desde que o patrimônio do Fundo assim permita, tem como parâmetro a Taxa DI, e consta do Anexo VI do Regulamento.

O Fator Multiplicador, o qual será aplicado sobre a Taxa DI para cálculo da efetiva remuneração das Cotas Seniores (na forma do Anexo VI do Regulamento), é de 110% (cento e dez por cento) ("Fator Multiplicador").

A metodologia acima descrita não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente uma preferência na distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, bem como critérios de distribuição de rendimentos entre as cotas das diferentes classes existentes. Portanto, os cotistas somente receberão rendimentos se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem. Recomenda-se a leitura atenta do capítulo "*Fatores de Risco*" deste Prospecto.

AMORTIZAÇÃO DAS COTAS

O previsto neste capítulo não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente uma previsão de amortização e a preferência entre as diferentes classes de cotas existentes. Portanto, as cotas somente serão amortizadas se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.

Amortização das Cotas Seniores

A partir do 2º (segundo) mês, inclusive, contado desde o mês em que ocorra a Data de Subscrição Inicial, e desde que o Fundo tenha recursos, as Cotas Seniores serão amortizadas em 36 (trinta e seis) pagamentos mensais e sucessivos, que ocorrerão de acordo com a fórmula abaixo:

$$PMT = \left(\frac{1}{36 - (M - 1)} \right) * VQS_n$$

onde:

PMT é o valor de amortização de cada Cota Sênior a ser efetuada em cada mês a partir do 1º (primeiro) mês, inclusive, contado desde o mês em que ocorra a Data de Subscrição Inicial;

M é o número do mês (após a Data de Subscrição Inicial) em que a amortização será feita, sendo que M variará entre 1 (primeira amortização) e 36 (última amortização); e

VQS_n é o valor unitário da Cota Sênior na Data de Amortização de Cotas Seniores "n", calculado na forma do item 21 do Regulamento.

As amortizações das Cotas Seniores ocorrerão, mensalmente, sempre no dia 15 (quinze) de cada mês ("Datas de Amortização de Cotas Seniores"). Tais amortizações compreenderão a amortização de parte do capital investido ("A_{PRINCIPAL}") acrescida do respectivo rendimento ("A_{JUROS}") para cada cota, conforme as fórmulas abaixo:

$$A_{PRINCIPAL_n} = \frac{Vsubs - \left(\sum_{n=0} A_{COMPULSÓRIA_{n-1}} + \sum_{n=0} A_{PRINCIPAL_{n-1}} \right)}{[36 - (M - 1)]}$$

onde:

V_{subs} – valor de subscrição de cada Cota Sênior;

$\sum_{n=0} A_{COMPULSÓRIA\ n-1}$ é o somatório dos valores efetivamente pagos a título de Amortização Compulsória, anteriormente a cada Data de Amortização de Cotas Seniores "n";

$\sum_{n=0} A_{PRINCIPAL\ n-1}$ é o somatório dos valores efetivamente pagos a título de amortização do capital investido, anteriormente a cada Data de Amortização de Cotas Seniores "n";

M é o número do mês, conforme definido no item 19.1 do Regulamento;

$$A_{JUROS_n} = PMT - A_{PRINCIPAL_n}$$

PMT é o valor de amortização calculado conforme o item 19.1 do Regulamento.

Na hipótese de qualquer das Datas de Amortização de Cotas Seniores coincidir com dia em que, ainda que seja dia útil, não haja expediente bancário, o pagamento respectivo ocorrerá no primeiro dia útil subsequente durante o qual haja expediente bancário, não havendo direito, por parte do(s) cotista(s), a qualquer acréscimo.

As Cotas Seniores também poderão ser amortizadas por decisão da assembléia geral de cotistas, observado o item 23.2.1 do Regulamento.

Amortização das Cotas Subordinadas

As Cotas Subordinadas somente serão resgatadas ou amortizadas, total ou parcialmente, após a amortização total ou o resgate da totalidade das Cotas Seniores, na forma prevista no Regulamento.

As Cotas Subordinadas também poderão ser amortizadas por decisão da assembléia geral de cotistas, observado o disposto no item 23.2.1 do Regulamento.

Amortização Compulsória

A Instituição Administradora poderá realizar a amortização compulsória e antecipada das Cotas Seniores (a "Amortização Compulsória"), exclusivamente para fins de enquadramento do patrimônio do Fundo (i) à Razão Mínima e/ou (ii) à Alocação Mínima em Direitos Creditórios estabelecida no item 10.2 do Regulamento.

Na hipótese da Amortização Compulsória ser decorrente da necessidade de re-enquadramento do patrimônio do Fundo à Razão Mínima, a Instituição Administradora deve, tão logo decida pela realização da Amortização Compulsória, convocar assembléia geral de cotistas.

Na hipótese de a Instituição Administradora decidir pela realização da Amortização Compulsória nos termos dos parágrafos anteriores, o valor referente a tal amortização não será apurado pela fórmula definida no item 19.1 do Regulamento, mas sim pelo valor necessário de enquadramento do Fundo, conforme previsto no item 19.3 do Regulamento. Esse valor será referente à amortização do valor principal do investimento, não sendo computado como remuneração. Os cotistas serão informados, inclusive sobre o valor total envolvendo cada Amortização Compulsória, em até 5 (cinco) dias úteis da data em que se verificou a necessidade de realização da Amortização Compulsória.

Qualquer Amortização Compulsória afetará todos os cotistas titulares de Cotas Seniores, de forma proporcional às suas respectivas cotas.

Os procedimentos descritos acima não constituem promessa de rendimentos, estabelecendo meramente uma previsão de amortização e a preferência entre as diferentes classes de cotas existentes. Portanto, as cotas somente serão amortizadas se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.

RESERVA DE PAGAMENTO

A Instituição Administradora deverá constituir reserva para pagamento das amortizações das Cotas Seniores ("Reserva de Pagamento"), adicionalmente à Reserva de Liquidez. Para tanto, a Instituição Administradora deverá interromper a aquisição de novos Direitos Creditórios, de modo que:

- (i) a partir de 60 (sessenta) dias corridos antes de cada Data de Amortização de Cotas Seniores, e até 31 (trinta e um) dias corridos antes de cada Data de Amortização de Cotas Seniores, o Fundo sempre mantenha em Disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) soma equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor futuro estimado da respectiva amortização, excluída a soma mantida em Disponibilidades para atendimento da Reserva de Liquidez; e
- (ii) a partir de 30 (trinta) dias corridos antes de cada Data de Amortização de Cotas Seniores, e até a data da efetiva amortização, o Fundo sempre mantenha em Disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) soma equivalente a 100% (cem por cento) do valor futuro estimado da respectiva amortização, excluída a soma mantida em Disponibilidades para atendimento da Reserva de Liquidez.

Uma vez constituída a Reserva de Pagamento, a Instituição Administradora poderá adquirir novos Direitos Creditórios.

Caso, uma vez constituída, a Reserva de Pagamento deixe de atender ao disposto acima, a Instituição Administradora deverá interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios, com vistas à recomposição da Reserva de Pagamento, sem prejuízo do disposto no item 26.2 (xiv) do Regulamento (Evento de Avaliação), se o caso.

Quando da implementação dos procedimentos definidos acima, a Instituição Administradora deverá priorizar a aquisição de ativos cujas datas de vencimento ou de resgate ou sua liquidez de mercado permitam o pagamento tempestivo das amortizações, sempre observada a política de investimento definida no Regulamento.

Os procedimentos descritos acima não constituem promessa ou garantia, por parte da Instituição Administradora, de que haverá recursos suficientes para a constituição da Reserva de Pagamento, representando apenas um objetivo a ser perseguido pela mesma.

REGRAS DE MOVIMENTAÇÃO

O valor mínimo de aplicação no Fundo é de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). Além disso, somente Investidores Qualificados poderão adquirir as cotas do Fundo, conforme definidos pela regulamentação aplicável, atualmente a Instrução 409.

As Cotas Seniores deverão ser negociadas exclusivamente em pregão das bolsas de valores ou mercado de balcão organizado por entidade autorizada pela CVM, cabendo à Instituição Intermediária assegurar a condição de Investidor Qualificado do adquirente das cotas. As Cotas Subordinadas não poderão ser negociadas.

A integralização de cotas do Fundo pode ser efetuada por débito e crédito em conta corrente em conta mantida no Custodiante ou por Transferência Eletrônica Disponível – TED. A amortização e o resgate de cotas do Fundo podem ser efetuados por débito e crédito em conta corrente, documento de ordem de crédito, TED, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

As Cotas Seniores serão registradas para negociação no SOMAFIX observado que (i) os titulares de Cotas Seniores serão responsáveis pelo pagamento de todos e quaisquer custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas respectivas Cotas Seniores e (ii) caberá exclusivamente às Instituições Intermediárias assegurar que os adquirentes das Cotas Seniores sejam Investidores Qualificados.

Admite-se o resgate de cotas do Fundo em Direitos Creditórios na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, conforme especificado no item 26 do Regulamento. Durante a vigência da CPMF, os resgates em Direitos Creditórios e/ou Outros Ativos serão efetivados por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil, simultaneamente à compra, pelo cotista, de Direitos Creditórios e/ou Outros Ativos, em valor correspondente ao valor líquido resgatado.

O prazo para efetivação de resgate das cotas do Fundo será no dia 15 (quinze) do 36º (trigésimo sexto) mês, contado a partir da Data de Subscrição Inicial. Se o resgate for efetivado em feriado nacional, os valores correspondentes serão pagos ao(s) cotista(s) no primeiro dia útil seguinte em que houver expediente bancário, não havendo direito, por parte do(s) cotista(s), a qualquer acréscimo.

TAXAS

Pela administração e gestão do Fundo, a Instituição Administradora receberá taxa de administração mensal equivalente a um dos seguintes valores, entre eles o maior: (i) valor fixo mensal de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) ou (ii) percentual anual sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, calculado de acordo com o disposto a seguir:

- (a) 0,60% (sessenta centésimos por cento), caso o Patrimônio Líquido do Fundo seja de até R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais); ou
- (b) 0,50 (cinquenta centésimos por cento), caso o Patrimônio Líquido do Fundo seja superior a R\$ 100.000.000,01 (cem milhões de reais e um centavo) e inferior a R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais); ou
- (c) 0,40% (quarenta centésimos por cento), caso o Patrimônio Líquido do Fundo seja igual ou superior a R\$ 250.000.000,01 (duzentos e cinquenta milhões de reais e um centavo).

A taxa de administração será calculada e provisionada diariamente, e paga mensalmente à Instituição Administradora, por período vencido, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao dos serviços prestados.

A taxa de administração devida à Instituição Administradora será calculada sobre o valor diário do patrimônio líquido do Fundo do dia anterior à realização do referido cálculo, à taxa de "1/252" (um duzentos e cinquenta e dois avos) de forma linear, da porcentagem referida acima.

A remuneração acima não inclui as despesas previstas no item 22 do Regulamento, a serem debitadas ao Fundo pela Instituição Administradora.

Os valores em reais mencionados neste item serão reajustados anualmente, a partir da Data de Subscrição Inicial, pela variação do IGP-M ou de outro índice de mercado, na hipótese de extinção do IGP-M, que venha ser aprovado pela assembléia geral de cotistas.

A Instituição Administradora pode estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da taxa de administração acima fixada.

Não poderão ser cobradas dos cotistas do Fundo quaisquer outras taxas, tais como taxa de performance, taxa de ingresso e/ou saída.

PRESTADORES DE SERVIÇOS

Instituição Administradora e Gestora

Histórico e Atividades

A Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itáúsa, inscrita no CNPJ sob o nº 62.418.140/0001-31 ("Instituição Administradora" ou "Intrag"), é uma instituição validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável e devidamente autorizada, nos termos das normas legais e regulamentares vigentes, a participar do mercado de capitais brasileiro.

A Intrag é controlada diretamente pelo Banco Itaú S.A., que detém 99,99% (noventa e nove inteiros e noventa e nove centésimos por cento) das cotas representativas do seu capital social e integra um dos maiores grupos na administração de fundos de investimento no país. Em 20 de setembro de 2005, a Intrag administrava cerca de R\$ 7 (sete) bilhões de recursos de terceiros, dos quais cerca de R\$ 750 (setecentos e cinquenta) milhões referiam-se à administração de fundos de investimento em direitos creditórios e fundos de investimento em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios.

Obrigações, Vedações e Responsabilidades da Instituição Administradora

A Instituição Administradora, observadas as limitações aqui estabelecidas, no Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes, tem amplos e gerais poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer, em nome do Fundo, os direitos inerentes aos Direitos Creditórios que integrem a carteira do Fundo.

Incluem-se entre as obrigações da Instituição Administradora, dentre outras previstas no Regulamento:

- (i) registrar, às expensas do Fundo, o documento de constituição do Fundo e o Regulamento e seu(s) anexo(s), bem como futuras versões do Regulamento e de seu(s) anexo(s), em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo;
- (ii) manter atualizados e em perfeita ordem:
 - (a) a documentação relativa às operações do Fundo;

- (b) o registro dos cotistas;
 - (c) o livro de atas de assembléias gerais;
 - (d) o livro de presença de cotistas;
 - (e) o presente prospecto;
 - (f) os demonstrativos trimestrais de que trata o artigo 8º, § 4º, da Instrução 356;
 - (g) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao Fundo; e
 - (h) os relatórios do Auditor;
- (iii) receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo diretamente ou por meio de instituição contratada;
 - (iv) entregar ao cotista, mediante recibo, gratuitamente, exemplar do Regulamento e disponibilizar o prospecto e os relatórios preparados pelo Auditor e pela Agência Classificadora de Risco contratada pelo Fundo, bem como cientificá-lo (a) do nome do periódico utilizado para divulgação de informações; e (b) da taxa de administração cobrada;
 - (v) divulgar, com a periodicidade prevista no item 24.5 do Regulamento, no periódico referido no item anterior, além de manter disponíveis em sua sede e agência(s) e nas instituições que coloquem cotas desse, o valor do patrimônio líquido do Fundo, o valor das cotas de cada classe, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, a relação entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores, nos termos do item 16.3.1 do Regulamento, e a atualização da classificação de risco das Cotas Seniores pela Agência Classificadora de Risco;
 - (vi) divulgar todas as informações exigidas pela regulamentação pertinente ou pelo Regulamento, em especial as discriminadas no item 24 do Regulamento;
 - (vii) custear as despesas de propaganda do Fundo;
 - (viii) fornecer anualmente aos cotistas documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de cotas de sua propriedade e respectivo valor;

- (ix) sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, conforme disposto na Instrução 356, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a Instituição Administradora e o Fundo;
- (x) providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco relativa à(s) classe(s) de cotas de emissão do Fundo destinada(s) à colocação pública;
- (xi) informar os cotistas sobre eventual rebaixamento da classificação de risco das cotas do Fundo, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados da sua ciência de tal fato;
- (xii) no caso de pedido ou decretação de recuperação judicial ou extrajudicial, falência, intervenção ou liquidação extrajudicial, regime de administração especial temporária, ou ainda, de regimes similares, do Agente de Cobrança, requerer o imediato direcionamento do fluxo de recursos provenientes dos Direitos Creditórios para outra instituição;
- (xiii) informar imediatamente à Agência Classificadora de Risco:
 - (a) a substituição da Instituição Administradora, do Custodiante ou do Auditor;
 - (b) a ocorrência de qualquer Evento de Avaliação e/ou Evento de Liquidação Antecipada; e
 - (c) a celebração de aditamentos ao Regulamento e ao Contrato de Cessão de Direitos Creditórios; e
- (xiv) disponibilizar, mediante solicitação, as demonstrações financeiras trimestrais do Fundo à Agência Classificadora de Risco.

A divulgação das informações previstas no item (v) acima pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódicos de ampla veiculação, observada a responsabilidade do diretor responsável designado nos termos do artigo 8º da Instrução 356, pela regularidade na prestação dessas informações.

O diretor responsável designado nos termos do artigo 8º da Instrução 356 deverá, nos termos da legislação aplicável, elaborar demonstrativo trimestral do Fundo, a ser enviado à CVM e mantido à disposição dos cotistas, bem como submetido à auditoria independente anual, que evidencie que as operações realizadas pelo Fundo estão em consonância com sua política de investimento, de composição e de diversificação da carteira prevista no Regulamento e com a

regulamentação vigente e que as negociações foram realizadas em condições correntes de mercado.

É vedado à Instituição Administradora:

- (i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo Fundo, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;
- (ii) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo; e
- (iii) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de cotas do Fundo.

As vedações de que tratam os itens (i) a (iii) acima abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da Instituição Administradora, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de sua emissão ou coobrigação.

É vedado à Instituição Administradora, em nome do Fundo:

- (i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados de derivativos;
- (ii) realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos no Regulamento;
- (iii) aplicar recursos diretamente no exterior;
- (iv) adquirir cotas do próprio Fundo;
- (v) pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas no Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes;
- (vi) vender cotas do Fundo a prestação;
- (vii) vender cotas do Fundo a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil cedentes de Direitos Creditórios, exceto quando se tratar de cotas cuja classe se subordine às demais para efeito de resgate;

- (viii) prometer rendimento predeterminado aos cotistas;
- (ix) fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- (x) delegar poderes de gestão da carteira do Fundo, ressalvado o disposto no item 8 do Regulamento;
- (xi) obter ou conceder empréstimos;
- (xii) alugar, emprestar ou empenhar os direitos e demais ativos integrantes da carteira do Fundo, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos; e
- (xiii) criar qualquer ônus ou gravame, seja de que tipo ou natureza for, sobre os Direitos Creditórios e os Outros Ativos.

Remuneração da Instituição Administradora

A Instituição Administradora terá direito a receber a remuneração descrita na seção "Taxas" acima.

Substituição da Instituição Administradora

Os titulares das Cotas Seniores em Circulação, reunidos em assembléia geral, poderão solicitar a substituição da Instituição Administradora. Para tanto, os titulares de Cotas Seniores em Circulação deverão encaminhar à Instituição Administradora, no curso da referida assembléia geral, documento contendo as razões e os motivos da solicitação e indicar o nome, a qualificação, experiência e remuneração de, no mínimo, 3 (três) instituições notoriamente capazes de assumir, com o mesmo grau de confiabilidade e qualidade, todos os deveres e as obrigações da Instituição Administradora, nos termos da legislação aplicável, do Regulamento e dos demais documentos da presente operação. A remuneração de cada uma das instituições substitutas apresentadas pelos titulares das Cotas Seniores não poderá ser superior ao valor da taxa de administração praticada pela Instituição Administradora a ser substituída acrescida de 20% (vinte por cento).

A substituição da Instituição Administradora na forma do parágrafo anterior depende da aprovação dos titulares das Cotas Subordinadas, conforme previsto no item 23.2.1 do Regulamento.

A Instituição Administradora, por meio de carta com aviso de recebimento enviada com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos a cada cotista, pode renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, assembléia geral a se realizar em até 30 (trinta) dias corridos, contados da data da respectiva convocação, para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação do Fundo, nos termos da Instrução 356 e do item 23 do Regulamento.

A Instituição Administradora permanecerá no exercício de suas funções pelo prazo de até 15 (quinze) dias contados da data de realização da assembléia geral convocada para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação do Fundo, ou por prazo inferior caso (i) assim seja deliberado pelos cotistas do Fundo nos termos do item 23 do Regulamento, e (ii) a instituição substituta assuma efetivamente todos os deveres e obrigações da Instituição Administradora, na forma da regulamentação aplicável, e comprometa-se a desempenhar suas funções de acordo com os termos e as condições deste Regulamento.

Na hipótese de a Instituição Administradora renunciar às suas funções e a assembléia geral, por qualquer motivo, não deliberar sobre a nomeação de instituição administradora habilitada para substituir a Instituição Administradora, o Fundo será liquidado no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

Caso a nova instituição administradora nomeada nos termos do parágrafo acima não substitua a Instituição Administradora dentro do prazo de 15 (quinze) dias contados da data da realização da assembléia geral que deliberou a substituição, a Instituição Administradora procederá à liquidação do Fundo até o 20º (vigésimo) dia corrido contado da data de realização da referida assembléia geral.

Nas hipóteses de substituição da Instituição Administradora e/ou de liquidação do Fundo, aplicam-se, no que couber, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria Instituição Administradora.

A Instituição Administradora deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da realização da assembléia geral que deliberar pela sua substituição ou, conforme o caso, antes do término do prazo estabelecido no item 9.3 do Regulamento, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo e sobre sua administração que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pela Instituição Administradora ou por qualquer de seus agentes envolvidos, direta ou indiretamente, com a

administração do Fundo, ou que quaisquer pessoas acima referidas tenham tido acesso na execução de suas funções, independentemente do meio em que as mesmas estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que a instituição substituta cumpra, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações da Instituição Administradora, nos termos deste Regulamento.

Contratação de Terceiros

A Instituição Administradora pode, sem prejuízo de sua responsabilidade e da do diretor ou sócio-gerente designado, contratar os serviços abaixo, às expensas do Fundo:

- (i) consultoria especializada, objetivando a análise dos Direitos Creditórios para integrarem a carteira do Fundo;
- (ii) gestão da carteira do Fundo com terceiros devidamente identificados, nos termos da Instrução 356; e
- (iii) custódia.

Custodiante e Escriturador de Cotas

Introdução

Para realização da custódia dos ativos da carteira do Fundo e para escrituração das Cotas, a Instituição Administradora contratou o Banco Itaú S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04 ("Custodiante" ou "Banco Itaú").

O Banco Itaú presta serviços no mercado de capitais brasileiro há mais de 30 anos e controla atualmente mais de R\$ 920 bilhões em ativos. É o maior custodiante do país, conforme dados da Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID (dados de junho de 2005).

O Banco Itaú obteve certificação de qualidade ISO 9001 para várias modalidades de serviços de custódia. Em âmbito internacional, tal certificação foi obtida para custódia de (i) ativos de Investidores Não-Residentes; (ii) Recibos de Depósitos Americanos (ADRs); e (iii) fundos offshore. No âmbito doméstico, destaca-se tal certificação na prestação de serviços relacionados a (i) custódia e controladoria para fundos de investimento e carteiras administradas; e (ii) operações envolvendo fundos de investimento em direitos creditórios.

Histórico

O Custodiante tem uma tradição de mais 30 anos na prestação de serviços para o mercado de capitais. No serviço de custódia e controladoria para fundos e carteiras (serviços para terceiros) o Custodiante atua há 6 anos, sendo um dos pioneiros no desenvolvimento deste segmento. A Diretoria de Serviços para o Mercado de Capitais faz parte da Área de Mercado de Capitais do Banco Itaú e é voltada à prestação de serviços de back-office das mais diversas modalidades. O Custodiante tem realizado nos últimos anos contínuos investimentos em tecnologia, processos e pessoas com o objetivo de ampliar e aprimorar a prestação de serviços ao mercado de capitais.

Atualmente, o Custodiante controla mais de R\$ 920 bilhões em ativos de terceiros com mais de 1.300 contratos firmados, e é líder na prestação de serviços de custódia e controladoria para fundos de investimento e fundações, com cerca de 7.000 fundos/carteiras patrimoniais de clientes processadas diariamente. Além disso, controla mais de 4.860 mil indivíduos/empresas entre acionistas, debenturistas e quotistas e detêm aproximadamente 90% do mercado de custódia local de ADRs – American Depositary Receipts. Na prestação de serviços relacionados à operações com direitos creditórios (servicer), o Custodiante tem sob sua responsabilidade mais de R\$ 4 bilhões em ativos.

Colaboradores e política de recursos humanos

A Diretoria de Serviços para o Mercado de Capitais conta atualmente com mais de 500 funcionários dedicados integralmente à atividade de custódia e controladoria, não incluindo analistas e programadores de sistemas nem tampouco empresas fornecedoras de softwares utilizados na prestação dos serviços.

Tecnologia e sistemas

O Custodiante possui uma estrutura tecnológica que reduz consideravelmente os custos administrativos, técnicos e operacionais, e, ao mesmo tempo, proporciona rapidez, exatidão e sigilo das informações registradas. A aplicação dessa experiência na área de serviços para o mercado de capitais procura minimizar a execução de atividades manuais. A interação com os clientes processa-se tanto pela digitação em seus sistemas quanto pela integração em tempo real.

A área de prestação de serviços para o mercado de capitais tem estrutura independente de processamento, tanto em termos de equipe quanto em termos de ambiente de sistemas de informação. A Diretoria de Serviços para o Mercado de Capitais subcontrata a área de tecnologia do Grupo Itaú, representada pelo Centro Técnico e Operacional ("CTO"), para alguns processos e desenvolvimento de sistemas. O CTO mantém equipes e ambientes de tecnologia segregados para os sistemas relativos à prestação de serviços para o mercado de capitais.

Os aplicativos de uso corporativo (normalmente em ambiente de grande porte) contam com estrutura de segregação de acesso. Desta forma, os usuários da área de serviços a terceiros não acessam informações referentes aos fundos de investimento e carteiras sob a gestão do Banco Itaú S.A. e/ou suas Partes Relacionadas e vice-versa. Além disso, os aplicativos de uso mais específico normalmente trabalham em estrutura de servidores de banco de dados independentes.

Sistemas de back-up

O Custodiante utiliza-se de recursos de back-up baseados em softwares empresariais, utilizando fitotecas e robôs automatizados, com políticas de retenção adequadas a cada necessidade, incluindo cofre predial resistente a catástrofes. Nos ambientes críticos existe estrutura de disaster recovery on-line, utilizando duplicidade de hardware e software e replicação online de dados.

Existe um ambiente de contingência (endereço distinto tanto dos escritórios de operações, quanto do grupo de sistemas) para alocação de pessoal, com recursos de hardware e software dedicados para uma situação emergencial. Tanto a estrutura de back-up como a de disaster recovery estão montadas de forma a apresentar o menor tempo possível de latência. O plano de disaster recovery consiste em servidores replicados que ficam em ambiente fisicamente distante do site normal, garantindo a continuidade do funcionamento dos sistemas respectivos em situações limite.

Políticas de compliance e controles internos

A Diretoria de Serviços para o Mercado de Capitais possui uma gerência de compliance própria que também está subordinada à estrutura do compliance corporativo do Custodiante (para o estabelecimento de diretrizes e normas corporativas), bem como as normas aplicáveis definidas pelo Bacen.

Os processos de custódia e controladoria de fundos de investimento foram recentemente re-certificados pela norma ISO9000. Os processos de gestão contínua e revisão de procedimentos e respectivos manuais são realizados regularmente, sendo alvo de auditoria trimestral.

Responsabilidades

O Custodiante é responsável pelas seguintes atividades:

- (i) receber e analisar a documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios representados por operações financeiras;

- (ii) validar os Direitos Creditórios em relação aos critérios de elegibilidade estabelecidos no Regulamento;
- (iii) realizar a liquidação física e financeira dos Direitos Creditórios, evidenciados pelo instrumento de cessão de direitos e documentos comprobatórios da operação;
- (iv) fazer a custódia, administração, cobrança e/ou guarda da documentação relativos aos Direitos Creditórios e Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo;
- (v) diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem, a documentação dos Direitos Creditórios, com metodologia pré-estabelecida e de livre acesso para auditoria independente, Agência Classificadora de Risco contratada pelo Fundo e órgãos reguladores; e
- (vi) cobrar e receber, por conta e ordem de seus clientes, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na conta de depósitos dos mesmos.

A verificação da documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios referida no item (i) acima será realizada pelo Custodiante por meio aplicação de determinados procedimentos de auditoria a ser realizada, no mínimo trimestralmente, por amostragem física, nos Direitos Creditórios adquiridos. As irregularidades apontadas em tal trabalho serão informadas à Instituição Administradora, à Agência Classificadora de Risco, ao Auditor e ao Cedente através de relatório a ser enviado pelo Custodiante até o final do trimestre subsequente ao trimestre em que for realizada cada verificação. Independentemente do trabalho acima mencionado, o Custodiante não é responsável pela veracidade dos documentos comprobatórios e pela existência dos créditos, sendo, no entanto, responsável pela pronta informação caso venha a ter conhecimento de eventuais irregularidades.

Ao realizar a verificação referida no parágrafo acima, o Custodiante deverá analisar, com relação à documentação examinada de acordo com os procedimentos de auditoria por amostragem realizados, a existência de contrato celebrado por escrito entre o Banco BMG e o respectivo Aposentado ou Pensionista, relativo à contratação do Empréstimo.

Substituição

A Instituição Administradora pode, a qualquer tempo, contratar outra instituição credenciada pela CVM para prestação dos serviços de custódia, agindo sempre no interesse dos cotistas do Fundo, e desde que aprovado pela assembléia geral de cotistas.

Fiel Depositário e Agente de Cobrança

O Banco BMG foi contratado pelo Custodiante (i) como fiel depositário da documentação relativa aos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo; e (ii) como agente cobrador de tais Direitos Creditórios, conforme descrito no Anexo IV do Regulamento.

A descrição dos procedimentos de cobrança a serem adotados pelo Banco BMG consta do item "*Cobrança dos Direitos Creditórios*" do capítulo "*Política de Investimento*" acima.

Substituição

O Fundo pode, a qualquer tempo, contratar outra instituição para prestação dos serviços atribuídos ao Agente de Cobrança, agindo sempre no interesse dos cotistas do Fundo, e desde que aprovado pela assembléia geral de cotistas.

Distribuidor

As cotas do Fundo serão colocadas pelo Banco ABC Brasil S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Juscelino Kubitschek n.º 1400, inscrita no CNPJ sob n.º 28.195.667/0001-06, bem como por outras instituições eventualmente contratadas por ela, integrantes do sistema de distribuição.

O Banco ABC Brasil S.A., Instituição Intermediária da Distribuição, é um banco múltiplo habilitado a operar nas carteiras Comercial, de Investimentos, Financeira, Crédito Imobiliário e Câmbio no mercado financeiro brasileiro pelo Banco Central do Brasil. O Banco ABC é controlado pelo Arab Banking Corporation - ABC (82 %), banco internacional, com sede em Bahrain, com ações negociadas em bolsas de valores, e presença própria ou através de subsidiárias, em 34 países. O restante do capital social do Banco ABC é detido por seus executivos (18%).

Além dos investimentos na área financeira, os acionistas do Banco ABC Brasil S.A. controlam um conjunto de empresas no Brasil e no exterior que se dedica à atividade de comércio internacional.

O Banco ABC tem atuado de maneira destacada em operações de renda fixa no mercado doméstico, tendo ocupado ao final do ano de 2003 a 2º colocação no ranking de originação em valor, e a 2º colocação no ranking de distribuição e 3º colocação no ranking de originação em número de operações, segundo dados divulgados em janeiro de 2004 pela Associação Nacional de Bancos de Investimento – ANBID, considerado o período base compreendido entre os meses de janeiro a dezembro de 2003.

Auditor

Como auditor independente do Fundo, foi contratada a KPMG Auditores Independentes S/C Ltda., sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33, inscrita no CNPJ sob o nº 57.755.217/0001-29.

A KPMG foi criada em 1987, com a fusão da Peat Marwick International (PMI) e da Klynveld Main Goerdeler (KMG), assim como suas firmas-membro individuais. Nos últimos três séculos, o histórico da organização foi marcado pelos nomes de seus principais membros-fundadores, cujas iniciais formam o nome "KPMG":

K representa Klynveld. Piet Klynveld fundou a firma de contabilidade Klynveld Kraayenhof & Co. em Amsterdã, em 1917.

P representa Peat. William Barclay Peat fundou a firma de contabilidade William Barclay Peat & Co. em Londres, em 1870.

M representa Marwick. James Marwick fundou a firma de contabilidade Marwick, Mitchell & Co. com Roger Mitchell na cidade de Nova York, em 1897.

G representa Goerdeler. O Dr. Reinhard Goerdeler foi, por muitos anos, Presidente do Deutsche Treuhand-Gesellschaft e, posteriormente, da KPMG. Ele foi um dos grandes incentivadores da fusão com a KMG.

Em 1911, houve a fusão da William Barclay Peat & Co. e da Marwick Mitchell & Co., para formar o que seria posteriormente conhecido como Peat Marwick International (PMI), uma rede mundial de firmas de contabilidade e consultoria.

Em 1979, a Klynveld fundiu-se à Deutsche Treuhand-Gesellschaft e à McLintock Main Lafrentz, uma firma internacional de serviços profissionais, para formar a Klynveld Main Goerdeler (KMG).

Em 1987, houve uma fusão entre a PMI, a KMG e suas firmas-membro. Atualmente, todas as firmas-membro no mundo adotaram o nome KPMG exclusivamente ou o incluem em suas razões sociais.

Formada em 1º de julho de 1987, a KPMG está presente em nove cidades do Brasil, e conta com mais de 1.000 funcionários.

Além das demais atribuições, o Auditor realizará, como contratado da Instituição Administradora e do Cedente, às expensas do Cedente, trimestralmente, a aplicação de

procedimentos específicos para verificação, a partir de informações provenientes do sistema da DATAPREV, com o objetivo de verificar a exatidão das seguintes informações fornecidas pelo Banco BMG relativas a cada um dos contratos que originaram os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo: (i) ocorrência da averbação da consignação em folha de benefícios do INSS; (ii) identificação do Devedor respectivo, com base em seu código de beneficiário mantido perante o INSS; (iii) que o Devedor respectivo é Aposentado ou Pensionista; e (iv) valor da parcela a receber relativa ao mês de referência desta verificação.

O relatório do Auditor referido no item anterior:

- (i) seguirá o modelo constante do Anexo VII ao Regulamento; e
- (ii) será enviado por meio eletrônico para a Instituição Administradora e para o Custodiante.

Agência Classificadora de Risco

Foi contratada como agência classificadora de risco das Cotas Seniores a Standard & Poor's, divisão da McGraw Hill Interamericana do Brasil Ltda., sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Eng. Luis Carlos Berrini, nº 1253, 10º andar, inscrita no CNPJ sob nº 02295585/0002-20.

OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E CONFLITOS DE INTERESSE

O Custodiante (Banco Itaú S.A.) é o controlador da Instituição Administradora.

O Banco Itaú Holding Financeira S.A. (controlador do Banco Itaú S.A.) celebrou, em dezembro de 2004, acordo de cooperação com o Banco BMG, por meio do qual, dentre outras avenças, visando ao estreitamento do relacionamento comercial de ambas instituições, o Banco BMG se comprometeu a oferecer créditos ao Banco Itaú, para fins de cessão. As duas instituições financeiras celebraram,, em decorrência de tal acordo de cooperação, diversos contratos de cessão de créditos.

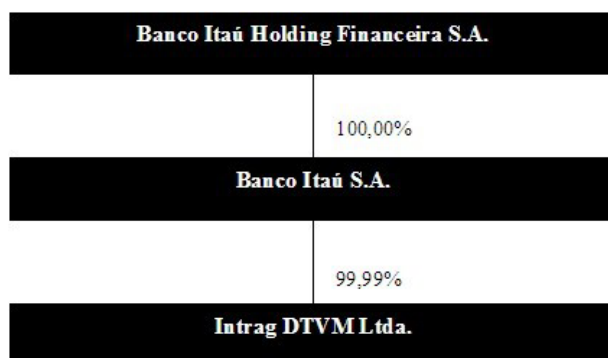
A Instituição Intermediária realiza ou pode vir a realizar com o Banco BMG operações no curso normal dos negócios, tais como: CDI, operações de *hedge* e prestação de fianças.

O Consultor não realizou, até esta data, quaisquer operações com o Banco BMG.

O Custodiante presta serviços de custódia e escrituração a outros fundos de investimento que aplicam seus recursos em Direitos Creditórios cedidos pelo Banco BMG. Ressalte-se que referidos fundos de investimento são administrados pela BMG Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., que é controlada pelo Banco BMG.

A Instituição Administradora presta serviços de administração e gestão ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios INSS I, que aplica seus recursos preponderantemente em direitos creditórios cedidos pelo Banco BMG.

Organograma do Grupo Itaú



SUMÁRIO DOS CONTRATOS RELEVANTES

Contrato de Custódia

O Contrato de Custódia a ser celebrado entre a Instituição Administradora, o Custodiante e o Banco BMG, terá por objeto a prestação, pelo Custodiante à Instituição Administradora, dos serviços de (i) custódia de valores mobiliários e ativos financeiros relativos ao Fundo; (ii) controladoria do Fundo; e (iii) escrituração das cotas do Fundo.

Ao realizar os serviços de controladoria, custódia e controle dos ativos do Fundo, o Custodiante deverá:

- (i) providenciar a abertura e movimentação, junto ao Custodiante, de Conta de Depósito em nome do Fundo.
- (ii) efetuar o recebimento de recursos, quando da emissão ou integralização de cotas, depositados diretamente na Conta de Depósito do Fundo;
- (iii) manter atualizados e em perfeita ordem: (i) os registros contábeis referentes às operações e ao patrimônio do Fundo; (ii) a documentação relativa às operações do Fundo, que ficará com o Custodiante até que seja auditada, quando será encaminhada à Instituição Administradora, juntamente com o parecer da auditoria; (iii) os balanços e demonstrativos exigidos pela lei;
- (iv) informar à Instituição Administradora, diariamente, até às 10:00 horas, o valor dos ativos componentes da carteira de investimentos do Fundo, discriminando o valor atualizado e composição da carteira do Fundo, contendo quantidade, espécie e cotação dos ativos que a integra, com os respectivos valores a pagar e receber e o valor de cada aplicação;
- (v) divulgar diariamente ao mercado, à CVM e à Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID, o valor da cota e do patrimônio líquido do Fundo e, mensalmente, a rentabilidade auferida no período;
- (vi) remeter à Instituição Administradora e à CVM, conforme o caso, dentro dos prazos regulamentares vigentes, sem prejuízo de outros que sejam ou venham a ser exigidos, as seguintes informações: (i) o valor líquido das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas; o patrimônio líquido e a relação das emissões, amortizações e resgates das Cotas do Fundo efetuadas no mês; (ii) demonstrações financeiras do Fundo com os demonstrativos da composição e diversificação da carteira, de acordo com as

informações enviadas pela Instituição Administradora, em conformidade com o item 11 (iv) no Contrato de Custódia;

- (vii) efetuar a liquidação física e financeira de todas as operações do Fundo;
- (viii) manter custodiados junto à CETIP e SELIC, conforme o caso, os ativos e valores mobiliários integrantes do Fundo, observado que: (i) somente poderão ser acatadas pelo Custodiante as ordens enviadas pela Instituição Administradora, ou por seu(s) representante(s) legal(is), ou por mandatário(s), devidamente credenciado(s) junto ao Custodiante, e (ii) o Custodiante está proibido de executar ordens que não estejam diretamente vinculadas às operações de administração da carteira do Fundo;
- (ix) assinar declarações, certificados ou outros documentos relativos à propriedade, imposto de renda, ganhos de capital ou qualquer outro tributo referente aos ativos e recursos relacionados ao Fundo;
- (x) cobrar e receber pagamentos, resgates de títulos ou qualquer renda relativos aos ativos, depositando os valores recebidos na respectiva Conta de Depósito;
- (xi) debitar da respectiva Conta de Depósito, ou de qualquer outra conta mantida pela Instituição Administradora os valores correspondentes às despesas realizadas para escriturar, controlar e custodiar os ativos e valores sob responsabilidade do Custodiante, de acordo com o Contrato de Custódia ou com as instruções recebidas;
- (xii) efetuar, por conta da Instituição Administradora ou do Fundo, o pagamento de tributos, taxas de administração e supervisão, honorários de agentes e outros profissionais especialmente contratados, despesas de distribuição e operacionais necessárias ao cumprimento do Contrato de Custódia;
- (xiii) informar à Instituição Administradora o teor de toda notificação ou informação referente aos ativos que tenha sido endereçada ao Custodiante;
- (xiv) manter em arquivo a documentação negocial e fiscal relativa a cada operação do Fundo pelo prazo necessário ao atendimento da auditoria por parte da Instituição Administradora, que ocorrerá no máximo a cada ano;
- (xv) dar cumprimento às instruções específicas remetidas pela Instituição Administradora ao Custodiante, conforme previsto no Contrato de Custódia;
- (xvi) dar cumprimento ao Manual de Normas de Responsabilidades constante do Anexo III ao Contrato de Custódia;

- (xvii) verificar e validar os Direitos Creditórios que compõem ou que venham a compor a carteira do Fundo, em relação aos critérios de elegibilidade, conforme previsto no Regulamento do Fundo;
- (xviii) realizar, por conta e ordem da Instituição Administradora, o pagamento ao Banco BMG, do preço de aquisição dos Direitos Creditórios;
- (xix) divulgar à Instituição Administradora por meio do site www.itaucustodia.com.br a relação entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Subordinadas;
- (xx) efetuar a retenção e recolhimento do Imposto de Renda e/ou Imposto sobre Operações Financeiras – IOF, conforme legislação vigente; e
- (xxi) as notas de corretagem e faturas devem ser emitidas em nome do Fundo.

Ao realizar os serviços, o Custodiante observará o que segue:

- (i) os registros da Conta de Custódia e da Conta de Depósito indicarão de modo separado e, na medida do possível, segregado, os ativos e recursos financeiros pertencentes ao Fundo;
- (ii) o Custodiante deverá identificar, individualizar e segregar em seus registros, de forma clara e precisa, observadas as normas do Banco Central e da CVM, os ativos do Fundo daqueles de titularidade do Custodiante ou por este custodiados em favor de outra pessoa, cliente ou não do Custodiante;
- (iii) o Custodiante atenderá à solicitação de informação feita pela Instituição Administradora, relacionada ao objeto do Contrato de Custódia, desde que tal solicitação não implique no desenvolvimento de rotinas e procedimentos adicionais desmesurados, a qual deverá ser atendida em prazo compatível com a natureza da solicitação;
- (iv) o Custodiante colocará à disposição por meio do site www.itaucustodia.com.br, diariamente, à Instituição Administradora, relatórios discriminando os ativos mantidos na Conta de Custódia e os valores movimentados na Conta de Depósito, informando: (a) para cada Direito Creditório integrante da carteira do Fundo pago pontualmente na data do vencimento: (aa) identificação do Direito Creditório e do respectivo Aposentado ou Pensionista; (bb) data do vencimento; e (cc) total dos valores recebidos e (b) para cada Direito Creditório integrante da carteira do Fundo não pago pontualmente na data de

vencimento: (aa) discriminação do valor cobrado, incluindo comissão de permanência por dia de atraso; (bb) data original de pagamento; e (cc) total dos valores recebidos;

- (v) o Custodiante colocará à disposição da Instituição Administradora, por meio eletrônico, relatório diário contendo informações referentes à base de dados do Fundo;
- (vi) o Custodiante deverá manter, sempre em adequadas condições de operação, os sistemas de processamento necessários à prestação dos serviços objeto do Contrato de Custódia e às demais obrigações do Fundo e da Instituição Administradora que sejam de responsabilidade do Custodiante, nos termos do Contrato de Custódia;
- (vii) o Custodiante deverá manter sistema de *backup* e plano de contingência de modo a permitir a prestação contínua e ininterrupta dos serviços objeto do Contrato de Custódia;
- (viii) o Custodiante deverá comunicar à Instituição Administradora, a ocorrência de quaisquer eventos ou situações de que tenha conhecimento e que possam, no juízo razoável do homem ativo e probo, colocar em risco o exercício, pela Instituição Administradora ou pelos titulares de Cotas do Fundo, de seus direitos e suas prerrogativas, incluindo qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação;
- (ix) o Custodiante deverá permitir o acesso compartilhado, *on line*, em tempo real, à Conta de Depósito, bem como colocar os relatórios, preparados nos termos do Contrato de Custódia à disposição das pessoas autorizadas pela Instituição Administradora; e
- (x) o Custodiante deverá cumprir todos os procedimentos descritos no Contrato de Cessão.

O Banco BMG, na qualidade de fiel depositário, se responsabiliza pela guarda de toda a documentação relativa aos Direitos Creditórios em nome e por conta do Custodiante e se compromete a entregá-la ao Custodiante quando assim solicitado, ou a colocá-la à disposição para exame ou extração de cópias pelo Custodiante ou de seus prepostos devidamente identificados em até 10 (dez) dias corridos após a solicitação, sob as penas da lei, especialmente a prevista nos artigos 652 do Código Civil Brasileiro e 904, parágrafo único do Código de Processo Civil.

Por fim, o Contrato de Custódia torna-se eficaz na data de sua assinatura, permanecendo em vigor até a liquidação do Fundo, podendo ser denunciado por qualquer das partes mediante aviso escrito com antecedência de 30 (trinta) dias.

Contrato de Cessão de Direitos Cr dit rios

Por meio do Contrato de Cessão de Direitos Creditórios, a ser celebrado entre o Cedente

e o Fundo, tendo o Custodiante, como interveniente, o Cedente cederá e transferirá os Direitos Creditórios ao Fundo, bem como poderá ceder ao Fundo Direitos Creditórios adicionais, ao longo do prazo de duração do Fundo, incluindo seus acessórios, todos os instrumentos que o representam, respectivos anexos e garantias constituídas.

O preço de cessão dos Direitos Creditórios será calculado de acordo com a fórmula especificada no item 2.1 do Contrato de Cessão de Direitos Creditórios.

O Cedente cederá Direitos Creditórios ao Fundo até o montante total das Aquisições Iniciais de Direitos Creditórios, conforme definido no item 11.1.1 (i) do Regulamento, sendo observado o seguinte procedimento:

- (i) o Cedente enviará (a) ao Custodiante, arquivo eletrônico contendo informações sobre os Direitos Creditórios que deseja ceder ao Fundo ("Lista de Direitos Creditórios"); e (b) à Instituição Administradora, correspondência da Caixa Econômica Federal declarando que tais Direitos Creditórios não são de sua titularidade; o envio do arquivo eletrônico ao Custodiante caracterizará oferta, irrevogável e irretroatável, de cessão dos Direitos Creditórios pelo Cedente ao Fundo;
- (ii) a Instituição Administradora informará, mediante preenchimento de boletagem eletrônica de aquisição de Direitos Creditórios disponível no *site* "www.itaucustodia.com.br", o volume de recursos do Fundo disponíveis para aquisição de Direitos Creditórios, caracterizando-se a aquisição, pelo Fundo, dos Direitos Creditórios elegíveis constantes da Lista de Direitos Creditórios respectiva; e
- (iii) após o recebimento do arquivo eletrônico e verificação de quais Direitos Creditórios atendem aos Critérios de Elegibilidade, o Custodiante deixará à disposição do Cedente e da Instituição Administradora, em meio eletrônico, relatório contendo a relação dos Direitos Creditórios objeto de aquisição pelo Fundo, individualmente identificados e seu respectivo preço de aquisição ("Relatório do Custodiante").

No caso da Aquisição Inicial de Direitos Creditórios, os procedimentos para aquisição dos Direitos Creditórios não serão iniciados até que seja verificado o recebimento, pelo Custodiante, do relatório a ser elaborado pela KPMG Auditores Independentes nos termos do item 11.1 (i) do Regulamento.

A cessão de Direitos Creditórios será formalizada por meio da assinatura, pelas partes, de instrumento que descreva os Direitos Creditórios, bem como os termos e condições a que se subordina sua aquisição, substancialmente conforme o modelo constante do Anexo III do Contrato de Cessão de Direitos Creditórios ("Termo de Cessão").

Uma vez assinado o Termo de Cessão, o Fundo pagará ao Cedente o preço dos Direitos Creditórios, de acordo com a contraprestação e com o cálculo do preço de cessão.

Os montantes referentes à contraprestação pelos Direitos Creditórios cedidos serão pagos ao Cedente em moeda corrente nacional e creditados em conta corrente de sua titularidade (a) no próprio dia útil do recebimento, pela Instituição Administradora ou por seu legítimo representante, (1) da via original devidamente assinada pelo Cedente do Termo de Cessão respectivo, ou (2) de fax ou correio eletrônico contendo cópia do Termo de Cessão respectivo, devidamente assinado pelo Cedente, desde que tal recebimento ocorra até as 16:00 hs.; ou (b) no primeiro dia útil seguinte ao do recebimento, pela Instituição Administradora ou por seu legítimo representante, (1) da via original devidamente assinada pelo Cedente do Termo de Cessão respectivo, ou (2) de fax ou correio eletrônico contendo cópia do Termo de Cessão respectivo, devidamente assinado pelo Cedente, caso tal recebimento ocorra após as 16:00 hs.

O Cedente dos Direitos Creditórios terá a faculdade de, a seu exclusivo critério, adquirir, em moeda corrente nacional, qualquer crédito inadimplido, a partir de 5 (cinco) dias corridos contados da data de vencimento do crédito inadimplido, pelo valor exigível do crédito inadimplido, nos termos do item 13 do Regulamento.

O Cedente se obriga, em caráter irrevogável e irretratável, até a amortização e/ou o resgate integral das Cotas Seniores do Fundo a:

- (i) não tomar a iniciativa de alterar o Convênio e informar imediatamente à Instituição Administradora (a) de qualquer comunicação, notificação e/ou solicitação recebida do INSS relacionada à manutenção do Convênio e/ou ao cumprimento ou descumprimento de obrigações pelo Cedente; (b) qualquer inadimplemento de sua parte aos termos do Convênio; e (c) qualquer alteração ao Convênio por iniciativa do INSS;
- (ii) cumprir seus deveres legais e contratuais que são requisitos para que o desconto em benefício continue sendo efetuado;
- (iii) não realizar qualquer ato ou procedimento com o intuito de alterar a atual sistemática de recebimentos dos Direitos Creditórios ou fazer com que o INSS c credite valores relativos aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo em contas (correntes, gráficas ou de controle) diversas das atualmente indicadas no Convênio ou em outro documento já enviado e recebido pelo INSS na data da celebração do Contrato de Cessão de Direitos Creditórios (incluindo, por exemplo, o encerramento ou bloqueio, a qualquer título, das referidas contas correntes);

- (iv) não pedir ou autorizar o cancelamento do desconto em benefício relativo aos contratos de empréstimo cujos respectivos Direitos Creditórios sejam de titularidade do Fundo, exceto na hipótese de liquidação antecipada de quaisquer dos Direitos Creditórios;
- (v) enviar correspondência à Caixa Econômica Federal anexando arquivo eletrônico contendo a Lista de Direitos Creditórios, e solicitando que esta emita declaração escrita de que os Direitos Creditórios não são de sua titularidade, conforme previsto no Contrato de Prestação de Serviços;
- (vi) enviar simultaneamente à Instituição Administradora todas as correspondências trocadas entre o Banco BMG e a Caixa Econômica Federal relativas a assuntos de interesse do Fundo;
- (vii) tomar todas as providências necessárias para assegurar que os recursos oriundos do pagamento dos Direitos Creditórios não sejam ou permaneçam retidos pela Caixa Econômica Federal, em nenhuma circunstância, dando sempre ciência à Instituição Administradora de tais providências;
- (viii) comunicar imediatamente ao Custodiante e à Instituição Administradora o início de qualquer procedimento administrativo ou judicial contra si, ou contra qualquer de suas controladas e/ou controladoras diretas, em montante superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) ou, independentemente do valor, que possa dificultar ou impedir (a) o cumprimento de suas obrigações previstas no Contrato de Cessão de Direitos Creditórios; e/ou (b) as cessões de Direitos Creditórios;
- (ix) comunicar imediatamente ao Custodiante e à Instituição Administradora caso o próprio Banco BMG ou qualquer de suas controladas e/ou controladoras diretas venha a inadimplir obrigação em montante superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);
- (x) comunicar imediatamente ao Custodiante e à Instituição Administradora a ocorrência de qualquer protesto de títulos de crédito de sua responsabilidade ou de responsabilidade de qualquer de suas controladas e/ou controladoras diretas em valor superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais);
- (xi) diligenciar e tomar todas as medidas necessárias para que seus diretores, funcionários, prepostos, agentes e correspondentes cumpram a política de concessão de crédito descrita no Regulamento;
- (xii) enviar ao INSS todas as informações que sejam de sua responsabilidade, nos termos do Convênio, incluindo aquelas necessárias ao desconto em benefício;

- (xiii) informar mensalmente à Instituição Administradora, por meio eletrônico, os respectivos valores de capital e patrimônio líquido ajustado, calculados conforme as normas do Banco Central do Brasil e do Conselho Monetário Nacional;
- (xiv) comunicar imediatamente ao Custodiante e à Instituição Administradora qualquer atraso no repasse, pelo INSS e/ou pela Caixa Econômica Federal, de recursos consignados em folha de benefícios em razão de contratos de empréstimo;
- (xv) comunicar imediatamente à Instituição Administradora a ocorrência de qualquer alteração nos procedimentos de cobrança e transferência de recursos em vigor na data do Termo de Cessão, incluindo, mas não se limitando, aos procedimentos operacionais com a Caixa Econômica Federal;
- (xvi) comunicar imediatamente à Instituição Administradora o início de qualquer procedimento administrativo ou judicial contra si, que tenha como objetivo ou que possa ocasionar a suspensão ou o cancelamento dos descontos em benefícios; e
- (xvii) comunicar imediatamente à Instituição Administradora a ocorrência de qualquer dos Eventos de Revisão ou Eventos de Resilição, conforme definidos abaixo.

Para os efeitos do Contrato de Cessão de Direitos Creditórios e do Regulamento são considerados eventos de revisão ("Eventos de Revisão") quaisquer das seguintes ocorrências:

- (i) modificação do controle acionário do Banco BMG;
- (ii) rescisão, suspensão, e/ou cancelamento, por qualquer motivo, do Convênio ou das autorizações específicas permitindo o desconto em benefício;
- (iii) verificação de falha, erro ou incorreção em quaisquer das declarações prestadas pelo Cedente no item 9.1 do Contrato de Cessão de Direitos Creditórios, que possa comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Cotas Seniores;
- (iv) comprovação de que o Banco BMG tenha oferecido ao Fundo Direitos Creditórios em desacordo com os critérios definidos no item 3.1 do Contrato de Cessão de Direitos Creditórios;
- (v) criação de novos tributos, elevação das alíquotas já existentes ou modificação de suas bases de cálculo, que possa comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Cotas Seniores;

- (vi) inadimplemento, pelo Banco BMG, ou qualquer de suas controladas e/ou controladoras diretas no cumprimento de qualquer obrigação pecuniária e/ou declaração do vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária das pessoas acima referidas, cujo valor unitário ou total seja igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ou o equivalente em outras moedas, exceto quando existir medida judicial adequada para anulação ou sustação de seus efeitos;
- (vii) apresentação para protesto ou protestos de títulos emitidos pelo Banco BMG ou sacados contra o Banco BMG, suas controladas e/ou controladoras diretas, cujo valor unitário ou total seja igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ou o equivalente em outras moedas, excetuados os que tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação ou sustação de seus efeitos;
- (viii) deixar o Banco BMG de atender aos valores mínimos de capital e patrimônio líquido ajustado definidos pelas normas do Banco Central do Brasil e do Conselho Monetário Nacional ;
- (ix) ajuizamento contra o Banco BMG, , suas controladoras diretas ou contra qualquer controlada, de ação ou conjunto de ações de execução para pagamento de quantia certa, incluindo as execuções fiscais, cujo valor seja superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais);
- (x) ocorrência de arresto ou de penhora de bens do Cedente, de suas controladoras ou controladas, de valor superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), considerados individualmente ou em conjunto;
- (xi) ocorrência de qualquer ato ou fato que imponha restrição à alienação dos Direitos Creditórios de titularidade do Cedente; ou
- (xii) descumprimento pelo Banco BMG de qualquer de suas obrigações estabelecidas no Contrato de Cessão de Direitos Creditórios e nos demais documentos relacionados ao Fundo do qual seja parte que não seja um Evento de Revisão ou um Evento de Resilição, desde que tal descumprimento não seja devidamente regularizado ou justificado dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis contado do envio, pela Instituição Administradora, de notificação, por escrito, informando da ocorrência do respectivo evento; a possibilidade de regularização ou justificativa aqui prevista não se aplica a descumprimento de obrigações pecuniárias, constituindo sua ocorrência automaticamente um Evento de Revisão.

Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Revisão, o Fundo adotará os procedimentos definidos no item 26.2.1 e seguintes do Regulamento.

São considerados eventos de rescisão quaisquer das seguintes ocorrências ("Eventos de Rescisão"):

- (i) realização, pelo Cedente, de qualquer negócio ou ato jurídico descrito no item 3.7 do Contrato de Cessão de Direitos Creditórios sem a expressa autorização prévia, por escrito, do Fundo, ressalvadas as hipóteses dos itens 3.7.1 e 5.5 do Contrato de Cessão de Direitos Creditórios;
- (ii) ocorrência de qualquer Evento de Liquidação Antecipada, previsto no item 26 do Regulamento;
- (iii) caso os titulares das Cotas Seniores decidam que qualquer Evento de Avaliação, conforme definido no item 26.2 do Regulamento, constitui um Evento de Liquidação Antecipada do Fundo; ou
- (iv) caso não existam mais Cotas Seniores em circulação.

Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Rescisão, o Fundo poderá rescindir o Contrato de Cessão de Direitos Creditórios de pleno direito, a seu exclusivo critério, sem qualquer ônus, penalidade ou necessidade de justificativa, devendo ser observados os procedimentos definidos no item 26.3 e seguintes do Regulamento.

A parte inadimplente se obriga a indenizar integral e imediatamente a parte prejudicada, bem como seus administradores e prepostos por qualquer prejuízo que este venha a sofrer em decorrência do descumprimento, pela parte inadimplente, seus empregados ou quaisquer prepostos, de qualquer obrigação oriunda do Contrato de Cessão de Direitos Creditórios.

Por fim, o Contrato de Cessão de Direitos Creditórios tornar-se-á eficaz na data de sua assinatura e vigorará pelo prazo necessário ao cumprimento de todas as obrigações dele decorrentes, regendo a partir da referida data todas as cessões de Direitos Creditórios a serem celebradas entre as partes.

O Contrato de Cessão de Direitos Creditórios é reproduzido no Anexo IV ao presente prospecto. Recomenda-se, ainda, a leitura atenta do capítulo "*Fatores de Risco*" do presente Prospecto.

Contrato de Distribuição

Nos termos do Contrato de Distribuição celebrado entre a Instituição Administradora, a Instituição Intermediária, o Banco BMG e a Consultora, as Cotas Seniores do Fundo serão objeto de distribuição pública pela Instituição Intermediária, no mercado de balcão, sob regime de melhores esforços. A Consultora prestará única e exclusivamente serviços consultoria na estruturação do Fundo, ficando estabelecido que a Consultora não participará de qualquer atividade relacionada à distribuição pública das Cotas Seniores, inclusive, mas não se limitando, a qualquer esforço de venda das Cotas, o que todavia, não acarreta em qualquer vedação de aquisição das Cotas Seniores por parte da Consultora.

A colocação pública das Cotas Seniores previstas no Contrato de Distribuição será realizada de acordo com o disposto abaixo:

- (i) a colocação e subscrição das Cotas somente terão início após: (a) o registro do Fundo e da distribuição de suas cotas na CVM; e (b) a publicação do anúncio de início de distribuição relativo ao Fundo;
- (ii) a colocação será pública, realizada em mercado de balcão, segundo plano de distribuição elaborado pela Instituição Intermediária, a qual poderá levar em conta suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica, sem prejuízo do disposto no §3º, do artigo 33, da Instrução 400, não havendo lotes máximos ou mínimos, nem recebimento de reservas antecipadas, devendo ser assegurado o tratamento justo e equitativo para todos os destinatários e aceitantes da oferta;
- (iii) a colocação visará exclusivamente a investidores que sejam, cumulativamente, Investidores Qualificados e Investidores Não-Residentes;
- (iv) não serão constituídos fundos nem celebrados contratos de estabilização de preços e/ou de garantia de liquidez para as Cotas;
- (v) as Cotas Seniores serão colocadas em regime de melhores esforços de subscrição e colocação, a uma taxa de remuneração de 110% da Taxa DI, dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar do protocolo na CVM dos documentos referidos no art. 8º e seu §1º da Instrução 356;
- (vi) o valor mínimo da aplicação no Fundo será de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), nos termos do item 15.5 do Regulamento;
- (vii) a integralização das Cotas deverá ser à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição;

- (viii) a integralização das Cotas somente poderá ser efetuada por crédito em conta corrente indicada pelo Fundo ou por transferência eletrônica disponível – TED; e
- (ix) os interessados na subscrição de Cotas Seniores deverão manifestar-se diretamente à Instituição Intermediária, nos endereços a serem indicados no anúncio de início de distribuição das Cotas Seniores, devendo informar a quantidade de Cotas Seniores que pretendem adquirir; e
- (x) a Instituição Intermediária não terá nenhuma responsabilidade e/ou obrigação perante a Instituição Administradora e/ou o Fundo de subscrever ou integralizar quaisquer Cotas.

O Banco BMG se compromete a:

- (i) fornecer à Instituição Intermediária, sempre que solicitado, todos os documentos e informações necessários à elaboração da documentação relativa à estruturação e constituição do Fundo, bem como à oferta das Cotas Seniores e utilizados na elaboração deste Prospecto e do material mercadológico da oferta das Cotas Seniores;
- (ii) não divulgar ao público informações referentes à oferta pública das Cotas Seniores sem a prévia e expressa anuência da Instituição Intermediária;
- (iii) arcar com as despesas incorridas pela Instituição Intermediária diretamente relacionadas com a oferta, desde que devidamente comprovadas;
- (iv) comunicar imediatamente à Instituição Administradora a ocorrência de qualquer fato relevante que possa afetar a oferta;
- (v) obter todas as autorizações societárias e aprovações necessárias à celebração do Contrato de Distribuição, do Contrato de Cessão de Direitos Creditórios, bem como à realização, e efetivação da cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo e liquidação da oferta pública das Cotas Seniores; e
- (vi) adotar todas as providências necessárias para, durante o período de vigência do Contrato de Distribuição, e até o cumprimento integral das obrigações nele previstas, manter as declarações prestadas no item 8.2 do Contrato de Distribuição válidas e eficazes.

As Cotas Subordinadas serão subscritas pelo Banco BMG proporcionalmente à subscrição das Cotas Seniores, conforme relação especificada no item 15.2.1 (iii) do Regulamento.

No ato de subscrição das Cotas, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pela Instituição Intermediária; (ii) receberá exemplar do Prospecto e cópia do Regulamento, declarando, por meio da assinatura de Termo de Ciência de Risco e Adesão ao Regulamento, estar ciente (a) das disposições contidas no Regulamento, especialmente aquelas referentes à política de investimento, à composição da carteira do Fundo e à taxa de administração; e (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descrito no Regulamento e neste Prospecto; e (iii) indicará um representante responsável e seu respectivo endereço de correio eletrônico para o recebimento das comunicações enviadas pela Instituição Administradora ou pelo Custodiante nos termos do Regulamento.

O Contrato de Distribuição torna-se eficaz na data de sua assinatura, permanecendo em vigência até o cumprimento de todas as obrigações, principais e acessórias contidas no referido Contrato, por parte da Instituição Administradora, do Banco BMG, da Instituição Intermediária e da Consultora.

Ademais, o Contrato de Distribuição poderá ser resolvido, por qualquer uma das partes, sem quaisquer obrigações ou ônus adicionais, salvo o ressarcimentos pelo Banco BMG das despesas até então incorridas pela Instituição Intermediária e pela Consultora e sem prejuízo do disposto na Cláusula 13 do Contrato de Distribuição, na ocorrência das seguintes hipóteses:

- (i) indeferimento pela CVM do registro do Fundo ou imposição de exigências de tal ordem que dificultem ou tornem impossível o referido registro;
- (ii) ocorrência de eventos de natureza política, econômica ou financeira, em qualquer país, que possam causar influência no mercado de capitais brasileiro, imprevisíveis ou inevitáveis e que tornem desaconselhável a qualquer das Partes o cumprimento das obrigações assumidas no Contrato de Distribuição;
- (iii) ocorrência de modificações de normas legais ou regulamentares relativas ao mercado de capitais nacional que venham a, por qualquer forma, alterar as condições de mercado, tornando desaconselhável ou inviável a realização da oferta pública das Cotas Seniores;
- (iv) incidência de novos tributos de qualquer natureza sobre a operação de que trata o Contrato de Distribuição, ou aumento das alíquotas ou valores dos tributos já incidentes na data de sua celebração, que tornem desaconselhável ou inviável a realização da oferta pública das Cotas Seniores;
- (v) modificações regulatórias nos critérios de composição da carteira dos potenciais investidores do Fundo que venham a, por qualquer forma, alterar a disponibilidade de recursos de tais investidores para a aquisição de Cotas Seniores;

- (vi) ocorrência de eventos de força maior que tornem inviável ou desaconselhável a oferta pública das Cotas Seniores;
- (vii) ocorrência de alteração material adversa nas condições econômicas, financeiras ou operacionais do Banco BMG; e
- (viii) decretação da falência, liquidação ou intervenção, judicial ou extrajudicial, ou apresentação de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial de qualquer uma das partes.

O Contrato de Distribuição é irrevogável e irretratável, podendo, no entanto, ser resilido pelo Banco BMG, mediante comunicação por escrito às demais partes, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, hipótese em que o Banco BMG pagará a cada uma das demais partes uma remuneração de descontinuidade, equivalente a 100% (cem por cento) da remuneração prevista nos itens 11.1 e 11.2 do Contrato de Distribuição, respectivamente em relação à Instituição Intermediária e à Consultora, no prazo de até 5 (cinco) dias a contar do envio de notificação relativa ao término do Contrato de Distribuição.

Convênio do Banco BMG com o INSS

Por meio do convênio celebrado entre o Banco BMG, o INSS e a DATAPREV, o Banco BMG foi autorizado a conceder empréstimos e financiamentos a Aposentados e Pensionistas, para pagamento mediante desconto da renda mensal dos respectivos benefícios.

Os Aposentados e Pensionistas deverão dispor de margem consignável suficiente para amparar as prestações decorrentes dos empréstimos e financiamentos concedidos pelo Banco BMG. As consignações não poderão exceder, no momento da contratação, a 30% do valor disponível do benefício. Além disso, os Aposentados e Pensionistas deverão autorizar, por escrito, a consignação de valores para pagamento dos empréstimos ou financiamentos.

Entre outras atribuições, caberá à DATAPREV processar as consignações solicitadas pelo Banco BMG. Para tanto, o Banco BMG deverá enviar à DATAPREV, até o segundo dia útil da cada mês, a relação dos Aposentados e Pensionistas que contraíram empréstimos ou financiamentos e autorizaram, expressamente, o pagamento mediante desconto da renda mensal dos respectivos benefícios previdenciários.

Ademais, o Banco BMG deverá encaminhar ao INSS documentos comprobatórios das autorizações de desconto pelos Aposentados e Pensionistas. Deverá também informar o INSS de eventuais rescisões de contratos de empréstimo e financiamento, para exclusão da consignação.

O INSS deverá repassar os valores descontados da renda mensal dos benefícios em

favor do Banco BMG. Veja a seção "*Cobrança dos Direitos Creditórios*" do capítulo "*Direitos Creditórios*" deste Prospecto.

Os custos incorridos pela DATAPREV no processamento de dados deverão ser ressarcidos pelo Banco BMG. Assim, o Banco BMG deverá pagar à DATAPREV, mensalmente, o valor de R\$0,30 (trinta centavos de real) por parcela consignada.

O Banco BMG será responsável pela autenticidade das informações constantes das relações de Aposentados e Pensionistas enviadas à DATAPREV, assim como pelos valores a serem consignados.

O INSS não responde pelas operações de empréstimo e financiamento contratadas entre o Banco BMG e os Aposentados e Pensionistas, nem por eventuais descontos indevidos, a menos que estes tenham sido causados por ato do próprio INSS.

A DATAPREV será responsável pelo não processamento integral das consignações solicitadas pelo Banco BMG. Nessa hipótese, a ocorrência deverá ser informada ao Banco BMG, para que este possa tomar as providências necessárias à cobrança dos Aposentados e Pensionistas. Ainda, a DATAPREV deverá pagar ao Banco BMG R\$0,30 (trinta centavos de real) por parcela consignável não processada.

O Convênio vigorará pelo prazo de 5 (cinco) anos, a contar da data de sua publicação, podendo ser prorrogado por mais 5 (cinco) anos, de acordo com o interesse das partes.

O Convênio poderá ser denunciado a qualquer momento por qualquer das partes, mediante aviso prévio, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias. A partir da denúncia fica proibida a realização de novas operações de crédito consignado a Aposentados e Pensionistas pelo Banco BMG. No entanto, as responsabilidades das partes permanecem em vigor até a data de liquidação do último contrato firmado por força do Convênio.

Contrato de Prestação de Serviços

Por intermédio do Contrato de Prestação de Serviços a ser celebrado entre o Cedente, o Fundo e a Caixa Econômica Federal firmaram, as partes acordarão que, previamente à cada cessão de Direitos Creditórios, o Cedente enviará à Caixa Econômica Federal arquivo eletrônico contendo a relação de créditos que deseja ceder ao Fundo.

A Caixa Econômica Federal, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, deverá verificar se os créditos que o Cedente contidos no arquivo eletrônico não foram anteriormente cedidos à Caixa Econômica Federal. Esse procedimento tem o objetivo de evitar duplicidade nas cessões de crédito.

Se a Caixa Econômica Federal não identificar a existência de duplicidade de Direitos Creditórios, deverá expedir declaração escrita, endereçada ao Fundo e ao Cedente, reconhecendo que os Créditos a serem cedidos ao Fundo não são de sua titularidade, não detendo portanto direitos sobre tais Direitos Creditórios.

Recomenda-se, ainda, a leitura atenta do capítulo "*Fatores de Risco*" do presente Prospecto.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO E DAS COTAS DE CADA CLASSE

Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo

Os ativos do Fundo terão seu valor calculado todo dia útil, mediante a utilização da metodologia abaixo referida de apuração do seu valor de mercado.

Os títulos de emissão do Tesouro Nacional, os títulos de emissão do Banco Central do Brasil e os créditos securitizados pelo Tesouro Nacional serão precificados de acordo com procedimentos para registro e avaliação de títulos e valores mobiliários, conforme estabelecido na regulamentação em vigor (tais como o critério de marcação a mercado), e de acordo com a metodologia utilizada pelo Custodiante, conforme disposto no Contrato de Custódia.

O valor de mercado dos Direitos Creditórios será obtido pela apuração dos preços praticados em mercados organizados nas operações realizadas com os mesmos tipos de ativos e que apresentem características semelhantes às das operações realizadas pelo Fundo, levando em consideração volume, coobrigação e prazo.

Enquanto não houver mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, estes terão seu valor calculado, todo dia útil, pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.

A metodologia de avaliação dos Direitos Creditórios acima especificada é justificada pelos seguintes fatores:

- (i) a inexistência de mercado organizado e ativo para os Direitos Creditórios da carteira do Fundo;
- (ii) o Fundo é fechado;
- (iii) a intenção de se manterem os Direitos Creditórios na carteira do Fundo até suas respectivas datas de vencimento;
- (iv) o Fundo é destinado exclusivamente para Investidores Qualificados; e
- (v) todos os cotistas, ao aderirem aos termos do Regulamento, concordaram com a intenção de que os Direitos Creditórios sejam mantidos na carteira do Fundo até suas datas de vencimento, conforme os respectivos termos de adesão.

Na hipótese de se verificar a existência de um mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, estes passarão a ser avaliados pelo seu valor de mercado. São elementos que denotam a existência de um mercado ativo de direitos creditórios:

- (i) a criação de segmento específico de negociação para tais ativos em bolsa ou em mercado de balcão organizado; e
- (ii) a existência de negociações com direitos creditórios em volume financeiro relevante, com frequência e regularidade, de modo a conferir efetiva liquidez para os Direitos Creditórios.

As provisões e as perdas com Direitos Creditórios ou com Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo serão, respectivamente, efetuadas ou reconhecidas com a observância das regras e dos procedimentos definidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional, editado pelo Banco Central do Brasil ("COSIF").

Metodologia de Avaliação das Cotas de cada Classe

As cotas de cada classe do Fundo terão seu valor calculado todo dia útil.

O valor unitário das Cotas Seniores será o menor dos seguintes valores:

- (i) o resultado da divisão do patrimônio líquido do Fundo, apurado conforme os itens anteriores, pelo número de Cotas Seniores; ou
- (ii) o valor apurado conforme a fórmula de cálculo descrita no Anexo VI do Regulamento.

O valor unitário das Cotas Subordinadas será o resultado da divisão do eventual saldo remanescente do patrimônio líquido do Fundo, após a subtração do valor de todas as Cotas Seniores, pelo número total de Cotas Subordinadas.

ASSEMBLÉIA GERAL

Competência

É da competência da assembléia geral de cotistas do Fundo:

- (i) examinar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Instituição Administradora, em até 4 (quatro) meses contados do encerramento do exercício social;
- (ii) alterar o disposto no Regulamento, sem prejuízo de outras deliberações previstas no item 23 do Regulamento que acarretam na alteração do próprio Regulamento;
- (iii) deliberar sobre a substituição da Instituição Administradora;
- (iv) deliberar sobre a contratação de terceiro autorizado para exercer atividade de gestão da carteira do Fundo;
- (v) eleger e destituir o(s) representante(s) dos cotistas, nomeado(s) conforme o item 23.4 do Regulamento;
- (vi) deliberar sobre a alteração da taxa de administração praticada pela Instituição Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- (vii) deliberar sobre a fusão, incorporação, cisão e prorrogação do prazo de duração do Fundo;
- (viii) deliberar sobre a liquidação do Fundo, ressalvadas as hipóteses dos itens (x) e (xi) abaixo;
- (ix) deliberar sobre a alteração dos termos e condições do Contrato de Cessão de Direitos Creditórios celebrado entre o Fundo e o Banco BMG ("Contrato de Cessão de Direitos Creditórios");
- (x) resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, tais Eventos de Avaliação devem ser considerados como um Evento de Liquidação Antecipada;
- (xi) resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação Antecipada, tais Eventos de Liquidação Antecipada devem acarretar a liquidação antecipada do Fundo;

- (xii) elevar e/ou diminuir o Fator Multiplicador da remuneração das Cotas Seniores;
- (xiii) deliberar acerca da substituição da Taxa DI no evento de sua indisponibilidade por período superior a 30 (trinta) dias consecutivos ou por imposição legal;
- (xiv) aprovar o aporte adicional de recursos no Fundo para a adoção dos procedimentos referidos no item 13 do Regulamento, na forma ali estabelecida;
- (xv) aprovar os procedimentos a serem adotados no resgate das Cotas do Fundo mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios, de acordo com o disposto no item 26.8 do Regulamento;
- (xvi) deliberar sobre a substituição da Agência Classificadora de Risco; e
- (xvii) deliberar e homologar a substituição do Custodiante, do Agente de Cobrança e do fiel depositário da documentação relativa aos Direitos Creditórios, nos termos dos itens 8.3.3 e 8.4 do Regulamento.

Procedimento de Convocação

A convocação de assembléia geral de cotistas será feita pela Instituição Administradora, por meio eletrônico ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada cotista.

As cartas de convocação ou correspondências eletrônicas indicarão dia, hora e local em que será realizada a assembléia geral de cotistas e os assuntos a serem tratados.

A convocação da assembléia geral de cotistas deverá ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, contados da data de envio da carta ou da correspondência eletrônica.

Não se realizando a assembléia geral de cotistas, será novamente providenciada a expedição aos cotistas de correspondência eletrônica ou de carta com aviso de recebimento, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias. Admite-se que a segunda convocação da assembléia geral de cotistas seja providenciada juntamente com a primeira convocação.

Para os fins dos procedimentos de convocação estabelecidos neste parágrafo, investidores que adquiram Cotas Seniores por meio de negociação no mercado secundário e eventualmente mantenham tais Cotas Seniores custodiadas junto a outra entidade que não o prestador de serviços de agente escriturador contratado, não serão convocados diretamente pela Instituição Administradora, mas sim por meio da entidade junto à qual estiverem custodiadas as suas Cotas Seniores. Para tanto, a Instituição Administradora informará tempestivamente, a

cada uma das entidades junto às quais estejam custodiadas Cotas Seniores, sobre a convocação de assembléia geral de cotistas.

Independentemente das formalidades previstas no Regulamento, será considerada regular a assembléia geral de cotistas a que comparecerem todos os cotistas.

Salvo motivo de força maior, a assembléia geral de cotistas será realizada na sede da Instituição Administradora. Quando a assembléia geral de cotistas não for realizada na sede da Instituição Administradora, as comunicações enviadas aos cotistas devem indicar, com clareza, o local da reunião, que em nenhuma hipótese pode realizar-se fora do município da sede da Instituição Administradora.

Além da reunião anual de prestação de contas, a assembléia geral de cotistas poderá reunir-se por convocação da Instituição Administradora, a seu exclusivo critério, ou mediante solicitação à Instituição Administradora de cotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das cotas emitidas.

As assembléias gerais de cotistas serão instaladas com a presença de pelo menos um cotista.

Nomeação de Representante dos Cotistas

A assembléia geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes dos cotistas para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos cotistas.

Somente pode exercer as funções de representante dos cotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

- (i) seja cotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos cotistas;
- (ii) não seja titular de Cotas Subordinadas;
- (iii) não exerça cargo ou função na Instituição Administradora, ou em Partes Relacionadas à mesma;
- (iv) não exerça cargo de administração ou ser empregado do Cedente ou de Partes Relacionadas ao mesmo.

Os representantes dos cotistas eventualmente nomeados nos termos desta seção não

farão jus, em nenhuma hipótese, ao recebimento de qualquer remuneração do Fundo, da Instituição Administradora, do Custodiante ou do Cedente para exercer tal função.

Direito de Voto e Critérios para Apuração das Deliberações

Todas as deliberações para as quais não haja previsão expressa no Regulamento dependerão da aprovação da maioria das Cotas Seniores em Circulação.

Para fins do disposto acima, define-se "Cotas Seniores em Circulação" a totalidade das Cotas Seniores emitidas, excetuadas as Cotas Seniores que eventualmente, por qualquer motivo, se encontrem em tesouraria, ou que sejam pertencentes ao Cedente e/ou a qualquer das Partes Relacionadas ao Cedente, bem como pertencentes aos respectivos diretores, conselheiros ou acionistas do Cedente e/ou das Partes relacionadas ao Cedente.

Os titulares de Cotas Subordinadas somente terão direito a voto nas matérias indicadas no item 23.2.1 do Regulamento, observado o disposto abaixo.

Além da aprovação de titulares das Cotas Seniores conforme os quoruns de deliberação estabelecidos no item 23 do Regulamento, estarão necessariamente sujeitas à aprovação de titulares de mais da metade das Cotas Subordinadas em assembléia geral de cotistas as deliberações que se refiram a:

- (i) alteração do item 7 do Regulamento;
- (ii) alteração do item 10 do Regulamento, ou que afete a política de investimento do Fundo, inclusive alteração da Alocação Mínima;
- (iii) alteração do item 11 do Regulamento;
- (iv) alteração da Razão Mínima;
- (v) novas distribuições de cotas do Fundo;
- (vi) alteração do item 18 do Regulamento, ou qualquer uma destinada a alterar a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo ou o Anexo VI do Regulamento;
- (vii) alteração dos cronogramas de amortização das Cotas Seniores e Subordinadas previstos nos itens 19.1 e 19.2 do Regulamento;
- (viii) alteração do item 20 do Regulamento, ou qualquer outra que modifique as características da Reserva de Pagamento;

- (ix) alteração do item 21 do Regulamento;
- (x) alteração do item 22 do Regulamento, bem como criação ou aumento de despesas e encargos ordinários do Fundo;
- (xi) alteração do item 23 do Regulamento, inclusive no que concerne a direito de voto de cada classe e alterações de quorum;
- (xii) criação de novos Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação Antecipada do Fundo;
- (xiii) assuntos descritos nos itens (iii), (vi), (vii), (xii) e (xiii) do item 23.1 do Regulamento; e
- (xiv) alteração de vantagens ou criação de obrigações e deveres para as Cotas Subordinadas.

Deliberações sobre as matérias indicadas nos subitens (i), (x) e (xi) do item 23.1 e do item 23.2.1 do Regulamento dependerão de aprovação em assembléia geral de cotistas que representem a maioria das Cotas Seniores em Circulação, exceto se estabelecido quorum diferenciado no Regulamento.

Deliberações sobre as matérias indicadas nos subitens (ii), (iii), (iv), (v), (vi), (vii), (ix), (xv), (xvi) e (xvii) do item 23.1 do Regulamento, bem como a alteração do item 23.2.3 do Regulamento dependerão de aprovação em assembléia geral de cotistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Cotas Seniores em Circulação.

Deliberações sobre as matérias indicadas nos subitens (viii), (xii), (xiii) e (xiv) do item 23.1 do Regulamento, bem como a alteração do item 23.2.4 do Regulamento dependerão de aprovação em assembléia geral de cotistas que representem 100% (cem por cento) das Cotas Seniores em Circulação.

Somente podem votar nas assembléias gerais os cotistas do Fundo, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de um ano. A presidência das assembléias gerais de cotistas caberá à Instituição Administradora, ressalvada a hipótese de deliberação em sentido diverso por parte dos cotistas presentes.

Será sempre assegurada a participação da Instituição Administradora em qualquer assembléia geral de cotistas.

Não terão direito a voto na assembléia geral de cotistas a Instituição Administradora e seus empregados.

Divulgação e Eficácia das Deliberações da Assembleia Geral

As decisões da assembleia geral de cotistas devem ser divulgadas aos cotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua realização.

As deliberações tomadas pelos cotistas, observados os quoruns de instalação e de deliberação estabelecidos no Regulamento, bem como, se for o caso, observado o procedimento descrito no item 23.2.1 do Regulamento, serão válidas e eficazes e obrigarão tanto os titulares das Cotas Seniores quanto os titulares das Cotas Subordinadas, quer tenham comparecido à assembleia geral de cotistas, e nela hajam se absterido de votar, inclusive na hipótese de exclusão do direito de voto, ou votado contra, quer não tenham comparecido.

LIQUIDAÇÃO DO FUNDO

O Fundo será liquidado, ordinariamente, no dia 15 (quinze) do 36º (trigésimo sexto) mês, contado a partir do mês em que se verificar a Data de Subscrição Inicial. Em tal caso, após o pagamento das despesas e encargos do Fundo, será pago aos titulares de Cotas Seniores, se o patrimônio do Fundo assim permitir, o valor apurado conforme o item 21.4.1 do Regulamento, em vigor na própria data de liquidação. O total do eventual excedente, após o pagamento aos titulares das Cotas Seniores, será pago aos titulares de Cotas Subordinadas, conforme a quantidade de cotas respectiva.

Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação Antecipada do Fundo

Eventos de Avaliação

São considerados eventos de avaliação do Fundo (os "Eventos de Avaliação") quaisquer das seguintes ocorrências:

- (i) rebaixamento da classificação de risco inicial das Cotas Seniores, considerando-se a tabela da Agência Classificadora de Risco;
- (ii) renúncia da Instituição Administradora à administração do Fundo, nos termos do item 9 do Regulamento;
- (iii) inobservância pela Instituição Administradora de seus deveres e obrigações previstos no Regulamento, verificada pelo Custodiante ou pelo representante dos cotistas, desde que, notificada por qualquer deles para sanar ou justificar o descumprimento, a Instituição Administradora não o faça no prazo de 2 (dois) dias úteis contado do recebimento da referida notificação;
- (iv) inobservância pelo Custodiante dos deveres e das obrigações previstas no Regulamento e no Contrato de Custódia, desde que, se notificado pela Instituição Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, o Custodiante não o faça no prazo de 2 (dois) dias úteis contado do recebimento da referida notificação;
- (v) inobservância pelo Cedente e/ou Agente de Cobrança dos deveres e das obrigações previstas no Contrato de Custódia com relação à cobrança dos Direitos Creditórios, desde que, se notificado pela Instituição Administradora ou pelo Custodiante para sanar ou justificar o descumprimento, o Cedente e/ou o Agente de Cobrança não o faça no prazo de 2 (dois) dias úteis contado do recebimento da referida notificação;

- (vi) aquisição pelo Fundo de Direitos Creditórios em desacordo com os critérios de elegibilidade estabelecidos no item 11 do Regulamento;
- (vii) não pagamento, nas Datas de Amortização de Cotas Seniores, do valor integral da amortização de qualquer Cota Sênior;
- (viii) amortização de Cotas Subordinadas em desacordo com o disposto no Regulamento;
- (ix) resilição do Contrato de Custódia, ou do contrato de guarda dos documentos que amparam os Direitos Creditórios, se houver;
- (x) não divulgação pela Agência Classificadora de Risco da atualização trimestral da classificação de risco referente às Cotas Seniores por prazo igual ou superior a 60 (sessenta) dias;
- (xi) renúncia do Custodiante, sem sua imediata substituição;
- (xii) ser a Taxa DI maior ou igual a 130% (cento e trinta por cento) da Taxa DI do dia útil imediatamente anterior;
- (xiii) ocorrência de qualquer dos seguintes eventos:
 - (a) modificação do controle acionário do Banco BMG;
 - (b) rescisão, suspensão e/ou cancelamento, por qualquer motivo, do Convênio celebrado com o INSS ou das autorizações específicas permitindo o desconto em benefício;
 - (c) verificação de falha, erro ou incorreção em quaisquer das declarações prestadas pelo Cedente no item 9.1 do Contrato de Cessão de Direitos Creditórios, que possa comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Cotas Seniores;
 - (d) comprovação de que o Banco BMG tenha reiterada e/ou dolosamente oferecido ao Fundo direitos creditórios em desacordo com os critérios definidos no item 3.1 do Contrato de Cessão de Direitos Creditórios;
 - (e) criação de novos tributos, elevação das alíquotas já existentes ou modificação de suas bases de cálculo, que possa comprometer negativamente a boa ordem legal,

administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Cotas Seniores;

- (f) inadimplemento pelo Banco BMG, ou qualquer de suas controladas e/ou controladoras diretas no cumprimento de qualquer obrigação pecuniária e/ou declaração do vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária das pessoas acima referidas, cujo valor unitário ou total seja igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ou o equivalente em outras moedas, exceto quando existir medida judicial adequada para anulação ou sustação de seus efeitos;
- (g) apresentação para protesto ou protesto de títulos emitidos pelo Banco BMG ou sacados contra o Banco BMG, suas controladas e/ou controladoras diretas, cujo valor unitário ou total seja igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ou o equivalente em outras moedas, excetuados os que tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação ou sustação de seus efeitos;
- (h) deixar o Banco BMG de atender aos valores mínimos de capital e patrimônio líquido ajustado definidos pelas normas do Banco Central do Brasil e do Conselho Monetário Nacional;
- (i) ajuizamento contra o Banco BMG, suas controladoras diretas ou contra qualquer controlada, de ação ou conjunto de ações de execução para pagamento de quantia certa, incluindo as execuções fiscais, cujo valor seja superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais);
- (j) ocorrência de arresto ou de penhora de bens do Banco BMG, de suas controladoras ou controladas, de valor superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), considerados individualmente ou em conjunto;
- (k) ocorrência de qualquer ato ou fato que imponha restrição à alienação dos direitos creditórios de titularidade do Banco BMG; ou
- (l) descumprimento pelo Banco BMG de qualquer de suas obrigações estabelecidas no Regulamento e nos demais documentos relacionados ao Fundo do qual seja parte que não seja um Evento de Revisão ou um Evento de Resilição do Contrato de Cessão de Direitos Creditórios (conforme definidos no Contrato de Cessão de Direitos Creditórios), desde que tal descumprimento não seja devidamente regularizado ou justificado dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis contado do envio, pela Instituição Administradora, de notificação, por escrito, informando da ocorrência do respectivo evento; a possibilidade de regularização

ou justificativa aqui prevista não se aplica a descumprimento de obrigações pecuniárias, constituindo sua ocorrência automaticamente um Evento de Revisão do Contrato de Cessão de Direitos Creditórios (conforme definido no Contrato de Cessão de Direitos Creditórios);

- (xiv) não constituição da Reserva de Pagamento nos termos do Regulamento ou caso os limites estabelecidos no item 20.1 do Regulamento para Reserva de Pagamento não sejam atendidos pelo prazo de 5 (cinco) dias úteis consecutivos e/ou 10 (dez) dias alternados em um período de 30 (trinta) dias consecutivos;
- (xv) constarem do relatório de verificação referido no item 8.5 do Regulamento inexatidões ou incongruências em relação às informações fornecidas pelo Banco BMG com relação a 5% (cinco por cento) ou mais dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo desde a última verificação; e
- (xvi) inadimplência da carteira de Direitos Creditórios do Fundo superior a 3% (três por cento) na média móvel dos 3 (três) Períodos de Verificação anteriores ou superior a 5% (cinco por cento) em um único Período de Verificação; tal inadimplência será medida até o 5º (quinto) dia útil após cada Período de Verificação, através da relação entre os Direitos Creditórios vencidos e não pagos e o total de Direitos Creditórios com vencimento durante o Período de Verificação; entende-se por "Período de Verificação" aquele correspondente a um mês-calendário.

Sem prejuízo do disposto abaixo, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, o Fundo interromperá os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios e a Instituição Administradora convocará imediatamente uma assembléia geral, a qual decidirá, de acordo com o quorum de deliberação de que trata o item 23 do Regulamento, se tal Evento de Avaliação deve ser considerado como um Evento de Liquidação Antecipada do Fundo.

Caso a assembléia geral de que trata o parágrafo anterior delibere que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Liquidação Antecipada do Fundo, a Instituição Administradora observará os procedimentos de que trata o item 23 do Regulamento, devendo a assembléia geral deliberar sobre os procedimentos envolvendo a liquidação do Fundo.

Caso o Evento de Avaliação não dê causa à liquidação antecipada do Fundo, o Fundo reiniciará o processo de aquisição de Direitos Creditórios, nos termos do Contrato de Cessão de Direitos Creditórios, sem prejuízo da implementação de eventuais ajustes aprovados pelos cotistas na assembléia geral.

Eventos de Liquidação Antecipada

Será convocada assembléia geral para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo na ocorrência de qualquer das hipóteses abaixo indicadas ("Eventos de Liquidação Antecipada"):

- (i) inobservância, por 5 (cinco) dias úteis consecutivos, da Razão Mínima, caso o Cedente não responda tempestivamente o Aviso de Desenquadramento à Instituição Administradora (item 16.3.2.1 do Regulamento), ou ainda na hipótese de o Cedente não subscrever novas Cotas Subordinadas na forma especificada no item 16.3.2.1 do Regulamento;
- (ii) impossibilidade de aquisição de Direitos Creditórios que preencham os critérios de elegibilidade especificados no item 11.1 do Regulamento;
- (iii) pedido ou decretação de falência, intervenção, liquidação extrajudicial, regime de administração especial temporária ou regimes semelhantes com relação (a) ao Cedente; e/ou (b) ao Agente de Cobrança; e/ou (c) à Instituição Administradora; e/ou (d) a quaisquer sociedades controladoras diretas das pessoas referidas anteriormente;
- (iv) não pagamento dos valores de amortização das Cotas Seniores nas datas previstas no Regulamento;
- (v) rescisão ou rescisão do Contrato de Custódia sem a conseqüente substituição por nova instituição prestadora desse serviço;
- (vi) se for deliberado que um Evento de Avaliação constitui Evento de Liquidação Antecipada;
- (vii) na hipótese de a assembléia geral não chegar a acordo quanto à substituição da Taxa DI (item 23.1 (xiii) do Regulamento), na ausência de sua apuração e/ou divulgação por prazo superior a 30 (trinta) dias corridos ou, ainda, no caso de extinção da Taxa DI por imposição legal; e
- (viii) rescisão ou rescisão do Contrato de Cessão de Direitos Creditórios.

Sem prejuízo do disposto acima, na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação Antecipada, a Instituição Administradora imediatamente (i) notificará tal fato aos cotistas e (ii) interromperá a aquisição de Direitos Creditórios.

Na hipótese (i) de não instalação da assembléia geral por falta de quorum, ou (ii) de aprovação pelos cotistas da liquidação antecipada do Fundo, a Instituição Administradora deverá iniciar os procedimentos referentes à liquidação do Fundo.

Na hipótese de a assembléia geral deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo, será facultado aos titulares de Cotas Seniores que não concordarem com a decisão ("Cotistas Dissidentes") o direito de resgatar antecipadamente suas cotas, conforme regras a serem definidas na assembléia geral. Em qualquer hipótese, os Cotistas Dissidentes deverão ter suas cotas resgatadas em, no máximo, 15 (quinze) dias contados da data da assembléia geral. O resgate dos Cotistas Dissidentes será pelo valor da Cota Sênior do dia útil imediatamente anterior ao dia do pagamento, calculado na forma do item 21.4.1 do Regulamento.

Procedimentos de Liquidação Antecipada

Caso a assembléia geral delibere a liquidação antecipada do Fundo, todas as cotas do Fundo serão resgatadas, observados os seguintes procedimentos:

- (i) a Instituição Administradora não adquirirá mais Direitos Creditórios e/ou Outros Ativos para o Fundo, e todos os recursos em moeda corrente serão utilizados para o resgate das cotas;
- (ii) as Cotas Seniores terão prioridade no resgate sobre as Cotas Subordinadas; portanto, todos os recursos disponíveis no patrimônio do Fundo serão prioritariamente alocados para o resgate das Cotas Seniores, de forma *pro rata* e mediante a observância de igualdade de condições entre todas as Cotas Seniores; e
- (iii) as Cotas Subordinadas somente serão resgatadas após o resgate integral de todas as Cotas Seniores, sendo então pago a cada Cota Subordinada o valor correspondente à fração respectiva no eventual saldo remanescente do patrimônio do Fundo.

Com o intuito de racionalizar o processo de resgate de cotas descrito no parágrafo anterior, a Instituição Administradora poderá postergar pagamentos aos cotistas até que o total de recursos disponíveis seja equivalente ao mínimo de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), exceto na hipótese de o valor dos recursos disponíveis já ser suficiente para o resgate integral das Cotas Seniores.

Caso no último dia útil do prazo para resgate antecipado a totalidade das Cotas Seniores ainda não tenha sido resgatada mediante pagamento em moeda corrente nacional, as Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas em circulação poderão ser resgatadas mediante a dação em pagamento da totalidade dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo.

Qualquer entrega de Direitos Creditórios para fins de pagamento de resgate aos titulares de cotas do Fundo será realizada mediante a utilização de procedimento de rateio, considerando o número de cotas devido por cada cotista na ocasião e observados os procedimentos definidos no item 26 do Regulamento.

De acordo com o disposto no item 16 do Regulamento, as Cotas Seniores terão prioridade no pagamento de resgate sobre as Cotas Subordinadas, sendo que as Cotas Subordinadas somente serão resgatadas após o pagamento integral de todas as Cotas Seniores, observado o disposto no item 26 do Regulamento.

Antes da implementação de qualquer procedimento referente à entrega de Direitos Creditórios aos cotistas do Fundo, de acordo com o disposto no item 26 do Regulamento, o Cedente terá a faculdade de, a seu exclusivo critério, adquirir, em moeda corrente nacional, a totalidade dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, no 3º (terceiro) dia útil imediatamente anterior ao término do prazo para resgate antecipado, por preço no mínimo equivalente ao valor exigível dos Direitos Creditórios.

Na hipótese de o Cedente decidir não exercer a faculdade de que trata o item anterior, a assembléia geral de cotistas deverá deliberar sobre os procedimentos de dação em pagamento dos Direitos Creditórios para fins de pagamento de resgate das cotas do Fundo ainda em circulação.

Na hipótese de a assembléia geral de cotistas referida no parágrafo anterior não chegar a acordo quanto aos procedimentos de dação em pagamento dos Direitos Creditórios para fins de pagamento de resgate das cotas, os Direitos Creditórios serão dados em pagamento aos titulares das Cotas Seniores até o limite do valor destas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada titular de Cotas Seniores será calculada de acordo com a proporção de Cotas Seniores devida por cada titular sobre o valor total das Cotas Seniores em circulação à época. Os eventuais Direitos Creditórios remanescentes, não entregues ao condomínio dos titulares de Cotas Seniores, serão entregues aos titulares de Cotas Subordinadas, proporcionalmente à sua participação no remanescente do patrimônio do Fundo. Realizados tais procedimentos, a Instituição Administradora estará desobrigada em relação às responsabilidades estabelecidas no Regulamento, ficando autorizada a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.

A Instituição Administradora deverá notificar os titulares das Cotas Seniores, (i) para que elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos Creditórios, na forma do artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro, (ii) informando a proporção de Direitos Creditórios a que cada titular de Cotas Seniores fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade da Instituição Administradora perante os cotistas após a constituição do condomínio de que trata o item anterior.

Caso os titulares das Cotas Seniores não procedam à eleição do administrador do condomínio referido no item 26.8.5 do Regulamento, essa função será exercida pelo titular de Cotas Seniores que detenha a maioria das Cotas Seniores em Circulação.

O Custodiante e/ou empresa por ele contratada fará a guarda dos Direitos Creditórios e dos respectivos documentos comprobatórios pelo prazo improrrogável de 10 (dez) dias (contado da notificação referida no item 26.8.6 do Regulamento), dentro do qual o administrador do condomínio indicará à Instituição Administradora e ao Custodiante, hora e local para que a ele seja feita a entrega dos Direitos Creditórios e respectivos documentos comprobatórios. Expirado este prazo, a Instituição Administradora poderá promover a consignação da documentação relativa aos Direitos Creditórios, na forma do artigo 334 do Código Civil Brasileiro.

A liquidação do Fundo será gerida pela Instituição Administradora, observado o que dispõe o Regulamento ou o que for deliberado na assembléia geral.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Despesas e Encargos do Fundo

Constituem encargos do Fundo, além da taxa de administração prevista no item "*Taxas*" acima:

- (i) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (ii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- (iii) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos cotistas;
- (iv) honorários e despesas do Auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação da Instituição Administradora;
- (v) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- (vii) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de assembléia geral de cotistas;
- (viii) taxas de custódia de ativos do Fundo;
- (ix) a contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas cotas admitidas à negociação, na hipótese de vir a ser admitida a negociação das cotas do Fundo nesses mercados;
- (x) despesas com a contratação de Agência Classificadora de Risco; e
- (xi) despesas com profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos cotistas.

Quaisquer despesas não previstas acima como encargos do Fundo devem correr por conta da Instituição Administradora.

Direitos Creditórios Inadimplentes, Recompra Facultativa e Aporte Adicional de Recursos para Fazer Frente a Despesas de Cobrança

Os Direitos Creditórios não pagos quando de seu vencimento serão objeto de cobrança pelo Fundo, havendo sido contratado o Agente de Cobrança para prestar tais serviços.

O Cedente dos Direitos Creditórios terá a faculdade de, a seu exclusivo critério, adquirir, em moeda corrente nacional, qualquer Direito Creditório inadimplente, a partir de 5 (cinco) dias corridos contados da data de vencimento do título, pelo valor exigível do Direito Creditório inadimplido.

Os Direitos Creditórios não adquiridos na forma descrita no parágrafo anterior permanecerão sujeitos à cobrança pelo Agente de Cobrança, observados os prazos e procedimentos descritos no Regulamento. O Agente de Cobrança somente poderá renegociar ou acordar qualquer alteração aos termos e condições dos Direitos Creditórios inadimplidos junto aos respectivos Devedores, bem como promover a cobrança judicial de qualquer Direito Creditório inadimplido, após o 10º (décimo) dia corrido contado do vencimento do Direito Creditório inadimplido em questão.

Todos os custos e despesas incorridos pelo Fundo para salvaguarda de seus direitos e prerrogativas e/ou com a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos serão de inteira responsabilidade do Fundo ou dos cotistas do Fundo, não estando o Agente de Cobrança, a Instituição Administradora ou o Custodiante, de qualquer forma, obrigados pelo adiantamento ou pagamento ao Fundo dos valores necessários à cobrança de Direitos Creditórios e Outros Ativos.

O Agente de Cobrança, a Instituição Administradora e o Custodiante não serão responsáveis por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos aqui referidos que o Fundo venha a iniciar em face de terceiros ou do Cedente, os quais deverão ser custeados pelo próprio Fundo ou diretamente pelos cotistas do Fundo.

As despesas relacionadas com as medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda dos direitos e prerrogativas do Fundo e/ou a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos serão suportadas diretamente pelo Fundo até o limite de seu patrimônio líquido. A parcela que exceder a este limite deverá ser previamente aprovada pelos cotistas do Fundo em assembléia geral convocada especialmente para este fim e, se for o caso, será aportada diretamente ao Fundo por meio da subscrição e integralização de novas

cotas. Os recursos aportados ao Fundo pelos titulares das cotas serão reembolsados por meio de resgate ou amortização, de acordo com os procedimentos previstos no Regulamento ou na referida assembléia geral.

Na hipótese de necessidade de aporte adicional de recursos, fica desde já estabelecido que, observada a manutenção do regular funcionamento do Fundo, nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pelo Fundo antes (i) do recebimento integral do adiantamento a que se refere o parágrafo anterior; e (ii) da assunção, pelos cotistas, do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de eventual verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser condenado. A Instituição Administradora, o Agente de Cobrança e o Custodiante não serão responsáveis por qualquer dano ou prejuízo sofrido pelo Fundo e/ou por qualquer dos cotistas em decorrência da não propositura (ou prosseguimento), pelo Fundo, de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas, inclusive caso os cotistas não apórem os recursos suficientes para tanto na forma desta cláusula.

Os aportes deverão ser feitos em dinheiro, em valor suficiente para que o Fundo disponha dos recursos necessários para cobrir todos os custos e despesas necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas e/ou à cobrança judicial ou extrajudicial dos seus Direitos Creditórios e dos Outros Ativos.

Informações Obrigatórias e Periódicas

A Instituição Administradora deverá prestar, na forma e dentro dos prazos estabelecidos, todas as informações obrigatórias e periódicas abaixo descritas, sem prejuízo de outras previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente.

A Instituição Administradora deve encaminhar à CVM, no prazo de 10 (dez) dias da data da primeira integralização de cotas do Fundo, as seguintes informações:

- (i) número de inscrição do Fundo no CNPJ; e
- (ii) a data da primeira integralização de cotas do Fundo.

A Instituição Administradora deverá informar à CVM a data do encerramento de cada distribuição de cotas.

A Instituição Administradora, por meio de seu diretor indicado, sem prejuízo do atendimento das determinações estabelecidas na regulamentação em vigor, deve elaborar demonstrativos trimestrais evidenciando que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com a política de investimento prevista no Regulamento e com os limites de

composição e de diversificação a ele aplicáveis, bem como que as modalidades de negociação foram realizadas a taxas de mercado. Tais demonstrativos devem ser enviados à CVM e permanecer à disposição dos cotistas do Fundo, bem como ser examinados por ocasião da auditoria independente.

A Instituição Administradora deve divulgar, trimestralmente, no periódico referido no item 25 do Regulamento, além de manter disponíveis em sua sede e agência(s) e nas instituições que coloquem cotas do Fundo, o valor do patrimônio líquido do Fundo, o valor das cotas de cada classe, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, a Razão Mínima, e o último relatório da(s) Agência Classificadora de Risco contratada(s) pelo Fundo.

A divulgação das informações previstas acima pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódicos de ampla veiculação, observada a responsabilidade do diretor designado nos termos do artigo 8º da Instrução 356, pela regularidade na prestação dessas informações.

A Instituição Administradora é obrigada a divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, de modo a garantir a todos os cotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à permanência no Fundo, se for o caso.

Sem prejuízo de outras ocorrências relativas ao Fundo, considera-se fato relevante a alteração da classificação de risco das cotas do Fundo ou dos Direitos Creditórios e demais ativos integrantes da respectiva carteira.

A divulgação das informações previstas acima deve ser feita por meio de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo e mantida disponível para os cotistas na sede e agência(s) da Instituição Administradora e nas instituições que coloquem cotas do Fundo.

A Instituição Administradora deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos cotistas, em sua sede e dependências, informações sobre:

- (i) o número de cotas de propriedade de cada um e o respectivo valor;
- (ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e
- (iii) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios e dos Outros Ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão auditadas pelo Auditor e estarão sujeitas às normas contábeis expedidas pela CVM. Enquanto a CVM não editar tais normas, aplicam-se ao Fundo as disposições do COSIF.

O Fundo terá escrituração contábil própria. O exercício social do Fundo tem duração de um ano, encerrando-se em 31 de maio de cada ano.

A Instituição Administradora deve colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos:

- (i) de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- (ii) de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

A Instituição Administradora deve prestar à CVM, na forma por esta especificada, mensalmente, até o 3º (terceiro) dia útil após o encerramento do mês anterior, com base no último dia útil daquele mês, as seguintes informações relativas ao Fundo:

- (i) saldo das aplicações;
- (ii) valor do patrimônio líquido;
- (iii) valor das cotas de cada classe e quantidade de cotas de cada classe em circulação;
- (iv) valores totais das captações e, se for o caso, dos resgates no mês relativamente a cada classe de cotas, considerados os valores efetivamente ingressados e resgatados;
- (v) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado; e
- (vi) posições mantidas em mercados de derivativos.

No prazo máximo de 10 (dez) dias contados de sua ocorrência, devem ser protocolados na CVM, pela Instituição Administradora, os documentos correspondentes aos seguintes atos relativos ao Fundo:

- (i) alteração de Regulamento;
- (ii) substituição da Instituição Administradora;

- (iii) incorporação;
- (iv) fusão;
- (v) cisão; e
- (vi) liquidação.

Correio Eletrônico

Considera-se o correio eletrônico como uma forma de correspondência válida nas comunicações entre a Instituição Administradora e os cotistas.

PUBLICAÇÕES

Todas as publicações mencionadas no Regulamento serão feitas inicialmente no jornal "DCI – Comércio, Indústria & Serviços", da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Instituição Administradora poderá, a seu exclusivo critério, sem a necessidade de convocação de assembléia geral e alteração do Regulamento, alterar o periódico utilizado para efetuar as publicações relativas ao Fundo, devendo, nesse caso, informar previamente os cotistas sobre essa alteração.

BASE LEGAL RELATIVA AOS FIDCS

Os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios foram criados pela Resolução n.º 2.907, de 29 de novembro de 2001, do CMN ("Resolução 2.907"), a qual foi regulamentada pela Instrução 356 (com as alterações dadas pela Instrução n.º 393, 22 de julho de 2003, da CVM) e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

REGRAS DE TRIBUTAÇÃO DO FUNDO E DE SEUS COTISTAS

Tributação do Fundo

O Fundo não tem personalidade jurídica própria. Assim, não está sujeito ao pagamento de diversos tributos, tais como: (i) Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ; (ii) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL; (iii) contribuição para o Programa de Integração Social – PIS; e (iv) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS.

Além disso, a CPMF e o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários ("IOF") incidem sobre as operações do Fundo à alíquota zero.

Tributação dos Cotistas

Os cotistas, por outro lado, estão sujeitos ao pagamento de diversos tributos, dentre os quais destacam-se, em especial, o imposto de renda (em geral retido na fonte), o IOF e a CPMF.

Imposto de Renda

Cotistas Residentes no Brasil

Por ser o Fundo um condomínio fechado, o imposto de renda poderá incidir nas seguintes situações: (i) quando da amortização das cotas; (ii) no momento do resgate das cotas, em decorrência do término do prazo de duração ou da liquidação antecipada do Fundo; e (iii) em caso de alienação de cotas a terceiros.

Amortização e/ou Resgate de Cotas do Fundo

Ocorrendo a amortização e/ou resgate de cotas, incidirá imposto de renda, a ser retido pelo Fundo ("IR-Fonte"), sobre os valores que excederem o respectivo custo de aquisição das cotas. Para os rendimentos auferidos a partir de 1º de janeiro de 2005, as alíquotas serão regressivas de acordo com o prazo médio da carteira do Fundo e com o prazo do investimento.

O prazo médio da carteira do Fundo é determinado com base no prazo de vencimento dos títulos e valores mobiliários que a compõem, ressaltando-se que os Direitos Creditórios não são considerados para tal cálculo.

Os prazos dos investimentos, por sua vez, são considerados a partir da data da aplicação pelo cotista.

Assim, caso a carteira do Fundo tenha prazo médio superior a 365 dias, a alíquota do imposto de renda obedecerá a seguinte tabela:

Alíquota	Prazo do Investimento
22,5%	até 180 dias
20,0%	entre 181 e 360 dias
17,5%	entre 361 e 720 dias
15,0%	acima de 720 dias

Na hipótese do prazo médio da carteira do Fundo ser igual ou inferior a 365 dias, a alíquota do imposto de renda será determinada da seguinte forma:

Alíquota	Prazo do Investimento
22,5%	até 180 dias
20,0%	acima de 180 dias

A Instituição Administradora buscará manter a carteira do Fundo como de longo prazo (superior a 365 dias), de forma a proporcionar aos cotistas o benefício das alíquotas decrescentes do imposto de renda até a alíquota mínima de 15%. Todavia, a carteira do Fundo poderá apresentar variação do seu prazo médio, passando a ser caracterizada como de curto prazo para efeitos tributários.

Alienação de Cotas do Fundo a Terceiros

Na hipótese de alienação de cotas do Fundo em bolsa de valores, o ganho líquido (diferença positiva entre o preço de venda e o respectivo custo de aquisição) auferido está sujeito ao imposto de renda, à alíquota de 15%. Neste caso, o imposto de renda será apurado e pago pelo próprio cotista. No caso de pessoa física, a tributação é definitiva, não sendo tais ganhos incluídos no cálculo do imposto de renda sobre rendimentos sujeitos ao ajuste anual. No caso de pessoa jurídica, a tributação será antecipação do imposto de renda devido ao final do ano. Não obstante, no caso de pessoa jurídica sujeita ao regime do SIMPLES ou isenta de imposto de renda, o imposto de renda incidente sobre ganhos líquidos mensais será considerado definitivo, tal como ocorre com as pessoas físicas.

Adicionalmente, ao alienar cotas do Fundo em bolsa de valores, haverá a incidência de IR-Fonte à alíquota de 0,005%, calculado sobre o valor de alienação (dispensada a retenção do IR-Fonte cujo valor seja igual ou inferior a R\$1,00), neste caso sendo responsável pelo recolhimento a instituição intermediadora que receber a ordem de alienação do cotista do

Fundo.

O valor do IR-Fonte referido no parágrafo anterior poderá ser: (i) deduzido do imposto de renda sobre ganhos líquidos apurados no mês; (ii) compensado com o imposto de renda incidente sobre ganhos líquidos apurados nos meses subsequentes; (iii) compensado na declaração de ajuste anual (se pessoa física) caso, após a dedução de que tratam os itens (i) e (ii), houver saldo de IR-Fonte retido; e (iv) compensado com o imposto de renda devido sobre o ganho de capital na alienação das cotas.

Cotistas Não-Residentes no Brasil

Regra Geral

Em geral, investidores não-residentes no Brasil estão sujeitos às mesmas regras de imposto de renda aplicáveis a investidores residentes no Brasil, inclusive sobre os rendimentos decorrentes de: (i) aplicações de renda fixa, (ii) operações em bolsa de valores ou de futuros, e (iii) aplicações em fundos de investimento nacionais (para maiores detalhes, vide item "*Cotistas Residentes no Brasil*" acima).

Regra Específica

Todavia, os rendimentos e ganhos auferidos no Brasil, por Investidor Não-Residente que realize seus investimentos no país nos termos da Resolução n.º 2.689, de 26 de janeiro de 2000 ("Resolução 2.689"), subordinam-se a um tratamento fiscal privilegiado de imposto de renda, previsto no artigo 81 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, e posteriores alterações ("Lei 8.981") e no artigo 16 da Medida Provisória nº 2.189, editada em 23 de agosto de 2001 ("MP 2.189").

No entanto, esse regime tributário privilegiado de imposto de renda, previsto na Lei 8.981 e na MP 2.189, não se aplica aos Investidores Não-Residentes que sejam residentes ou domiciliados em paraíso fiscal, os quais ficarão sujeitos ao regime de tributação de rendimentos e ganhos líquidos aplicável a investidores residentes no Brasil (vide item "*Cotistas Residentes no Brasil*" acima). Considera-se paraíso fiscal, para fins da legislação brasileira, os países e jurisdições que não tributam a renda ou capital, ou que o fazem a alíquota máxima inferior a 20%. A relação dos países e jurisdições considerados paraíso fiscal é divulgada pela Secretaria da Receita Federal (atualmente, é a que consta na Instrução Normativa SRF nº 188, de 6 de agosto de 2002).

Amortização e/ou Resgate de Cotas do Fundo

Segundo o tratamento fiscal privilegiado a que estão sujeitos os Investidores Não-Residentes no Brasil que realizem seus investimentos no país nos termos da Resolução 2.689 (Lei 8.981), os rendimentos auferidos na amortização e/ou resgate de aplicações em fundos de investimento em geral (como o Fundo), que não sejam fundos de investimento em ações, ficam sujeitos à incidência de imposto de renda na fonte à alíquota de 15%. Portanto, os rendimentos auferidos em aplicações feitas por Investidores Não-Residentes no Fundo, realizadas nos termos da Resolução 2.689, ficarão sujeitos ao IR-Fonte à alíquota de 15%, por ocasião do resgate ou amortização das cotas.

Alienação de Cotas do Fundo a Terceiros

Adicionalmente, os "ganhos de capital" auferidos por Investidores Não-Residentes que realizem seus investimentos no país nos termos da Resolução 2.689 são totalmente isentos de imposto de renda. "Ganhos de capital", para os efeitos do tratamento privilegiado, conforme disposto na Lei 8.981, são os resultados positivos auferidos (i) em qualquer operação realizada em bolsa de valores, de mercadorias, de futuros e similares, com exceção dos ganhos auferidos em operações conjugadas que permitam a obtenção de rendimentos predeterminados (por exemplo, a estratégia de *box trades*); e (ii) nas operações com ouro, como ativo financeiro, celebradas fora de bolsa.

Assim, os ganhos apurados na alienação de cotas do Fundo no mercado à vista do SOMAFIX realizadas por Investidores Não-Residentes que realizem seus investimentos no país nos termos da Resolução 2.689 não estão sujeitos ao imposto de renda.

IOF

Operações que tenham por objeto a aquisição, cessão, resgate, repactuação de títulos e valores mobiliários, bem como o pagamento de suas liquidações estão sujeitas ao IOF, na forma prevista no Decreto nº 4.494, de 3 de dezembro de 2002.

Atualmente, somente haverá incidência de IOF na hipótese de resgate e/ou amortização das cotas antes de 30 dias a contar da data do investimento no Fundo. A alíquota do IOF é regressiva, sendo inicialmente de 1% do valor do resgate e/ou amortização, limitada a 96% do rendimento da aplicação. Como o Fundo é um condomínio fechado, suas cotas apenas serão resgatadas ao término do prazo de duração, ou em virtude de sua liquidação antecipada.

Contudo, a alíquota do IOF pode ser majorada a qualquer momento, por meio de ato do poder executivo, até a alíquota máxima de 1,5% ao dia.

Adicionalmente, o IOF incide sobre a entrega de moeda nacional ou estrangeira, ou sua colocação à disposição do interessado, em montante equivalente à moeda estrangeira ou nacional entregue ou posta à disposição deste. Embora a alíquota do IOF atualmente em vigor para quase todas as operações de câmbio seja zero, o poder executivo está autorizado a aumentar a alíquota, a qualquer tempo, para até 25%. No entanto, qualquer aumento na alíquota será aplicável apenas às operações realizadas após o aumento.

CPMF

A CPMF incide sobre determinadas movimentações ou transmissões de valores e de créditos e direitos de natureza financeira, que representem circulação escritural ou física de moeda.

Em conformidade com a Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996 ("Lei 9.311"), que instituiu a CPMF, os lançamentos a débito em contas correntes de depósito de titularidade de fundos de investimento, como o Fundo, ficarão sujeitos à incidência de CPMF à alíquota zero.

A Lei 9.311, em seu artigo 16, determina que todas as aplicações financeiras de renda fixa e de renda variável somente podem ser efetuadas em moeda, por meio de lançamento a débito em conta corrente de depósito do titular da aplicação ou cheque de sua emissão. Os resgates de cotas de fundos de investimento deverão ser pagos exclusivamente ao beneficiário mediante cheque cruzado, intransferível ou creditado em conta corrente de depósito do investidor.

Nessa mesma linha, o parágrafo único do artigo 12 da Instrução Normativa nº 173, de 11 julho de 2002, editada pela Secretaria da Receita Federal ("Instrução Normativa 173"), prevê expressamente que, durante a vigência da CPMF, a emissão e resgate de cotas de fundos de investimento somente serão efetuados em moeda, não se admitindo a utilização de valores mobiliários ou qualquer outro meio de pagamento.

A Lei n.º 10.892, de 13 de julho de 2004 ("Lei 10.892"), com vigência a partir de 1º de outubro de 2004, determinou a criação de conta corrente de depósito para investimento ("Conta Investimento"), aberta e utilizada exclusivamente para realização de aplicações financeiras de renda fixa e de renda variável de qualquer natureza, exceto para as hipóteses do artigo 85, incisos II e III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Os lançamentos a débito na Conta Investimento, quando destinados à realização de aplicações financeiras, estão sujeitos à alíquota zero da CPMF.

Todavia, o ingresso de recursos novos na Conta Investimento, assim como a retirada de recursos de tal conta (neste caso, quando não destinados à realização de aplicações financeiras), será realizado exclusivamente por (i) lançamento a débito ou a crédito, conforme o caso, na

conta corrente de depósito do titular, (ii) cheque cruzado e intransferível, ou (iii) outro instrumento de pagamento, observadas as normas expedidas pelo Banco Central do Brasil, nos termos dos parágrafos 11 e 12 do artigo 8º da Lei 9.311, com alterações introduzidas pela Lei 10.892. Os lançamentos a débito na conta corrente de depósito do titular continuam sujeitos à incidência de CPMF à alíquota de 0,38%.

Em relação aos Investidores Não-Residentes que realizem seus investimentos no país nos termos da Resolução 2.689, só será devida a CPMF na entrada e na saída de recursos do Brasil (CPMF na entrada: lançamento a débito na conta corrente em valor equivalente ao dos recursos ingressados, registrados no Banco Central do Brasil; CPMF na saída: lançamento a débito referente à remessa de recursos para o exterior). Os lançamentos referentes às operações feitas no Brasil sujeitam-se à incidência de alíquota zero da CPMF.

ATENDIMENTO AO COTISTA

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo e a distribuição de suas cotas poderão ser obtidas junto à Instituição Administradora ou junto à Instituição Intermediária, em suas respectivas sedes e agências. Eventuais reclamações, dúvidas e sugestões podem ser endereçadas para a sede da Instituição Administradora, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itaúsa.

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO BANCO BMG S.A.

Histórico

O Grupo BMG tem se destacado no cenário econômico brasileiro como organização sólida, cujos princípios operacionais marcam a firmeza e a segurança da estrutura.

Sua vocação para atuação na área financeira tem origem na fundação do Banco de Crédito Predial, em 1930, na cidade mineira de Belo Horizonte, pela família Guimarães. Em 1936, com seu nome alterado para Banco de Minas Gerais, deu início à diversificação de suas atividades, por meio da participação ou criação de empresas de alto potencial de desenvolvimento.

Hoje, o Grupo BMG, que tem no Banco BMG o seu braço financeiro, está presente no mercado com empresas próprias nos setores imobiliário, industrial, agropecuário e de serviços.

Abaixo estão alguns indicadores relativos ao Banco BMG (patrimônio líquido – P.L., lucro líquido – L.L., retorno sobre capital próprio – ROE e captação):

R\$ MM	dez/99	dez/00	dez/01	dez/02	dez/03	dez/04	jun/05
P.L.	184,8	211,5	240,3	303	332	536,6	776,7
L.L.	21,3	37,6	45,2	85,3	90	276	266,2
ROE no período	11,50%	17,80%	18,80%	28,10%	27,10%	51,40%	34,30%
Captação(*)	419,0	329,0	478,0	824,0	1491,0	1806,0	2379,4

(*) CDI + CDB + Empr/Rep. No Brasil no Exterior + Títulos no exterior

Grupo BMG

A atuação do Grupo BMG na área financeira é sustentada por três empresas:

- (i) Banco BMG S.A;
- (ii) BMG Leasing Arrendamento Mercantil S.A.; e
- (iii) BMG Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Negócios do Banco BMG

O Banco BMG é o 31º maior banco em termos de ativos totais em 2004. Atua principalmente com operações de crédito consignado, sendo um dos bancos que mais operam

nesse segmento. Dos ativos totais do Banco BMG, equivalentes à R\$ 3,7 bilhões em 30/jun/2005, 58% correspondem a operações de crédito para pessoas físicas. Nesta mesma data, dos 2,2 bilhões em ativos de crédito, 80% são referentes a operações de crédito consignado.

No mercado de crédito consignado, o Banco BMG é líder de mercado e tido como referência pelos seus principais concorrentes. O Banco BMG detém aproximadamente 40% do mercado de crédito consignado a aposentados e pensionistas do INSS. Desde o início das atividades em referido mercado, o BMG fez até 01/agosto/2005 R\$ 2,98 bilhões em operações, de um total de R\$ 8,22 bilhões de operações feitas (Fonte - DATAPREV).

ANEXO I

Este Anexo é parte integrante do "Prospecto da 1ª Distribuição de Cotas do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – INSS II"

REGULAMENTO DO FUNDO

INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

CNPJ/MF n.º 62.418.140/0001-31

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO DE INVESTIMENTOS EM
DIREITOS CREDITÓRIOS - INSS II**

Por este instrumento particular, **INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 62.418.140/0001-31, autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários (a "Instituição Administradora"), resolve:

1. Constituir fundo de investimento em direitos creditórios, conforme autorizado pela Resolução n.º 2.907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional, nos termos da Instrução n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada pela Instrução n.º 393, de 22 de julho de 2003, ambas emitidas pela CVM, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, em regime de condomínio fechado, que terá a denominação de "Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – INSS II" (o "Fundo").
2. Designar como diretor responsável, nos termos da regulamentação pertinente, o Sr. Alexandre Zákia Albert, brasileiro, economista, solteiro, com domicílio profissional na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itaúsa, portador da cédula de identidade RG n.º 6.862.397, inscrito no CPF/MF sob o n.º 896.758.868-20, diretor da Instituição Administradora, para responder civil e criminalmente pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a esse relativa.
3. Assumir as funções de administração e gestão do Fundo, na forma do Regulamento neste ato aprovado.
4. Contratar (i) Banco Itaú S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itaúsa, inscrito no CNPJ sob n.º 60.701.190/0001-04, para a prestação dos serviços de custódia e controladoria de ativos do Fundo (o "Custodiante"); (ii) Standard & Poor's, divisão da McGraw-Hill Interamericana do Brasil Ltda., agência classificadora de risco

7º Oficial de Reg. de TR. e Documentos
e Civil de Pessoa Jurídica de Capital
DR. JOSÉ A. MICHALUAT - OFICIAL

24 OUT. 2005
4.38161
MICROFILMAGEM

A

INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

CNPJ/MF n.º 62.418.140/0001-31

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO DE INVESTIMENTOS EM
DIREITOS CREDITÓRIOS - INSS II**

Por este instrumento particular, **INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 62.418.140/0001-31, autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários (a "Instituição Administradora"), resolve:

1. Constituir fundo de investimento em direitos creditórios, conforme autorizado pela Resolução n.º 2.907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional, nos termos da Instrução n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada pela Instrução n.º 393, de 22 de julho de 2003, ambas emitidas pela CVM, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, em regime de condomínio fechado, que terá a denominação de "Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – INSS II" (o "Fundo").
2. Designar como diretor responsável, nos termos da regulamentação pertinente, o Sr. Alexandre Zákia Albert, brasileiro, economista, solteiro, com domicílio profissional na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itaúsa, portador da cédula de identidade RG n.º 6.862.397, inscrito no CPF/MF sob o n.º 896.758.868-20, diretor da Instituição Administradora, para responder civil e criminalmente pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a esse relativa.
3. Assumir as funções de administração e gestão do Fundo, na forma do Regulamento neste ato aprovado.
4. Contratar (i) Banco Itaú S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itaúsa, inscrito no CNPJ sob n.º 60.701.190/0001-04, para a prestação dos serviços de custódia e controladoria de ativos do Fundo (o "Custodiante"); (ii) Standard & Poor's, divisão da McGraw-Hill Interamericana do Brasil Ltda., agência classificadora de risco

7º Oficial de Reg. de TR. e Documentos
e Civil de Pessoa Jurídica de Capital
DR. JOSÉ A. MICHALUAT - OFICIAL

24 OUT. 2005
4.38161
MICROFILMAGEM

A

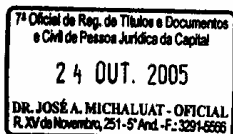
com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, n.º 1253, 10º andar, inscrita no CNPJ sob n.º 02295585/0002-20, para prestar os serviços de classificação de risco (*rating*) das cotas do Fundo ("Agência Classificadora de Risco"); (iii) KPMG Auditores Independentes, empresa de auditoria com sede na cidade de São paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, n.º 33, 13º andar, inscrita no CNPJ sob o n.º 57.755.217/0001-29, para prestar serviços de auditoria independente para o Fundo (o "Auditor"); e (iv) Banco ABC Brasil S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Juscelino Kubitschek, n.º 1400, 5º andar, inscrita no CNPJ sob o n.º 28.195.667/0001-06, para prestar os serviços de coordenação da distribuição pública das cotas do Fundo, conforme indicado no item 5 abaixo ("Banco Coordenador");

5. Deliberar sobre a emissão do Fundo, composta por cotas seniores ("Cotas Seniores") e cotas subordinadas ("Cotas Subordinadas") (as Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas em conjunto referidas como "Cotas"), correspondentes a frações ideais do patrimônio líquido do Fundo, com valor de emissão de R\$ 1,00 (um Real) por Cota Sênior e valor de emissão de R\$ 1,00 (um Real) por Cota Subordinada. As Cotas Seniores serão distribuídas publicamente no mercado de balcão (a "Oferta"), com a coordenação do Banco Coordenador, e as Cotas Subordinadas serão subscritas pelo Banco BMG S.A., com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Álvares Cabral, n.º 1707, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 61.186.680/0001-74.

6. Submeter à CVM este instrumento particular de constituição do Fundo e os demais documentos exigidos pela regulamentação para registro do Fundo e da Oferta.

7. Aprovar o regulamento do Fundo, cujo teor segue anexo ao presente instrumento de constituição.

Este instrumento particular, com o regulamento do Fundo e seus anexos, deverá ser registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.



São Paulo, 21 de outubro de 2005.

INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Por:

Cargo:

Por: Jorge Eric Sierra Rojas
INTRAG DTVM LTDA.
RNE W067804-3
CPF: 127.839.088-08



OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Rua XV de novembro, 251 5º andar - São Paulo - SP - Tel.: 3291-5568

Apresentado hoje, Protocolado e Registrado em MICROFILME sob

nº **1.436.161**

São Paulo, 24 de Outubro de 2005

Michalut

Oficial Bel JOSE ANTONIO MICHALUT

Seios e Taxas recolhidos por guia

Serventário R\$ 461,31

do Estado R\$ 131,10

de SP R\$ 97,11

Registro Civil R\$ 24,28

TJ R\$ 24,28

Total pago R\$ **738,09**



* 1 4 3 6 1 6 1 *

**ANEXO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO DE
INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS – INSS II**

7º Oficial de Reg. de Tr. e Documentos
e Civil de Pessoas Jurídicas da Capital
DR. JOSÉ A. MICHALUAT - OFICIAL

24 OUT. 2005

MICROFILMAGEM
1436161

REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS – INSS II

J

24 OUT. 2005

ÍNDICE

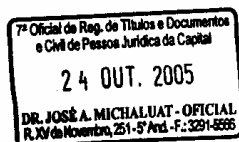
MICROFILMAGEM

1436161

1. OBJETO.....	6
2. FORMA DE CONSTITUIÇÃO	6
3. PÚBLICO ALVO.....	6
4. PRAZO DE DURAÇÃO.....	7
5. INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA.....	7
6. OBRIGAÇÕES, VEDAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA	7
7. REMUNERAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA.....	12
8. CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS	13
9. SUBSTITUIÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA.....	16
10. POLÍTICA DE INVESTIMENTO.....	18
11. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE.....	20
12. DESCRIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS	21
13. DIREITOS CREDITÓRIOS INADIMPLENTES, RECOMPRA FACULTATIVA E APORTE ADICIONAL DE RECURSOS PARA FAZER FRENTE A DESPESAS DE COBRANÇA	22
14. FATORES DE RISCO	24
Riscos de Mercado.....	24
Riscos de Crédito	25
Riscos de Liquidez.....	29
Riscos Específicos	30
<i>Riscos Operacionais.....</i>	31
<i>Risco de Descontinuidade</i>	34
<i>Riscos do Cedente</i>	34
<i>Riscos Específicos de Investidores Não-Residentes</i>	35
<i>Outros Riscos</i>	36
15. COTAS DO FUNDO	39
16. CLASSES DE COTAS.....	42
17. DA NEGOCIAÇÃO DAS COTAS SENIORES	43
18. DISTRIBUIÇÃO DOS RENDIMENTOS DA CARTEIRA DO FUNDO	44
19. AMORTIZAÇÃO DAS COTAS.....	44
20. RESERVA DE PAGAMENTO	47
21. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO E DAS COTAS DE CADA CLASSE	48
22. DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO	50
23. ASSEMBLÉIA GERAL	51
24. INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS E PERIÓDICAS	57

J

25. PUBLICAÇÕES.....	61
26. LIQUIDAÇÃO DO FUNDO E EVENTOS DE AVALIAÇÃO E DE LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA	61
27. FORO	69
ANEXO I.....	70
GLOSSÁRIO DOS PRINCIPAIS TERMOS E EXPRESSÕES UTILIZADOS NO REGULAMENTO DO	
"FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS – INSS II.....	70
ANEXO II.....	79
DESCRIÇÃO DOS PROCESSOS DE ORIGINAÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS, DA NATUREZA DOS	
DIREITOS CREDITÓRIOS E DOS INSTRUMENTOS JURÍDICOS, CONTRATOS OU OUTROS	
DOCUMENTOS REPRESENTATIVOS DO CRÉDITO, BEM COMO DA POLÍTICA DE CONCESSÃO DE	
CRÉDITO ADOTADA PELO BANCO BMG	79
ANEXO III	82
MODELO DE INSTRUMENTO REPRESENTATIVO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS	82
ANEXO IV	83
DESCRIÇÃO DOS MECANISMOS E PROCEDIMENTOS ADOTADOS PARA COBRANÇA DOS DIREITOS	
CREDITÓRIOS, INCLUSIVE INADIMPLENTES.....	83
ANEXO V	85
MODELO DE AVISO DE DESENQUADRAMENTO	85
ANEXO VI.....	86
FÓRMULA DE CÁLCULO DO VALOR A SER DISTRIBUÍDO PARA AS COTAS SENIORES.....	86
ANEXO VII.....	89
MODELO DO RELATÓRIO DE VERIFICAÇÃO A SER ELABORADO PELA KPMG	89



A

REGULAMENTO

O "FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS – INSS II", disciplinado pela Resolução n.º 2.907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), pela Instrução n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, com as alterações promovidas pela Instrução n.º 393, de 22 de julho de 2003 ("Instrução 356"), ambas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, será regido pelo presente regulamento ("Regulamento"), conforme o disposto abaixo.

Os principais termos e expressões em letra maiúscula utilizados neste Regulamento estão definidos no glossário que integra o presente como seu Anexo I.

1. OBJETO

1.1 O "FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS – INSS II" ("Fundo"), tem por objeto a captação de recursos preponderantemente junto a Investidores Não-Residentes (conforme definido no item 3.1 abaixo) interessados em aplicar no mercado de capitais doméstico, para aquisição dos Direitos Creditórios (conforme definido no item 10.1 abaixo), nos termos da política de investimento descrita no item 10 abaixo.

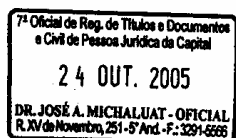
2. FORMA DE CONSTITUIÇÃO

2.1 O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração, ou em virtude de sua liquidação. É admitida a amortização das cotas do Fundo, conforme disposto no presente Regulamento ou por decisão da assembléia geral de cotistas.

3. PÚBLICO ALVO

3.1 O Fundo é destinado preponderantemente a pessoas físicas ou jurídicas, fundos de investimento ou outras entidades de investimento coletivo, com residência, sede ou domicílio no exterior, que realizem investimentos no Brasil na forma da Resolução n.º 2.689, de 26 de janeiro de 2000 ("Investidores Não-Residentes").

3.2 Ademais, somente poderão adquirir cotas do Fundo investidores que se enquadrem na definição de investidor qualificado estabelecida pela regulamentação



J

pertinente, atualmente a Instrução n.º 409, de 18 de agosto de 2004, da CVM ("Investidores Qualificados").

4. PRAZO DE DURAÇÃO

4.1 O Fundo será liquidado no dia 15 (quinze) do 36º (trigésimo sexto) mês, contado a partir do mês em que se verificar a data da primeira subscrição e integralização de cotas do Fundo ("Data de Subscrição Inicial"). O Fundo pode também ser liquidado por deliberação da assembléia geral de cotistas.

4.2 Na hipótese de o dia 15 (quinze) referido no item anterior não ser dia útil na praça em que estiver sediada a Instituição Administradora (conforme definido no item 5.1 abaixo), a liquidação do Fundo ocorrerá no dia útil imediatamente seguinte.

5. INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA

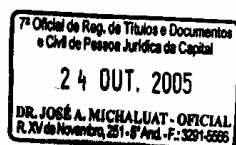
5.1 O Fundo é administrado por INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 – Torre Itaúsa, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ) sob n.º 62.418.140/0001.31 ("Instituição Administradora").

6. OBRIGAÇÕES, VEDAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA

6.1 A Instituição Administradora, observadas as limitações estabelecidas no presente item, neste Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes, tem amplos e gerais poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer, em nome do Fundo, os direitos inerentes aos Direitos Creditórios (conforme definido no item 10.1 abaixo) que integrem a carteira do Fundo.

6.2 Incluem-se entre as obrigações da Instituição Administradora, dentre outras previstas neste Regulamento:

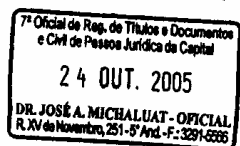
- (i) registrar, às expensas do Fundo, o documento de constituição do Fundo e o presente Regulamento e seu(s) anexo(s), bem como futuras versões do



J

Regulamento e de seu(s) anexo(s), em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo;

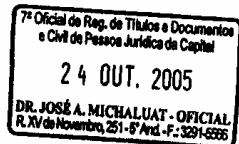
- (ii) manter atualizados e em perfeita ordem:
 - (a) a documentação relativa às operações do Fundo;
 - (b) o registro dos cotistas;
 - (c) o livro de atas de assembléias gerais;
 - (d) o livro de presença de cotistas;
 - (e) o prospecto do Fundo;
 - (f) os demonstrativos trimestrais de que trata o artigo 8º, § 4º, da Instrução 356;
 - (g) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao Fundo; e
 - (h) os relatórios do Auditor;
- (iii) receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo diretamente ou por meio de instituição contratada;
- (iv) entregar ao cotista, mediante recibo, gratuitamente, exemplar deste Regulamento e disponibilizar o prospecto e os relatórios preparados pelo Auditor e pela Agência Classificadora de Risco contratada pelo Fundo, bem como cientificá-lo
 - (a) do nome do periódico utilizado para divulgação de informações; e (b) da taxa de administração cobrada;
- (v) divulgar, com a periodicidade prevista no item 24.5 abaixo, no periódico referido no item anterior, além de manter disponíveis em sua sede e agência(s) e nas instituições que coloquem cotas desse, o valor do patrimônio líquido do Fundo, o valor das cotas de cada classe, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, a relação entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores (conforme definido no item 16.3 abaixo), nos termos do item



J

16.3.1 abaixo, e a atualização da classificação de risco das Cotas Seniores pela Agência Classificadora de Risco;

- (vi) divulgar todas as informações exigidas pela regulamentação pertinente ou por este Regulamento, em especial as discriminadas no item 24 abaixo;
- (vii) custear as despesas de propaganda do Fundo;
- (viii) fornecer anualmente aos cotistas documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de cotas de sua propriedade e respectivo valor;
- (ix) sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, conforme disposto na Instrução 356, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a Instituição Administradora e o Fundo;
- (x) providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco relativa à(s) classe(s) de cotas de emissão do Fundo destinada(s) à colocação pública;
- (xi) informar os cotistas sobre eventual rebaixamento da classificação de risco das cotas do Fundo, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados da sua ciência de tal fato;
- (xii) no caso de pedido ou decretação de recuperação judicial ou extrajudicial, falência, intervenção ou liquidação extrajudicial, regime de administração especial temporária, ou ainda, de regimes similares, do Agente de Cobrança (conforme definido no item 8.3.1 abaixo), requerer o imediato direcionamento do fluxo de recursos provenientes dos Direitos Creditórios (conforme definido no item 10.1 abaixo) para outra instituição;
- (xiii) informar imediatamente à Agência Classificadora de Risco:
 - (a) a substituição da Instituição Administradora, do Custodiante (conforme definido no item 8.3 abaixo) ou do Auditor;



9

A

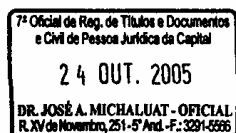
- (b) a ocorrência de qualquer Evento de Avaliação (conforme definido no item 26.2 abaixo) e/ou Evento de Liquidação Antecipada (conforme definido no item 26.3 abaixo); e
 - (c) a celebração de aditamentos ao Regulamento e ao Contrato de Cessão de Direitos Creditórios (conforme definido no item 23.1 (ix)); e
- (xiv) disponibilizar, mediante solicitação, as demonstrações financeiras trimestrais do Fundo à Agência Classificadora de Risco.

6.2.1 A divulgação das informações previstas no item 6.2 (v) acima pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódicos de ampla veiculação, observada a responsabilidade do diretor responsável designado nos termos do artigo 8º da Instrução 356, pela regularidade na prestação dessas informações.

6.2.2 O diretor responsável designado nos termos do artigo 8º da Instrução 356 deverá, nos termos da legislação aplicável, elaborar demonstrativo trimestral do Fundo, a ser enviado à CVM e mantido à disposição dos cotistas, bem como submetido à auditoria independente anual, que evidencie que as operações realizadas pelo Fundo estão em consonância com sua política de investimento, de composição e de diversificação da carteira prevista neste Regulamento e com a regulamentação vigente e que as negociações foram realizadas em condições correntes de mercado.

6.3 É vedado à Instituição Administradora:

- (i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo Fundo, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;
- (ii) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo; e
- (iii) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de cotas deste.

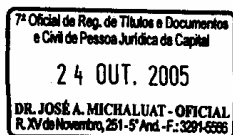


10

6.3.1 As vedações de que tratam os itens (i) a (iii) acima abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da Instituição Administradora, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de sua emissão ou coobrigação.

6.4 É vedado à Instituição Administradora, em nome do Fundo:

- (i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados de derivativos;
- (ii) realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos neste Regulamento;
- (iii) aplicar recursos diretamente no exterior;
- (iv) adquirir cotas do próprio Fundo;
- (v) pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas neste Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes;
- (vi) vender cotas do Fundo a prestação;
- (vii) vender cotas do Fundo a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil cedentes de Direitos Creditórios (conforme definido no item 10.1 abaixo), exceto quando se tratar de cotas cuja classe se subordine às demais para efeito de resgate;
- (viii) prometer rendimento predeterminado aos cotistas;
- (ix) fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;



A

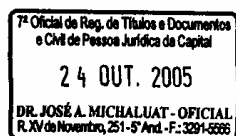
- (x) delegar poderes de gestão da carteira desse, ressalvado o disposto no item 8 abaixo;
- (xi) obter ou conceder empréstimos;
- (xii) alugar, emprestar ou empenhar os direitos e demais ativos integrantes da carteira do Fundo, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos; e
- (xiii) criar qualquer ônus ou gravame, seja de que tipo ou natureza for, sobre os Direitos Creditórios e os Outros Ativos (conforme definido no item 10.4 abaixo).

7. REMUNERAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA

7.1 Pela administração e gestão do Fundo, a Instituição Administradora receberá taxa de administração mensal equivalente a um dos seguintes valores, entre eles o maior: (i) valor fixo mensal de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) ou (ii) percentual anual sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, calculado de acordo com o disposto a seguir:

- (a) 0,60% (sessenta centésimos por cento), caso o Patrimônio Líquido do Fundo seja de até R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais); ou
- (b) 0,50% (cinquenta centésimos por cento), caso o Patrimônio Líquido do Fundo seja superior a R\$ 100.000.000,01 (cem milhões de reais e um centavo) e inferior a R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais); ou
- (c) 0,40% (quarenta centésimos por cento), caso o Patrimônio Líquido do Fundo seja igual ou superior a R\$ 250.000.000,01 (duzentos e cinquenta milhões de reais e um centavo).

7.1.1 A taxa de administração será calculada e provisionada diariamente, e paga mensalmente à Instituição Administradora, por período vencido, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao dos serviços prestados.



A

7.1.2 A taxa de administração devida à Instituição Administradora será calculada sobre o valor diário do patrimônio líquido do Fundo do dia anterior à realização do referido cálculo, à taxa de "1/252" (um duzentos e cinquenta e dois avos) de forma linear, da porcentagem referida acima.

7.2 A remuneração acima não inclui as despesas previstas no item 22 abaixo, a serem debitadas ao Fundo pela Instituição Administradora.

7.3 Os valores em reais mencionados neste capítulo serão reajustados anualmente, a partir da Data de Subscrição Inicial, pela variação do IGP-M ou de outro índice de mercado, na hipótese de extinção do IGP-M, que venha a ser aprovado pela assembléia geral de cotistas.

7.4 A Instituição Administradora pode estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da taxa de administração acima fixada.

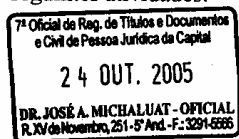
7.5 Não poderão ser cobradas dos cotistas do Fundo quaisquer outras taxas, tais como taxa de performance, taxa de ingresso e/ou saída.

8. CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS

8.1 A Instituição Administradora pode, sem prejuízo de sua responsabilidade e da do diretor ou sócio-gerente designado, contratar os serviços abaixo, às expensas do Fundo:

- (i) consultoria especializada, objetivando a análise dos Direitos Creditórios (conforme definido no item 10.1 abaixo) para integrarem a carteira do Fundo;
- (ii) gestão da carteira do Fundo com terceiros devidamente identificados, nos termos da Instrução 356; e
- (iii) custódia.

8.2 O Custodiante (conforme definido no item 8.3 abaixo) contratado para realizar o serviço de custódia tratado no item 8.1 (iii) acima será responsável pelas seguintes atividades:



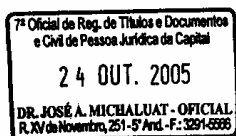
13

J

- (i) receber e analisar a documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios representados por operações financeiras;
- (ii) validar os Direitos Creditórios em relação aos critérios de elegibilidade estabelecidos no Regulamento do Fundo,
- (iii) realizar a liquidação física e financeira dos Direitos Creditórios evidenciados pelo instrumento de cessão de direitos e documentos comprobatórios da operação;
- (iv) fazer a custódia, administração, cobrança e/ou guarda da documentação relativos aos Direitos Creditórios e demais ativos integrantes da carteira do Fundo;
- (v) diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem, a documentação dos Direitos Creditórios, com metodologia pré-estabelecida e de livre acesso para auditoria independente, Agência Classificadora de Risco contratada pelo Fundo e órgãos reguladores; e
- (vi) cobrar e receber, por conta e ordem de seus clientes, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na conta de depósitos dos mesmos.

8.2.1 A verificação da documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios (conforme definido no item 10.1 abaixo) referida no item 8.2 (i) será realizada pelo Custodiante (conforme definido no item 8.3 abaixo) por meio de aplicação de determinados procedimentos de auditoria, a ser realizada no mínimo trimestralmente, por amostragem física, nos Direitos Creditórios (conforme definido no item 10.1 abaixo) adquiridos. As irregularidades apontadas em tal trabalho serão informadas à Instituição Administradora, à Agência Classificadora de Risco ao Auditor e ao Cedente através de relatório a ser enviado pelo Custodiante até o final do trimestre subsequente ao trimestre em que for realizada cada verificação. Independentemente do trabalho acima mencionado, o Custodiante (conforme definido no item 8.3 abaixo) não é responsável pela veracidade dos documentos comprobatórios e pela existência dos créditos, sendo, no entanto, responsável pela pronta informação caso venha a ter conhecimento de eventuais irregularidades.

8.2.2 Ao realizar a verificação referida no item 8.2.1 acima, o Custodiante



14

J

deverá analisar, com relação à documentação examinada de acordo com os procedimentos de auditoria por amostragem realizados, a existência de contrato celebrado por escrito entre o Banco BMG e o respectivo Aposentado ou Pensionista (conforme definido no item 10.1 abaixo), relativo à contratação do Empréstimo (conforme definido no item 11.1(ii) abaixo).

8.3 Para realização do serviço de custódia referido no item 8.1 (iii) acima, a instituição Administradora contratou o Banco Itaú S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itáúsa, inscrito no CNPJ sob n.º 60.701.190/0001-04 ("Custodiante").

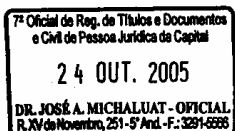
8.3.1 O Banco BMG S.A., com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Álvares Cabral, n.º 1707, inscrito no CNPJ sob n.º 61.186.680/0001-74 ("Banco BMG" e/ou "Cedente"), foi contratado pelo Custodiante acima qualificado (i) como fiel depositário da documentação relativa aos Direitos Creditórios (conforme definido no item 10.1 abaixo) a serem adquiridos pelo Fundo; e (ii) como agente cobrador de tais Direitos Creditórios (conforme definido no item 10.1 abaixo), conforme descrito no Anexo IV deste Regulamento ("Agente de Cobrança").

8.3.2 A contratação do Banco BMG, conforme descrita no item acima, não exclui as responsabilidades do Custodiante, nos termos do artigo 38 da Instrução 356, e do artigo 16 da Instrução n.º 89, de 8 de novembro de 1988, da CVM.

8.3.3 O Fundo pode, a qualquer tempo, contratar outra instituição para prestação dos serviços referidos no item 8.3.1 acima, agindo sempre no interesse dos cotistas do Fundo, e desde que aprovado pela assembléia geral de cotistas.

8.4 A Instituição Administradora pode, a qualquer tempo, contratar outra instituição credenciada pela CVM para prestação dos serviços de custódia, agindo sempre no interesse dos cotistas do Fundo, e desde que aprovado pela assembléia geral de cotistas.

8.5 O Auditor realizará, como contratado da Instituição Administradora e do Cedente, às expensas do Cedente, trimestralmente, a aplicação de procedimentos específicos, a partir de informações provenientes do sistema da DATAPREV (conforme definido no item 14.6.3 abaixo), com o objetivo de verificar a exatidão das seguintes informações fornecidas pelo Banco BMG relativas a cada um dos contratos que originaram os Direitos Creditórios (conforme definido no item 10.1 abaixo) de



J

titularidade do Fundo: (i) ocorrência da averbação da consignação em folha de benefícios do Instituto Nacional da Seguridade Social ("INSS"); (ii) identificação do Devedor (conforme definido no item 10.1 abaixo) respectivo, com base em seu código de beneficiário mantido perante o INSS; (iii) o Devedor (conforme definido no item 10.1 abaixo) respectivo é Aposentado ou Pensionista (conforme definido no item 10.1 abaixo); e (iv) valor da parcela a receber relativa ao mês de referência desta verificação.

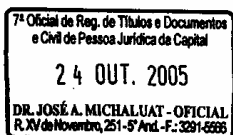
8.5.1 O relatório do Auditor referido no item anterior:

- (i) seguirá o modelo constante do Anexo VII ao presente Regulamento; e
- (ii) será enviado por meio eletrônico para a Instituição Administradora e para o Custodiante.

8.5.2 Sendo constatada, pela Instituição Administradora, qualquer inexactidão das informações fornecidas pelo Banco BMG relativas aos Direitos Creditórios (conforme definido no item 10.1 abaixo) de titularidade do Fundo, deverão ser prontamente requeridos ao Banco BMG esclarecimentos a respeito, a serem apresentados no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, sem prejuízo de eventual aplicação do disposto no item 26.2 (xv) abaixo.

9. SUBSTITUIÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA

9.1 Nos termos do item 23 abaixo, os titulares das Cotas Seniores em Circulação (conforme definido no item 23.2.6 abaixo), reunidos em assembléia geral, poderão solicitar a substituição da Instituição Administradora. Para tanto, os titulares de Cotas Seniores em Circulação (conforme definido no item 23.2.6 abaixo) deverão encaminhar à Instituição Administradora, no curso da referida assembléia geral, documento contendo as razões e os motivos da solicitação e indicar o nome, a qualificação, experiência e remuneração de, no mínimo, 3 (três) instituições notoriamente capazes de assumir, com o mesmo grau de confiabilidade e qualidade, todos os deveres e as obrigações da Instituição Administradora, nos termos da legislação aplicável, do Regulamento e dos demais documentos da presente operação. A remuneração de cada uma das instituições substitutas apresentadas pelos titulares das Cotas Seniores (conforme definido no item 16.3 abaixo) não poderá ser superior ao valor da taxa de administração praticada pela Instituição Administradora a ser substituída acrescida de 20% (vinte por cento).



16

J

9.2 A Instituição Administradora, por meio de carta com aviso de recebimento, enviada com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos a cada cotista, pode renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, assembléia geral a se realizar em até 30 (trinta) dias corridos, contados da data da respectiva convocação, para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação do Fundo, nos termos da Instrução 356 e do item 23 abaixo.

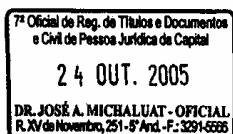
9.3 A Instituição Administradora permanecerá no exercício de suas funções pelo prazo de até 15 (quinze) dias contados da data de realização da assembléia geral referida no item 9.2 acima, ou por prazo inferior caso (i) assim seja deliberado pelos cotistas do Fundo nos termos do item 23 abaixo, e (ii) a instituição substituta assuma efetivamente todos os deveres e obrigações da Instituição Administradora, na forma da regulamentação aplicável, e comprometa-se a desempenhar suas funções de acordo com os termos e as condições deste Regulamento.

9.4 Na hipótese de a Instituição Administradora renunciar às suas funções e a assembléia geral de que trata o item 9.2 acima, por qualquer motivo, não deliberar sobre a nomeação de instituição administradora habilitada para substituir a Instituição Administradora, o Fundo será liquidado no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

9.5 Caso a nova instituição administradora nomeada nos termos do item 9.3 acima não substitua a Instituição Administradora dentro do prazo de 15 (quinze) dias contados da data da realização da assembléia geral referida no item 9.2 acima, a Instituição Administradora procederá à liquidação do Fundo até o 20º (vigésimo) dia corrido contado da data de realização da assembléia geral referida no item 9.2 acima.

9.6 Nas hipóteses de substituição da Instituição Administradora e/ou de liquidação do Fundo, aplicam-se, no que couber, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria Instituição Administradora.

9.7 A Instituição Administradora deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da realização da assembléia geral que deliberar pela sua substituição ou, conforme o caso, antes do término do prazo estabelecido no item 9.3 acima, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo e sobre sua administração que tenham sido obtidos, gerados, preparados



17

J

ou desenvolvidos pela Instituição Administradora ou por qualquer de seus agentes envolvidos, direta ou indiretamente, com a administração do Fundo, ou que quaisquer pessoas acima referidas tenham tido acesso na execução de suas funções, independentemente do meio em que as mesmas estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que a instituição substituta cumpra, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações da Instituição Administradora, nos termos deste Regulamento.

10. POLÍTICA DE INVESTIMENTO

10.1 O Fundo aplicará seus recursos preponderantemente em direitos creditórios originários do segmento de empréstimos do Banco BMG a titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral de Previdência Social do INSS ("Aposentados e Pensionistas" ou "Devedores") (os "Direitos Creditórios").

10.2 O Fundo deverá manter, após 90 (noventa) dias do início de suas atividades, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio líquido em Direitos Creditórios ("Alocação Mínima").

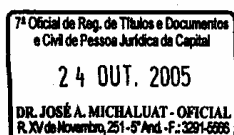
10.3 Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo devem necessariamente observar os critérios de elegibilidade especificados no item 11 abaixo.

10.4 O Fundo pode aplicar o remanescente de seu patrimônio líquido em moeda corrente nacional e/ou nos seguintes títulos e ativos, desde que pós-fixados ("Outros Ativos"):

- (i) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- (ii) títulos de emissão do Banco Central do Brasil; e
- (iii) créditos securitizados pelo Tesouro Nacional.

10.4.1 É expressamente vedada a aquisição pelo Fundo de ativos de renda variável, ou cotas do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS).

10.4.2 O Fundo deverá sempre manter em Disponibilidades (conforme definido no item 10.4.2.1 abaixo) (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) soma equivalente a no mínimo 2% (dois por cento)



J

de seu patrimônio líquido ("Reserva de Liquidez"). Tal soma não será considerada para fins de apuração da Reserva de Pagamento (conforme definido no item 20 abaixo).

10.4.2.1 As Disponibilidades abrangem: (i) caixa; (ii) depósitos bancários à vista; (iii) numerário em trânsito; e (iv) aplicações de liquidez imediata ("Disponibilidades").

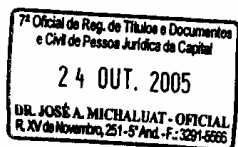
10.4.3 O Fundo poderá realizar operações compromissadas com as Instituições Autorizadas (conforme definidas no item 10.4.3.1 abaixo), desde que lastreadas nos títulos e ativos especificados no item 10.4 acima.

10.4.3.1 Entende-se por "instituições autorizadas": (i) as instituições aprovadas pela Agência Classificadora de Risco, com base no respectivo nível de risco, considerada a compatibilidade deste com a classificação de risco do Fundo; e (ii) Partes Relacionadas (conforme definido no item 10.4.3.2 abaixo) a tais instituições, desde que aprovadas pela Agência Classificadora de Risco, com base no respectivo nível de risco, considerada a compatibilidade deste com a classificação de risco do Fundo ("Instituições Autorizadas").

10.4.3.2 Entende-se por partes relacionadas, em relação a qualquer pessoa jurídica, (i) as pessoas jurídicas controladoras de tal pessoa jurídica; (ii) as sociedades direta ou indiretamente controladas por tal pessoa jurídica; (iii) as sociedades coligadas de tal pessoa jurídica; e/ou (iv) as sociedades sob controle comum com tal pessoa jurídica ("Partes Relacionadas").

10.4 Os Direitos Creditórios e os demais ativos integrantes da carteira do Fundo devem ser custodiados, bem como registrados e/ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic, em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM.

10.5 É vedado ao Fundo realizar operações (i) de *day trade*; (ii) de renda variável; ou ainda (iii) em mercados de derivativos.



19

g

10.6 O Fundo pode eventualmente realizar operações nas quais a Instituição Administradora e/ou Partes Relacionadas aos mesmos atue(m) na condição de contraparte do Fundo.

10.7 A composição da carteira do Fundo não apresentará requisitos de diversificação além dos previstos abaixo.

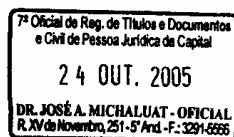
10.8 O Fundo poderá realizar aplicações que coloquem em risco parte ou a totalidade de seu patrimônio. A carteira do Fundo, e por consequência seu patrimônio, estão sujeitos a diversos riscos, dentre os quais, exemplificativamente, os analisados no item 14 abaixo. O investidor, antes de adquirir cotas do Fundo, deve ler cuidadosamente tal item, responsabilizando-se integralmente pelas consequências de seu investimento no Fundo.

10.8.1 As aplicações no Fundo não contam com garantia da Instituição Administradora ou do Fundo Garantidor de Créditos ("FGC").

11. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

11.1 Os critérios de elegibilidade dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são, exclusiva e cumulativamente:

- (i) nas Aquisições Iniciais de Direitos Creditórios (conforme definido no item 11.1.1 (i) abaixo), o Fundo somente poderá adquirir Direitos Creditórios que constem de relatório de verificação elaborado pela KPMG Auditores Independentes que ateste a exatidão das seguintes informações fornecidas pelo Banco BMG relativas a cada um dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo: (a) ocorrência da averbação da consignação em folha de benefícios do INSS; (b) identificação do Devedor respectivo, com base em seu código de beneficiário mantido perante o INSS; (c) o Devedor respectivo é Aposentado ou Pensionista; e (d) valor da parcela a receber relativa ao mês de referência da verificação;
- (ii) os Direitos Creditórios devem ser decorrentes de empréstimos concedidos pelo Banco BMG ("Empréstimos");



20

A

- (iii) os Direitos Creditórios devem ser referentes a Devedores que não apresentem no Fundo, no momento de aquisição pelo Fundo, outros Direitos Creditórios vencidos e não pagos ao Fundo;
- (iv) os Direitos Creditórios devem ser referentes a uma ou mais parcelas mensais e consecutivas de um contrato de concessão de crédito; e
- (v) os Direitos Creditórios não poderão ter vencimento posterior à data de duração do Fundo (item 4.1 acima).

11.1.1 Para fins do subitem 11.1 (i) acima:

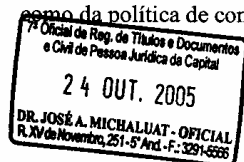
- (i) entende-se por Aquisições Iniciais de Direitos Creditórios a soma de todas as aquisições de Direitos Creditórios realizadas pelo Fundo até se perfazer o montante de R\$ 101.000.000,00 (cento e um milhões de reais) ("Aquisições Iniciais de Direitos Creditórios"); e
- (ii) o relatório de verificação (a) deverá seguir o modelo constante do Anexo VII ao presente Regulamento; e (b) será enviado ao Custodiante por meio eletrônico previamente a cada uma das Aquisições Iniciais de Direitos Creditórios.

11.2 O critério de elegibilidade descrito no subitem 11.1 (i) acima somente se aplicará às Aquisições Iniciais de Direitos Creditórios e desde que o Custodiante receba previamente o relatório da verificação referido naquele subitem, na forma especificada no item 11.1.1.

12. DESCRIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

12.1 Nos termos do inciso (x) do artigo 24 da Instrução 356, e não consubstanciando critérios de elegibilidade, são descritas e apresentadas características inerentes aos direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, divididas da seguinte forma:

- (i) no Anexo II deste Regulamento, descrição dos processos de origem dos Direitos Creditórios, da natureza dos Direitos Creditórios e dos instrumentos jurídicos, contratos ou outros documentos representativos dos Direitos Creditórios, bem como da política de concessão de crédito adotada pelo Banco BMG;



21

g

- (ii) no Anexo III deste Regulamento, modelo de instrumento representativo dos Direitos Creditórios; e
- (iii) no Anexo IV deste Regulamento, os mecanismos e procedimentos adotados para cobrança dos Direitos Creditórios, inclusive inadimplentes.

12.2 Todas as informações constantes dos Anexos II, III e IV são de exclusiva responsabilidade do Cedente.

12.3 Através do Contrato de Cessão de Direitos Creditórios, o Cedente se obriga a ceder ao Fundo somente Direitos Creditórios que tenham sido originados exclusivamente em Empréstimos celebrados por escrito com os respectivos Aposentados e Pensionistas.

13. DIREITOS CREDITÓRIOS INADIMPLENTES, RECOMPRA FACULTATIVA E APOORTE ADICIONAL DE RECURSOS PARA FAZER FRENTE A DESPESAS DE COBRANÇA

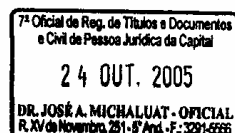
13.1 Os Direitos Creditórios não pagos quando de seu vencimento serão objeto de cobrança pelo Fundo, havendo sido contratado o Agente de Cobrança para prestar tais serviços.

13.2 O Cedente dos Direitos Creditórios terá a faculdade de, a seu exclusivo critério, adquirir, em moeda corrente nacional, qualquer Direito Creditório inadimplente, a partir de 5 (cinco) dias corridos contados da data de vencimento do título, pelo valor exigível do Direito Creditório inadimplido.

13.2.1 Os Direitos Creditórios não adquiridos na forma descrita no item 13.2 permanecerão sujeitos à cobrança pelo Agente de Cobrança, observados os prazos e procedimentos descritos neste Regulamento.

13.2.2 Sem prejuízo do disposto no item 13.2.1 acima, o Agente de Cobrança somente poderá renegociar ou acordar qualquer alteração aos termos e condições dos Direitos Creditórios inadimplidos junto aos respectivos Devedores, bem como promover a cobrança judicial de qualquer Direito Creditório inadimplido, após o 10º (décimo) dia corrido contado do vencimento do Direito Creditório inadimplido em questão.

13.3 Todos os custos e despesas incorridos pelo Fundo para salvaguarda de seus direitos e prerrogativas e/ou com a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos



g

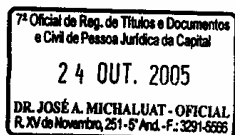
Creditórios e dos Outros Ativos serão de inteira responsabilidade do Fundo ou, nos termos deste item 13.3, dos cotistas do Fundo, não estando o Agente de Cobrança, a Instituição Administradora ou o Custodiante, de qualquer forma, obrigados pelo adiantamento ou pagamento ao Fundo dos valores necessários à cobrança de Direitos Creditórios e Outros Ativos.

13.3.1 O Agente de Cobrança, a Instituição Administradora e o Custodiante não serão responsáveis por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos aqui referidos que o Fundo venha a iniciar em face de terceiros ou do Cedente, os quais deverão ser custeados pelo próprio Fundo ou, nos termos deste item, diretamente pelos cotistas do Fundo.

13.4 As despesas relacionadas com as medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda dos direitos e prerrogativas do Fundo e/ou a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos serão suportadas diretamente pelo Fundo até o limite de seu patrimônio líquido. A parcela que exceder a este limite deverá ser previamente aprovada pelos cotistas do Fundo em assembléia geral convocada especialmente para este fim e, se for o caso, será aportada diretamente ao Fundo por meio da subscrição e integralização de novas cotas. Os recursos aportados ao Fundo pelos titulares das cotas serão reembolsados por meio de resgate ou amortização, de acordo com os procedimentos previstos neste Regulamento ou na referida assembléia geral.

13.4.1 Na hipótese de necessidade de aporte adicional de recursos, fica desde já estabelecido que, observada a manutenção do regular funcionamento do Fundo, nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pelo Fundo antes (i) do recebimento integral do adiantamento a que se refere o item 13.4; e (ii) da assunção, pelos cotistas, do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de eventual verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser condenado. A Instituição Administradora, o Agente de Cobrança e o Custodiante não serão responsáveis por qualquer dano ou prejuízo sofrido pelo Fundo e/ou por qualquer dos cotistas em decorrência da não propositura (ou prosseguimento), pelo Fundo, de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas, inclusive caso os cotistas não aportem os recursos suficientes para tanto na forma desta cláusula.

13.5 Os aportes deverão ser feitos em dinheiro, em valor suficiente para que o Fundo disponha dos recursos necessários para cobrir todos os custos e despesas



23

J

necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas e/ou à cobrança judicial ou extrajudicial dos seus Direitos Creditórios e dos Outros Ativos.

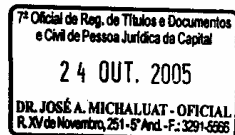
14. FATORES DE RISCO

14.1. Os Direitos Creditórios e os Outros Ativos, por sua própria natureza, estão sujeitos a flutuações de mercado e/ou a riscos de crédito das respectivas contrapartes que poderão gerar perdas ao Fundo e aos seus cotistas, hipóteses em que o Banco BMG, a Instituição Administradora, o Custodiante, o Agente de Cobrança, a Instituição Intermediária, ou quaisquer de suas Partes Relacionadas não poderão ser responsabilizados, entre outros eventos, (i) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo; (ii) pela inexistência de mercado secundário para os Direitos Creditórios e para os Outros Ativos; ou (iii) por eventuais prejuízos incorridos pelos cotistas do Fundo quando da amortização ou resgate de suas respectivas cotas, nos termos deste Regulamento.

14.2. As aplicações dos cotistas do Fundo não contam com a garantia do Banco BMG, da Instituição Administradora, do Custodiante, do Agente de Cobrança, da Instituição Intermediária, de quaisquer de suas Partes Relacionadas, ou do FGC. O investidor, antes de adquirir cotas do Fundo, deve ler cuidadosamente os fatores de risco abaixo descritos, responsabilizando-se integralmente pelas consequências de seu investimento no Fundo.

14.3 Riscos de Mercado

14.3.1 Descasamento de Taxas – Direitos Creditórios. Os Direitos Creditórios objeto de aquisição pelo Fundo são adquiridos com base em taxa prefixada, determinada por meio de projeção da taxa média diária dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, Extra-Grupo, calculadas e divulgadas pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, base 252 dias úteis ("Taxa DI") em vigor no dia útil anterior à cessão. No entanto, a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo para as Cotas Seniores (conforme definido no item 16.3 abaixo) tem como parâmetro a Taxa DI efetiva, conforme previsto no item 18.3 abaixo. Portanto, se a Taxa DI se elevar substancialmente, os recursos do Fundo podem ser insuficientes para pagar parte ou a totalidade dos rendimentos aos titulares de Cotas Seniores (conforme definido no item 16.3 abaixo), e o Fundo, o Banco BMG, a Instituição Administradora, o Custodiante, a Instituição Intermediária e quaisquer das respectivas Partes Relacionadas não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de



24

[Handwritten signature]

qualquer natureza, sofridos pelos cotistas em decorrência desses eventos, incluindo, sem limitação, a eventual perda do valor de principal de suas aplicações.

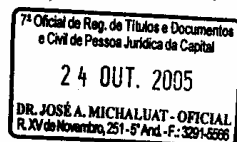
14.3.2 Descasamento de Taxas - Outros Ativos. A parcela do patrimônio do Fundo não aplicada em Direitos Creditórios deverá ser aplicada em quaisquer dos Outros Ativos especificados no item 10.4 acima, desde que pós-fixados. No entanto, tais ativos podem apresentar valorização efetiva inferior à Taxa DI, o que pode fazer com que os recursos do Fundo se tornem insuficientes para pagar parte ou a totalidade dos rendimentos aos titulares de Cotas Seniores (conforme definido no item 16.3 abaixo) (uma vez que a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo para as Cotas Seniores (conforme definido no item 16.3 abaixo) tem como parâmetro a Taxa DI efetiva), e o Fundo, o Banco BMG, a Instituição Administradora, o Custodiante, a Instituição Intermediária e quaisquer das respectivas Partes Relacionadas não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos cotistas em decorrência desses eventos, incluindo, sem limitação, a eventual perda do valor de principal de suas aplicações.

14.3.3 Marcação a Mercado. A determinação de preço dos ativos integrantes da carteira do Fundo deverá ser realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários, instrumentos derivativos e demais operações estabelecidos na regulamentação em vigor. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado, poderão ocasionar variações nos valores dos ativos integrantes da carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução no valor das cotas do Fundo.

14.3.4 Fatores Macroeconômicos Relevantes. Fatores exógenos, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou ainda de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, a capacidade de pagamento e o equilíbrio econômico e financeiro da União Federal e, conseqüentemente, do INSS, poderão resultar em perda, pelos cotistas, do valor de principal de suas aplicações.

14.4 Riscos de Crédito

14.4.1 Ausência de Garantia de Rentabilidade. As aplicações no Fundo não contam com garantia da Instituição Administradora, do Custodiante, da Instituição Intermediária, do Banco BMG, de quaisquer de suas respectivas Partes Relacionadas, ou



25

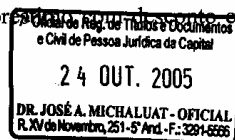
8

do FGC. Igualmente, nem o Fundo nem a Instituição Administradora, o Custodiante, a Instituição Intermediária, o Banco BMG, ou quaisquer de suas respectivas Partes Relacionadas, prometem ou asseguram aos cotistas qualquer rentabilidade ou remuneração decorrentes da aplicação em cotas do Fundo. Desse modo, todos os eventuais rendimentos, bem como o pagamento do principal, provirão exclusivamente da carteira de ativos do Fundo, a qual está sujeita a riscos diversos, e cujo desempenho é incerto.

14.4.2 Inadimplência do Pagamento dos Direitos Creditórios. Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo terão seu pagamento realizado com recursos descontados dos benefícios dos Devedores. A inadimplência em relação aos Direitos Creditórios decorre, portanto, da inoccorrência de tais descontos por parte do INSS, por exemplo, mas não exclusivamente, em razão de ausência de margem decorrente de desconto para pagamento de pensão judicial, ou em razão de falecimento do Devedor, ou, ainda, em razão do não pagamento dos benefícios. Nestes casos, o Fundo deve negociar ou cobrar seu crédito diretamente do Devedor, ou de seu espólio (no caso de falecimento). Caso a negociação e a cobrança se verifiquem infrutíferas, e não havendo coobrigação do Cedente, o Fundo deverá suportar os prejuízos daí advindos, o que afetará o patrimônio e a rentabilidade do Fundo, e, por conseguinte, o investimento nas cotas.

14.4.3 Inexistência de Obrigação de Recompra pelo Cedente. Se o Cedente não recomprar os Direitos Creditórios inadimplentes, o Fundo terá de suportar parte ou a totalidade dos eventuais prejuízos decorrentes de tal inadimplência, o que poderia comprometer a rentabilidade do Fundo ou levá-lo, até, à perda de patrimônio.

14.4.4 Questionamento Judicial pelos Devedores. Os Devedores podem eventualmente questionar judicialmente tanto (i) os contratos de Empréstimo que originam os Direitos Creditórios (incluindo, eventualmente, a taxa de juros praticada); quanto (ii) a sistemática de pagamento por meio de desconto em benefício. Em qualquer caso, é possível que o Fundo somente receba os valores relativos ao Direito Creditório questionado judicialmente uma vez concedida decisão judicial definitiva favorável. O Poder Judiciário, incluindo o Superior Tribunal de Justiça, em alguns julgados relacionados a operações de empréstimo com desconto em folha de pagamento, manifestou entendimento contrário à legalidade do desconto de prestações de empréstimos diretamente em folha de pagamento. Em 8 de junho de 2005, a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça reconheceu, por unanimidade, a legalidade do empréstimo com desconto em folha de pagamento. Houve, contudo, divergência com



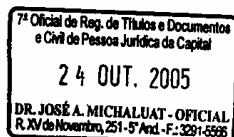
g

relação à fundamentação dos votos dos ministros, tendo dois deles sustentado que o desconto em folha de pagamento somente pode ser mantido contra a vontade do mutuário caso a mutuante seja instituição de crédito sem fins lucrativos (ressaltando, inclusive, que a solução da questão seria diversa caso a mutuante fosse instituição financeira com fins lucrativos). Desse modo, a alegada nulidade de cláusula permitindo o desconto em folha de pagamento de funcionário poderá ser invocada em ação judicial, podendo o Poder Judiciário vir a permitir que o Devedor torne ineficaz sua prévia autorização de desconto em benefícios, fazendo com que seja necessária a cobrança do crédito pelos meios legais habituais. A legitimidade ao recebimento do valor do crédito não é afetada por estas decisões, mas tão somente sua forma de liquidação. Caso os procedimentos de consignação em pagamento (desconto em benefícios) de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo sejam efetivamente interrompidos em decorrência de medidas judiciais propostas pelos Devedores ou por terceiros em seu nome, tal evento afetará negativamente a solvência dos respectivos Direitos Creditórios. Na hipótese de atraso ou efetivo inadimplemento no pagamento dos referidos Direitos Creditórios pelos Devedores poderá ser necessária a adoção, pela Instituição Administradora, por conta e ordem do Fundo, de uma nova sistemática de cobrança direta dos respectivos Direitos Creditórios, a qual poderá ser ineficiente ou apresentar elevados custos. Tal ocorrência afetará negativamente o valor do patrimônio líquido do Fundo.

14.4.5 Inadimplência de Pagamento dos Outros Ativos. A parcela do patrimônio do Fundo não aplicada em Direitos Creditórios deverá ser aplicada nos Outros Ativos. Tais títulos e ativos podem vir a não ser honrados pelos respectivos emissores, obrigando o Fundo a suportar tais prejuízos, o que afetaria negativamente a rentabilidade das cotas.

14.4.6 Não Pagamento de Benefícios pelo INSS. Os Empréstimos são pagos por meio de desconto em benefício realizado pelo INSS. Caso, por qualquer razão, o INSS atrase ou não pague os benefícios do Devedor, o Fundo não receberá os recursos decorrentes dos Direitos Creditórios. Além disso, enquanto o INSS não voltar a pagar adequadamente os benefícios aos Aposentados e Pensionistas, sua capacidade de pagamento também ficaria comprometida, o que poderia impactar negativamente o patrimônio e a rentabilidade do Fundo.

14.4.7 Amortização Condicionada. As principais fontes de recursos do Fundo para efetuar a amortização de suas cotas derivam da liquidação dos Direitos Creditórios, e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo. Assim, tendo em vista a



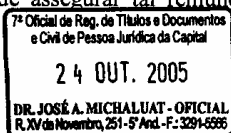
27

8

inexistência de coobrigação ou direito de regresso contra o Banco BMG ou contra quaisquer Partes Relacionadas ao Banco BMG quanto aos Direitos Creditórios e aos Outros Ativos, após o recebimento dos recursos relacionados aos Direitos Creditórios e aos Outros Ativos, e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a sua cobrança, judicial ou extrajudicial, o Fundo não disporá de quaisquer outros valores para efetuar a amortização, em moeda corrente nacional, de suas cotas.

14.4.8 Ausência de Garantia de Pagamento ou de Coobrigação. O Cedente somente se responsabiliza pela existência, liquidez e correta formalização dos Direitos Creditórios cedidos, não assumindo qualquer responsabilidade pelo pagamento dos Direitos Creditórios ou pela solvência dos Devedores, do INSS ou das companhias devedoras dos seguros de vida subscritos pelos respectivos Aposentados e Pensionistas ("Seguros de Vida"), quando for o caso. Nem a Instituição Administradora, nem o Custodiante, a Instituição Intermediária, ou quaisquer de suas respectivas Partes Relacionadas se responsabilizam, conforme o caso, subsidiária ou solidariamente, pelo pagamento dos Direitos Creditórios e pela solvência dos Devedores, do INSS ou da companhia devedora dos Seguros de Vida. A realização dos Direitos Creditórios depende exclusivamente da solvência e do efetivo pagamento, pelos Devedores, dos Empréstimos contratados (a) por meio dos procedimentos definidos no convênio celebrado entre o Banco BMG e o INSS ("Convênio") ou, conforme o caso, (b) diretamente pelos Devedores, inexistindo, portanto, qualquer garantia ou certeza de que o pagamento será efetuado ou, caso o seja, de que será realizado nos prazos e pelos valores avençados. A responsabilidade do INSS em relação às operações referidas no Convênio restringe-se à consignação dos valores relativos às parcelas de empréstimos e licenciamentos autorizados pelos titulares de benefícios e repasse, nos prazos definidos no Convênio, não cabendo ao INSS responsabilidade solidária e/ou subsidiária sobre as operações contratadas ou sobre descontos indevidos.

14.4.9 Inexistência de Rendimento Predeterminado. O preço de integralização das Cotas Seniores (conforme definido no item 16.3 abaixo) será atualizado diariamente de acordo com os critérios definidos neste Regulamento. Tal atualização tem como finalidade definir qual a parcela do patrimônio líquido do Fundo, devidamente ajustado, deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Cotas Seniores (conforme definido no item 16.3 abaixo) na hipótese de amortização de suas respectivas cotas e não representa nem deverá ser considerada, sob nenhuma hipótese ou circunstância, uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, do Fundo, da Instituição Administradora, do Custodiante, da Instituição Intermediária, do Banco BMG, ou de suas respectivas Partes Relacionadas de assegurar tal remuneração aos referidos cotistas. Independentemente do valor do



J

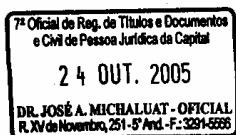
patrimônio líquido do Fundo, os titulares das Cotas Seniores (conforme definido no item 16.3 abaixo) não farão jus, em nenhuma circunstância, quando da amortização de suas aplicações, a uma remuneração superior ao valor de suas respectivas cotas, devidamente atualizado nos termos do Regulamento, o qual representa o limite máximo de remuneração possível para as Cotas Seniores (conforme definido no item 16.3 abaixo).

14.5 Riscos de Liquidez

14.5.1 Modalidade de investimento recente e sofisticada. O Fundo se enquadra em modalidade de investimento recentemente instituída no Brasil. Os potenciais investidores devem avaliar minuciosamente suas peculiaridades. Tais peculiaridades podem eventualmente trazer conseqüências negativas ao patrimônio do Fundo, ou podem tornar o investimento ilíquido. A necessidade de avaliação criteriosa por parte do investidor é decorrente igualmente da sofisticação e complexidade inerente a uma operação de securitização, tal como a concretizada por meio do Fundo.

14.5.2 Falta de Liquidez dos Direitos Creditórios. O Fundo poderá ser liquidado antecipadamente, conforme o disposto no item 26 abaixo. Ocorrendo a liquidação antecipada, o Fundo pode não dispor de recursos para pagamento aos cotistas (por exemplo, pelo fato dos Direitos Creditórios ainda não serem exigíveis dos respectivos Devedores). Neste caso, os cotistas terão suas cotas resgatadas mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo. Em virtude da falta de liquidez dos Direitos Creditórios, não há garantias (i) de que haverá mercado secundário líquido para os Direitos Creditórios, e (ii) de que, caso encontrem comprador, o preço praticado atenderá às expectativas dos cotistas. Por esta razão, existe a possibilidade dos investidores do Fundo (i) incorrerem em prejuízos em uma eventual negociação dos Direitos Creditórios recebidos na ocasião da liquidação antecipada do Fundo, ou (ii) precisarem levar os Direitos Creditórios até seu respectivo vencimento em decorrência da inexistência de mercado secundário para os mesmos.

14.5.3 Falta de Liquidez dos Outros Ativos. A parcela do patrimônio do Fundo não aplicada em direitos creditórios deverá ser aplicada em Outros Ativos. Tais títulos e ativos podem vir a se mostrar ilíquidos (seja por ausência de mercado secundário ativo, seja por eventual atraso no pagamento por parte do respectivo emissor), o que poderia, eventualmente, afetar pagamentos de amortização e/ou resgate a cotistas, afetando a liquidez esperada de suas cotas.



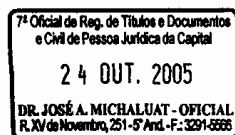
8

14.5.4 Fundo Fechado. O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que as Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração do Fundo, ou em virtude de sua liquidação antecipada, não havendo por parte da Instituição Administradora, do Custodiante, da Instituição Intermediária, do Banco BMG, e suas respectivas Partes Relacionadas, qualquer obrigação de adquirir qualquer quantidade de Cotas dos cotistas do Fundo. Dessa forma, os investidores do Fundo estarão sujeitos à baixa liquidez do mercado secundário de cotas de fundos de investimento em direitos creditórios, não havendo qualquer garantia de que os investidores do Fundo encontrarão compradores no mercado secundário para suas Cotas, ou caso encontrem, não há qualquer garantia de que o preço praticado atenderá às expectativas dos investidores do Fundo, havendo, inclusive, a possibilidade destes incorrerem em perdas quando de uma eventual alienação no mercado secundário, ou mesmo, na hipótese de não haver compradores, terem que levar as Cotas até seu respectivo vencimento.

14.5.5 Insuficiência da Reserva de Liquidez. O Fundo poderá não ter recursos para a constituição da Reserva de Liquidez, como, por exemplo, em caso de inadimplência maciça combinada com iliquidez do mercado secundário de Direitos Creditórios. Ademais, a soma a ser mantida em Disponibilidades para formação da Reserva de Liquidez pode ser insuficiente para fazer quaisquer pagamentos de responsabilidade do Fundo. Desse modo, a existência da Reserva de Liquidez não constitui garantia de pagamento pelo Fundo de amortizações, resgates ou despesas.

14.5.6 Insuficiência da Reserva de Pagamento. O Fundo poderá não ter recursos para a constituição da Reserva de Pagamento (conforme definido no item 20 abaixo), como, por exemplo, em caso de inadimplência maciça combinada com iliquidez do mercado secundário de Direitos Creditórios. É também possível que, não obstante a constituição da Reserva de Pagamento (conforme definido no item 20 abaixo), o Fundo não tenha, na data prevista, meios suficientes para pagamento de amortizações programadas. Isso pode ocorrer, por exemplo, em caso de súbita elevação substancial da Taxa DI, o que faria com que houvesse um aumento do valor a ser amortizado aos titulares de Cotas Seniores (conforme definido no item 16.3 abaixo). Desse modo, a existência da Reserva de Pagamento (conforme definido no item 20 abaixo) não constitui garantia de pagamento das amortizações programadas de Cotas Seniores (conforme definido no item 16.3 abaixo).

14.6 Riscos Específicos



30

J

Riscos Operacionais

14.6.1 Irregularidades nos Documentos relativos aos Direitos Creditórios.

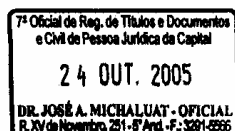
Independentemente das constatações reportadas pelos trabalhos realizados pela empresa de auditoria, conforme previsto no item 8.2.1, os documentos relativos aos Direitos Creditórios do Fundo podem eventualmente conter irregularidades e/ou vícios questionáveis juridicamente, que poderão obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios. Isto pode trazer prejuízos para o Fundo em caso de inadimplência ou questionamento judicial relativo a tais Direitos Creditórios cujos documentos apresentem irregularidades e/ou vícios questionáveis juridicamente.

14.6.2 Cassação dos Benefícios do Devedor.

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo serão descontados pelo INSS da renda mensal dos benefícios de aposentadoria ou pensão de titularidade dos Devedores. Assim, tal desconto não será possível caso o Devedor tenha seus benefícios cassados em razão de, por exemplo, (i) irregularidades constatadas pelo INSS, inclusive nos casos de irregularidades relativas à inscrição do beneficiário, às contribuições por ele prestadas ou ao cumprimento do prazo de carência; (ii) perda da condição de segurado; e (iii) perda da condição de dependente, seja em razão de divórcio ou dissolução de união estável, seja ainda por atingir a idade de 21 (vinte e um) anos. Igualmente, os pagamentos dos Direitos Creditórios poderão ser afetados se (i) o Devedor for obrigado a restituir ao INSS valores pagos indevidamente pela Previdência Social; e (ii) por força de decisão judicial, o Devedor for obrigado a pagar pensão alimentícia, uma vez que os pagamentos devidos nesses casos têm preferência em relação ao Empréstimo para fins de desconto em benefício. Ainda, a morte do Devedor interrompe o pagamento do respectivo benefício e por consequência a consignação das parcelas devidas do Empréstimo, respondendo pelo saldo a pagar do Empréstimo apenas o patrimônio deixado pelo *de cujus*, que pode se mostrar insuficiente. Também se interrompe o pagamento de benefícios, por exemplo, no caso de o Devedor titular de pensão por invalidez deixar de realizar o exame médico obrigatório. Em qualquer dos casos, o Fundo deve negociar ou cobrar diretamente do Devedor, ou de seu espólio (no caso de falecimento do Devedor). Caso a negociação e a cobrança se verifiquem infrutíferas, e não havendo coobrigação do Cedente, o Fundo suportará os prejuízos daí advindos, o que afetará sua rentabilidade.

14.6.3 Irregularidade no Processamento do Desconto e Repasse dos Benefícios.

O desconto em benefício das parcelas dos Empréstimos (incluindo sua respectiva averbação) e o repasse à Caixa Econômica Federal para transferência ao Agente de



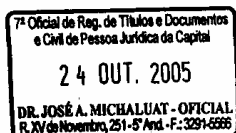
J

Cobrança são processados pelo INSS por meio de sistema da DATAPREV, empresa pública instituída pela Lei nº 6.125, de 4 de novembro de 1974, responsável pelo processamento da folha de pagamento dos Aposentados e Pensionistas ("DATAPREV"). O Agente de Cobrança, o Custodiante e a Instituição Administradora não têm controle sobre tal processamento. Assim, qualquer falha ou alteração no sistema da DATAPREV, bem como eventual corrupção da integridade de seu banco de dados poderá atrasar, suspender ou reduzir o desconto dos benefícios dos Aposentados e Pensionistas, ou seu repasse ao Fundo. Se isso ocorrer, a rentabilidade e o patrimônio do Fundo serão afetados negativamente enquanto persistir o problema no sistema, ou até que todos os valores sejam devidamente repassados. Ademais, eventualmente, poderá ser necessária adoção de medida judicial para fazer com que a DATAPREV corrija os procedimentos e/ou seu sistema, e enquanto não adotadas as correções e ressarcido o Fundo, seu patrimônio será afetado negativamente.

14.6.4 Falhas ou Substituição do Agente de Cobrança. A cobrança dos Direitos Creditórios depende da atuação diligente do Agente de Cobrança. Cabe-lhe aferir o correto recebimento dos recursos e verificar a inadimplência, conforme descrito no Anexo IV a este Regulamento. Assim, qualquer falha de procedimento, eventual rescisão do contrato de recebimento com o Custodiante, pedido ou decretação de recuperação judicial ou extrajudicial, falência, intervenção ou liquidação extrajudicial, regime de administração especial temporária, ou ainda, de regimes similares do Agente de Cobrança poderá acarretar no recebimento a menor de recursos devidos pelos Devedores, ou no atraso ou na inoccorrência de repasse dos recursos ao Fundo. Nestas hipóteses, poderá ser necessária a via judicial para se obter os recursos, e/ou a substituição do Agente de Cobrança, casos em que a o patrimônio e/ou a rentabilidade do Fundo poderão ser afetados de forma negativa.

14.6.5 Atraso ou Falta do Repasse dos Recursos ao Fundo. O Agente de Cobrança fará a cobrança e recebimento dos recursos decorrentes dos Direitos Creditórios, devendo repassá-los ao Fundo após recebê-los da Caixa Econômica Federal (vide Anexo IV deste Regulamento). O repasse dos recursos ao Fundo pode atrasar, ou deixar de ocorrer, por diversos motivos, tais como problemas operacionais internos do Agente de Cobrança ou da Caixa Econômica Federal. Nesta hipótese, pode ser necessária a via judicial para se obter os recursos, caso em que a rentabilidade do Fundo seria reduzida.

14.6.6 Intervenção ou Liquidação Extrajudicial do Banco BMG. O Custodiante contratou a cobrança e o recebimento dos recursos decorrentes dos Direitos Creditórios



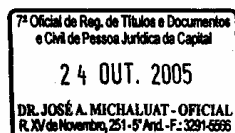
32

J

com o Banco BMG, sendo que tal contrato prevê que os recursos serão repassados pela Caixa Econômica Federal ao Banco BMG, que os transferirá ao Fundo após até 2 (dois) dias úteis. Esse repasse dos valores ao Fundo pode, por diversas razões, atrasar ou deixar de ocorrer. Dentre elas, destaca-se a hipótese de intervenção do Banco BMG, quando o repasse dos recursos provenientes dos Direitos Creditórios ao Fundo poderá ser interrompido, e permanecer inexigível enquanto perdurar a intervenção (cujo prazo máximo é de 1 (um) ano). Em caso de liquidação extrajudicial do Banco BMG, na qualidade de Agente de Cobrança, há possibilidade de os recursos ali depositados serem bloqueados, e somente por via de decisão judicial favorável ao Fundo serem recuperados. Qualquer uma dessas hipóteses pode afetar a rentabilidade do Fundo, ou até levar o Fundo a sofrer perdas patrimoniais.

14.6.7 Rescisão do Convênio com o INSS. O desconto em benefício das parcelas dos Empréstimos é viabilizado pelo Convênio. O Convênio pode ser rescindido unilateralmente, a qualquer momento. O Convênio pode ser rompido ainda por outros motivos, como por exemplo alterações das normas autorizadoras da sua manutenção. Ademais, a própria sistemática de desconto em benefício pode ser suspensão ou proibida em virtude de lei ou eventual decisão judicial. Se, por qualquer motivo, o Convênio for rompido, ou a sistemática de desconto em benefício for suspensão ou proibida, haverá necessidade de adoção de nova sistemática, que pode não ser tão eficaz ou até mostrar-se, na prática, inadequada ou demandar elevados custos de operação. A nova sistemática de cobrança poderá, eventualmente, levar a perdas patrimoniais do Fundo, na medida em que este deixar de receber, definitiva ou apenas provisoriamente, parte ou totalidade dos recursos decorrentes dos Direitos Creditórios.

14.6.8 Verificação da Documentação ds Empréstimos. A verificação da documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios, referida no item 8.2 (i), será realizada pelo Custodiante por meio de aplicação de determinados procedimentos de auditoria, a ser realizada no mínimo trimestralmente, por amostragem física, nos Direitos Creditórios adquiridos. As irregularidades apontadas em tal trabalho serão informadas à Instituição Administradora, à Agência Classificadora de Risco ao Auditor e ao Cedente através de relatório a ser enviado pelo Custodiante até o final do trimestre subsequente ao trimestre em que for realizada cada verificação. Independentemente do trabalho acima mencionado, o Custodiante não é responsável pela veracidade dos documentos comprobatórios e pela existência dos créditos, sendo, no entanto, responsável pela pronta informação caso venha a ter conhecimento de eventuais irregularidades.



A handwritten signature in dark ink, consisting of a stylized 'J' followed by a flourish.

Risco de Descontinuidade

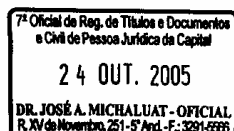
14.6.9 Desenquadramento da Alocação Mínima. O Fundo deve observar a Alocação Mínima. Entretanto, não há garantia de que o Banco BMG conseguirá (ou desejará) originar e/ou ceder Direitos Creditórios suficientes para fazerem frente à exigência da Alocação Mínima. Assim, a existência do Fundo no tempo dependerá da manutenção dos fluxos de originação e de cessão de Direitos Creditórios necessários à manutenção e/ou recomposição da Alocação Mínima. O desenquadramento em relação à Alocação Mínima pode inclusive levar à Amortização Compulsória (conforme definido no item 19.3 abaixo) de Cotas Seniores (conforme definido no item 16.3 abaixo).

14.6.10 Amortização Compulsória de Cotas Seniores. As cotas do Fundo devem ser amortizadas com base no cronograma de amortização estabelecido no item 19 abaixo. No entanto, há eventos que podem ensejar a Amortização Compulsória (conforme definido no item 19.3 abaixo) de cotas. Dessa forma, há a possibilidade de os titulares de cotas do Fundo receberem valores antecipadamente, e eventualmente inferiores aos esperados, não havendo inclusive qualquer garantia de que os investidores do Fundo encontrarão investimentos de risco e retorno similares na hipótese de eventual recebimento antecipado de recursos.

Riscos do Cedente

14.6.11 Ausência de Direitos Creditórios Elegíveis. Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são decorrentes exclusivamente de Empréstimos concedidos pelo Banco BMG a Aposentados e Pensionistas, e devem necessariamente respeitar os critérios de elegibilidade e os parâmetros da política de investimento descritos no item 11 deste Regulamento. Na hipótese de, por qualquer motivo, (i) deixarem de ocorrer tais Empréstimos; e/ou (ii) não existirem Direitos Creditórios disponíveis para cessão ao Fundo e que satisfaçam os critérios de elegibilidade e a política de investimento, poderá ocorrer a liquidação antecipada do Fundo, conforme descrito no item 26 deste Regulamento, ou ainda Amortização Compulsória (conforme definido no item 19.3 abaixo). Ressalte-se que alterações da política econômica do governo e aumento da concorrência no setor de empréstimo consignado também podem levar à diminuição da quantidade, ou até à inexistência, de Direitos Creditórios elegíveis.

14.6.12 Invalidade ou Ineficácia da Cessão dos Direitos Creditórios. A Instituição Administradora e o Custodiante não são responsáveis pela verificação, prévia



J

ou posterior, das causas de invalidade ou ineficácia da cessão dos Direitos Creditórios. Com relação ao Cedente, a cessão de Direitos Creditórios pode ser invalidada ou tornada ineficaz, impactando negativamente o patrimônio do Fundo, caso realizada em:

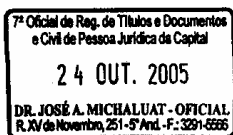
- (i) fraude contra credores, inclusive da massa, se no momento da cessão o Cedente estiver insolvente ou se com ela passar ao estado de insolvência;
- (ii) fraude à execução, caso (a) quando da cessão o Cedente seja sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-lo à insolvência; ou (b) sobre os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo penda demanda judicial fundada em direito real; e
- (iii) fraude à execução fiscal, se o Cedente, quando da celebração da cessão de créditos, sendo sujeito passivo de débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, não dispuser de bens para total pagamento da dívida fiscal.

14.6.13 Guarda da Documentação. O Banco BMG é, na qualidade de fiel depositário, responsável pela guarda da documentação física representativa dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo. O Banco BMG tem a obrigação de permitir ao Custodiante e à Instituição Administradora livre acesso à referida documentação. Todavia, a guarda de tais documentos pelo Banco BMG pode representar dificuldade adicional à verificação da constituição e performance dos Direitos Creditórios cedidos.

Riscos Específicos de Investidores Não-Residentes

14.6.14 Conversibilidade da Moeda e Remessa de Rendimentos e Repagamento do Principal para o Exterior. No passado, o Brasil restringiu temporariamente a remessa de rendimentos e repagamentos de principal para o exterior. Dessa forma, caso as autoridades monetárias venham a proibir novamente tais remessas, por qualquer razão, os investimentos realizados por Investidores Não-Residentes poderão não ser passíveis de repatriação até que sua remessa volte a ser permitida, o que poderá causar prejuízo aos cotistas do Fundo que forem Investidores Não-Residentes.

14.6.15 Restrição de Alienação das Cotas no Exterior. Os Investidores Não-Residentes não poderão realizar transferências ou cessões de titularidade no exterior das cotas do Fundo, salvo nas hipóteses autorizadas pela regulamentação. Dessa forma, caso o Investidor Não-Residente deseje alienar as cotas do Fundo de que seja titular para outro Investidor Não-Residente, tal alienação deverá ser realizada apenas em pregão das



J

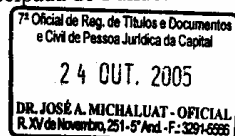
bolsas de valores ou de mercado de balcão organizado por entidade autorizada pela CVM, o que sujeitará ambas as partes aos devidos registros e ao atendimento dos requisitos exigidos pela CVM e pelo Banco Central do Brasil.

14.6.16 Alterações na Tributação de Investimentos Estrangeiros. Os investimentos por parte dos Investidores Não-Residentes têm tratamento tributário específico. Dessa forma, caso sejam instituídos novos tributos que venham a incidir sobre tais aplicações, ou caso as alíquotas dos tributos já existentes sejam majoradas, por exemplo, para atender a política monetária e/ou o controle sob a balança de pagamentos, o investimento por parte de Investidores Não-Residentes no mercado de capitais nacional, inclusive nas cotas do Fundo, poderá ter seus rendimentos líquidos afetados de forma negativa, não havendo qualquer garantia ou responsabilidade por parte do Fundo, da Instituição Administradora, do Banco BMG, da Instituição Intermediária e/ou suas respectivas Partes Relacionadas quanto ao ressarcimento de tais perdas, devendo as mesmas serem suportadas exclusivamente pelos Investidores Não-Residentes.

14.6.17 Instabilidade na taxa de câmbio. A moeda brasileira pode depreciar-se ou apreciar-se em relação a outras moedas. A eventual desvalorização do Real em relação ao dólar dos Estados Unidos reduzirá o valor em dólar dos Estados Unidos das amortizações das cotas do Fundo, o que poderá causar perdas em dólares dos Estados Unidos aos cotistas do Fundo que sejam Investidores Não-Residentes, não havendo qualquer garantia ou responsabilidade por parte do Fundo, da Instituição Administradora, do Banco BMG, da Instituição Intermediária e/ou suas respectivas Partes Relacionadas no ressarcimento de tais perdas.

Outros Riscos

14.6.18 Modificação da Legislação ou da Regulamentação sobre os Direitos Creditórios. Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo terão como forma de pagamento o desconto em benefício, realizado pelo INSS. Tal sistemática é autorizada por lei, e é submetida a regulamentação específica. Na hipótese de serem expedidas novas normas sobre a matéria, estabelecendo, por exemplo, novos parâmetros para a concessão de empréstimos (inclusive concernentes a limites para prazos e valores máximos), é possível que diminua ou deixe de ocorrer a concessão de empréstimos com características que tornem os respectivos Direitos Creditórios elegíveis para cessão ao Fundo. Na falta de Direitos Creditórios elegíveis, pode ocorrer inclusive a liquidação antecipada do Fundo.



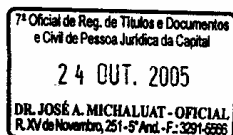
36

J

14.6.19 Concentração dos Investimentos do Fundo em Direitos Creditórios. O Fundo poderá ter até 98% de seu patrimônio aplicado em Direitos Creditórios referentes exclusivamente a empréstimos consignados na renda mensal dos benefícios de aposentadoria ou pensão de titularidade dos Aposentados e Pensionistas. Nesse contexto, não será possível uma ampla diversificação dos investimentos realizados pelo Fundo, sendo estes concentrados em uma espécie primordial de investimento (Direitos Creditórios). Como a possibilidade de perda de patrimônio do Fundo é diretamente proporcional à concentração das aplicações em uma ou em poucas modalidades de investimento, caso, por qualquer motivo, o INSS atrase ou deixe de repassar parte ou a totalidade do montante devido ao Fundo, a rentabilidade do Fundo poderá ser afetada negativamente.

14.6.20 Inexigibilidade de Direito Creditório. O Fundo adquirirá Direitos Creditórios decorrentes de contratos de empréstimo pessoal com pagamento por meio de consignação em benefício previdenciário. O Fundo poderá eventual e involuntariamente acabar adquirindo Direitos Creditórios relacionados a Empréstimos decorrentes de operações em que pessoas tenham agido fraudulentamente, identificando-se elas falsamente para obter Empréstimo em nome e sob a responsabilidade de terceiros (Aposentados e Pensionistas que não teriam conhecimento da celebração do Empréstimo), mas levantando em benefício próprio os recursos liberados pelo Banco BMG. Ocorrida esta hipótese, o Fundo não poderá exigir o pagamento dos Empréstimos por parte dos Aposentados e Pensionistas lesados, restando-lhe somente exigir do Cedente a restituição do preço pago pelos créditos fraudulentos. A restituição devida pelo Cedente poderá demorar a ocorrer ou, ainda, o Cedente poderá não dispor de recursos para tanto. Em ambos os casos, haverá impacto negativo no patrimônio e na rentabilidade do Fundo.

14.6.21 Necessidade de Aprovação dos Titulares das Cotas Subordinadas para Determinados Assuntos. O item 23.2.1 abaixo confere o direito de voto aos titulares de Cotas Subordinadas (conforme definido no item 16.4 abaixo) em determinadas matérias e estabelece a necessidade de aprovação dos mesmos em determinadas deliberações relevantes da assembléia geral de cotistas. Ademais, no item 23 deste Regulamento são estabelecidos quoruns qualificados de aprovação por titulares de Cotas Seniores (conforme definido no item 16.3 abaixo) para a aprovação de determinadas matérias pela assembléia geral de cotistas. Referido direito dos titulares das Cotas Subordinadas (conforme definido no item 16.4 abaixo) assim como a existência de quoruns qualificados de aprovação por titulares de Cotas Seniores (conforme definido no item



J

16.3 abaixo) podem impedir a aprovação de matérias essenciais aos interesses dos titulares das Cotas Seniores (conforme definido no item 16.3 abaixo), o que pode eventualmente afetar seus interesses negativamente.

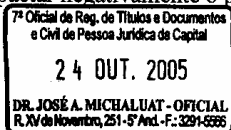
14.6.22 Recebimento pelo Fundo dos Valores relativos ao Seguro de Vida.

Conforme estabelecido no Contrato de Cessão de Direitos Creditórios, o Fundo é automaticamente subrogado na condição de credor dos direitos emergentes dos Seguros de Vida relativos aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo. No entanto, o Banco BMG é indicado na apólice como beneficiário do Seguro de Vida. Por esta razão, qualquer pagamento a título de indenização em caso de sinistro (morte de Aposentados e Pensionistas que tenham contratado o Seguro de Vida) será efetuado ao Banco BMG, que deverá repassar ao Fundo os valores recebidos dentro de até 2 (dois) dias, na forma prevista no Contrato de Cessão de Direitos Creditórios. Esse repasse dos valores ao Fundo pode, por diversas razões, atrasar ou deixar de ocorrer. Dentre elas, destaca-se a hipótese de intervenção do Banco BMG, quando o repasse dos recursos provenientes das indenizações recebidas pelo Banco BMG ao Fundo poderá ser interrompido, e permanecer inexigível enquanto perdurar a intervenção (cujo prazo máximo é de 1 (um) ano). Em caso de liquidação extrajudicial do Banco BMG há possibilidade de os recursos ali depositados serem bloqueados, e somente por via de decisão judicial favorável ao Fundo serem recuperados. Qualquer uma dessas hipóteses pode afetar a rentabilidade do Fundo, ou até levar o Fundo a sofrer perdas patrimoniais.

14.6.23 Manutenção do Seguro de Vida. A apólice global dos Seguros de Vida é contratada e os prêmios mensais são pagos diretamente pelo Banco BMG. Caso o Banco BMG deixe de pagar os prêmios mensais, o Seguro de Vida será cancelado. Nesta hipótese, em caso de morte do Aposentado ou Pensionista não haverá cobertura do Seguro de Vida correspondente e apenas o patrimônio deixado pelo *de cujus* (que pode se mostrar insuficiente) responderá pelo saldo a pagar do Empréstimo. Caso a cobrança se verifique infrutífera, e não havendo coobrigação do Cedente, o Fundo suportará os prejuízos daí advindos, o que afetará negativamente sua rentabilidade.

14.6.24 Procedimento para Requerimento de Indenizações do Seguro de Vida.

Cabe ao Banco BMG requerer o pagamento de indenizações em caso de sinistro (morte de Aposentados e Pensionistas) e apresentar os documentos comprobatórios exigidos pela seguradora. Caso, por qualquer razão, o Banco BMG atrase ou não apresente a documentação necessária para o recebimento da indenização correspondente, o Fundo poderá deixar de receber os recursos decorrentes do Seguro de Vida, o que poderia impactar negativamente o patrimônio e a rentabilidade do Fundo.



[Handwritten signature]

14.6.25 Ausência de Notificação aos Devedores. A cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo não será notificada previamente aos Devedores. Na hipótese de o Banco BMG deixar de exercer a função de Agente de Cobrança, os Devedores não estarão obrigados a realizar qualquer pagamento diretamente ao Fundo até que sejam devidamente notificados da cessão. Caso haja necessidade de notificação, e o Fundo, por qualquer motivo, não consiga efetuar a notificação de todos os Devedores, os Direitos Creditórios relativos aos Devedores não notificados poderão não ser recebidos, ou ser recebidos com atraso, o que afetará negativamente a rentabilidade do Fundo.

14.6.26 Cobrança Judicial ou Extrajudicial dos Direitos Creditórios. No caso de os Devedores inadimplirem as obrigações dos pagamentos dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, poderá haver cobrança judicial e/ou extrajudicial dos valores devidos. Nessa hipótese, além de o Fundo incorrer em maiores custos relacionados à cobrança dos Devedores inadimplentes, nada garante que referidas cobranças atingirão os resultados almejados, recuperando para o Fundo o total dos valores inadimplidos. Nessa hipótese, a rentabilidade do Fundo será afetada negativamente.

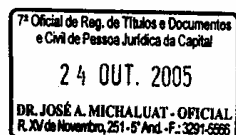
14.6.27 Intervenção ou Liquidação Extrajudicial do Custodiante. O Fundo terá conta corrente no Custodiante. Na hipótese de intervenção ou liquidação extrajudicial deste, há possibilidade de os recursos ali depositados serem bloqueados e somente por via judicial serem recuperados para o Fundo, o que afetará negativamente a rentabilidade do Fundo.

15. COTAS DO FUNDO

15.1 As cotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu patrimônio e não serão resgatáveis, exceto por ocasião da liquidação do Fundo, sendo admitida sua amortização conforme o disposto no presente Regulamento ou por decisão da assembléia geral de cotistas. As cotas do Fundo serão divididas em classes, conforme descrito no item 16 abaixo.

15.2 A emissão de cotas do Fundo obedecerá aos parâmetros e requisitos abaixo referidos.

15.2.1 Emissão – Na emissão de cotas do Fundo ("Emissão") serão emitidas cotas com valor de R\$ 1,00 (um Real) cada na Data de Subscrição Inicial, independentemente da classe. Fica a critério da Instituição Administradora a quantidade



39

g

de cotas objeto da Emissão, desde que observados:

- (i) o limite máximo de 85.000.000 (oitenta e cinco milhões) de Cotas Seniores (conforme definido no item 16.3 abaixo), e o mínimo de 85.000.000 (oitenta e cinco milhões) de Cotas Seniores; e
- (ii) o limite máximo de 21.250.000 (vinte e um milhões e duzentas e cinquenta mil) de Cotas Subordinadas (conforme definido no item 16.4 abaixo), e o mínimo de 21.250.000 (vinte e um milhões e duzentas e cinquenta mil) de Cotas Subordinadas; e
- (iii) a relação entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores (conforme definido no item 16.3 abaixo), calculados *pro-forma* considerando a Emissão deve respeitar, na data de Subscrição Inicial, a Razão Mínima (conforme definido no item 16.3.1 abaixo).

15.2.1.1 As cotas objeto da Emissão serão subscritas e integralizadas a partir da Data de Subscrição Inicial, a ser determinada pela Instituição Administradora. Na subscrição de cotas da Emissão que ocorrer em dia diferente da Data de Subscrição Inicial, será utilizado o valor da cota de mesma classe em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Instituição Administradora, em sua sede ou dependências.

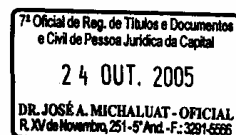
15.2.1.2 Será admitida a subscrição por um mesmo investidor de todas as cotas emitidas. Não haverá, portanto, requisitos de dispersão das cotas do Fundo.

15.2.1.3. A integralização das Cotas Seniores somente será exigível após a integralização da totalidade das Cotas Subordinadas.

15.3 As cotas serão escriturais e mantidas em conta de depósitos em nome de seus respectivos titulares.

15.3.1 A qualidade de condômino caracteriza-se pela abertura de conta de depósitos em nome do cotista.

15.3.2 É indispensável, por ocasião do ingresso do cotista no Fundo, sua adesão aos termos do presente Regulamento, através da assinatura do respectivo Termo de



40

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'J' followed by a flourish.

Ciência de Risco e Adesão ao Regulamento, bem como de declaração atestando a condição de investidor qualificado, se for o caso.

15.3.3 Para o cálculo do número de cotas a que tem direito o investidor, não serão deduzidas do valor entregue à Instituição Administradora quaisquer taxas ou despesas.

15.4 As cotas do Fundo só podem ser colocadas por instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários. As cotas do Fundo serão colocadas pelo Banco ABC Brasil S.A. ("Instituição Intermediária"), nas condições estabelecidas no Contrato de Distribuição, bem como por outras instituições eventualmente contratadas por ela, integrantes do sistema de distribuição.

15.5 O valor mínimo de aplicação no Fundo será de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais).

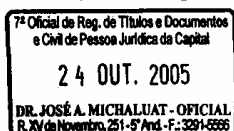
15.6 Somente poderão adquirir as cotas do Fundo os investidores que se enquadrem no público alvo definido no item 3 deste Regulamento.

15.7 A integralização de cotas do Fundo pode ser efetuada por débito e crédito em conta corrente em conta mantida no Custodiante ou por Transferência Eletrônica Disponível – TED. A amortização e o resgate de cotas do Fundo podem ser efetuados por débito e crédito em conta corrente, documento de ordem de crédito, TED, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

15.7.1 Admite-se o resgate de cotas do Fundo em Direitos Creditórios na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, conforme especificado no item 26 abaixo.

15.7.2 Para fins do disposto no item anterior, durante a vigência da Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, os resgates em Direitos Creditórios serão efetivados por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil, simultaneamente à compra, pelo cotista, de Direitos Creditórios, em valor correspondente ao valor líquido resgatado.

15.8 As Cotas Seniores (conforme definido no item 16.3 abaixo) do Fundo deverão ser negociadas exclusivamente em pregão das bolsas de valores ou mercado de balcão organizado por entidade autorizada pela CVM, cabendo à Instituição



g

Intermediária assegurar a condição de Investidor Qualificado do adquirente das cotas. As Cotas Subordinadas (conforme definido no item 16.4 abaixo) não poderão ser negociadas.

15.9 O prazo para efetivação de resgate das cotas do Fundo será o do item 4.1 acima.

16. CLASSES DE COTAS

16.1 O Fundo pode emitir cotas de classe sênior ou subordinada.

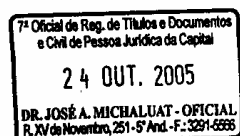
16.2 Todas as cotas de mesma classe terão iguais remunerações, despesas e prazos, bem como direitos de voto, observado o disposto no item 23 abaixo.

16.3 As Cotas Seniores são aquelas que não se subordinam às demais para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos deste Regulamento ("Cotas Seniores"). O critério para distribuição dos rendimentos e a amortização para as Cotas Seniores estão previstos respectivamente nos itens 18 e 19 abaixo.

16.3.1 Razão Mínima – A relação mínima entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores é de 125% (cento e vinte e cinco por cento) ("Razão Mínima"). Essa relação deve ser apurada todo dia útil, e informada aos cotistas periodicamente, nos termos do item 24.5 abaixo.

16.3.2 Na hipótese de desenquadramento da Razão Mínima por 2 (dois) dias úteis consecutivos, o Cedente dos Direitos Creditórios será imediatamente informado de tal fato pela Instituição Administradora, na forma do Anexo V deste Regulamento ("Aviso de Desenquadramento").

16.3.2.1 O Cedente deverá responder o Aviso de Desenquadramento, com cópia para o Custodiante, impreterivelmente até o 1º (primeiro) dia útil subsequente à data do seu recebimento, informando por escrito se deseja ou não, a seu exclusivo critério, integralizar novas Cotas Subordinadas (conforme definido no item 16.4 abaixo). Caso deseje integralizar novas Cotas Subordinadas (conforme definido no item 16.4 abaixo), deverá se comprometer de modo irrevogável e irrevogável a prontamente subscrever Cotas Subordinadas (conforme definido no item 16.4 abaixo) em valor equivalente a, no



J

mínimo, o necessário para reenquadramento da Razão Mínima, integralizando-as em moeda corrente nacional.

16.3.3 Na hipótese de o Cedente desejar subscrever novas Cotas Subordinadas (conforme definido no item 16.4 abaixo), a Instituição Administradora poderá deliberar pela emissão de tais cotas sem necessidade de autorização de quaisquer cotistas do Fundo ou de realização de assembléia geral.

16.3.3.1 Nesse caso, o processo de subscrição e integralização de novas Cotas Subordinadas deverá ser concluído dentro de até 5 (cinco) dias contados da data do envio do Aviso de Desenquadramento.

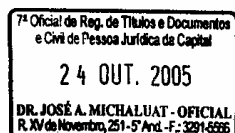
16.3.4 Na hipótese de o Cedente deixar de responder tempestivamente o Aviso de Desenquadramento à Instituição Administradora (item 16.3.2.1 acima), ou ainda na hipótese de o Cedente não desejar subscrever novas Cotas Subordinadas (conforme definido no item 16.4 abaixo) na forma especificada no item 16.3.2.1 acima, será observado o disposto nos itens 19.3.1 e 26.3 (i) abaixo, conforme o caso.

16.4 As Cotas Subordinadas são aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos deste Regulamento ("Cotas Subordinadas"). Somente ocorrerá a amortização das Cotas Subordinadas após a amortização integral das Cotas Seniores, ou conforme descrito no presente Regulamento. Somente ocorrerá o resgate das Cotas Subordinadas após o resgate da totalidade das Cotas Seniores. A distribuição dos rendimentos e a possibilidade de amortização para as Cotas Subordinadas estão previstas respectivamente nos itens 18 e 19 abaixo.

17. DA NEGOCIAÇÃO DAS COTAS SENIORES

17.1. As Cotas Seniores serão registradas para negociação em mercado de balcão organizado, observado que (i) os titulares de Cotas Seniores serão responsáveis pelo pagamento de todos e quaisquer custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas respectivas Cotas Seniores e (ii) caberá exclusivamente às eventuais Instituições Intermediárias assegurar que os adquirentes das Cotas Seniores sejam Investidores Qualificados.

17.2. Na hipótese de negociação de cotas do Fundo, a transferência de titularidade ocorrerá concomitantemente à efetiva liquidação da operação.



43

J

18. DISTRIBUIÇÃO DOS RENDIMENTOS DA CARTEIRA DO FUNDO

18.1 As cotas do Fundo, independentemente da classe, terão seu valor calculado todo dia útil, conforme a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo abaixo descrita. A primeira distribuição ocorrerá no dia útil seguinte à Data de Subscrição Inicial, e a última na data de liquidação do Fundo.

18.2 A distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo ocorrerá conforme o seguinte procedimento, desde que o patrimônio do Fundo assim permita:

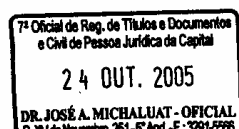
- (i) após o pagamento e provisionamento das despesas e encargos do Fundo, será incorporado ao valor de cada Cota Sênior, a título de distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo relativos ao dia útil imediatamente anterior, o valor equivalente à remuneração na forma do item 18.3.1 abaixo (e calculada conforme o Anexo VI deste Regulamento), no respectivo período; e
- (ii) após a distribuição dos rendimentos acima descrita para as Cotas Seniores, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado proporcionalmente às Cotas Subordinadas.

18.3 A fórmula de cálculo do valor a ser distribuído para as Cotas Seniores, desde que o patrimônio do Fundo assim permita, tem como parâmetro a Taxa DI, e consta do Anexo VI deste Regulamento.

18.3.1 O Fator Multiplicador, o qual será aplicado sobre a Taxa DI para cálculo da efetiva remuneração das Cotas Seniores (na forma do Anexo VI a este Regulamento), é de 110% (cento e dez por cento) ("Fator Multiplicador").

18.4 O presente item não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente uma preferência na distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, bem como critérios de distribuição de rendimentos entre as cotas das diferentes classes existentes. Portanto, os cotistas somente receberão rendimentos se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.

19. AMORTIZAÇÃO DAS COTAS



44

4

19.1 A partir do 2º (segundo) mês, inclusive, contado desde o mês em que ocorra a Data de Subscrição Inicial, e desde que o Fundo tenha recursos, as Cotas Seniores serão amortizadas em 36 (trinta e seis) pagamentos mensais e sucessivos, que ocorrerão de acordo com a fórmula abaixo:

$$PMT = \left(\frac{1}{36 - (M - 1)} \right) * VQS_n$$

onde:

PMT é o valor de amortização de cada Cota Sênior a ser efetuada em cada mês a partir do 1º (primeiro) mês, inclusive, contado desde o mês em que ocorra a Data de Subscrição Inicial;

M é o número do mês (após a Data de Subscrição Inicial) em que a amortização será realizada, sendo que M variará entre 1 (primeira amortização) e 36 (última amortização); e

VQS_n é o valor unitário da Cota Sênior na Data de Amortização de Cotas Seniores "n", calculado na forma do item 21.

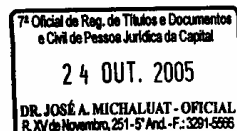
19.1.1 As amortizações das Cotas Seniores, a que se refere o item 19.1, ocorrerão, mensalmente, sempre no dia 15 (quinze) de cada mês ("Datas de Amortização de Cotas Seniores"). Tais amortizações compreenderão a amortização de parte do capital investido ("A_{PRINCIPAL}") acrescida do respectivo rendimento ("A_{JUROS}") para cada cota, conforme as fórmulas abaixo:

$$A_{PRINCIPAL_n} = \frac{Vsubs - \left(\sum_{n=0} A_{COMPULSÓRIA_{n-1}} + \sum_{n=0} A_{PRINCIPAL_{n-1}} \right)}{[36 - (M - 1)]}$$

onde:

$Vsubs$ – valor de subscrição de cada Cota Sênior;

$\sum_{n=0} A_{COMPULSÓRIA_{n-1}}$ é o somatório dos valores efetivamente pagos a título de Amortização Compulsória (conforme definido no item 19.3 abaixo), anteriormente a



45

J

cada Data de Amortização de Cotas Seniores "n";

$\sum_{n=0} A_{\text{PRINCIPAL}, n-1}$ é o somatório dos valores efetivamente pagos a título de amortização do capital investido, anteriormente a cada Data de Amortização de Cotas Seniores "n";

M é o número do mês, conforme definido no item 19.1 acima;

$$A_{\text{JUROS}_n} = PMT - A_{\text{PRINCIPAL}_n}$$

PMT é o valor de amortização calculado conforme o item 19.1 acima.

19.1.2 Na hipótese de qualquer das Datas de Amortização de Cotas Seniores coincidir com dia que não seja dia útil na praça em que estiver sediada a Instituição Administradora, o pagamento respectivo ocorrerá no primeiro dia útil subsequente durante o qual haja expediente bancário, cabendo ao(s) cotista(s) qualquer acréscimo.

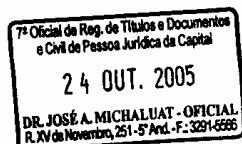
19.1.3 As Cotas Seniores também poderão ser amortizadas por decisão da assembléia geral de cotistas, observado o item 23.2.1 abaixo.

19.2 As Cotas Subordinadas somente serão resgatadas ou amortizadas, total ou parcialmente, após a amortização total ou o resgate da totalidade das Cotas Seniores, na forma prevista neste Regulamento.

19.2.1 As Cotas Subordinadas também poderão ser amortizadas por decisão da assembléia geral de cotistas, observado o disposto no item 23.2.1 abaixo.

19.3 A Instituição Administradora poderá realizar a amortização compulsória e antecipada das Cotas Seniores ("Amortização Compulsória"), exclusivamente para fins de enquadramento do patrimônio do Fundo (i) à Razão Mínima estabelecida no item 16.3.1 acima, e/ou (ii) à Alocação Mínima em Direitos Creditórios estabelecida no item 10.2 deste Regulamento.

19.3.1 Na hipótese da Amortização Compulsória ser decorrente da necessidade de re-enquadramento do patrimônio do Fundo à Razão Mínima, a Instituição Administradora deve, tão logo decida pela realização da Amortização Compulsória, convocar assembléia geral de cotistas.



8

19.3.2 Na hipótese de a Instituição Administradora decidir pela realização da Amortização Compulsória nos termos dos itens anteriores, o valor referente a tal amortização não será apurado pela fórmula definida no item 19.1, mas sim pelo valor necessário ao enquadramento do Fundo, conforme previsto no item 19.3 acima. Esse valor será referente à amortização do valor principal do investimento, não sendo computado como remuneração. Os cotistas serão informados, inclusive sobre o valor total envolvendo cada Amortização Compulsória, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que se verificou a necessidade de realização da Amortização Compulsória.

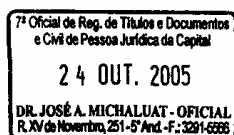
19.3.3 Qualquer Amortização Compulsória afetará a todos os cotistas titulares de Cotas Seniores, de forma proporcional às suas respectivas cotas.

19.4 O previsto neste item 19 não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente uma previsão de amortização e a preferência entre as diferentes classes de cotas existentes. Portanto, as cotas somente serão amortizadas se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.

20. RESERVA DE PAGAMENTO

20.1 A Instituição Administradora deverá constituir reserva para pagamento das amortizações das Cotas Seniores ("Reserva de Pagamento"), adicionalmente à Reserva de Liquidez (item 10.4.2 acima). Para tanto, a Instituição Administradora deverá interromper a aquisição de novos Direitos Creditórios, de modo que:

- (i) a partir de 60 (sessenta) dias corridos antes de cada Data de Amortização de Cotas Seniores, e até 31 (trinta e um) dias corridos antes de cada Data de Amortização de Cotas Seniores, o Fundo sempre mantenha em Disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) soma equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor futuro estimado da respectiva amortização, excluída a soma mantida em Disponibilidades para atendimento da Reserva de Liquidez (item 10.4.2 acima); e
- (ii) a partir de 30 (trinta) dias corridos antes de cada Data de Amortização de Cotas Seniores, e até a data da efetiva amortização, o Fundo sempre mantenha em Disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) soma equivalente a 100% (cem por cento) do



47

8

valor futuro estimado da respectiva amortização, excluída a soma mantida em Disponibilidades para atendimento da Reserva de Liquidez (item 10.4.2 acima).

20.2 Uma vez constituída a Reserva de Pagamento, a Instituição Administradora poderá adquirir novos Direitos Creditórios.

20.3 Caso, uma vez constituída, a Reserva de Pagamento deixe de atender ao disposto neste item, a Instituição Administradora deverá interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios, com vistas à recomposição da Reserva de Pagamento, sem prejuízo do disposto no item 26.2 (xiv) abaixo, se for o caso.

20.4 Quando da implementação dos procedimentos definidos neste item, a Instituição Administradora deverá priorizar a aquisição de ativos cujas datas de vencimento ou de resgate ou sua liquidez de mercado permitam o pagamento tempestivo das amortizações, sempre observada a política de investimento definida neste Regulamento.

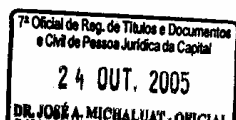
20.5 Os procedimentos descritos neste item não constituem promessa ou garantia, por parte da Instituição Administradora, de que haverá recursos suficientes para a constituição da Reserva de Pagamento, representando apenas um objetivo a ser perseguido pela mesma.

21. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO E DAS COTAS DE CADA CLASSE

21.1 Os ativos do Fundo terão seu valor calculado todo dia útil, mediante a utilização da metodologia abaixo referida de apuração do seu valor de mercado.

21.1.1 Os títulos de emissão do Tesouro Nacional, os títulos de emissão do Banco Central do Brasil e os créditos securitizados pelo Tesouro Nacional serão precificados de acordo com procedimentos para registro e avaliação de títulos e valores mobiliários, conforme estabelecido na regulamentação em vigor (tais como o critério de marcação a mercado), e de acordo com a metodologia utilizada pelo Custodiante, conforme disposto no Contrato de Custódia.

21.1.2 O valor de mercado dos Direitos Creditórios será obtido pela apuração dos preços praticados em mercados organizados nas operações realizadas com os mesmos tipos de ativos e que apresentem características semelhantes às das operações



[Handwritten signature]

realizadas pelo Fundo, levando em consideração volume, coobrigação e prazo.

21.2 Enquanto não houver mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, estes terão seu valor calculado, todo dia útil, pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.

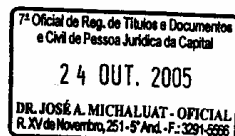
21.2.1 A metodologia de avaliação dos Direitos Creditórios acima especificada é justificada pelos seguintes fatores:

- (i) a inexistência de mercado organizado e ativo para os Direitos Creditórios da carteira do Fundo;
- (ii) ser o Fundo fechado;
- (iii) a intenção de se manterem os direitos creditórios na carteira do Fundo até suas respectivas datas de vencimento;
- (iv) ser o Fundo destinado exclusivamente a Investidores Qualificados; e
- (v) terem todos os cotistas, ao aderirem aos termos do presente Regulamento, concordado com a intenção de que os Direitos Creditórios sejam mantidos na carteira do Fundo até suas datas de vencimento, conforme os respectivos termos de adesão.

21.2.2 Na hipótese de se verificar a existência de um mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, estes passarão a ser avaliados pelo seu valor de mercado, conforme descrito no item 21.1.2 acima.

21.2.3 São elementos que denotam a existência de um mercado ativo de direitos creditórios:

- (i) a criação de segmento específico de negociação para tais ativos em bolsa ou em mercado de balcão organizado; e
- (ii) a existência de negociações com direitos creditórios em volume financeiro



49

J

relevante, com frequência e regularidade, de modo a conferir efetiva liquidez para os direitos creditórios.

21.3 As provisões e as perdas com Direitos Creditórios ou com Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo serão, respectivamente, efetuadas ou reconhecidas com a observância das regras e dos procedimentos definidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional, editado pelo Banco Central do Brasil ("COSIF").

21.4 As cotas de cada classe do Fundo terão seu valor calculado todo dia útil.

21.4.1 O valor unitário das Cotas Seniores será o menor dos seguintes valores:

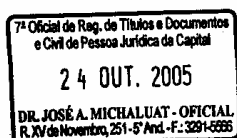
- (i) o resultado da divisão do patrimônio líquido do Fundo, apurado conforme os itens anteriores, pelo número de Cotas Seniores; ou
- (ii) o valor apurado conforme a fórmula de cálculo descrita no Anexo VI deste Regulamento.

21.4.2 O valor unitário das Cotas Subordinadas será o resultado da divisão do eventual saldo remanescente do patrimônio líquido do Fundo, após a subtração do valor de todas as Cotas Seniores, pelo número total de Cotas Subordinadas.

22. DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO

22.1 Constituem encargos do Fundo, além da taxa de administração prevista no item 7 acima:

- (i) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (ii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no presente Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- (iii) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos cotistas;



50

8

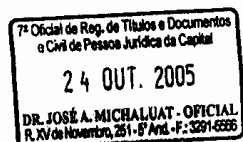
- (iv) honorários e despesas do Auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação da Instituição Administradora;
- (v) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- (vii) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de assembléia geral de cotistas;
- (viii) taxas de custódia de ativos do Fundo;
- (ix) a contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas cotas admitidas à negociação, na hipótese de vir a ser admitida a negociação das cotas do Fundo nesses mercados;
- (x) despesas com a contratação de Agência Classificadora de Risco; e
- (xi) despesas com profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos cotistas.

22.2 Quaisquer despesas não previstas no item acima como encargos do Fundo devem correr por conta da Instituição Administradora.

23. ASSEMBLÉIA GERAL

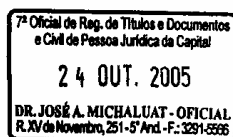
23.1 É da competência da assembléia geral de cotistas do Fundo:

- (i) examinar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Instituição Administradora, em até 4 (quatro) meses contados do encerramento do exercício social;
- (ii) alterar o disposto neste Regulamento, sem prejuízo de outras deliberações previstas neste item 23 que acarretam a alteração deste Regulamento;



8

- (iii) deliberar sobre a substituição da Instituição Administradora;
- (iv) deliberar sobre a contratação de terceiro autorizado para exercer atividade de gestão da carteira do Fundo;
- (v) eleger e destituir o(s) representante(s) dos cotistas, nomeado(s) conforme o item 23.4 abaixo;
- (vi) deliberar sobre a alteração da taxa de administração praticada pela Instituição Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- (vii) deliberar sobre a fusão, incorporação, cisão e prorrogação do prazo de duração do Fundo;
- (viii) deliberar sobre a liquidação do Fundo, ressalvadas as hipóteses dos itens (x) e (xi) abaixo;
- (ix) deliberar sobre a alteração dos termos e condições do Contrato de Cessão de Direitos Creditórios celebrado entre o Fundo e o Banco BMG ("Contrato de Cessão de Direitos Creditórios");
- (x) resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação (conforme definidos no item 26.2), tais Eventos de Avaliação (conforme definidos no item 26.2) devem ser considerados como um Evento de Liquidação Antecipada (conforme definido no item 26.3 abaixo);
- (xi) resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação Antecipada (conforme definido no item 26.3 abaixo), tais Eventos de Liquidação Antecipada (conforme definido no item 26.3 abaixo) devem acarretar a liquidação antecipada do Fundo;
- (xii) elevar e/ou diminuir o Fator Multiplicador da remuneração das Cotas Seniores;
- (xiii) deliberar acerca da substituição da Taxa DI no evento de sua indisponibilidade por período superior a 30 (trinta) dias consecutivos ou por imposição legal;



52

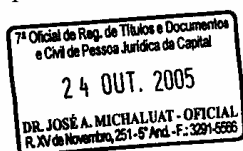
J

- (xiv) aprovar o aporte adicional de recursos no Fundo para a adoção dos procedimentos referidos no item 13, na forma ali estabelecida;
- (xv) aprovar os procedimentos a serem adotados no resgate das Cotas do Fundo mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios, de acordo com o disposto no item 26.8 abaixo;
- (xvi) deliberar sobre a substituição da Agência Classificadora de Risco; e
- (xvii) deliberar e homologar a substituição do Custodiante, do Agente de Cobrança e do fiel depositário da documentação relativa aos Direitos Creditórios, nos termos dos itens 8.3.3 e 8.4 acima.

23.2 Os titulares de Cotas Subordinadas somente terão direito a voto nas matérias indicadas no item 23.2.1 abaixo.

23.2.1 Além da aprovação de titulares das Cotas Seniores conforme os quoruns de deliberação estabelecidos neste item 23, estarão necessariamente sujeitas à aprovação de titulares de mais da metade das Cotas Subordinadas em assembléia geral de cotistas as deliberações que se refiram a:

- (i) alteração do item 7 deste Regulamento;
- (ii) alteração do item 10 deste Regulamento, ou que afete a política de investimento do Fundo, inclusive alteração da Alocação Mínima;
- (iii) alteração do item 11 deste Regulamento;
- (iv) alteração da Razão Mínima;
- (v) novas distribuições de cotas do Fundo;
- (vi) alteração do item 18 deste Regulamento, ou qualquer uma destinada a alterar a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo ou o Anexo VI;
- (vii) alteração dos cronogramas de amortização das Cotas Seniores e Subordinadas previstos nos itens 19.1 e 19.2 acima;



53

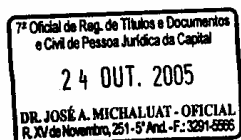
J

- (viii) alteração do item 20 deste Regulamento, ou qualquer outra alteração deste Regulamento que modifique as características da Reserva de Pagamento;
- (ix) alteração do item 21 deste Regulamento;
- (x) alteração do item 22 deste Regulamento, bem como criação ou aumento de despesas e encargos ordinários do Fundo;
- (xi) alteração do item 23 deste Regulamento, inclusive no que concerne a direito de voto de cada classe e alterações de quorum;
- (xii) criação de novos Eventos de Avaliação (conforme definidos no item 26.2) e Eventos de Liquidação Antecipada do Fundo (conforme definidos no item 26.3);
- (xiii) assuntos descritos nos itens (iii), (vi), (vii), (xii) e (xiii) do item 23.1 acima; e
- (xiv) alteração de vantagens ou criação de obrigações e deveres para as Cotas Subordinadas.

23.2.2 Deliberações sobre as matérias indicadas nos subitens (i), (x) e (xi) do item 23.1 acima e do item 23.2.1 dependerão de aprovação em assembléia geral de cotistas que representem a maioria das Cotas Seniores em Circulação (conforme definido no item 23.2.6 abaixo), exceto se estabelecido quorum diferenciado nos itens abaixo.

23.2.3 Deliberações sobre as matérias indicadas nos subitens (ii), (iii), (iv), (v), (vi), (vii), (ix), (xv), (xvi) e (xvii) do item 23.1 acima, bem como a alteração do presente item 23.2.3, dependerão de aprovação em assembléia geral de cotistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Cotas Seniores em Circulação (conforme definido no item 23.2.6 abaixo).

23.2.4 Deliberações sobre as matérias indicadas nos subitens (viii), (xii), (xiii) e (xiv) do item 23.1 acima, bem como a alteração do presente item 23.2.4, dependerão de aprovação em assembléia geral de cotistas que representem 100% (cem por cento) das Cotas Seniores em Circulação (conforme definido no item 23.2.6 abaixo).



[Handwritten signature]

23.2.5 Todas as demais deliberações para as quais não haja previsão expressa neste Regulamento dependerão da aprovação da maioria das Cotas Seniores em Circulação (conforme definido no item 23.2.6 abaixo).

23.2.6 Para fins desta cláusula, define-se "Cotas Seniores em Circulação" a totalidade das Cotas Seniores emitidas, excetuadas as Cotas Seniores que eventualmente, por qualquer motivo, se encontrem em tesouraria, ou que sejam pertencentes ao Cedente e/ou a qualquer das Partes Relacionadas ao Cedente, bem como pertencentes aos respectivos diretores, conselheiros ou acionistas do Cedente e/ou das Partes Relacionadas ao Cedente.

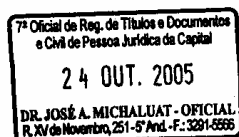
23.3 A assembléia geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes dos cotistas para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos cotistas.

23.4 Somente pode exercer as funções de representante dos cotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

- (i) seja cotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos cotistas;
- (ii) não seja titular de Cotas Subordinadas;
- (iii) não exerça cargo ou função na Instituição Administradora, ou em Partes Relacionadas à mesma; e
- (iv) não exerça cargo da administração ou ser empregado do Cedente ou de Partes Relacionadas ao mesmo.

23.4.1 Os representantes dos cotistas eventualmente nomeados nos termos deste item 23.4 não farão jus, em nenhuma hipótese, ao recebimento de qualquer remuneração do Fundo, da Instituição Administradora, do Custodiante ou do Cedente para exercer tal função.

23.5 Este Regulamento poderá ser alterado independentemente de deliberação da assembléia geral de cotistas em casos de mudança das normas legais e regulamentares vigentes ou de determinação da CVM, hipótese em que deve ser dada



55

[Handwritten signature]

ciência aos cotistas da referida alteração no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da alteração deste Regulamento junto à CVM.

23.6 A convocação de assembléia geral de cotistas será feita pela Instituição Administradora, por meio eletrônico ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada cotista.

23.7 As cartas de convocação ou correspondências eletrônicas indicarão dia, hora e local em que será realizada a assembléia geral de cotistas e os assuntos a serem tratados.

23.8 A convocação da assembléia geral de cotistas deverá ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, contados da data de envio da carta ou da correspondência eletrônica.

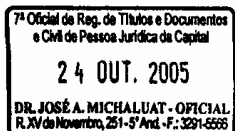
23.9 Não se realizando a assembléia geral de cotistas, será novamente providenciada a expedição aos cotistas de correspondência eletrônica ou de carta com aviso de recebimento, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

23.10 Para efeito do disposto no item anterior, admite-se que a segunda convocação da assembléia geral de cotistas seja providenciada juntamente com a primeira convocação.

23.11 Para os fins dos procedimentos de convocação estabelecidos neste item, investidores que adquiram Cotas Seniores por meio de negociação no mercado secundário e eventualmente mantenham tais Cotas Seniores custodiadas junto a outra entidade que não o prestador de serviços de agente escriturador contratado, não serão convocados diretamente pela Instituição Administradora, mas sim por meio da entidade junto à qual estiverem custodiadas as suas Cotas Seniores. Para tanto, a Instituição Administradora informará tempestivamente, a cada uma das entidades junto às quais estejam custodiadas Cotas Seniores, sobre a convocação de assembléia geral de cotistas.

23.12 Independentemente das formalidades previstas neste Regulamento, será considerada regular a assembléia geral de cotistas a que comparecerem todos os cotistas.

23.13 Salvo motivo de força maior, a assembléia geral de cotistas será realizada na sede da Instituição Administradora. Quando a assembléia geral de cotistas não for realizada na sede da Instituição Administradora, as comunicações enviadas aos cotistas



J

devem indicar, com clareza, o local da reunião, que em nenhuma hipótese pode realizar-se fora do município da sede da Instituição Administradora.

23.14 Além da reunião anual de prestação de contas, a assembléia geral de cotistas poderá reunir-se por convocação da Instituição Administradora, a seu exclusivo critério, ou mediante solicitação à Instituição Administradora de cotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das cotas emitidas.

23.15 As assembléias gerais de cotistas serão instaladas com a presença de pelo menos um cotista.

23.16 Somente podem votar nas assembléias gerais os cotistas do Fundo, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de um ano. A presidência das assembléias gerais de cotistas caberá à Instituição Administradora, ressalvada a hipótese de deliberação em sentido diverso por parte dos cotistas presentes.

23.16.1 Será sempre assegurada a participação da Instituição Administradora em qualquer assembléia geral de cotistas.

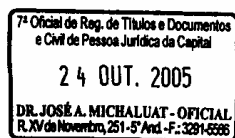
23.17 Não terão direito a voto na assembléia geral de cotistas a Instituição Administradora e seus empregados.

23.18 As decisões da assembléia geral de cotistas devem ser divulgadas aos cotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua realização.

23.19 As deliberações tomadas pelos cotistas, observados os quoruns de instalação e de deliberação estabelecidos neste Regulamento, bem como, se for o caso, observado o procedimento descrito no item 23.2.1 acima, serão válidas e eficazes e obrigarão tanto os titulares das Cotas Seniores quanto os titulares das Cotas Subordinadas, quer tenham comparecido à assembléia geral de cotistas, e nela hajam se absterido de votar, inclusive na hipótese de exclusão do direito de voto, ou votado contra, quer não tenham comparecido.

24. INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS E PERIÓDICAS

24.1 A Instituição Administradora deverá prestar, na forma e dentro dos prazos estabelecidos, todas as informações obrigatórias e periódicas constantes deste



57

J

item, sem prejuízo de outras previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente.

24.2 A Instituição Administradora deve encaminhar à CVM, no prazo de 10 (dez) dias da data da primeira integralização de cotas do Fundo, as seguintes informações:

- (i) número de inscrição do Fundo no CNPJ; e
- (ii) a data da primeira integralização de cotas do Fundo.

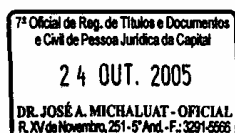
24.3 A Instituição Administradora deverá informar à CVM a data do encerramento de cada distribuição de cotas.

24.4 A Instituição Administradora, por meio de seu diretor indicado, sem prejuízo do atendimento das determinações estabelecidas na regulamentação em vigor, deve elaborar demonstrativos trimestrais evidenciando que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com a política de investimento prevista neste Regulamento e com os limites de composição e de diversificação a ele aplicáveis, bem como que as modalidades de negociação foram realizadas a taxas de mercado.

24.4.1 Os demonstrativos referidos no item anterior devem ser enviados à CVM e permanecer à disposição dos cotistas do Fundo, bem como ser examinados por ocasião da auditoria independente.

24.5 A Instituição Administradora deve divulgar, trimestralmente, no periódico referido no item 25 abaixo, além de manter disponíveis em sua sede e agência(s) e nas instituições que coloquem cotas desse, o valor do patrimônio líquido do Fundo, o valor das cotas de cada classe, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, a Razão Mínima (item 16.3.1 acima), e o último relatório da(s) Agência Classificadora de Risco contratada(s) pelo Fundo.

24.5.1 A divulgação das informações previstas acima pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódicos de ampla veiculação, observada a responsabilidade do diretor designado nos termos do artigo 8º da Instrução 356, pela regularidade na prestação dessas informações.



58

J

24.6 A Instituição Administradora é obrigada a divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, de modo a garantir a todos os cotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à permanência no Fundo, se for o caso.

24.6.1 Sem prejuízo de outras ocorrências relativas ao Fundo, considera-se fato relevante a alteração da classificação de risco das cotas do Fundo ou dos Direitos Creditórios e demais ativos integrantes da respectiva carteira.

24.6.2 A divulgação das informações previstas acima deve ser feita por meio de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo e mantida disponível para os cotistas na sede e agência(s) da Instituição Administradora e nas instituições que coloquem cotas do Fundo.

24.7 A Instituição Administradora deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos cotistas, em sua sede e dependências, informações sobre:

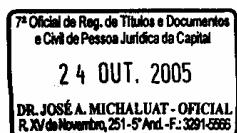
- (i) o número de cotas de propriedade de cada um e o respectivo valor;
- (ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e
- (iii) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios e dos Outros Ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

24.8 As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão auditadas pelo Auditor e estarão sujeitas às normas contábeis expedidas pela CVM. Enquanto a CVM não editar tais normas, aplicam-se ao Fundo as disposições do COSIF.

24.8.1 O Fundo terá escrituração contábil própria.

24.8.2 O exercício social do Fundo tem duração de um ano, encerrando-se em 31 de maio de cada ano.

24.8.3 A Instituição Administradora deve colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos:



59

A handwritten signature in dark ink, consisting of a stylized 'J' followed by a cursive flourish.

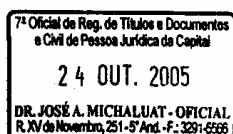
- (i) de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- (ii) de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

24.9 A Instituição Administradora deve prestar à CVM, na forma por esta especificada, mensalmente, até o 3º (terceiro) dia útil após o encerramento do mês anterior, com base no último dia útil daquele mês, as seguintes informações relativas ao Fundo:

- (i) saldo das aplicações;
- (ii) valor do patrimônio líquido;
- (iii) valor das cotas de cada classe e quantidade de cotas de cada classe em circulação;
- (iv) valores totais das captações e, se for o caso, dos resgates no mês relativamente a cada classe de cotas, considerados os valores efetivamente ingressados e resgatados;
- (v) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado; e
- (vi) posições mantidas em mercados de derivativos.

24.10 No prazo máximo de 10 (dez) dias contados de sua ocorrência, devem ser protocolados na CVM, pela Instituição Administradora, os documentos correspondentes aos seguintes atos relativos ao Fundo:

- (i) alteração de Regulamento;
- (ii) substituição da Instituição Administradora;
- (iii) incorporação;
- (iv) fusão;



60

J

(v) cisão; e

(vi) liquidação.

24.11 Considera-se o correio eletrônico como uma forma de correspondência válida nas comunicações entre a Instituição Administradora e os cotistas do Fundo.

25. PUBLICAÇÕES

25.1 Todas as publicações mencionadas neste Regulamento serão feitas inicialmente no jornal "DCI – Comércio, Indústria & Serviços", da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

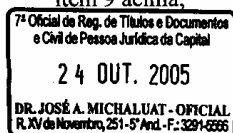
25.2 A Instituição Administradora poderá, a seu exclusivo critério, sem a necessidade de convocação de assembléia geral e alteração do presente Regulamento, alterar o periódico utilizado para efetuar as publicações relativas ao Fundo, devendo, nesse caso, informar previamente aos cotistas sobre essa alteração.

26. LIQUIDAÇÃO DO FUNDO E EVENTOS DE AVALIAÇÃO E DE LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA

26.1 O Fundo será liquidado, ordinariamente, no dia 15 (quinze) do 36º (trigésimo sexto) mês, contado a partir do mês em que se verificar a Data de Subscrição Inicial. Em tal caso, após o pagamento das despesas e encargos do Fundo, será pago aos titulares de Cotas Seniores, se o patrimônio do Fundo assim permitir, o valor apurado conforme o item 21.4.1 acima, em vigor na própria data de liquidação. O total do eventual excedente, após o pagamento aos titulares das Cotas Seniores, será pago aos titulares de Cotas Subordinadas, conforme a quantidade de cotas respectiva.

26.2 Eventos de Avaliação - São considerados eventos de avaliação do Fundo ("Eventos de Avaliação") quaisquer das seguintes ocorrências:

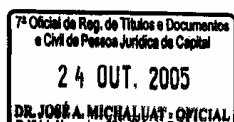
- (i) rebaixamento da classificação de risco inicial das Cotas Seniores, considerando-se a tabela da Agência Classificadora de Risco;
- (ii) renúncia da Instituição Administradora à administração do Fundo, nos termos do item 9 acima;



J

- (iii) inobservância pela Instituição Administradora de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento, verificada pelo Custodiante ou pelo representante dos cotistas, desde que, notificada por qualquer deles para sanar ou justificar o descumprimento, a Instituição Administradora não o faça no prazo de 2 (dois) dias úteis contado do recebimento da referida notificação;
- (iv) inobservância pelo Custodiante dos deveres e das obrigações previstas neste Regulamento e no Contrato de Custódia, desde que, se notificado pela Instituição Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, o Custodiante não o faça no prazo de 2 (dois) dias úteis contado do recebimento da referida notificação;
- (v) inobservância pelo Cedente e/ou Agente de Cobrança dos deveres e das obrigações previstas no Contrato de Custódia com relação à cobrança dos Direitos Creditórios, desde que, se notificado pela Instituição Administradora ou pelo Custodiante para sanar ou justificar o descumprimento, o Cedente e/ou Agente de Cobrança não o faça no prazo de 2 (dois) dias úteis contado do recebimento da referida notificação;
- (vi) aquisição pelo Fundo de Direitos Creditórios em desacordo com os critérios de elegibilidade estabelecidos no item 11 acima;
- (vii) não pagamento, nas Datas de Amortização de Cotas Seniores, do valor integral da amortização de qualquer Cota Sênior;
- (viii) amortização de Cotas Subordinadas em desacordo com o disposto neste Regulamento;
- (ix) resilição do Contrato de Custódia, ou do contrato de guarda dos documentos que amparam os Direitos Creditórios, se houver;
- (x) não divulgação pela Agência Classificadora de Risco da atualização trimestral da classificação de risco referente às Cotas Seniores por prazo igual ou superior a 60 (sessenta) dias;
- (xi) renúncia do Custodiante, sem sua imediata substituição;

62

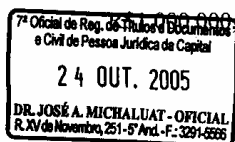


[Handwritten signature]

(xii) ser a Taxa DI maior ou igual a 130% (cento e trinta por cento) da Taxa DI do dia útil imediatamente anterior;

(xiii) ocorrência de qualquer dos seguintes eventos:

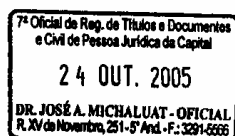
- (a) modificação do controle acionário do Banco BMG;
- (b) rescisão, suspensão e/ou cancelamento, por qualquer motivo, do Convênio celebrado com o INSS ou das autorizações específicas permitindo o desconto em benefício;
- (c) verificação de falha, erro ou incorreção em quaisquer das declarações prestadas pelo Cedente no item 9.1 do Contrato de Cessão de Direitos Creditórios, que possa comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Cotas Seniores;
- (d) comprovação de que o Banco BMG tenha oferecido ao Fundo direitos creditórios em desacordo com os critérios definidos no item 3.1 do Contrato de Cessão de Direitos Creditórios;
- (e) criação de novos tributos, elevação das alíquotas já existentes ou modificação de suas bases de cálculo, que possa comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Cotas Seniores;
- (f) inadimplemento, pelo Banco BMG, ou qualquer de suas controladas e/ou controladoras diretas no cumprimento de qualquer obrigação pecuniária e/ou declaração do vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária das pessoas acima referidas, cujo valor unitário ou total seja igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ou o equivalente em outras moedas, exceto quando existir medida judicial adequada para anulação ou sustação de seus efeitos;
- (g) apresentação para protesto ou protesto de títulos emitidos pelo Banco BMG ou sacados contra o Banco BMG, suas controladas e/ou controladoras diretas, cujo valor unitário ou total seja igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ou o equivalente em outras moedas,



J

excetuados os que tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação ou sustação de seus efeitos;

- (h) deixar o Banco BMG de atender aos valores mínimos de capital e patrimônio líquido ajustado definidos pelas normas do Banco Central do Brasil e do Conselho Monetário Nacional;
 - (i) ajuizamento contra o Banco BMG, suas controladoras diretas ou contra qualquer controlada, de ação ou conjunto de ações de execução para pagamento de quantia certa, incluindo as execuções fiscais, cujo valor seja superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais);
 - (j) ocorrência de arresto ou de penhora de bens do Banco BMG, de suas controladoras ou controladas, de valor superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), considerados individualmente ou em conjunto;
 - (k) ocorrência de qualquer ato ou fato que imponha restrição à alienação dos direitos creditórios de titularidade do Banco BMG; ou
 - (l) descumprimento pelo Banco BMG de qualquer de suas obrigações estabelecidas neste Regulamento e nos demais documentos relacionados ao Fundo do qual seja parte que não seja um Evento de Revisão ou um Evento de Resilição do Contrato de Cessão de Direitos Creditórios (conforme definidos no Contrato de Cessão de Direitos Creditórios), desde que tal descumprimento não seja devidamente regularizado ou justificado dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis contado do envio, pela Instituição Administradora, de notificação, por escrito, informando da ocorrência do respectivo evento; a possibilidade de regularização ou justificativa aqui prevista não se aplica a descumprimento de obrigações pecuniárias, constituindo sua ocorrência automaticamente um Evento de Revisão do Contrato de Cessão de Direitos Creditórios (conforme definido no Contrato de Cessão de Direitos Creditórios);
- (xiv) não constituição da Reserva de Pagamento nos termos deste Regulamento ou caso os limites estabelecidos no item 20.1 para Reserva de Pagamento não sejam atendidos pelo prazo de 5 (cinco) dias úteis consecutivos e/ou 10 (dez) dias alternados em um período de 30 (trinta) dias consecutivos;



64

J

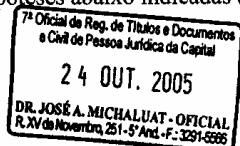
- (xv) constarem do relatório de verificação referido no item 8.5 inexistências ou incongruências em relação às informações fornecidas pelo Banco BMG com relação a 5% (cinco por cento) ou mais dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo desde a última verificação; e
- (xvi) inadimplência da carteira de Direitos Creditórios do Fundo superior a 3% (três por cento) na média móvel dos 3 (três) Períodos de Verificação anteriores ou superior a 5% (cinco por cento) em um único Período de Verificação; tal inadimplência será medida até o 5º (quinto) dia útil após cada Período de Verificação, através da relação entre os Direitos Creditórios vencidos e não pagos e o total de Direitos Creditórios com vencimento durante o Período de Verificação; entende-se por "Período de Verificação" aquele correspondente a um mês-calendário.

26.2.1 Sem prejuízo do disposto no item 26.2.2 abaixo, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, o Fundo interromperá os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios e a Instituição Administradora convocará imediatamente uma assembléia geral, a qual decidirá, de acordo com o quorum de deliberação de que trata o item 23 acima, se tal Evento de Avaliação deve ser considerado como um Evento de Liquidação Antecipada (conforme definido no item 26.3 abaixo) do Fundo.

26.2.2 Caso a assembléia geral de que trata o item acima delibere que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Liquidação Antecipada do Fundo, conforme definido no item 26.3 abaixo, a Instituição Administradora observará os procedimentos de que trata o item 23, devendo a assembléia geral de cotistas de que trata o item 26.2.1 acima deliberar sobre os procedimentos envolvendo a liquidação do Fundo.

26.2.3 Caso o Evento de Avaliação não dê causa à liquidação antecipada do Fundo, o Fundo reiniciará o processo de aquisição de Direitos Creditórios, nos termos do Contrato de Cessão de Direitos Creditórios, sem prejuízo da implementação de eventuais ajustes aprovados pelos cotistas na assembléia geral de que trata o item 26.2.1 acima.

26.3 Eventos de Liquidação Antecipada – Será convocada assembléia geral para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo na ocorrência de qualquer das hipóteses abaixo indicadas ("Eventos de Liquidação Antecipada"):



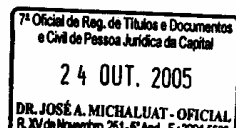
65

J

- (i) inobservância, por 5 (cinco) dias úteis consecutivos, da Razão Mínima, caso o Cedente não responda tempestivamente o Aviso de Desenquadramento à Instituição Administradora (item 16.3.2.1 acima), ou ainda na hipótese de o Cedente não subscrever novas Cotas Subordinadas na forma especificada no item 16.3.2.1 acima;
- (ii) impossibilidade de aquisição de Direitos Creditórios que preencham os critérios de elegibilidade especificados no item 11.1 acima;
- (iii) pedido ou decretação de falência, intervenção, liquidação extrajudicial, regime de administração especial temporária ou regimes semelhantes com relação (a) ao Cedente; e/ou (b) ao Agente de Cobrança; e/ou (c) à Instituição Administradora; e/ou (d) a quaisquer sociedades controladoras diretas das pessoas referidas anteriormente;
- (iv) não pagamento dos valores de amortização das Cotas Seniores nas datas previstas neste Regulamento;
- (v) rescisão ou rescisão do Contrato de Custódia sem a conseqüente substituição por nova instituição prestadora desse serviço;
- (vi) se for deliberado que um Evento de Avaliação constitui Evento de Liquidação Antecipada;
- (vii) na hipótese de a assembléia geral não chegar a acordo quanto à substituição da Taxa DI (item 23.1 (xiii) acima), na ausência de sua apuração e/ou divulgação por prazo superior a 30 (trinta) dias corridos ou, ainda, no caso da extinção da Taxa DI por imposição legal; e
- (viii) rescisão ou rescisão do Contrato de Cessão de Direitos Creditórios.

26.4 Sem prejuízo do item acima, na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação Antecipada, a Instituição Administradora imediatamente (i) notificará tal fato aos cotistas e (ii) interromperá a aquisição de Direitos Creditórios.

26.5 Na hipótese (i) de não instalação da assembléia geral por falta de quorum, ou (ii) de aprovação pelos cotistas da liquidação antecipada do Fundo, a



J

Instituição Administradora deverá iniciar os procedimentos referentes à liquidação do Fundo.

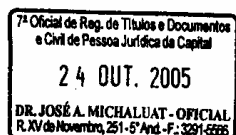
26.6 Na hipótese de a assembléia geral deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo, será facultado aos titulares de Cotas Seniores que não concordarem com a decisão ("Cotistas Dissidentes"), o direito de resgatar antecipadamente suas cotas, conforme regras a serem definidas na assembléia geral. Em qualquer hipótese, os Cotistas Dissidentes deverão ter suas cotas resgatadas em, no máximo, 15 (quinze) dias contados da data da assembléia geral. O resgate dos Cotistas Dissidentes será pelo valor da Cota Sênior do dia útil imediatamente anterior ao dia do pagamento, calculado na forma do item 21.4.1 acima.

26.7 Caso a assembléia geral delibere a liquidação antecipada do Fundo, todas as cotas do Fundo serão resgatadas, observados os seguintes procedimentos:

- (i) a Instituição Administradora não adquirirá mais Direitos Creditórios e/ou Outros Ativos para o Fundo, e todos os recursos em moeda corrente serão utilizados para o resgate das cotas;
- (ii) as Cotas Seniores terão prioridade no resgate sobre as Cotas Subordinadas; portanto, todos os recursos disponíveis no patrimônio do Fundo serão prioritariamente alocados para o resgate das Cotas Seniores, de forma *pro rata* e mediante a observância de igualdade de condições entre todas as Cotas Seniores; e
- (iii) as Cotas Subordinadas somente serão resgatadas após o resgate integral de todas as Cotas Seniores, sendo então pago a cada Cota Subordinada o valor correspondente à fração respectiva no eventual saldo remanescente do patrimônio do Fundo.

26.7.1 Com o intuito de racionalizar o processo de resgate de cotas descrito no item anterior, a Instituição Administradora poderá postergar pagamentos aos cotistas até que o total de recursos disponíveis seja equivalente ao mínimo de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), exceto na hipótese de o valor dos recursos disponíveis já ser suficiente para o resgate integral das Cotas Seniores.

26.8 Caso no último dia útil do prazo para resgate antecipado a totalidade das Cotas Seniores ainda não tenha sido resgatada mediante pagamento em moeda corrente



67

nacional, as Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas em circulação poderão ser resgatadas mediante a dação em pagamento da totalidade dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo.

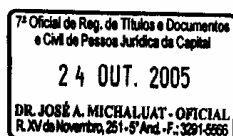
26.8.1 Qualquer entrega de Direitos Creditórios para fins de pagamento de resgate aos titulares de cotas do Fundo será realizada mediante a utilização de procedimento de rateio, considerando o número de cotas devido por cada cotista na ocasião e observados os procedimentos definidos neste item 26.

26.8.2 De acordo com o disposto no item 16, as Cotas Seniores terão prioridade no pagamento de resgate sobre as Cotas Subordinadas, sendo que as Cotas Subordinadas somente serão resgatadas após o pagamento integral de todas as Cotas Seniores, observado o disposto neste item 26.

26.8.3 Antes da implementação de qualquer procedimento referente à entrega de Direitos Creditórios aos cotistas do Fundo, de acordo com o disposto neste item 26, o Cedente terá a faculdade de, a seu exclusivo critério, adquirir, em moeda corrente nacional, a totalidade dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, no 3º (terceiro) dia útil imediatamente anterior ao término do prazo para resgate antecipado, por preço no mínimo equivalente ao valor exigível dos Direitos Creditórios.

26.8.4 Na hipótese de o Cedente decidir não exercer a faculdade de que trata o item anterior, a assembléia geral de cotistas deverá deliberar sobre os procedimentos de dação em pagamento dos Direitos Creditórios para fins de pagamento de resgate das cotas do Fundo ainda em circulação.

26.8.5 Na hipótese de a assembléia geral de cotistas referida no item anterior não chegar a acordo quanto aos procedimentos de dação em pagamento dos Direitos Creditórios para fins de pagamento de resgate das cotas, os Direitos Creditórios serão dados em pagamento aos titulares das Cotas Seniores até o limite do valor destas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada titular de Cotas Seniores será calculada de acordo com a proporção de Cotas Seniores detida por cada titular sobre o valor total das Cotas Seniores em circulação à época. Os eventuais Direitos Creditórios remanescentes, não entregues ao condomínio dos titulares de Cotas Seniores, serão entregues aos titulares de Cotas Subordinadas, proporcionalmente à sua participação no remanescente do patrimônio do Fundo. Realizados tais procedimentos, a Instituição Administradora estará desobrigada em relação às responsabilidades



68

J

estabelecidas neste Regulamento, ficando autorizada a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.

26.8.6 A Instituição Administradora deverá notificar os titulares das Cotas Seniores, (i) para que elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos Creditórios, na forma do artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro, (ii) informando a proporção de Direitos Creditórios a que cada titular de Cotas Seniores fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade da Instituição Administradora perante os cotistas após a constituição do condomínio de que trata o item anterior.

26.8.7 Caso os titulares das Cotas Seniores não procedam à eleição do administrador do condomínio referido no item 26.8.5, essa função será exercida pelo titular de Cotas Seniores que detenha a maioria das Cotas Seniores em Circulação.

26.8.8 O Custodiante e/ou empresa por ele contratada fará a guarda dos Direitos Creditórios e dos respectivos documentos comprobatórios pelo prazo improrrogável de 10 (dez) dias (contado da notificação referida no item 26.8.6 acima), dentro do qual o administrador do condomínio indicará à Instituição Administradora e ao Custodiante, hora e local para que a ele seja feita a entrega dos Direitos Creditórios e respectivos documentos comprobatórios. Expirado este prazo, a Instituição Administradora poderá promover a consignação da documentação relativa aos Direitos Creditórios, na forma do artigo 334 do Código Civil Brasileiro.

26.9 A liquidação do Fundo será gerida pela Instituição Administradora, observado o que dispõe este Regulamento ou o que for deliberado na assembléia geral.

27. FORO

27.1 Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Regulamento.

São Paulo, 21 de outubro de 2005.

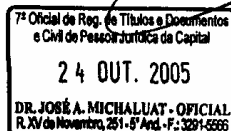
Instituição Administradora

INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Por:

Cargo:

Por: Jorge Eric Sierra Rojas
INTRAG DTVM LTDA.
RNE W067804-3
CPF: 127.839.088-08

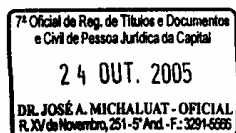


ANEXO I

Este Anexo é parte integrante do Regulamento do "Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – INSS II" constituído em 21 de outubro de 2005, pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

GLOSSÁRIO DOS PRINCIPAIS TERMOS E EXPRESSÕES UTILIZADOS NO REGULAMENTO DO "FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS – INSS II"

Agência Classificadora de Risco	Standard & Poor's, divisão da McGraw-Hill Interamericana do Brasil Ltda., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 1253, 10º andar, inscrita no CNPJ sob nº 02295585/0002-20, ou quem vier a lhe suceder.
Agente de Cobrança	Banco BMG, ou quem vier a lhe substituir na qualidade de agente cobrador dos direitos creditórios do Fundo.
Alocação Mínima	Percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido do Fundo a ser mantido em Direitos Creditórios, após 90 (noventa) dias do início de suas atividades.
Amortização Compulsória	Amortização compulsória e antecipada das Cotas Seniores, exclusivamente para fins de enquadramento do patrimônio do Fundo (i) à Razão Mínima e/ou (ii) à Alocação Mínima em direitos creditórios estabelecida no item 10 do Regulamento.
Aposentados e Pensionistas	Titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral de Previdência Social do INSS, devedores do Fundo em



70

J

decorrência de contratos de empréstimo celebrados com o Banco BMG.

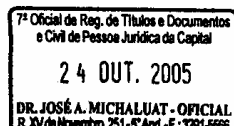
Aquisições Iniciais de Direitos Creditórios A soma de todas as aquisições de direitos creditórios realizadas pelo Fundo até se perfazer o montante de R\$ 101.000.000,00 (cento e um milhões de reais).

Auditor KPMG Auditores Independentes, empresa de auditoria com sede na cidade de São paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros 33, 13º andar, inscrita no CNPJ sob o n.º 57.755.217/0001-29, ou quem vier a lhe suceder.

Aviso de Desenquadramento Correspondência a ser enviada pela Instituição Administradora ao Banco BMG na hipótese de desenquadramento da Razão Mínima por 2 (dois) dias úteis consecutivos, na forma do Anexo V do Regulamento.

Banco BMG Instituição financeira com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Álvares Cabral, nº 1707, inscrito no CNPJ sob nº 61.186.680/0001-74, Cedente dos Direitos Creditórios ao Fundo e contratado pelo Custodiante (i) como fiel depositário da documentação relativa aos direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo; e (ii) como Agente de Cobrança.

Caixa Econômica Federal Instituição financeira constituída sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 4,



71

J

Lotes 3 e 4, em Brasília, Distrito Federal inscrita no CNPJ sob o n.º 00.360.305/0001-04.

Cedente Cedente dos Direitos Creditórios ao Fundo, que será exclusivamente o Banco BMG.

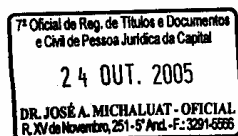
CMN Conselho Monetário Nacional.

Contrato de Cessão de Direitos Creditórios Contrato de Cessão de Direitos Creditórios a ser celebrado entre o Banco BMG e o Fundo, com a interveniência do Custodiante, através do qual serão cedidos ao Fundo os Direitos Creditórios.

Contrato de Custódia Contrato de Prestação de Serviços de Custódia e Controladoria de Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios, a ser celebrado entre o Fundo, o Custodiante e o Banco BMG.

Contrato de Distribuição Instrumento Particular de Distribuição Pública de Cotas Seniores do "Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – INSS II", sob Regime de Melhores Esforços, e Consultoria de Constituição e Estruturação, celebrado entre a Instituição Administradora, o Banco BMG, a Instituição Intermediária e a Lehman Brothers.

Convênio Convênio celebrado entre o Banco BMG, a DATAPREV e o INSS em 26 de agosto de 2004, tendo por objeto a realização de consignações decorrentes de empréstimos e financiamentos aos titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do



72

8

Regime Geral de Previdência Social, mediante consignação na renda mensal do respectivo benefício na forma da Lei n.º 10.820, de 17 de dezembro de 2003.

COSIF

Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional, editado pelo Banco Central do Brasil.

Cotas

Correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo e não são resgatáveis, exceto por ocasião da liquidação do Fundo, sendo admitida sua amortização conforme o disposto no Regulamento ou por decisão da assembléia geral de cotistas. As cotas do Fundo são divididas em duas classes, Sênior e Subordinada.

Cotas Seniores

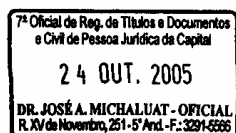
São aquelas que não se subordinam às demais para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos do Regulamento.

Cotas Seniores em Circulação

A totalidade das Cotas Seniores emitidas, excetuadas as Cotas Seniores que eventualmente, por qualquer motivo, se encontrem em tesouraria, ou que sejam pertencentes ao Cedente e/ou a qualquer das Partes Relacionadas ao Cedente, bem como pertencentes aos respectivos diretores, conselheiros ou acionistas do Cedente e/ou das Partes Relacionadas ao Cedente.

Cotas Subordinadas

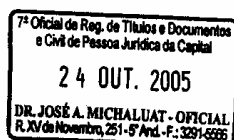
São aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da



73

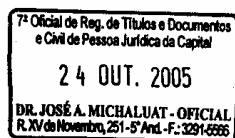
g

	carteira do Fundo, nos termos do Regulamento.
Cotistas Dissidentes	Os Cotistas Seniores que não concordarem com a decisão da assembléia geral de deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo, a quem será concedido o resgate antecipado de suas cotas, conforme regras a serem definidas na assembléia geral.
Custodiante	Banco Itaú S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itáúsa, inscrito no CNPJ sob n.º 60.701.190/0001-04, ou quem vier a lhe suceder.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Subscrição Inicial	Data da primeira subscrição e integralização de cotas do Fundo.
DATA PREV	Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social, empresa pública instituída pela Lei n.º 6.125, de 4 de novembro de 1974, responsável pelo processamento da folha de pagamento dos Aposentados e Pensionistas.
Datas de Amortização de Cotas Seniores	Datas das amortizações programadas das Cotas Seniores, sempre no dia 15 (quinze) de cada mês.
Devedores	Devedores dos empréstimos cujos direitos creditórios serão adquiridos pelo Fundo.
Direitos Creditórios	Direitos creditórios originários do segmento de empréstimos a Aposentados e



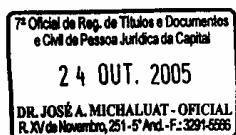
g

	Pensionistas concedidos pelo Banco BMG.
Disponibilidades	Compreendem (i) caixa; (ii) depósitos bancários à vista; (iii) numerário em trânsito; e (iv) aplicações de liquidez imediata.
Emissão	Emissão de Cotas do Fundo.
Empréstimos	Empréstimos concedidos pelo Banco BMG a Aposentados e Pensionistas.
Eventos de Avaliação	Aqueles definidos no item 26.2 do Regulamento, cuja ocorrência enseja a interrupção dos procedimentos de aquisição de direitos creditórios, bem como convocação imediata de assembléia geral de cotistas, a qual decidirá se tal Evento de Avaliação deve ser considerado como um Evento de Liquidação Antecipada.
Eventos de Liquidação Antecipada	Aqueles definidos no item 26.3 do Regulamento, cuja ocorrência enseja a convocação de assembléia geral para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo, bem como a imediata notificação do fato aos cotistas e a interrupção da aquisição de direitos creditórios.
Fator Multiplicador	Percentual equivalente a 110% (cento e dez por cento).
FGC	Fundo Garantidor de Créditos.
Fundo	Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – INSS II.



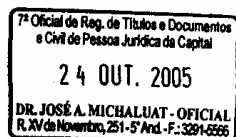
J

IGP-M	Índice Geral de Preços do Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.
INSS	Instituto Nacional da Seguridade Social.
Instituição Administradora	Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 62.418.140/0001-31, ou quem vier a lhe suceder.
Instituição Intermediária	Banco ABC Brasil S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Juscelino Kubitschek, 1400, 5º andar, inscrita no CNPJ sob o n.º 28.195.667/0001-06, atuando como banco líder da oferta pública de cotas do Fundo e agente integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, nos termos do Contrato de Distribuição.
Instituições Autorizadas	Aquelas definidas no item 10.4.3.1 do Regulamento.
Instrução 356	Instrução CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, com as alterações promovidas pela Instrução CVM n.º 393, de 22 de julho de 2003.
Investidor Não-Residente	Pessoas físicas ou jurídicas, fundos ou outras entidades de investimento coletivo, com residência, sede ou domicílio no exterior.



J

Investidores Qualificados	Investidores qualificados conforme definido pela regulamentação pertinente, atualmente o artigo 109 da Instrução n.º 409, de 18 de agosto de 2004, da CVM.
Outros Ativos	Títulos e ativos nos quais o Fundo pode aplicar o remanescente de seu patrimônio líquido, elencados no item 10.4 deste Regulamento.
Partes Relacionadas	Em relação a qualquer pessoa jurídica, (i) as pessoas jurídicas controladoras de tal pessoa jurídica; (ii) as sociedades direta ou indiretamente controladas por tal pessoa jurídica; (iii) as sociedades coligadas de tal pessoa jurídica; e/ou (iv) as sociedades sob controle comum com tal pessoa jurídica.
Período de Verificação	Período de tempo correspondente a um mês-calendário, em relação ao qual será apurada a inadimplência da carteira de direitos creditórios do Fundo, para fins do item 26.2 (xvi) do Regulamento.
Razão Mínima	Relação mínima entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores, que será equivalente a 125% (cento e vinte e cinco por cento).
Regulamento	Regulamento do Fundo.
Reserva de Liquidez	Soma, equivalente a no mínimo 2% (dois por cento) do patrimônio líquido do Fundo, que deverá ser mantida em Disponibilidades.
Reserva de Pagamento	Reserva para pagamento das amortizações das Cotas Seniores.



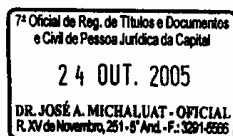
J

Seguros de Vida

Seguros de vida subscritos pelos respectivos Aposentados e Pensionistas.

Taxa DI

Taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, Extra-Grupo, calculadas e divulgadas pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, base 252 dias úteis.



78

J

ANEXO II

Este Anexo é parte integrante do Regulamento do "Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – INSS II" constituído em 21 de outubro de 2005, pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

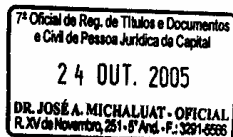
DESCRIÇÃO DOS PROCESSOS DE ORIGINAÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS, DA NATUREZA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS E DOS INSTRUMENTOS JURÍDICOS, CONTRATOS OU OUTROS DOCUMENTOS REPRESENTATIVOS DO CRÉDITO, BEM COMO DA POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO ADOTADA PELO BANCO BMG

1. Natureza - Os direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são oriundos de contratos de empréstimo, com taxas de juros prefixadas e frequência de pagamento mensal, celebrados com Aposentados e Pensionistas, titulares de benefícios do INSS.

1.1 Desde o advento da Medida Provisória nº 130, de 17 de setembro de 2003 (convertida na Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003), os Aposentados e Pensionistas podem autorizar o INSS a consignar e descontar da renda mensal dos benefícios de aposentadoria ou de pensão de que forem titulares, os recursos necessários ao pagamento de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil contraídos com instituições financeiras, pagadoras ou não do benefício. Para a efetiva consignação dos descontos na renda mensal dos benefícios concedidos pelo INSS, devem ser observados requisitos descritos em lei e na regulamentação aplicável.

2. Processo de Origem - Inicialmente, os Aposentados e Pensionistas interessados em contrair empréstimo, munidos de documentos e/ou informações específicas, procuram correspondentes do Banco BMG e estabelecem as características da operação. Os correspondentes consultam a página do INSS na *internet* para confirmar dados fornecidos e existência de margem consignável.

2.1 O Banco BMG, então, envia arquivo eletrônico, analítico, solicitando autorização das operações e a retenção da margem. O arquivo é destinado à DATAPREV, responsável pelo processamento da folha de pagamento dos Aposentados e Pensionistas. A DATAPREV retorna arquivo analítico com as operações autorizadas, ratificando a margem e informando as não aprovadas.



79

J

2.2 Aprovada a operação, o Banco BMG transfere os recursos do empréstimo para o Aposentado ou Pensionista, em regra por meio de Documento de Ordem de Crédito ou Transferência Eletrônica Disponível para a conta corrente do Aposentado ou Pensionista. A liberação de recursos pode ser feita também por meio de bancos conveniados, hipótese em que o Devedor deve se dirigir a agência bancária para receber em espécie a quantia mutuada, após a sua devida identificação.

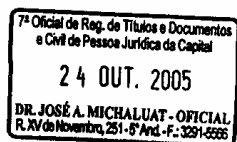
2.3 O INSS, por meio da DATAPREV, inicia o desconto na folha de benefícios, repassando o valor à Caixa Econômica Federal, que o repassa ao Agente de Cobrança, juntamente com relação analítica dos descontos efetuados.

2.4 Eventualmente, o Banco BMG pode vir a contratar seguro para cobrir inadimplência decorrente de morte do Devedor.

3. Documentos da Operação – Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são formalizados por meio de contratos de concessão de empréstimo, acompanhados, se assim previr o respectivo contrato, de notas promissórias representativas da dívida e de instrumentos constitutivos de garantias. Havendo seguro para cobrir inadimplência decorrente de morte do Devedor, há também a respectiva apólice.

4. Política de Concessão de Crédito – O Banco BMG adota a seguinte política de concessão de crédito em se tratando de empréstimos a Aposentados e Pensionistas:

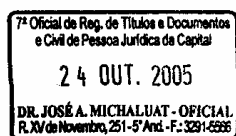
- (i) os empréstimos somente podem ser concedidos para determinado Aposentado ou Pensionista se as parcelas de pagamento do empréstimo pretendido forem compatíveis com seus benefícios; isto porque há limite para o percentual dos benefícios de cada Aposentado ou Pensionista que pode ser comprometido com desconto em benefício, considerando-se para a aferição de tal limite todos os valores que já são descontados; assim, o Aposentado ou Pensionista deve apresentar, no ato na contratação do empréstimo, documentos ou informações que comprovem sua condição de titular de benefício previdenciário do INSS e a existência de margem consignável suficiente para a averbação do desconto;
- (ii) cada empréstimo deve ter valor mínimo de R\$300,00 (trezentos reais) e valor máximo de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais); e



80

J

- (iii) o prazo de duração dos empréstimos é de no mínimo 2 (dois), e de no máximo 36 (trinta e seis) meses, observadas eventuais limitações regulamentares aplicáveis à espécie.



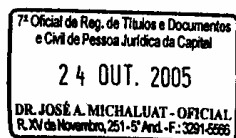
81

J

ANEXO III

Este Anexo é parte integrante do Regulamento do "Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – INSS II" constituído em 21 de outubro de 2005, pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

MODELO DE INSTRUMENTO REPRESENTATIVO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS



82

J



COMPROVANTE DE OPERAÇÃO

Cliente	CPF/CNPJ
---------	----------

I - ESPECIFICAÇÃO DA OPERAÇÃO

A - PRAZO E VALORES

Prazo (Meses)	Valor Principal Financiado R\$	Valor Total Financiado R\$	Data da Operação
---------------	-----------------------------------	-------------------------------	------------------

B - PRESTAÇÕES

Quantidade	Periodicidade	Valor da Prestação (sem CPMF) R\$
------------	---------------	--------------------------------------

C - ENCARGOS

Taxa Contratual Prefixada (considerar valor da parcela sem CPMF) a.m. equiv. a % a.a.	TAC a Vista R\$
Taxa Cadastro Financiado R\$	IOF a Vista R\$

II - FORMA DE LIBERAÇÃO

R\$ => Valor liberado através de DOC/TED no Banco

III - FORMA DE PAGAMENTO

Recebido o crédito respectivo, os presentes elementos serão considerados integralmente aceitos pelo USUÁRIO, na ausência de quaisquer pedidos imediatos de esclarecimentos.

7º Oficial de Reg. de Títulos e Documentos
e Civil de Pessoa Jurídica da Capital
24 OUT. 2005
DR. JOSÉ A. MICHALUAT - OFICIAL
R. XV de Novembro, 251-5º And. - F. 3291-6555

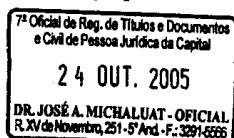
8

ANEXO IV

Este Anexo é parte integrante do Regulamento do "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – INSS II" constituído em 21 de outubro de 2005, pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

DESCRIÇÃO DOS MECANISMOS E PROCEDIMENTOS ADOTADOS PARA COBRANÇA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS, INCLUSIVE INADIMPLENTES

1. A cobrança dos direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo será feita pelo Agente de Cobrança, o Banco BMG, contratado para efetuá-la perante os Devedores e repassar os valores ao Fundo. As etapas da cobrança são a seguir descritas:
 - (i) o INSS desconta dos benefícios dos Devedores, no respectivo mês, os valores referentes à(s) parcela(s) do(s) empréstimo(s) vencida(s) no período;
 - (ii) até o último dia do mês, o INSS envia ao Banco BMG relatório analítico dos Devedores e respectivos valores que serão descontados; cópia do referido relatório é enviado pelo Banco BMG à Caixa Econômica Federal;
 - (iii) até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da competência do crédito, os valores descontados são repassados pelo INSS para uma conta de controle do Agente de Cobrança na Caixa Econômica Federal, por meio de depósito único na conta "Reserva Bancária" da Caixa Econômica Federal perante o Banco Central do Brasil, via Sistema de Transferência de Reserva – STR; por meio da referida conta de controle, a Caixa Econômica Federal segrega tais recursos em nome do Banco BMG; posteriormente, a Caixa Econômica Federal transfere os recursos para o Agente de Cobrança também por meio de depósito em sua conta corrente "Reserva Bancária", via Sistema de Transferência de Reserva – STR;
 - (iv) o Agente de Cobrança, ao receber os valores, confronta-os com o relatório analítico disponibilizado pelo INSS, no qual é informado quais Devedores (a) terão as parcelas dos empréstimos descontadas de seus benefícios; e (b) ficarão inadimplentes, geralmente nas hipóteses de morte ou ordem judicial que impossibilite o desconto, no todo ou em parte, das parcelas do empréstimo;
 - (v) havendo diferenças entre os valores previstos e os recebidos, o Agente de Cobrança questiona o INSS;



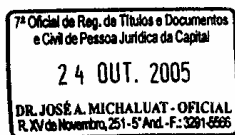
83

J

- (vi) apurada a razão da diferença, é procedido, conforme o caso, o depósito da quantia faltante ou a restituição da quantia excedente; e
- (vii) os valores decorrentes dos direitos creditórios recebidos pelo Agente de Cobrança são, por fim, repassados ao Fundo, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, contados de seu recebimento.

2. O procedimento adotado pelo Agente de Cobrança para cobrança dos Devedores inadimplentes é o descrito a seguir, sendo as eventuais despesas de cobrança suportadas pelo Fundo:

- (i) se a causa da inadimplência é a morte do Devedor, busca-se cobrar diretamente do espólio ou, havendo seguro para cobrir tal evento celebrado pelo Agente de Cobrança, obter a indenização correspondente; e
- (ii) se a causa da inadimplência é a falta de margem para desconto em benefício, ou ainda a cassação ou interrupção do pagamento do benefício, busca-se a renegociação do empréstimo (de modo que as parcelas sejam condizentes com a eventual nova margem do Devedor) e/ou a cobrança amigável (fazendo uso, para tanto, de telefonemas, cartas e notificações); caso sejam frustradas a renegociação e/ou a cobrança amigável, a conduta adotada é a de informar o fato ao Serviço de Proteção ao Crédito - SPC, para inscrição do inadimplente, e, caso o valor compense as despesas judiciais, procede-se à cobrança judicial da quantia devida através da contratação, pelo Fundo, dos profissionais necessários para tanto.



J

ANEXO V

Este Anexo é parte integrante do Regulamento do "Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – INSS II" constituído em 21 de outubro de 2005, pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

MODELO DE AVISO DE DESENQUADRAMENTO

"AVISO DE DESENQUADRAMENTO

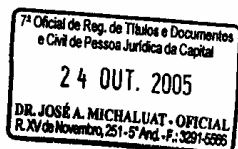
A [•] ("Instituição Administradora"), na qualidade de instituição administradora do "Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – INSS II" ("Fundo"), vem notificar o Banco BMG S.A. ("Banco BMG") a respeito do desenquadramento, por 2 (dois) dias úteis consecutivos, da Razão Mínima (conforme definida no regulamento do Fundo), verificado em (DATAS DE DESENQUADRAMENTO).

O Banco BMG deverá responder este Aviso de Desenquadramento, com cópia para o Custodiante, impreterivelmente até o 1º (primeiro) dia útil subsequente à data do seu recebimento, informando por escrito se deseja, a seu exclusivo critério, integralizar ou não novas Cotas Subordinadas. Caso deseje integralizar novas Cotas Subordinadas, deverá se comprometer de modo irrevogável e irretroatável a prontamente subscrever Cotas Subordinadas em valor equivalente a, no mínimo, o necessário para reenquadramento da Razão Mínima, integralizando-as à vista, em moeda corrente nacional, por meio de depósito em conta corrente de titularidade do Fundo.

Na hipótese de o Banco BMG não responder tempestivamente este Aviso de Desenquadramento na forma do parágrafo anterior, ou ainda na hipótese de o Banco BMG não desejar subscrever novas Cotas Subordinadas, será observado o disposto no item 26.3 (i) do regulamento do Fundo.

Atenciosamente,

[•]"



8

ANEXO VI

Este Anexo é parte integrante do Regulamento do "Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – INSS II" constituído em 21 de outubro de 2005, pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

FÓRMULA DE CÁLCULO DO VALOR A SER DISTRIBUÍDO PARA AS COTAS SENIORES

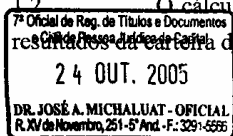
1. Desde que os resultados da carteira do Fundo permitam, a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo para as Cotas Seniores será correspondente ao Fator Multiplicador aplicado sobre a Taxa DI, incidentes sobre o valor da Cota Sênior, ou seu saldo não amortizado, a partir da data de subscrição e integralização das cotas do Fundo, e incorporados ao valor de cada Cota Sênior ao final de cada Período de Capitalização, de acordo com a fórmula abaixo.

1.1 Define-se:

(i) Período de Capitalização - intervalo de tempo que se inicia na data de subscrição e integralização das cotas do Fundo, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista para distribuição de resultados imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista da distribuição de resultados correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. Os rendimentos correspondentes aos Períodos de Capitalização serão incorporados ao valor da cota no prazo definido pela Taxa DI apurada naquela data. Os Períodos de Capitalização têm seus prazos definidos de acordo com as Taxas DI apuradas, sendo que:

- (a) o primeiro Período de Capitalização inicia-se na data de subscrição e integralização das cotas do Fundo, e termina no prazo definido pela Taxa DI apurada naquela data; e
- (b) os Períodos de Capitalização seguintes são definidos apurando-se a Taxa DI no vencimento do período anterior, entendendo-se como o novo período em vigor o prazo desta taxa.

1.2 O cálculo do valor a ser distribuído a cada Cota Sênior, e desde que os resultados da carteira do Fundo permitam, obedecerá à seguinte fórmula:



86

g

$$Re = (VCse \times FatorDI)$$

onde:

Re = valor apurado a ser distribuído a cada Cota Sênior no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VCse = valor da Cota Sênior, ou seu saldo não amortizado, no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento; e

FatorDI = Taxa DI com uso do Fator Multiplicador, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;

$$FatorDI = (TDI \times FM)$$

onde:

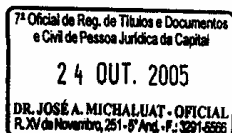
TDI = Taxa DI, expressa ao dia, divulgada pela CETIP; e

FM = Fator Multiplicador, na forma percentual, definido no Regulamento.

1.3 A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

2. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando da distribuição de rendimentos prevista neste Regulamento, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos titulares das Cotas Seniores, quando da divulgação posterior da Taxa DI relativa à data de encerramento do último Período de Capitalização.

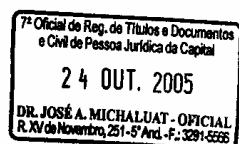
3. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 30 (trinta) dias após esta data, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, a Instituição Administradora, mediante aviso aos cotistas, deverá convocar assembléia



87

8

geral de cotistas para definir o novo parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer distribuições de rendimentos previstas no Regulamento, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida na data de encerramento do último Período de Capitalização, até a data da deliberação da assembléia geral de cotistas.



88

8

ANEXO VII

Este Anexo é parte integrante do Regulamento do "Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – INSS II" constituído em 21 de outubro de 2005, pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

MODELO DO RELATÓRIO DE VERIFICAÇÃO A SER ELABORADO PELA KPMG

“A [DESTINATÁRIO]

[DATA DE EMISSÃO DO RELATÓRIO]

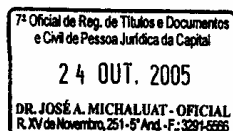
Conforme previsto em nossa proposta de prestação de serviços datada de [•], realizamos uma revisão especial das informações sobre cada direito creditório [CEDIDO/A SER CEDIDO] ao Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – INSS II, a partir da leitura de uma base de dados fornecida pelo Banco BMG S.A. ("Cedente" ou "Banco BMG") e confrontada com informações disponibilizadas pela DATAPREV, empresa responsável pelo processamento das informações junto ao INSS.

Nossa revisão especial consistiu na aplicação de determinados procedimentos pré-acordados a seguir relacionados, com o propósito de verificar a exatidão das informações fornecidas pelo Banco BMG, sobre cada direito creditório [CEDIDO/ A SER CEDIDO] ao Fundo, conforme previsto no item [8.5/11.1] do Regulamento do Fundo.

Escopo de nossos trabalhos

Nossos trabalhos foram realizados por meio da execução dos seguintes procedimentos pré-acordados, procedimentos estes definidos em conjunto com representantes do Banco BMG e Banco Itaú S.A. ("Banco Itaú" ou "Custodiante do Fundo"):

- a. Recebimento de uma base de dados atualizada do Banco BMG, contendo os campos requeridos para validação;*
- b. Acompanhamento físico, junto à área de tecnologia do Banco BMG, dos processos de acesso à área de transferência da DATAPREV e "download" do arquivo de RETENÇÃO – arquivo que contém os dados relativos aos contratos de crédito consignado originados pelo BMG;*



J

- c. Disponibilização de mídia eletrônica própria pela KPMG, para gravação da cópia do arquivo de RETENÇÃO e acompanhamento físico da geração da cópia, pelo Banco BMG, do arquivo de RETENÇÃO recebido da DATAPREV;
- d. No caso de Aquisições Iniciais de Direitos Creditórios, leitura do arquivo de RETENÇÃO e confronto com o arquivo de operações elegíveis para cessão, gerado pelo Banco BMG; nas demais verificações, leitura de arquivo de RETENÇÃO e confronto com arquivo do Fundo disponibilizado pelo Custodiante ao Banco BMG; e
- e. Apresentação dos titulares dos direitos creditórios identificados em ambas as bases, bem como aqueles apontados somente no arquivo do Fundo disponibilizado pelo Custodiante ao BMG e que não constem do arquivo de RETENÇÃO, cujas relação contendo a identificação do nome e CPF dos mesmos encontram-se relacionada a seguir:

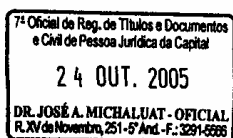
Pessoa (física/jurídica) **CPF** **Nome** **Filler**
 (1 caractere) (14 caracteres) (30 caracteres) (15 caracteres em branco)

[RELAÇÃO]

Situação Identificada	Quantidade de Contratos	%	Valor dos Contratos (R\$ mil)	%
Identificado em ambas as bases				
Contrato com beneficiários distintos				
Contrato com ocorrências no arquivo de Retenção				
Contratos do BMG não encontrados no arquivo de Retenção				
TOTAL do Arquivo de Cessão BMG				

Outras informações

Enfatizamos que este trabalho de revisão especial não representa uma auditoria contábil conforme as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e, portanto, não deve ser interpretado como tal. Caso houvésemos executado procedimentos adicionais previstos



J

conforme as referidas normas de auditoria, outros assuntos poderiam ter sido objeto de análise.

Os nossos trabalhos foram executados no período de [PERÍODO DE REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS] e basearam-se na carteira de direitos creditórios do Banco BMG em [DATA BASE DA REVISÃO]. Conforme acordado com V.Sas., não foi necessária a atualização da base de dados utilizada entre essa data e a data de nosso relatório, nem temos a obrigação de atualizar este relatório.

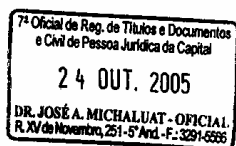
Este relatório é de uso exclusivo da administração da Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e do Banco Itaú no processo de cessão de recebíveis ao Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – INSS II e não deve ser utilizado para nenhum outro propósito.

Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

[NOME DO RESPONSÁVEL]

Sócio”



J

ANEXO II

Este Anexo é parte integrante do "Prospecto da 1ª Distribuição de Cotas do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – INSS II"

INFORMAÇÕES SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DO FUNDO



Sergio Garibian
Director
Financial Services

Av. Engº Luis Carlos Berrini, 1253 - 10th floor
ZIP 04571-010
Brooklin Novo - São Paulo, SP, Brazil
55-11-5501-8944 Tel
sergio_garibian@standardandpoors.com

Marcelo Botter
Banco Itaú S.A.
Av. Eng. Armando de Arruda Pereira 707
12º andar - Torre Eudoro Vilela
São Paulo, SP
04344-902

Ref.: FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - INSS II

Prezado Sr Marcelo

Esta carta constitui a permissão da Standard & Poor's para que haja a divulgação do rating abaixo descrito para os órgãos reguladores pertinentes exclusivamente. Todavia, é de suma importância que se entenda que tal rating não é uma recomendação de compra, manutenção ou venda de títulos. A Standard & Poor's reserva-se o direito de informar o rating para seus próprios clientes e assinantes.

A classificação preliminar de risco de qualidade de crédito brAAAF das cotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – INSS II foi auferida pela Standard & Poor's em 25 de outubro de 2005. A atribuição do rating final depende do recebimento e confirmação dos documentos finais pela Standard & Poor's.

O fundo Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – INSS II (FIDC INSS II) é voltado à aplicação preponderantemente em direitos creditórios decorrentes de empréstimos concedidos pelo Banco BMG, os quais serão originários do segmento de empréstimos a titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral de Previdência Social do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. Além disso o Fundo também poderá alocar seus recursos em outros ativos financeiros e modalidades operacionais disponíveis no mercado, de acordo com os critérios de composição e diversificação da carteira admitidos no regulamento e avaliados pela Standard & Poor's.

Desde que os resultados da carteira do Fundo permitam, a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo a remuneração alvo das Cotas Seniores, será correspondente ao 110% sobre a Taxa DI, incidentes sobre o valor da Cota Sênior, ou seu saldo não amortizado, a partir da data de subscrição e integralização das cotas do Fundo, e incorporados ao valor de cada Cota Sênior ao final de cada Período de Capitalização.

O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração, ou em virtude de sua liquidação. É admitida a amortização das cotas do Fundo, conforme disposto no Regulamento ou por decisão da assembléia geral de cotistas. O Fundo será liquidado no dia 15 (quinze) do 36º (trigésimo sexto) mês, contado a partir do mês em que se verificar a data da primeira subscrição e integralização de cotas do Fundo. A partir do 2º (segundo) mês, inclusive, contado desde o mês em que ocorra a Data de Subscrição Inicial, as Cotas Seniores serão amortizadas em 36 (trinta e seis) pagamentos mensais e sucessivos. As Cotas Subordinadas somente serão resgatadas ou amortizadas, parcial ou totalmente, após o resgate ou amortização da totalidade das Cotas Seniores.

A administração do fundo FIDC INSS II será exercida pela INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 – Torre Itaúsa, com poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos direitos creditórios que integrem a carteira do Fundo. A atividade de custódia caberá ao Banco Itaú S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 – Torre Itaúsa, sendo responsável de receber e analisar a documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios representados por operações financeiras, validar os Direitos Creditórios em relação aos critérios de elegibilidade estabelecidos no Regulamento, realizar a liquidação física e financeira dos Direitos Creditórios, evidenciados pelo instrumento de cessão de direitos e documentos comprobatórios da operação entre outras atividades.

O rating de qualidade de crédito atribuído a um fundo avalia o nível de proteção contra perdas decorrentes de inadimplência dos títulos em sua carteira. Os ratings de qualidade de crédito, que variam de 'brAAAF' (nível mais elevado de proteção) a 'brCCCF' (nível mais baixo de

proteção), baseiam-se na análise de fatores como a qualidade geral de crédito da carteira; os riscos relacionados às taxas de juros, à qualidade de crédito, à liquidez e à concentração, bem como ao risco cambial apresentados pelo fundo.

O rating 'brAAAF' atribuído ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – INSS II na Escala Nacional Brasil de classificação de fundos, expressa a qualidade geral de crédito do Fundo e baseia-se na abordagem de matriz de crédito derivada do histórico de inadimplência e de transição de ratings da Standard & Poor's. O rating 'brAAAF' atribuído ao Fundo indica que os títulos em sua carteira fornecem extremamente forte proteção contra inadimplência.

Esclarecemos, no entanto, que a manutenção do rating está condicionada ao envio mensal das informações relacionadas a seguir, as quais deverão ser enviadas à Standard & Poor's assim que elas estejam disponíveis: relatório aos cotistas; avisos de mudanças no board de diretores, no alto escalão administrativo dos administradores ou dos gestores de investimentos, como atualizações dos prospectos ou emissões de press releases. Deverão também ser-nos enviadas quaisquer outras informações relativas a mudanças importantes ou a análises em andamento.

Pedimos a gentileza de enviar todos os relatórios para o endereço a seguir:

Standard & Poor's
A/C Sergio Garibian
Av. Eng Luis Carlos Berrini, 1253 - 10º andar
04571-010 São Paulo, SP

A Standard & Poor's depende das informações submetidas pelo emissor, por seu conselho jurídico, departamento de contabilidade e por outros especialistas para garantir a acuidade e suficiência das informações relativas ao rating. A ausência de tais informações pode resultar na retirada do rating.

Gostaríamos de expressar nossa satisfação em poder atendê-los. Como anteriormente discutido, haverá a cobrança de uma taxa anual pelo trabalho analítico executado na manutenção do rating.

Estamos à sua inteira disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Cordialmente,

Sergio Garibian
Director

ANEXO III

Este Anexo é parte integrante do "Prospecto da 1ª Distribuição de Cotas do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – INSS II"

RELATÓRIO DA KPMG RELATIVO À CARTEIRA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO BANCO BMG

"Banco BMG S.A.

Relatório de revisão especial da carteira de direitos creditórios

Este Relatório foi elaborado a partir da base de dados e demais informações fornecidas pelo Banco BMG S.A. É importante ressaltar, que o comportamento passado da carteira de Direitos Creditórios não constitui garantia de que o mesmo venha, no futuro, a se repetir ou sofrer alterações. Este Relatório não constitui qualquer garantia por parte da KPMG quanto à solvência, adimplemento, pontualidade ou qualidade da carteira de Direitos Creditórios. Nenhuma decisão de adquirir as quotas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios deverá ser tomada somente com base nas informações contidas neste Relatório. O conteúdo deste instrumento deve ser cuidadosamente analisado, levando-se em consideração todas as informações contidas neste Prospecto.

KPMG Auditores Independentes
Agosto de 2005

Ao
Banco BMG S.A.
Belo Horizonte - MG

22 de agosto de 2005

Atenção: Sr. José Eustáquio Torres

Prezados senhores:

Em conformidade com os termos de nossa proposta para a prestação de serviços especiais, datada de 30 de junho de 2005, apresentamos nosso relatório de revisão especial da carteira de direitos creditórios do Banco BMG S.A. (“Banco” ou “Cedente”).

Nossos trabalhos, conforme descrito neste documento e acordado com V.Sas., foram pautados na execução de certos procedimentos pré-acordados definidos em conjunto com o Cedente e o Banco ABC Brasil S.A. (“Banco ABC”), encarregado da criação do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, lastreado por ativos oriundos de operação de crédito consignado junto a assistidos do Instituto Nacional do Seguro Social (“INSS”).

Agradecemos o apoio da gerência e dos funcionários de todo o Grupo BMG no transcurso de nossos trabalhos e colocamo-nos à sua inteira disposição para prestarmos quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

Ricardo Anhesini Souza
Financial Services
Sócio

Pedro Vitor Zago
Financial Services
Gerente Sênior

Conteúdo

1	INTRODUÇÃO	238
2	OBJETIVO E ALCANCE DO TRABALHO.....	238
3	APRESENTAÇÃO DO PERFIL DA CARTEIRA DE DIREITOS CREDITÓRIOS.....	240
4	DESCRIÇÃO DO PROCESSO RELACIONADO À ANÁLISE ATUARIAL	250
5	DESCRIÇÃO DOS CRITÉRIOS DE CONCESSÃO E COBRANÇA	252

Anexos

18 - 20

1 Introdução

O Banco BMG S.A., em conjunto com o Banco ABC Brasil S.A., e seus parceiros estratégicos - Grupo Estruturador -, está desenvolvendo uma operação de cessão de direitos creditórios para um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (“FIDC” ou “Fundo”) a partir de operações de crédito consignado junto a assistidos do Instituto Nacional do Seguro Social (“INSS”), consubstanciada na Lei 10.820, de 17 de dezembro de 2003.

Os recebíveis a serem cedidos são originados pelo Banco BMG S.A. e estarão sujeitos à cessão ao FIDC mediante o atendimento de critérios de elegibilidade a serem definidos pelo grupo encarregado da estruturação da operação.

Nesse contexto, fomos contratados pelo Banco BMG S.A. para realizar uma compilação de dados estatísticos sobre as características desta carteira quanto ao seu perfil e inadimplência, para as operações originadas no período de 13 de setembro de 2004 a 30 de junho de 2005, bem como, o entendimento do sistema de concessão e cobrança relacionado a estas operações, sendo o escopo desse trabalho definido em comum acordo com o Grupo Estruturador da operação. Adicionalmente, fomos contratados para fornecer informações atuariais atualizadas sobre a população e/ou público-alvo que compõem a carteira de clientes do BMG para esse tipo de operação.

É importante salientar também que para a apresentação do comportamento de inadimplência e dos prazos de pagamento dos clientes foram consideradas as datas do efetivo recebimento das parcelas.

As constatações relativas ao perfil da carteira de recebíveis, à sua *performance* e ao comportamento ao longo do período, resultantes da aplicação dos procedimentos pré-acordados, estão consolidadas neste relatório.

2 Objetivo e alcance do trabalho

Conforme nossa proposta para prestação de serviços, o objetivo do nosso trabalho é executar determinados procedimentos pré-acordados, permitindo ao Banco BMG e a seus parceiros estratégicos, obter um melhor entendimento das características da carteira de recebíveis do Banco a serem cedidos ao FIDC, particularmente quanto à *performance* de crédito dos seus clientes.

Os seguintes procedimentos pré-acordados formaram o escopo de nosso trabalho:

i. Apresentação do perfil da carteira de direitos creditórios

- Identificação da distribuição mensal, da quantidade e do prazo médio das operações por para o período sob análise;
- Análise da concentração das operações em faixas de valor por unidade de contrato;
- Identificação da distribuição dos volumes financeiros a vencer, liquidados e vencidos;
- Elaboração de um pool estático, apresentando os índices de realização dos créditos por ciclos mensais, considerando-se as parcelas vincendas em cada ciclo e o seu efetivo pagamento dentro do respectivo ciclo; e

- Cálculo do desvio-padrão dos percentuais de atraso para a avaliação do índice de liquidez.

ii. Estimativas atuariais de riscos pertinentes ao tipo de operação de crédito

O trabalho efetuado consistiu na análise das informações de caráter público disponibilizadas pelo INSS e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para o período de 1994 a 2003, com o objetivo principal de:

- Análise dos índices de mortalidade e sobrevivência da população total do INSS, para idades entre 60 (sessenta) e 80 (oitenta) anos, e comparação, quanto possível com outras tabuas de mortalidade;
- Expectativa de vida para a população total do INSS, com idades entre 60 (sessenta) e 80 (oitenta) anos;
- Análise da variação do teto de benefícios da Previdência Social no período 1994 a 2003, em valores correntes e deflacionados pelo INPC e IGPM; e
- Análise da variação do salário mínimo no período 1994 a 2003, em valores correntes e deflacionados pelo INPC e IGPM.

iii. Revisão dos procedimentos e controles relacionados à operacionalização da carteira de recebíveis objeto da cessão

- Entendimento do sistema de controles internos relacionados à concessão de recebíveis e dos controles inerentes ao sistema de cobrança (fluxo financeiro de recebimento).

Dessa forma, direcionamos os nossos procedimentos de revisão para leitura e análise do banco de dados gerado pela Gerência de Desenvolvimento do Banco BMG S.A., processando certas compilações de dados apresentadas neste relatório em linha com esses procedimentos.

No decorrer dos trabalhos, efetuamos procedimentos de verificação que julgamos apropriados no contexto da avaliação da carteira de recebíveis.

Enfatizamos, também, que o nosso trabalho não representou uma auditoria conforme as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e, portanto, não deve ser interpretado como tal. Caso houvéssemos executado procedimentos adicionais previstos conforme as referidas normas de auditoria, outros assuntos poderiam ter sido objeto de análise.

Os nossos trabalhos foram executados no período de 25 de julho a 18 de agosto de 2005 e basearam-se na situação da carteira de direitos creditórios em 30 de junho de 2005. A avaliação do sistema de controles internos relacionados à concessão e cobrança da carteira de recebíveis foi realizada no período de 15 de fevereiro a 10 de abril de 2005, em decorrência da estruturação do primeiro Fundo com recebíveis de mesma natureza. Conforme acordado com V.Sas., não foi necessária a atualização da base de dados utilizada entre essa data e a data de nosso relatório, nem temos a obrigação de atualizar este relatório.

3 Apresentação do perfil da carteira de direitos creditórios

3.1 Dimensionamento da carteira de crédito

No período base de nossas análises foram originados 1.291.219 contratos, que totalizaram R\$ 2.972.963 mil, em valor das parcelas. O arquivo que nos foi disponibilizado para executar as análises, objeto de nossa contratação, foi produzido pela Gerência de Desenvolvimento do Banco. O quadro a seguir demonstra a distribuição desse arquivo, recompondo a base da carteira de crédito originada no período-base.

Tabela 3.1 - Carteira de crédito consignado

(Em milhares de reais - R\$)

Descrição	Valores liberados	%	Valores dos contratos	%	Quantidade de contratos	%
Setembro de 2004	178.239	6%	288.339	6%	49.168	4%
Outubro de 2004	398.553	13%	638.569	13%	125.857	10%
Novembro de 2004	298.037	10%	478.557	10%	102.919	8%
Dezembro de 2004	203.802	7%	342.776	7%	83.105	6%
Janeiro de 2005	326.119	11%	562.060	12%	133.752	10%
Fevereiro de 2005	326.654	11%	539.700	11%	142.651	11%
Março de 2005	389.220	13%	621.785	13%	174.518	14%
Abril de 2005	328.073	11%	527.401	11%	157.959	12%
Maio de 2005	259.697	9%	417.090	9%	140.351	11%
Junho de 2005	<u>264.569</u>	<u>9%</u>	<u>426.428</u>	<u>9%</u>	<u>180.939</u>	<u>14%</u>
Total dos contratos analisados	<u>2.972.963</u>	<u>100%</u>	<u>4.842.705</u>	<u>100%</u>	<u>1.291.219</u>	<u>100%</u>

Estas operações tiveram início em 13 de setembro de 2004.

3.2 Distribuição de contratos por faixas de valor

Conforme apresentado adiante, no item 5 deste relatório, o valor máximo de prestação equivale a 95% da margem consignável. Elaboramos a tabela 3.2 a seguir, demonstrando a distribuição de contratos por faixas de valor, considerando o somatório das parcelas.

Tabela 3.2 - Distribuição de contratos por faixas de valor

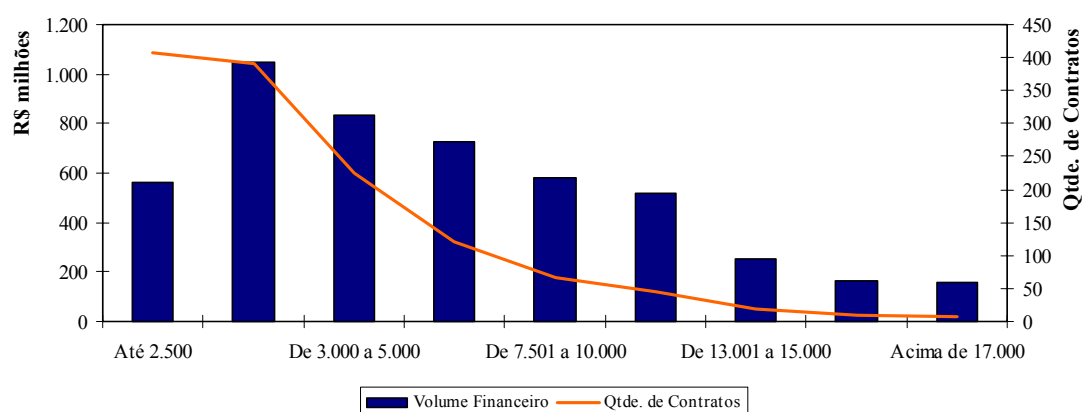
(Em milhares de reais - R\$)

Faixa de valores - R\$	Valor liberado	%	% acum.	Valor dos contratos	%	% acum.	Qtde. de contratos	%	% acum.
Até 2.500	373.500	12,56%	12,56%	562.369	11,61%	11,61%	406.260	31,46%	31,46%
De 2501 a 3000	642.380	21,61%	34,17%	1.050.433	21,69%	33,30%	391.656	30,33%	61,80%
De 3.000 a 5.000	512.214	17,23%	51,40%	835.967	17,26%	50,57%	224.120	17,36%	79,15%
De 5.001 a 7.500	447.575	15,05%	66,45%	727.622	15,03%	65,59%	120.072	9,30%	88,45%
De 7.501 a 10.000	351.505	11,82%	78,28%	580.275	11,98%	77,57%	67.376	5,22%	93,67%
De 10.001 a 13.000	308.790	10,39%	88,66%	515.511	10,65%	88,22%	45.353	3,51%	97,18%

De 13.001 a 15.000	150.641	5,07%	93,73%	252.044	5,20%	93,42%	18.159	1,41%	98,59%
De 15.001 a 17.000	96.306	3,24%	96,97%	162.677	3,36%	96,78%	10.194	0,79%	99,38%
Acima de 17.000	<u>90.053</u>	<u>3,03%</u>	<u>100,00%</u>	<u>155.807</u>	<u>3,22%</u>	<u>100,00%</u>	<u>8.029</u>	<u>0,62%</u>	<u>100,00%</u>
Total	<u>2.972.963</u>	<u>100,00%</u>		<u>4.842.705</u>	<u>100,00%</u>		<u>1.291.219</u>	<u>100,00%</u>	

No gráfico 3.1 abaixo, apresentamos representação gráfica dos contratos analisados por faixa de valor.

Gráfico 3.1 - Distribuição dos contratos por faixa de valor



O valor médio dos contratos analisados, calculado com base nas informações apresentadas acima é de R\$ 2.302,45, e o valor médio do somatório das parcelas é de R\$ 3.750,49.

3.3 Distribuição mensal do volume de parcelas por prazo

Outro dado relevante para o entendimento do perfil da carteira e a conseqüente projeção do fluxo de caixa da operação é o volume de parcelas por contrato, que permite a obtenção do volume médio da carteira. Pelo perfil dos contratos, observamos a concentração em operações de 36 meses, que representam aproximadamente 80% das operações analisadas, conforme demonstrado a seguir.

Tabela 3.3 - Distribuição por prazo de parcelas (em milhares de reais - R\$)

Parcelas	Valores dos contratos			Valores liberados			Quantidade de contratos		
	R\$ mil	%	% Acum.	R\$ mil	%	% Acum.	#	%	% Acum.
3	1	0,00%	0,00%	1	0,00%	0,00%	4	0,00%	0,00%
4	7	0,00%	0,00%	7	0,00%	0,00%	10	0,00%	0,00%
5	23	0,00%	0,00%	22	0,00%	0,00%	34	0,00%	0,00%
6	4.217	0,09%	0,09%	3.921	0,13%	0,13%	4.758	0,37%	0,37%
7	11	0,00%	0,09%	11	0,00%	0,13%	7	0,00%	0,37%
8	43	0,00%	0,09%	39	0,00%	0,13%	36	0,00%	0,38%
9	4.410	0,09%	0,18%	3.880	0,13%	0,27%	4.026	0,31%	0,69%
10	83	0,00%	0,18%	76	0,00%	0,27%	64	0,00%	0,69%
11	190	0,00%	0,19%	166	0,01%	0,27%	125	0,01%	0,70%
12	28.612	0,59%	0,78%	24.371	0,82%	1,09%	18.965	1,47%	2,17%

Banco BMG S.A.
Relatório de revisão especial da
carteira de direitos creditórios

Parcelas	Valores dos contratos			Valores liberados			Quantidade de contratos		
	R\$ mil	%	% Acum.	R\$ mil	%	% Acum.	#	%	% Acum.
13	1.552	0,03%	0,81%	1.282	0,04%	1,14%	934	0,07%	2,24%
14	722	0,01%	0,82%	600	0,02%	1,16%	453	0,04%	2,28%
15	79.007	1,63%	2,45%	64.432	2,17%	3,32%	46.165	3,58%	5,85%
16	151	0,00%	2,46%	124	0,00%	3,33%	71	0,01%	5,86%
17	564	0,01%	2,47%	457	0,02%	3,34%	261	0,02%	5,88%
18	70.002	1,45%	3,92%	55.225	1,86%	5,20%	32.236	2,50%	8,38%
19	109	0,00%	3,92%	86	0,00%	5,20%	48	0,00%	8,38%
20	434	0,01%	3,93%	334	0,01%	5,21%	130	0,01%	8,39%
21	197	0,00%	3,93%	154	0,01%	5,22%	56	0,00%	8,39%
22	438	0,01%	3,94%	342	0,01%	5,23%	141	0,01%	8,40%
23	2.193	0,05%	3,98%	1.617	0,05%	5,29%	752	0,06%	8,46%
24	349.945	7,23%	11,21%	248.212	8,35%	13,63%	122.454	9,48%	17,95%
25	77	0,00%	11,21%	59	0,00%	13,64%	19	0,00%	17,95%
26	182	0,00%	11,22%	132	0,00%	13,64%	41	0,00%	17,95%
27	149	0,00%	11,22%	105	0,00%	13,64%	33	0,00%	17,95%
28	183	0,00%	11,22%	123	0,00%	13,65%	32	0,00%	17,96%
29	610	0,01%	11,24%	416	0,01%	13,66%	136	0,01%	17,97%
30	55.945	1,16%	12,39%	36.394	1,22%	14,89%	14.195	1,10%	19,07%
31	604	0,01%	12,40%	407	0,01%	14,90%	141	0,01%	19,08%
32	1.652	0,03%	12,44%	1.111	0,04%	14,94%	260	0,02%	19,10%
33	2.475	0,05%	12,49%	1.628	0,05%	14,99%	534	0,04%	19,14%
34	7.776	0,16%	12,65%	5.125	0,17%	15,17%	1.465	0,11%	19,25%
35	36.795	0,76%	13,41%	23.194	0,78%	15,95%	7.483	0,58%	19,83%
36	3.897.699	80,49%	93,89%	2.351.507	79,10%	95,04%	983.103	76,14%	95,97%
37	49	0,00%	93,90%	36	0,00%	95,04%	7	0,00%	95,97%
38	34	0,00%	93,90%	22	0,00%	95,04%	5	0,00%	95,97%
39	101	0,00%	93,90%	66	0,00%	95,05%	11	0,00%	95,97%
40	59	0,00%	93,90%	39	0,00%	95,05%	6	0,00%	95,97%
41	42	0,00%	93,90%	26	0,00%	95,05%	5	0,00%	95,97%
42	156	0,00%	93,90%	115	0,00%	95,05%	21	0,00%	95,97%
43	60	0,00%	93,91%	43	0,00%	95,05%	7	0,00%	95,97%
44	75	0,00%	93,91%	53	0,00%	95,06%	13	0,00%	95,97%
45	128	0,00%	93,91%	81	0,00%	95,06%	29	0,00%	95,98%
46	347	0,01%	93,92%	209	0,01%	95,06%	62	0,00%	95,98%
47	3.892	0,08%	94,00%	1.989	0,07%	95,13%	753	0,06%	96,04%
48	278.772	5,76%	99,75%	136.700	4,60%	99,73%	50.139	3,88%	99,92%
49	40	0,00%	99,75%	26	0,00%	99,73%	4	0,00%	99,92%
50	53	0,00%	99,76%	35	0,00%	99,73%	7	0,00%	99,92%
51	58	0,00%	99,76%	38	0,00%	99,73%	6	0,00%	99,92%
52	39	0,00%	99,76%	26	0,00%	99,73%	6	0,00%	99,93%
53	73	0,00%	99,76%	52	0,00%	99,74%	9	0,00%	99,93%
54	74	0,00%	99,76%	48	0,00%	99,74%	8	0,00%	99,93%
55	32	0,00%	99,76%	22	0,00%	99,74%	4	0,00%	99,93%
56	45	0,00%	99,76%	31	0,00%	99,74%	6	0,00%	99,93%
57	62	0,00%	99,76%	42	0,00%	99,74%	5	0,00%	99,93%
58	170	0,00%	99,77%	116	0,00%	99,74%	16	0,00%	99,93%
59	114	0,00%	99,77%	78	0,00%	99,75%	10	0,00%	99,93%
60	51	0,00%	99,77%	35	0,00%	99,75%	6	0,00%	99,93%

Parcelas	Valores dos contratos			Valores liberados			Quantidade de contratos		
	R\$ mil	%	% Acum.	R\$ mil	%	% Acum.	#	%	% Acum.
61	62	0,00%	99,77%	43	0,00%	99,75%	4	0,00%	99,93%
62	120	0,00%	99,77%	83	0,00%	99,75%	11	0,00%	99,93%
63	78	0,00%	99,78%	54	0,00%	99,75%	7	0,00%	99,93%
64	153	0,00%	99,78%	105	0,00%	99,76%	12	0,00%	99,93%
65	166	0,00%	99,78%	114	0,00%	99,76%	16	0,00%	99,93%
66	4.866	0,10%	99,88%	3.287	0,11%	99,87%	360	0,03%	99,96%
67	760	0,02%	99,90%	517	0,02%	99,89%	67	0,01%	99,97%
68	2.385	0,05%	99,95%	1.608	0,05%	99,94%	208	0,02%	99,98%
69	379	0,01%	99,96%	246	0,01%	99,95%	34	0,00%	99,99%
70	224	0,00%	99,96%	152	0,01%	99,96%	25	0,00%	99,99%
Acima de 70	1.928	0,04%	100,00%	1.271	0,04%	100,00%	158,00	0,01%	100,00%
Total	4.842.705	100,00%		2.972.963	100,00%		1.291.219	100,00%	

Com base nas informações apresentadas acima, calculamos o prazo médio ponderado dos contratos, sendo este de **35** meses.

Para este exercício, utilizamos a totalidade dos contratos gerados no período analisado. Nota-se que, de acordo com as novas diretrizes do Banco BMG, para concessão de crédito consignado a aposentados e pensionistas, não está prevista a concessão de operações com prazo superior a 36 meses.

3.4 Distribuição dos volumes financeiros a vencer, liquidados e vencidos

Para mensurar a *performance* de liquidez das operações originadas, também foram definidos, conforme previsto em nossa proposta, critérios para a apuração dos percentuais de liquidações com atraso no pagamento das parcelas por contrato e por ente, que representariam indicativos de desempenho.

As informações utilizadas para essa análise foram os valores dos contratos em aberto na data-base de 30 de junho de 2005, ou seja, posição estática de encerramento de balanço. Foram definidos para a elaboração deste aging da carteira estática os intervalos em até 15 dias e de 16 a 30, 31 a 60, 61 a 120; 121 a 180 e acima de 180 dias.

Tabela 3.4 - Aging list da carteira em aberto em 30 de junho de 2005 (em milhares de reais - R\$)

	R\$ (000)	%
Operações vencidas e não liquidadas		
16 a 30 dias	903	0,17%
31 a 60 dias	603	0,11%
61 a 120 dias	821	0,16%
121 a 180 dias	350	0,07%
Acima de 180 dias	48	0,01%
	<hr/>	<hr/>
Total de operações vencidas e não-liquidadas	2725	0,51%
Operações vencidas e liquidadas		
Com atraso	57.659	1,36%
No vencimento	325.364	61,43%
Liquidadas antecipadamente	143.869	27,16%

Total de operações vencidas e liquidadas	526.893	99,49%
Total de operações vencidas	529.618	100,00%
Operações a vencer	4.236.497	
Total de renegociados *	76.590	
	<u>4.842.705</u>	

* Os itens observados nessa faixa decorrem, segundo a Administração, de renegociações decorrentes de extrapolação do limite de amortização mensal do servidor. Esse evento pode decorrer de eventuais reduções da margem consignável ou de situações em que outras deduções sejam preferenciais (pensão alimentícia), e corresponde a aproximadamente 1,12% das operações do período.

3.5 Composição dos volumes financeiros liquidados antecipadamente e em atraso

A distribuição dos pagamentos antecipados e pagamentos realizados com atraso, por faixas de prazo, é apresentada conforme tabela 3.5 a seguir:

Tabela 3.5 - Distribuição das antecipações de pagamentos e atrasos em prazos

Prazo (em dias)	Antecipações			Atrasos		
	R\$	%	% Acum.	R\$	%	% Acum.
1 a 5 dias	98.227	68,3%	68,3%	56.944	98,8%	98,8%
6 a 10 dias	103	0,1%	68,3%	61	0,1%	98,9%
11 a 15 dias	127	0,1%	68,4%	43	0,1%	98,9%
16 a 30 dias	12.673	8,8%	77,2%	173	0,3%	99,2%
31 a 60 dias	13.651	9,5%	86,7%	220	0,4%	99,6%
61 a 90 dias	810	0,6%	87,3%	133	0,2%	99,9%
91 a 120 dias	656	0,5%	87,8%	59	0,1%	100,0%
121 a 150 dias	655	0,5%	88,2%	16	0,0%	100,0%
151 a 180 dias	648	0,5%	88,7%	8	0,0%	100,0%
Acima de 180 dias	<u>16.320</u>	<u>11,3%</u>	100,0%	<u>3</u>	<u>0,0%</u>	100,0%
	<u>143.869</u>	<u>100,0%</u>		<u>57.659</u>	<u>100,0%</u>	

Conforme apresentado acima, aproximadamente 99% dos atrasos são de até 5 dias. De acordo com informações obtidas junto à gerência do Banco BMG, estes atrasos são decorrentes de questões operacionais.

Antecipações de pagamentos

Ainda com o intuito de avaliar a performance das operações disponibilizadas na carteira de recebíveis, segregamos as antecipações de pagamentos de acordo com as seguintes categorias: (i) parcelas liquidadas antecipadamente, mas não vinculadas à liquidação integral do contrato; e (ii) parcelas liquidadas antecipadamente com quitação completa do contrato.

Faixas de antecipação	(i)		(ii)		Total
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil
Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	98.238	99,78	218	0,22	98.456
Parcelas antecipadas de 16 a 30 dias	12.441	98,17	232	1,83	12.673
Parcelas antecipadas de 31 a 60 dias	13.125	96,14	526	3,86	13.651
Parcelas antecipadas de 61 a 120 dias	415	28,33	1.050	71,67	1.465
Parcelas antecipadas de 121 a 180 dias	252	19,32	1.052	80,68	1.303
Parcelas antecipadas acima de 180 dias	<u>2.230</u>	<u>13,66</u>	<u>14.090</u>	<u>86,34</u>	<u>16.320</u>
Total	<u>126.700</u>	<u>81,91</u>	<u>17.169</u>	<u>18,09</u>	<u>143.869</u>

3.6 Pool estático apresentando os índices de realização dos créditos por safra de produção - Ciclos mensais

A análise estática apresentada na tabela 3.5, tomando por base o saldo contábil em 30 de junho de 2005, não produz informação completa quanto à efetiva inadimplência da carteira, na medida em que os atrasos são comparados com uma base de contratos que pode estar (e normalmente está) influenciada pelas produções mais recentes que podem não ter produzido atrasos. Assim, para neutralizar esse efeito, foi elaborado um “Pool estático” para o período analisado, demonstrando os índices de realização dos créditos por ciclos mensais.

Tabela 3.6 - Pool estático por safra de originação

<u>Faixas</u>	<u>Setembro-04</u>		<u>Outubro-04</u>		<u>Novembro-04</u>		<u>Dezembro-04</u>	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Operações	263.343		629.653		476.384		325.184	
Operações a vencer	198.462		491.145		384.340		273.092	
Operações Vencidas	64.881		138.508		92.044		52.093	
Operações liquidadas em dia	38.212	58,9%	89.465	64,6%	51.873	56,4%	28.976	55,6%
Operações antecipadas	10.753	75,5%	29.320	85,8%	26.745	85,4%	12.561	79,7%
Liquidadas em Atraso								
1 a 5 dias	15.376	99,2%	18.984	99,5%	12.809	99,3%	9.662	98,3%
5 a 10 dias	9	99,2%	24	99,5%	10	99,3%	4	98,3%
10 a 15 dias	8	99,2%	10	99,5%	14	99,4%	3	98,3%
15 a 30 dias	43	99,3%	35	99,5%	32	99,4%	26	98,3%
30 a 60 dias	56	99,3%	53	99,6%	65	99,5%	18	98,4%
60 a 120 dias	54	99,4%	47	99,6%	74	99,5%	6	98,4%
120 a 180 dias	10	99,4%	10	99,6%	4	99,5%	0	98,4%
Acima de 180 dias	2	99,4%	1	99,6%	-	99,5%	-	98,4%
Vencidos e não liquidados								
Até 15 dias	-	99,4%	-	99,6%	-	99,5%	-	98,4%
15 a 30 dias	81	99,6%	164	99,7%	121	99,7%	199	98,8%

<u>Faixas</u>	<u>Setembro-04</u>		<u>Outubro-04</u>		<u>Novembro-04</u>		<u>Dezembro-04</u>	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
30 a 60 dias	68	99,7%	128	99,8%	98	99,8%	179	99,1%
60 a 120 dias	106	99,8%	173	99,9%	141	99,9%	318	99,7%
120 a 180 dias	68	99,9%	82	100,0%	59	100,0%	141	100,0%
Acima de 180 dias	36	100,0%	12	100,0%	-	100,0%	-	100,0%

<u>Faixas</u>	<u>Janeiro-05</u>		<u>Fevereiro-05</u>		<u>Março-05</u>		<u>Abril-05</u>	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Operações	560.149		528.550		616.691		522.672	
Operações a vencer	493.999		476.774		573.587		504.267	
Operações Vencidas	66.150		51.777		43.103		18.405	
Operações liquidadas em dia	46.178	69,8%	32.610	63,0%	21.586	50,1%	15.384	83,6%
Operações antecipadas	19.644	99,5%	19.008	99,7%	21.371	99,7%	2.982	99,8%
Liquidadas em atraso								
1 a 5 dias	107	99,7%	3	99,7%	3	99,7%	1	99,8%
5 a 10 dias	3	99,7%	6	99,7%	4	99,7%	1	99,8%
10 a 15 dias	2	99,7%	2	99,7%	2	99,7%	1	99,8%
15 a 30 dias	8	99,7%	17	99,7%	8	99,7%	3	99,8%
30 a 60 dias	7	99,7%	7	99,8%	13	99,7%	2	99,8%

<u>Faixas</u>	<u>Janeiro-05</u>		<u>Fevereiro-05</u>		<u>Março-05</u>		<u>Abril-05</u>	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
60 a 120 dias	5	99,7%	3	99,8%	2	99,7%	-	99,8%
120 a 180 dias	0	99,7%	-	99,8%	-	99,7%	-	99,8%
Acima de 180 dias	-	99,7%	-	99,8%	-	99,7%	-	99,8%
Vencidos e não liquidados								
Até 15 dias	-	99,7%	-	99,8%	-	99,7%	-	99,8%
15 a 30 dias	88	99,8%	65	99,9%	70	99,9%	26	100,0%
30 a 60 dias	59	99,9%	35	100,0%	31	100,0%	5	100,0%
60 a 120 dias	49	100,0%	20	100,0%	13	100,0%	0	100,0%
120 a 180 dias	0	100,0%	-	100,0%	-	100,0%	-	100,0%
Acima de 180 dias	-	100,0%	-	100,0%	-	100,0%	-	100,0%

<u>Faixas</u>	<u>Mai-05</u>		<u>Junho-05</u>	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Operações	417.074		426.415	
Operações A vencer	414.566		426.266	
Operações Vencidas	2.509		149	
Operações liquidadas em dia	1.081	43,1%	-	0,0%
Operações antecipadas	1.337	96,4%	149	100,0%

<u>Faixas</u>	<u>Maio-05</u>		<u>Junho-05</u>	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Liquidadas em				
Atraso				
1 a 5 dias	0	96,4%	-	100,0%
5 a 10 dias	0	96,4%	-	100,0%
10 a 15 dias	0	96,4%	-	100,0%
15 a 30 dias	1	96,4%	-	100,0%
30 a 60 dias	-	96,4%	-	100,0%
60 a 120 dias	-	96,4%	-	100,0%
120 a 180 dias	-	96,4%	-	100,0%
Acima de 180 dias	-	96,4%	-	100,0%
Vencidos e não				
Liquidados				
Até 15 dias	-	96,4%	-	100,0%
15 a 30 dias	90	100,0%	-	100,0%
30 a 60 dias	-	100,0%	-	100,0%
60 a 120 dias	-	100,0%	-	100,0%
120 a 180 dias	-	100,0%	-	100,0%
Acima de 180 dias	-	100,0%	-	100,0%

Podemos observar que o percentual de parcelas não recebidas (índice de inadimplência dos créditos) por mês de vencimento apresenta uma média de 0,56% de inadimplência até 60 dias para o período de setembro de 2004 a maio de 2005. Para fins deste exercício foi desconsiderado o mês de junho de 2005, em função de não ter atingido o prazo de 60 dias de vencimento de suas operações para fins de apuração deste percentual.

4 Descrição do processo relacionado à análise atuarial

Com base em levantamento de dados no site do Ministério da Previdência, identificamos:

- Saídas por falecimentos da população de mantidos, para o intervalo de 60 a 80 anos, por faixa etária (quinqüenal);
- Benefícios concedidos, por faixa etária (quinqüenal); e
- Variação do teto da previdência social no período 1994-2003.

Com base em levantamento de dados no site do IBGE, identificamos:

- Tabuas de mortalidade da população geral, ambos os sexos, no período 1998-2003
- Variação do salário mínimo no período 1994-2003

E de posse de tais informações, efetuamos:

- Cálculo dos coeficientes de mortalidade por faixa etária (cinco anos), da população do INSS, de acordo com a seguinte expressão algébrica:

$$c(x, x+4) = \frac{D(x, x+4)}{P(x, x+4)}$$

Onde:

$D(x, x+4)$ = Falecimentos de pessoas com idades entre x e $x+4$

$P(x, x+4)$ = População de pessoas com idades entre x e $x+4$

- Cálculo dos coeficientes de mortalidade por faixa etária (cinco anos), da tábua de mortalidade do IBGE, de acordo com a seguinte expressão algébrica:

$$c(x, x+4) = \frac{d(x, x+4)}{L(x, x+4)}$$

Onde:

$d(x, x+4)$ = Falecimentos de pessoas com idades exatas entre x e $x+4$, da tábua de mortalidade;

$L(x, x+4)$ = População de pessoas com idades entre x e $x+4$, da tábua de mortalidade;

- Comparativo entre a mortalidade das tábuas do IBGE, e os resultados do INSS:

A forma mais adequada para a comparação a sobrevivência/mortalidade entre duas populações é através da expectativa de vida (ou vida média).

Não sendo possível calcular este índice para a população do INSS, pois não há dados por idade, foram confrontados os coeficientes de mortalidade por faixa etária. Esta comparação nos permite analisar, de forma empírica, a tendência da mortalidade por faixa etária.

O coeficiente de mortalidade representa aproximadamente a probabilidade de um componente do grupo dessa faixa etária falecer em um ano ou:

$$c(x, x + 4) \cong q(\gamma)$$

Onde, γ é uma idade intermediária, ou seja:

$$x \leq \gamma \leq x + 4$$

- Expectativa de vida para a faixa etária de 60 a 80 anos:

A expectativa de vida desta faixa etária foi estimada utilizando a seguinte fórmula:

$$e_{x:80-x}^o = \frac{\sum_{t=0}^{19} l_{60+t}}{l_{60}}$$

Assim sendo as expectativas de vida para o INSS, resultariam do ajuste das expectativas de vida estimadas pelo IBGE para 2003.

As expectativas de vida também foram comparadas com as obtidas a través da tábua AT83, que é bastante utilizada na previdência complementar.

- Variações do salário mínimo e do teto da Previdência Social:

Com base nas informações de conhecimento público foram levantados os valores correspondentes ao período de 10 anos e deflacionados de acordo com a variação dos índices INPC e IGPM, da FGV.

Os resultados sumários obtidos em tais análises, observamos:

- A mortalidade por faixa etária na faixa de 60 a 80 anos, da população do INSS apresenta-se, menor que a correspondente a população do IBGE;
- As diferenças podem ter origem em: dados incompletos ou insuficientes ou com tratamento estatístico não adequado;
- O impacto de altos índices de mortalidade em algumas regiões, a tábua do IBGE utilizada compreende a toda a população do Brasil;
- Óbitos não comunicados ao INSS ou que não possuem informação da idade no falecimento;
e
- Uma melhor situação do ponto de vista sanitário da população do INSS.

Em consequência, cabe utilizar a medida da expectativa de vida calculada pelo IBGE (ajustada para a faixa de idades objeto desta análise) como medida superior da expectativa de vida de um aposentado/beneficiário do INSS.

Anexamos os seguintes quadros-base para nossos trabalhos:

- Variação nominal e real (deflacionado com índice) do Salário Mínimo;
- Variação nominal e real (deflacionado com índice) do Teto do INSS;
- Mortalidade do INSS;
- Mortalidade e expectativa de vida da tábua do IBGE; e
- Mortalidade e expectativa de vida da tábua AT83, utilizada na Previdência Complementar.

5 Descrição dos critérios de concessão e cobrança

A fim de cumprir os objetivos descritos na seção 2 deste relatório, relacionados ao processo de cobrança, executamos uma revisão da estrutura envolvida, através da discussão com a gerência do Banco BMG S.A.

As operações de crédito consignado com desconto junto a Aposentados/Pensionistas - INSS, consiste na concessão de empréstimo aos respectivos beneficiários, sendo o pagamento das prestações feito através de desconto em sua aposentadoria ou pensão, nos termos na Lei 10.820, de 17 de dezembro de 2003.

Para a contratação destes empréstimos, estão disponíveis os seguintes canais:

- Via ponto de atendimento: Nas localidades de grande concentração de aposentados e pensionistas;
- Via telefone (Central de atendimento): Através de telefone *toll free*;
- Via correspondente/agente: O empréstimo é solicitado mediante o preenchimento de formulário de Termo de Adesão/Autorização para desconto, o qual será entregue pelo Correspondente em uma agência do Banco BMG, sendo realizadas através de aproximadamente 300 correspondentes e 15.000 agentes.

5.1 Documentação para a realização da operação

Para a concessão do crédito, há a seguinte solicitação de documentos, quando efetuada em pontos de atendimento ou via correspondentes e agentes:

- Termo de adesão/Autorização para Desconto em Benefícios Previdenciários - INSS, preenchido e assinado;

- Original ou cópia do comprovante de pagamento de aposentadoria:
 - Obtém-se o Extrato de Pagamentos, emitido pela internet em tempo real através de acesso remoto ao site do Ministério da Previdência e Assistência Social;
 - Extrato Semestral de Benefícios;
 - Comprovante bancário que discrimine o benefício;
 - Não há a consulta ao SPC/SERASA ou qualquer outro restritivo de crédito.
- Cópia do documento de identidade de Cadastro de Pessoa Física (CPF),

A realização de empréstimo por procuração somente é efetivada mediante apresentação de procuração pública, registrada em cartório, com poderes expressos para tal. Este documento compõe o processo a ser encaminhado ao Banco BMG.

Quando a transação é efetuada via Central de Atendimento, é solicitado: (i) o nome do beneficiário; (ii) número do benefício; e (iii) data de nascimento. Estes dados são imputados no Sistema BMG Consig, que automaticamente gera o arquivo para envio à DATAPREV. Da mesma forma, os dados obtidos via correspondentes/agentes ou via ponto de atendimento, são imputados no mesmo Sistema para envio à DATAPREV.

São enviados diversos arquivos para consignação durante o dia. A liberação da operação está condicionada ao retorno do arquivo da DATAPREV, com a confirmação das operações “aprovadas”, ocorrendo no primeiro dia útil subsequente ao envio da solicitação à DATAPREV.

5.2 Margem de consignação

A margem de consignação é obtida através da aplicação da seguinte fórmula::

Valor bruto do benefício (excluindo décimo terceiro salário)
(-) Imposto de Renda
(-) Pensão Alimentícia Judicial
(-) Mensalidades de Associações e demais entidades de aposentados legalmente conhecidas;
(=) Valor Disponível do Benefício
(x) 30 %
(=) Margem disponível para consignação
(-) Outros empréstimos e financiamentos consignados
(=) MARGEM CONSIGNÁVEL
(x) 95 %
(=) VALOR MÁXIMO DA PRESTAÇÃO

5.3 Liberação do crédito

Aposentados que possuem Conta-Corrente Movimento, em qualquer Banco:

- DOC ou TED para a conta indicada pelo beneficiário

Aposentados que não possuem Conta-Corrente Movimento:

- Liberação do recurso via ordem de pagamento

Prazo para liberação do Crédito: dia seguinte ao recebimento da documentação, pelo BMG.

De acordo com informações obtidas junto à gerência do BMG, a grande parte das liberações de recursos é efetuada via TED. Caso se verifique que o nome ou CPF do correntista em que está sendo efetuado o depósito, não coincida com os dados do beneficiário, a transferência do recurso não é concluída.

5.4 Fluxo financeiro dos repasses de recursos

As operações pagas no 1o. e 2o. dia útil de cada mês terão seu primeiro desconto no próprio mês. As operações pagas do 3o. ao último dia útil de cada mês terão seu primeiro desconto no mês subsequente.

O vencimento de cada prestação se dará sempre no dia 07 de cada mês a partir do mês subsequente ao do primeiro desconto. O repasse dos valores referente às consignações em favor do BMG, é efetuado pelo INSS até o quinto dia útil do mês subsequente da competência do crédito, por meio de depósito único na conta “Reserva Bancária” do Banco BMG S.A. perante o BACEN, via Sistema de Transferência de Reserva-STR, por meio da mensagem específica, constante do catálogo de mensagens do SPB.

Previamente ao pagamento dos recursos pelo INSS, este informa o Banco BMG, através de arquivo de RETENÇÃO, os recursos retidos dos beneficiários que serão repassados ao Banco. Da mesma forma são informados os valores que não serão repassados, em função de diversos tipos de ocorrências que implicam no cancelamento ou suspensão do pagamento do benefício:

- Óbito do beneficiário (informado via Cartório);
- Entrada de pensão alimentícia;
- Recadastramento de pensionistas ou revisões internas (auditoria de benefícios), em que se verifica irregularidade no pagamento;
- O beneficiário - filho - atinge a maioridade, ou a beneficiária - filha - se case. Em ambos os casos o benefício é suspenso;
- Caso o banco pagador do benefício informe o INSS que o recurso do benefício não é sacado da conta por um período superior a 60 dias.

Os casos de óbito são cobertos por seguro, cuja apólice é emitida pela Mitsui-Sumitomo. A seguradora é acionada por meio de envio do atestado de óbito, e os recursos são recebidos em parcela única.

Anexo I

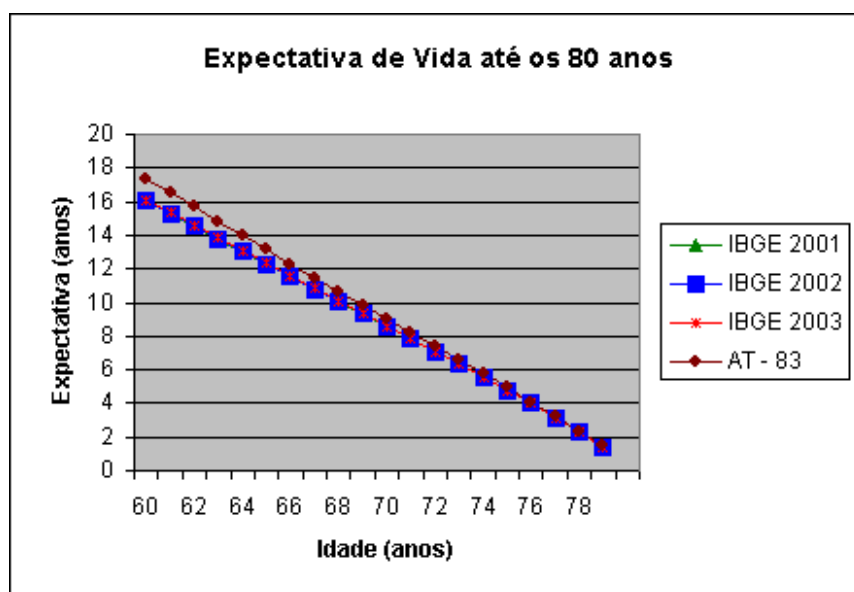
Data	Salário mínimo	Reajuste concedido	INPC - período	IGP-M - período	Salário Mínimo ajustado - variação do índice (Base 100 - maio/1995)	
					INPC	IGP-M
mai/95	100,00				100,00	100,00
mai/96	112,00	1,1200	1,1822	1,1286	94,74	99,24
mai/97	120,00	1,0714	1,0820	1,0985	93,81	96,80
mai/98	130,00	1,0833	1,0412	1,0503	97,60	99,84
mai/99	136,00	1,0462	1,0388	1,0854	98,29	96,23
abr/00	151,00	1,1103	1,0535	1,1294	103,59	94,60
abr/01	180,00	1,1921	1,0627	1,0959	116,20	102,90
abr/02	200,00	1,1111	1,0972	1,0939	117,67	104,52
abr/03	240,00	1,2000	1,1854	1,3248	119,12	94,68
mai/04	260,00	1,0833	1,0706	1,0634	120,53	96,45

Data	Teto INSS	Reajuste concedido	INPC - período	IGP-M - período	Teto INSS ajustado - variação do índice (Base 100 - maio/1995)	
					INPC	IGP-M
mai/96	957,56	1,1500	1,1822	1,1286	97,27	101,90
jun/97	1.031,87	1,0776	1,0832	1,1008	96,77	99,75
jun/98	1.081,50	1,0481	1,0476	1,0495	96,82	99,61
dez/98	1.200,00	1,1096	0,9900	0,9973	108,51	110,83
jun/99	1.255,32	1,0461	1,0423	1,0837	108,91	106,98
jun/00	1.328,25	1,0581	1,0534	1,1388	109,39	99,40
jun/01	1.430,00	1,0766	1,0773	1,1104	109,32	96,37
jun/02	1.561,56	1,0920	1,0903	1,0888	109,49	96,66
jun/03	1.869,34	1,1971	1,2044	1,3151	108,83	87,98

Anexo II

Expectativa de Vida até os 80 anos

Idades (X)	Tábuas de Mortalidade					
	IBGE 1999	IBGE 2000	IBGE 2001	IBGE 2002	IBGE 2003	AT - 83
60	15,9	16,0	16,0	16,1	16,1	17,4
61	15,2	15,2	15,3	15,3	15,3	16,5
62	14,4	14,5	14,5	14,5	14,6	15,7
63	13,7	13,7	13,8	13,8	13,8	14,8
64	12,9	13,0	13,0	13,0	13,1	14,0
65	12,2	12,2	12,3	12,3	12,3	13,1
66	11,4	11,5	11,5	11,5	11,6	12,3
67	10,7	10,7	10,8	10,8	10,8	11,5
68	10,0	10,0	10,0	10,1	10,1	10,7
69	9,2	9,3	9,3	9,3	9,3	9,8
70	8,5	8,5	8,6	8,6	8,6	9,0
71	7,8	7,8	7,8	7,8	7,8	8,2
72	7,0	7,1	7,1	7,1	7,1	7,4
73	6,3	6,3	6,3	6,3	6,3	6,6
74	5,5	5,5	5,6	5,6	5,6	5,8
75	4,8	4,8	4,8	4,8	4,8	4,9
76	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,1
77	3,2	3,2	3,2	3,2	3,2	3,2
78	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3	2,4
79	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4



Anexo III

INSS

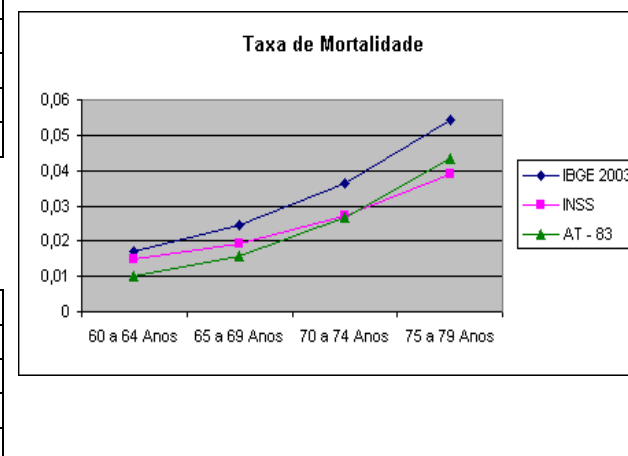
Idade	IBGE 1998	IBGE 1999	IBGE 2000	IBGE 2001	IBGE 2002	IBGE 2003
60 a 64 Anos	0,016418	0,011647	0,016600	0,015109	0,015137	0,014853
65 a 69 Anos	0,021208	0,013571	0,020688	0,018933	0,020102	0,019137
70 a 74 Anos	0,029077	0,017903	0,027363	0,026197	0,027290	0,027278
75 a 79 Anos	0,040229	0,021350	0,038168	0,035929	0,039422	0,039002

IBGE

Idade	IBGE 1998	IBGE 1999	IBGE 2000	IBGE 2001	IBGE 2002	IBGE 2003
60 a 64 Anos	0,018175	0,017970	0,017756	0,017509	0,017263	0,016973
65 a 69 Anos	0,025919	0,025646	0,025369	0,025059	0,024756	0,024433
70 a 74 Anos	0,039012	0,038376	0,037717	0,037319	0,036924	0,036485
75 a 79 Anos	0,057821	0,056747	0,055630	0,055156	0,054677	0,054224

Diferença

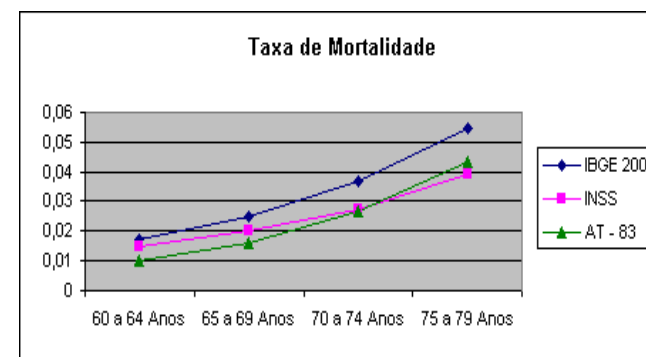
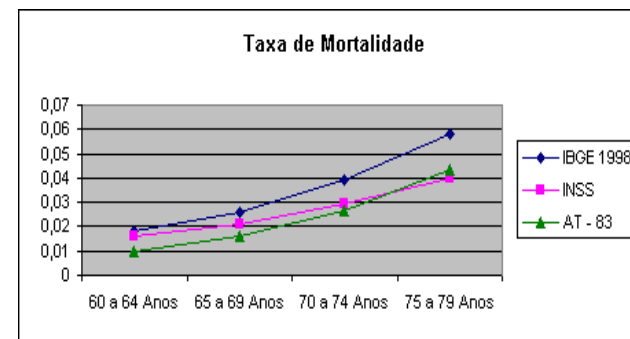
Idade	IBGE1998	IBGE 1999	IBGE 2000	IBGE 2001	IBGE 2002	IBGE 2003
60 a 64 Anos	10%	35%	7%	14%	12%	12%
65 a 69 Anos	18%	47%	18%	24%	19%	22%
70 a 74 Anos	25%	53%	27%	30%	26%	25%
75 a 79 Anos	30%	62%	31%	35%	28%	28%



Idade	IBGE 1998	INSS	AT - 83
60 a 64 Anos	0,018175	0,016418	0,00990406
65 a 69 Anos	0,025919	0,021208	0,01597308
70 a 74 Anos	0,039012	0,029077	0,02657228
75 a 79 Anos	0,057821	0,040229	0,04357629

Idade	IBGE 2003	INSS	AT - 83
60 a 64 Anos	0,016973	0,014853	0,00990406
65 a 69 Anos	0,024433	0,019137	0,01597308
70 a 74 Anos	0,036485	0,027278	0,02657228
75 a 79 Anos	0,054224	0,039002	0,04357629

Idade	IBGE 2002	INSS	AT - 83
60 a 64 Anos	0,017263	0,015137	0,00990406
65 a 69 Anos	0,024756	0,020102	0,01597308
70 a 74 Anos	0,036924	0,027290	0,02657228
75 a 79 Anos	0,054677	0,039422	0,04357629



ANEXO IV

Este Anexo é parte integrante do "Prospecto da 1ª Distribuição de Cotas do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – INSS II"

MINUTA DO CONTRATO DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS

ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS

"CONTRATO DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS

Pelo presente Contrato de Cessão de Direitos Creditórios, doravante denominado simplesmente "Contrato",

1. *BANCO BMG S.A., instituição financeira com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Álvares Cabral, n° 1707, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF sob n° 61.186.680/0001-74, neste ato representado na forma de seu estatuto social ("Cedente" ou "Banco BMG"), e*

2. *FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – INSS II, fundo de investimento em direitos creditórios, constituído em 21 de outubro de 2005, com seu regulamento registrado no Sétimo Cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade de São Paulo, em 24 de outubro de 2005, neste ato representado na forma de seu regulamento por sua instituição administradora, INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egidio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 62.418.140/0001-31, representada por sua vez na forma de seu contrato social ("Instituição Administradora") ("Fundo");*

cada uma das partes também denominada individualmente "Parte", e conjuntamente "Partes";

e ainda, como interveniente anuente,

3. *BANCO ITAÚ S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Egidio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itaúsa, inscrito no CNPJ sob n° 60.701.190/0001-04, neste ato representado na forma de seu estatuto social ("Custodiante");*

CONSIDERANDO QUE:

(i) *o Cedente é instituição financeira que celebra contratos de empréstimo ("Contratos de Empréstimo") com titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral de Previdência Social do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS ("Aposentados e Pensionistas", ou "Devedores"), constituindo as parcelas dos Contratos de Empréstimo direitos creditórios do Cedente contra os Aposentados e Pensionistas ("Direitos Creditórios");*

(ii) *o pagamento dos Direitos Creditórios é realizado por meio de desconto direto em benefício previdenciário dos Aposentados e Pensionistas ("Desconto em Benefício"), sendo que os*

ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS

Direitos Creditórios e o Desconto em Benefício são formalizados mediante assinatura de contratos e autorizações na forma dos modelos reproduzidos no Anexo I, que constitui parte integrante deste Contrato;;

- (iii) o Fundo é um fundo de investimento em direitos creditórios, destinado preponderantemente à aplicação em Direitos Creditórios, nos termos da Resolução n.º 2.907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional, e da Instrução n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") ("Instrução 356");*
- (iv) o Custodiante é o responsável, nos termos do artigo 38 da Instrução 356, pela prestação dos serviços de custódia para o Fundo, nos termos do "Contrato de Prestação de Serviços de Custódia e Controladoria de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios", celebrado entre a Instituição Administradora, o Fundo e o Custodiante, em [•] ("Contrato de Custódia"), cuja cópia consta do presente Contrato como seu Anexo II, e assina o presente Contrato na qualidade de interveniente anuente, sendo responsável pelo acompanhamento da liquidação física e financeira da cessão dos Direitos Creditórios e validação destes em relação aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no regulamento do Fundo ("Regulamento"); e*
- (v) a cessão dos Direitos Creditórios é elemento essencial da operação de securitização em cujo contexto se insere o Fundo, e nesse contexto se dará a determinação do valor a ser pago pelos Direitos Creditórios.*

RESOLVEM as Partes celebrar o presente Contrato, que se regerá de acordo com as seguintes cláusulas e condições. Termos iniciados em maiúsculas e não definidos neste Contrato terão o significado a eles atribuído no Regulamento.

1. PROCEDIMENTO DE CESSÃO

1.1 O Cedente cederá Direitos Creditórios ao Fundo até o montante total da Aquisição Inicial de Direitos Creditórios (conforme definido no item 11.1.1(i) do Regulamento), bem como poderá ceder ao Fundo Direitos Creditórios adicionais, ao longo do prazo de duração do Fundo, devendo ser observado o disposto no item 3.1 abaixo e o seguinte procedimento entre as Partes e o Custodiante:

- (i) o Cedente, observado o item 1.1.1 abaixo, enviará (a) ao Custodiante, arquivo eletrônico contendo informações sobre os Direitos Creditórios que deseja ceder ao Fundo ("Lista de Direitos Creditórios"); e (b) à Instituição Administradora, correspondência da Caixa Econômica Federal declarando que tais Direitos Creditórios não são de sua titularidade; o*

ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS

envio do arquivo eletrônico ao Custodiante caracterizará oferta, irrevogável e irretratável, de cessão dos Direitos Creditórios pelo Cedente ao Fundo;

- (ii) a Instituição Administradora informará, mediante preenchimento de boletagem eletrônica de aquisição de direitos creditórios disponível no site "www.itaucustodia.com.br", o volume de recursos do Fundo disponíveis para aquisição de Direitos Creditórios, caracterizando-se a aquisição, pelo Fundo, dos Direitos Creditórios elegíveis constantes da Lista de Direitos Creditórios respectiva, observado o item 1.1.2 abaixo; e*
- (iii) após o recebimento do arquivo eletrônico e verificação de quais Direitos Creditórios atendem aos Critérios de Elegibilidade, o Custodiante deixará à disposição do Cedente e da Instituição Administradora, em meio eletrônico, relatório contendo a relação dos Direitos Creditórios objeto de aquisição pelo Fundo, individualmente identificados, e seu respectivo preço de aquisição ("Relatório do Custodiante").*

1.1.1 No caso da Aquisição Inicial de Direitos Creditórios (conforme definido no item 11.1.1(i) do Regulamento), os procedimentos descritos no item 1.1 acima não serão iniciados até que seja verificado o recebimento, pelo Custodiante, do relatório a ser elaborado pela KPMG Auditores Independentes nos termos do item 11.1 (i) do Regulamento.

1.1.2 A aquisição dos Direitos Creditórios pelo Fundo estará sujeita aos termos do presente Contrato, e somente ocorrerá se houver recursos suficientes no Fundo para tanto, observada a manutenção da Reserva de Liquidez do Fundo (conforme definido no item 10.4.2 do Regulamento).

1.2 A cessão de Direitos Creditórios será formalizada por meio da assinatura, pelas Partes, de instrumento que descreva os Direitos Creditórios bem como os termos e condições a que se subordina sua aquisição, substancialmente conforme o modelo constante do Anexo III, que constitui parte integrante do presente Contrato ("Termo de Cessão"). O Termo de Cessão deverá ter como anexo o pertinente Relatório do Custodiante, impresso.

1.2.1 No caso da Aquisição Inicial de Direitos Creditórios (conforme definido no item 11.1.1(i) do Regulamento), o Termo de Cessão deverá ter como anexo, ainda, cópia do relatório de verificação referido no item 1.1.1 acima.

1.3 Uma vez assinado o Termo de Cessão, este e seus anexos serão considerados parte integrante do presente Contrato, e o Fundo pagará ao Cedente o preço dos Direitos Creditórios, no prazo e na forma descritos na cláusula 2 abaixo.

ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS

1.4 Os Direitos Creditórios serão cedidos ao Fundo incluindo seus acessórios, todos os instrumentos que os representam, respectivos anexos e garantias constituídas.

1.4.1 Caso haja seguro em favor do Cedente para cobrir qualquer evento de inadimplência dos Devedores dos Direitos Creditórios, o Fundo ficará automaticamente subrogado nos direitos emergentes de tal seguro, se comprometendo o Cedente a repassar todo e qualquer valor recebido em virtude de tal seguro ao Fundo em no máximo 2 (dois) dias após o seu recebimento da seguradora.

2. CONTRAPRESTAÇÃO E CÁLCULO DO PREÇO DE CESSÃO

2.1 A contraprestação pela cessão dos Direitos Creditórios, devida pelo Fundo, será calculada de acordo com a fórmula abaixo e especificada nos respectivos Termos de Cessão:

$$PC_i = \frac{VN_i}{(Fator_{CE})^{DU_i}}$$

PC_i Preço de cessão do Crédito "i";

VN_i Valor nominal do Crédito "i" objeto de cessão;

DU_i Número de dias úteis compreendido entre a Data de Aquisição, inclusive, e a data de vencimento do Crédito "i", exclusive;

$Fator_{CE}$ Fator de cessão, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$Fator_{CE} = \left\{ \left[\left(1 + \frac{DI}{100} \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times \frac{FSE}{100} \right\} + 1; \text{ onde:}$$

DI Taxa anual dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, Extra-Grupo, calculada e divulgada pela CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação, base 252 dias úteis, referente ao dia útil imediatamente anterior ao da cessão dos Direitos Creditórios;

FSE Fator Spread Excedente = 119 (cento e dezenove)

2.2 Os montantes referentes à contraprestação pelos Direitos Creditórios cedidos serão pagos ao Cedente em moeda corrente nacional e creditados em conta corrente de sua titularidade:

ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS

- (a) *no próprio dia útil do recebimento pela Instituição Administradora ou por seu legítimo representante (1) da via original, devidamente assinada pelo Cedente, do Termo de Cessão respectivo, ou (2) de fax ou correio eletrônico contendo cópia do Termo de Cessão respectivo, devidamente assinado pelo Cedente, desde que tal recebimento ocorra até as 16:00 hs; ou*
- (b) *no primeiro dia útil seguinte ao do recebimento pela Instituição Administradora ou por seu legítimo representante (1) da via original, devidamente assinada pelo Cedente, do Termo de Cessão respectivo, ou (2) de fax ou correio eletrônico contendo cópia do Termo de Cessão respectivo, devidamente assinado pelo Cedente, caso tal recebimento ocorra após as 16:00 hs.*

2.2.1 *Nos termos do item 2.2 acima, caso ocorra o envio do fax do Termo de Cessão, a via original do referido documento deverá ser entregue pelo Cedente à Instituição Administradora em até 1 (um) dia útil após o pagamento da cessão.*

2.2.2 *O Fundo não efetuará quaisquer pagamentos relativos a determinado Termo de Cessão enquanto não houver recebido via original devidamente assinada do(s) Termo(s) de Cessão relativo(s) à(s) cessão(ões) de Direitos Creditórios anterior(es).*

3. COMPROMISSOS, OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CEDENTE

3.1 *O Cedente somente cederá ao Fundo Direitos Creditórios:*

- (i) *que se encontrem livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames de qualquer natureza quando de sua cessão ao Fundo e que tenham sido objeto de verificação prévia e declaração por parte da Caixa Econômica Federal de que os referidos Direitos Creditórios não são de sua titularidade, conforme previsto no Contrato de Prestação de Serviços firmado entre o Banco BMG, o Fundo e a Caixa Econômica Federal em [•] ("Contrato de Prestação de Serviços");*
- (ii) *exigíveis dos respectivos Aposentados e Pensionistas na data de vencimento prevista;*
- (iii) *contra Aposentados e Pensionistas que não tenham, no momento da cessão ao Fundo, outros Direitos Creditórios vencidos e não pagos ao Cedente ou ao Fundo;*
- (iv) *nas Aquisições Iniciais de Direitos Creditórios (conforme definidas no item 11.1.1 (i) do Regulamento), o Fundo somente poderá adquirir Direitos Creditórios que constem de*

ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS

relatório de verificação elaborado pela KPMG Auditores Independentes que ateste a exatidão das seguintes informações fornecidas pelo Banco BMG relativas a cada um dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo: (a) ocorrência da averbação da consignação em folha de benefícios do INSS; (b) identificação do Devedor respectivo, com base em seu código de beneficiário mantido perante o INSS; (c) o Devedor respectivo Aposentado ou Pensionista; e (d) valor da parcela a receber relativa ao mês de referência da verificação;

- (v) decorrentes de empréstimos concedidos pelo Banco BMG;*
- (vi) referentes a uma ou mais parcelas mensais e consecutivas de um contrato de concessão de crédito;*
- (vii) que não tenham vencimento posterior à data de liquidação do Fundo; e*
- (viii) que tenham sido originados exclusivamente em Empréstimos celebrados por escrito com os respectivos Aposentados e Pensionistas, não sendo admitidos Empréstimos contratados via telefone.*

3.1.1 A obrigação constante do item 3.1 acima não exime o Custodiante de sua responsabilidade de validar os Direitos Creditórios em relação aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no item 11 do Regulamento.

3.1.2 Caso, a qualquer tempo, venha a se constatar que qualquer dos Direitos Creditórios cedidos não preenche os requisitos especificados no item 3.1 acima, a cessão de tal Crédito será prontamente resolvida, devendo o Cedente prontamente pagar ao Fundo o preço do Crédito respectivo, calculado conforme o item 2.1 acima, sem prejuízo (i) de eventual indenização ao Fundo por perdas e danos devidamente comprovados; e (ii) da adoção dos procedimentos previstos no item 26.2.1 e seguintes do Regulamento, se for o caso, conforme os itens 10.1 (iii) e (iv) abaixo e 26.2 (vi) do Regulamento.

3.2 O Cedente se obriga a não ceder ao Fundo quaisquer Direitos Creditórios caso tal ato (ou como decorrência dele) configure fraude contra credores, fraude à execução, fraude à execução fiscal ou ainda fraude falimentar.

3.3 O Cedente será responsável:

- (i) pela existência dos Direitos Creditórios, nos termos do artigo 295 do Código Civil;*

ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS

- (ii) *pelo pagamento do Crédito no caso de exceções apresentadas pelos respectivos Devedores dos Direitos Creditórios contra o Cedente quando da notificação da cessão, nos termos do artigo 294 do Código Civil; e*
- (iii) *por eventuais prejuízos causados ao Fundo em virtude da liquidação antecipada de quaisquer dos Direitos Creditórios; caso em que, a responsabilidade se limitará à diferença positiva entre o valor a receber da parcela liquidada antecipadamente (trazido a valor presente pela taxa da cessão dos Direitos Creditórios, conforme o caso) e a quantia paga na liquidação antecipada.*

3.3.1 *Na hipótese de responsabilidade do Cedente por liquidação antecipada (item (iii) acima), o Cedente poderá compensar a quantia a pagar com quaisquer valores que tenha a receber do Fundo, nos termos do artigo 368 e seguintes do Código Civil.*

3.4 *O Cedente se obriga, em caráter irrevogável e irretratável, até a amortização e/ou o resgate integral das Cotas Seniores do Fundo a:*

- (i) *não tomar a iniciativa de alterar o Convênio celebrado com o INSS e informar imediatamente à Instituição Administradora (a) de qualquer comunicação, notificação e/ou solicitação recebida do INSS relacionada à manutenção do Convênio e/ou ao cumprimento ou descumprimento de obrigações pelo Cedente; (b) qualquer inadimplemento de sua parte aos termos do Convênio; e (c) qualquer alteração ao Convênio por iniciativa do INSS;*
- (ii) *cumprir seus deveres legais e contratuais que são requisitos para que o Desconto em Benefício continue sendo efetuado;*
- (iii) *não realizar qualquer ato ou procedimento com o intuito de alterar a atual sistemática de recebimentos dos Direitos Creditórios ou fazer com que o INSS credite valores relativos aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo em contas (correntes, gráficas ou de controle) diversas das atualmente indicadas no Convênio ou em outro documento já enviado e recebido pelo INSS na data da celebração deste Contrato (incluindo, por exemplo, o encerramento ou bloqueio, a qualquer título, das referidas contas correntes);*
- (iv) *não pedir ou autorizar o cancelamento do Desconto em Benefício relativo aos Contratos de Empréstimo cujos respectivos Direitos Creditórios sejam de titularidade do Fundo, exceto na hipótese de liquidação antecipada de quaisquer dos Direitos Creditórios;*
- (v) *enviar correspondência à Caixa Econômica Federal anexando arquivo eletrônico contendo a Lista de Direitos Creditórios, e solicitando que esta emita declaração escrita de que os*

ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS

Direitos Creditórios não são de sua titularidade, conforme previsto no Contrato de Prestação de Serviços;

- (vi) enviar simultaneamente à Instituição Administradora todas as correspondências trocadas entre o Banco BMG e a Caixa Econômica Federal relativas a assuntos de interesse do Fundo; e*
- (vii) tomar todas as providências necessárias para assegurar que os recursos oriundos do pagamento dos Direitos Creditórios não sejam ou permaneçam retidos pela Caixa Econômica Federal, em nenhuma circunstância, dando sempre ciência à Instituição Administradora de tais providências.*

3.4.1 Na hipótese de o Desconto em Benefício se tornar impossível, por questões jurídicas ou fáticas, o Cedente deverá:

- (i) notificar este fato imediatamente ao Fundo e ao Custodiante;*
- (ii) despender seus maiores esforços para imediatamente tornar o Desconto em Benefício possível; e*
- (iii) adotar outros meios de cobrança dos Direitos Creditórios, no período em que o Desconto em Benefício não for possível.*

3.4.2 Na hipótese de o Desconto em Benefício se tornar impossível definitivamente, por tempo indeterminado, ou por prazo superior a 1 (um) mês, o Cedente deverá imediatamente recomprar a totalidade dos Direitos Creditórios cedidos e ainda não pagos pelos respectivos Devedores, observado que:

- (i) em se tratando de Direitos Creditórios vincendos, pelo preço calculado de acordo com a fórmula especificada no item 2.1 acima; e*
- (ii) em se tratando de Direitos Creditórios vencidos, pelo valor pelo qual tais Direitos Creditórios sejam exigíveis.*

3.4.2.1 Na hipótese de recompra descrita no item 3.4.2, deverão ser observadas as disposições dos itens 7.3 e 7.4 abaixo.

3.5 O Cedente se obriga a, durante o período de vigência do presente Contrato, manter verdadeiras as declarações a ele relativas constantes do item 9.1 abaixo.

ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS

3.6 *Além das demais obrigações e responsabilidades previstas neste Contrato, o Cedente também se obriga a:*

- (i) comunicar imediatamente ao Custodiante e à Instituição Administradora o início de qualquer procedimento administrativo ou judicial contra si ou contra qualquer de suas controladas e/ou controladoras diretas, em montante superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ou, independentemente do valor, que possa dificultar ou impedir (a) o cumprimento de suas obrigações previstas no Contrato; e/ou (b) as cessões de Direitos Creditórios;*
- (ii) comunicar imediatamente ao Custodiante e à Instituição Administradora caso o próprio Banco BMG ou qualquer de suas controladas e/ou controladoras diretas venha a inadimplir obrigação em montante superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);*
- (iii) comunicar imediatamente ao Custodiante e à Instituição Administradora a ocorrência de qualquer protesto de títulos de crédito de sua responsabilidade ou de responsabilidade de qualquer de suas controladas e/ou controladoras diretas, em valor superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais);*
- (iv) diligenciar e tomar todas as medidas necessárias para que seus diretores, funcionários, prepostos, agentes e correspondentes cumpram a política de concessão de crédito descrita no Regulamento;*
- (v) enviar ao INSS todas as informações que sejam de sua responsabilidade, nos termos do Convênio, incluindo aquelas necessárias ao Desconto em Benefício;*
- (vi) informar mensalmente à Instituição Administradora, por meio eletrônico, os respectivos valores de capital e patrimônio líquido ajustado, calculados conforme as normas do Banco Central do Brasil e do Conselho Monetário Nacional;*
- (vii) comunicar imediatamente ao Custodiante e à Instituição Administradora qualquer atraso no repasse, pelo INSS e/ou pela Caixa Econômica Federal, de recursos consignados em folha de benefícios em razão de Contratos de Empréstimo;*
- (viii) comunicar imediatamente à Instituição Administradora a ocorrência de qualquer alteração nos procedimentos de cobrança e transferência de recursos em vigor na data deste Contrato, incluindo, mas não se limitando, aos procedimentos operacionais com a Caixa Econômica Federal;*

ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS

- (ix) *comunicar imediatamente à Instituição Administradora a ocorrência de qualquer dos Eventos de Revisão ou Eventos de Resilição, conforme definidos nas cláusulas 10 e 11 abaixo; e*
- (x) *comunicar imediatamente à Instituição Administradora o início de qualquer procedimento administrativo ou judicial contra si, que tenha como objetivo ou que possa ocasionar a suspensão ou o cancelamento dos Descontos em Benefício.*

3.7 *Ressalvado o disposto nos itens 3.7.1 e 5.5 abaixo, até a amortização e/ou o resgate integral das Cotas Seniores, o Cedente se obriga a não realizar qualquer ato que acarrete ou possa resultar na concessão de abatimento, de desconto, de alteração de data de vencimento e dos termos, condições e procedimentos de pagamento relativos aos Contratos de Empréstimo cujos Direitos Creditórios sejam de titularidade do Fundo, sem a prévia e expressa autorização da Instituição Administradora.*

3.7.1 *O disposto no item anterior não impedirá a liquidação antecipada de quaisquer dos Direitos Creditórios solicitada pelo respectivo Devedor, observado o disposto no item 3.3 (iii).*

4. DEPÓSITO DA DOCUMENTAÇÃO

4.1 *O Cedente será o fiel depositário de todos os documentos relacionados aos Direitos Creditórios ("Documentos Relacionados aos Direitos Creditórios"), nos termos e conforme a metodologia estabelecidos no Contrato de Custódia.*

4.1.1 *Os Documentos Relacionados aos Direitos Creditórios abrangem (a) Contrato de Empréstimo impresso acompanhado, se assim previr o respectivo Contrato de Empréstimo, de nota promissória representativa do respectivo Crédito e/ou de instrumento constitutivo de garantia; (b) autorização impressa para Desconto em Benefício; (c) cópia de documentos de identificação do Devedor e que comprovem a sua condição de Aposentado ou Pensionista, bem como a existência de margem consignável; e (d) arquivo eletrônico emitido pela DATAPREV, confirmando o respectivo Desconto em Benefício, determinadas características do Contrato de Empréstimo respectivo, bem como a condição do Devedor de Aposentado ou Pensionista.*

4.1.2 *Havendo seguro para cobrir inadimplência decorrente de morte do Aposentado ou Pensionista, a respectiva apólice também integra a documentação relacionada ao Crédito correspondente.*

4.2 *O Cedente se compromete a guardar todos os Documentos Relacionados aos*

ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS

Direitos Creditórios com o máximo cuidado e diligência, em nome e por conta do Fundo e do Custodiante.

4.2.1 O Cedente poderá subcontratar, sob sua responsabilidade e permanecendo na qualidade de fiel depositário, empresas especializadas na guarda de documentos, mediante prévia e expressa autorização da Instituição Administradora e do Custodiante.

4.3 A cada cessão de Direitos Creditórios, todos os Documentos Relacionados aos Direitos Creditórios ficarão na posse do Cedente, para que este os guarde na qualidade de fiel depositário, pelo prazo de 5 (cinco) anos contados da data de vencimento dos Contratos de Empréstimo que originaram os Direitos Creditórios.

4.3.1 Uma vez decorrido o prazo referido no item acima em relação a determinado Documento Relacionado aos Direitos Creditórios, o Cedente deixará, a partir de então, de ser responsável pela sua guarda e conservação, devendo observar as instruções que lhe der a Instituição Administradora quanto à destinação de tais Documentos Relacionado aos Direitos Creditórios.

4.4 A Instituição Administradora e o Custodiante, ou terceiros por estes indicados, poderão, a qualquer tempo, verificar e analisar, por amostragem ou não, os Documentos Relacionados aos Direitos Creditórios.

4.5 O Cedente se compromete a prontamente observar as ordens de restituição dos Documentos Relacionados aos Direitos Creditórios dadas pelo Custodiante e/ou pela Instituição Administradora, observando ainda as eventuais indicações de dia, horário e local estabelecidas.

5. COBRANÇA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

5.1 Conforme previsto no Contrato de Custódia, os pagamentos relativos aos Direitos Creditórios, recebidos pelo Cedente na qualidade de agente cobrador, devem ser depositados por este, em até 2 (dois) dias úteis do respectivo recebimento, na(s) conta(s) corrente(s) indicada(s) no Contrato de Custódia, de titularidade do Fundo, ou em outra conta corrente indicada por escrito pelo Fundo e de sua titularidade.

5.2 Ocorrendo o recebimento dos valores relativos aos Direitos Creditórios pelo Cedente, na qualidade de agente cobrador, e não efetuando ele o respectivo repasse na forma e prazo do item 5.1 acima, o Cedente pagará multa de 2% (dois por cento) sobre o montante não transferido, juntamente com juros de mora correspondentes à taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC, sem prejuízo de indenização por perdas e danos.

ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS

5.3 *Nos termos do Contrato de Custódia e do presente Contrato, o Cedente fica constituído como fiel depositário de quaisquer valores por ele recebidos, a qualquer título, referentes aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, até a efetiva transferência de tais valores ao Fundo.*

5.4 *Os Direitos Creditórios inadimplidos e não adquiridos na forma descrita na cláusula 7 abaixo permanecerão sujeitos à cobrança pelo Cedente, observados os prazos e procedimentos descritos no Regulamento.*

5.5 *Sem prejuízo do disposto no item acima, o Cedente somente poderá renegociar ou acordar junto aos respectivos Devedores qualquer alteração aos termos e condições dos Direitos Creditórios inadimplidos, bem como promover a cobrança judicial de qualquer Crédito inadimplido, após o 10º (décimo) dia corrido contado do vencimento do Crédito em questão.*

6. NOTIFICAÇÃO

6.1 *As Partes acordam que a notificação dos Devedores dos Direitos Creditórios, para os fins do artigo 290 do Código Civil, não será realizada enquanto o Cedente for o agente de cobrança dos Direitos Creditórios, nos termos do Contrato de Custódia e do Regulamento.*

6.1.1 *Sem prejuízo do disposto acima, na hipótese de o Cedente deixar de ser o agente cobrador, assistirá ao Fundo o direito de notificar por escrito os devedores dos Direitos Creditórios que venham a ser cedidos ao Fundo nos termos deste Contrato e dos Termos de Cessão, dando-lhes conta da cessão dos respectivos Direitos Creditórios, conforme modelo constante do Anexo IV, que constitui parte integrante do presente Contrato.*

6.2 *Sem prejuízo do disposto no item anterior, o Cedente compromete-se a transferir imediatamente ao Fundo, na forma dos itens 5.1 a 5.3 acima, todo e qualquer montante relativo ao pagamento dos Créditos eventualmente recebido dos Devedores ou de terceiros, mesmo na hipótese de deixar de ser o agente de cobrança dos Direitos Creditórios.*

6.3 *O Fundo deverá, ainda, notificar o INSS sobre a cessão dos Direitos Creditórios realizada pelo Cedente, para que sejam adotadas as providências necessárias para a continuidade dos repasses dos Direitos Creditórios ao novo agente de cobrança dos Direitos Creditórios. O Cedente compromete-se a colaborar para a realização de tal notificação e a tomar toda e qualquer providência necessária para tanto.*

ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS

7. DIREITO À RECOMPRA

7.1 O Cedente dos Direitos Creditórios terá a faculdade de, a seu exclusivo critério, adquirir, em moeda corrente nacional, qualquer Crédito inadimplido, a partir de 5 (cinco) dias corridos contados da data de vencimento Crédito inadimplido, pelo valor exigível de tal Crédito inadimplido, nos termos do item 13 do Regulamento.

7.2 Na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, antes da implementação de qualquer procedimento referente à entrega de Direitos Creditórios aos cotistas do Fundo, de acordo com o disposto no item 26.8 do Regulamento, o Cedente terá a faculdade de, a seu exclusivo critério, adquirir, em moeda corrente nacional, a totalidade dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, no 3º (terceiro) dia útil imediatamente anterior ao término do prazo para resgate antecipado, por preço, no mínimo, equivalente ao valor exigível dos Direitos Creditórios.

7.3 Em qualquer das hipóteses referidas nos itens acima, a recompra de Direitos Creditórios deverá ser formalizada por meio de instrumento próprio, assinado pelas partes e devidamente registrado.

7.4 No ato de pagamento da recompra de Direitos Creditórios, o Fundo deverá transferir ao Cedente Documentos Relacionados aos Direitos Creditórios que eventualmente tenha recebido.

8. REGISTRO

8.1 A Instituição Administradora deverá requerer o registro do presente Contrato, dentro de até 20 (vinte) dias corridos a contar da data da sua assinatura, nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos situados nas comarcas de São Paulo e Belo Horizonte, sendo que o Cedente arcará com todos os custos e despesas decorrentes de tal registro. Dentro de até 5 (cinco) dias úteis após a obtenção do registro, a Instituição Administradora deverá encaminhar documento comprobatório de tal registro ao Cedente, bem como os comprovantes das despesas de registro efetivamente incorridas. Sem prejuízo do disposto neste item, caso a Instituição Administradora, ao término do prazo acordado, ainda não haja requerido o registro aqui mencionado, poderá o Cedente proceder a tal registro, correndo todos os custos e despesas por sua conta.

8.1.1 A obrigação de registro prevista no item acima aplicar-se-á também aos Termos de Cessão celebrados no âmbito do presente Contrato, tanto para a Aquisição Inicial de Direitos Creditórios (conforme definido no item 11.1.1(i) do Regulamento) quanto para quaisquer aquisições posteriores de Direitos Creditórios.

ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS

9. DECLARAÇÕES DAS PARTES

9.1 O Cedente, devidamente representado no presente Contrato, declara e assegura que, na data de assinatura deste Contrato:

- (i) é uma instituição financeira legitimamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável;*
- (ii) a celebração deste Contrato e dos Termos de Cessão e a assunção das obrigações deles decorrentes se fazem nos termos de seus atos constitutivos e têm plena eficácia;*
- (iii) os signatários do presente Contrato e de seus respectivos Anexos têm poderes para assumir, em nome do Cedente, as obrigações aqui estabelecidas, bem como para outorgar mandatos a terceiros para tanto, se for o caso;*
- (iv) sua situação econômica, financeira e patrimonial, na data em que esta declaração é feita ou reafirmada, não sofreu qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira adversa sua solvência;*
- (v) até a data em que esta declaração é feita ou reafirmada, não há quaisquer títulos de emissão do Cedente ou de suas controladas e/ou controladoras diretas, ou sacados contra estes que tenham sido protestados, cujo valor unitário ou agregado seja igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), excetuados os que tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação ou sustação de seus efeitos;*
- (vi) a celebração deste Contrato e dos Termos de Cessão e o cumprimento das obrigações deles decorrentes não acarreta, direta ou indiretamente, o descumprimento, total ou parcial, (a) de quaisquer contratos ou instrumentos firmados anteriormente à data da assinatura deste Contrato dos quais o Cedente ou qualquer Parte Relacionada ao mesmo, sejam parte ou aos quais estejam vinculados, a qualquer título, bens ou direitos de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas, (b) de qualquer norma legal ou regulamentar a que o Cedente ou qualquer Parte Relacionada ao mesmo, ou qualquer bem ou direito de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas estejam sujeitos; e (c) de qualquer ordem ou decisão judicial ou administrativa, ainda que liminar, que afete o Cedente, ou qualquer Parte Relacionada ao mesmo, ou qualquer bem ou direito de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas;*

ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS

- (vii) *seus sistemas internos de gestão e controle do processo de concessão de crédito, que deram e darão origem aos Direitos Creditórios, não permitem e dispõem de controles que não permitirão a oferta ao Fundo de Direitos Creditórios sem lastro, em duplicidade ou vinculados a qualquer outro negócio jurídico;*
- (viii) *os Direitos Creditórios oferecidos à cessão nos termos deste Contrato foram originados através de contratos celebrados por escrito com os respectivos Devedores e são de sua legítima e exclusiva titularidade, estando livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza, que possam obstar a cessão prometida e o pleno gozo e uso, pelo Fundo, de todos os direitos, garantias e prerrogativas relacionados aos Direitos Creditórios a este cedidos nos termos deste Contrato, e foram contratados com estrita observância dos termos e condições da política de concessão de crédito descrita no Regulamento;*
- (ix) *os Contratos de Empréstimo, o Convênio e os demais documentos que autorizam a concessão dos empréstimos com Desconto em Benefício aos Aposentados e Pensionistas não contêm qualquer avença que impeça, proíba ou condicione, a qualquer título, a cessão dos Direitos Creditórios do Cedente ao Fundo ou do Fundo para terceiros;*
- (x) *somente oferecerá à cessão ao Fundo Direitos Creditórios que atendam aos critérios previstos no item 3.1 deste Contrato;*
- (xi) *os Direitos Creditórios oferecidos à cessão ao Fundo não são ou foram objeto (a) de qualquer contestação judicial, extrajudicial ou administrativa, por parte dos respectivos Devedores e/ou das pessoas responsáveis pelo Desconto em Benefício dos valores de titularidade do Fundo, independentemente da alegação ou mérito que possa, direta ou indiretamente, comprometer sua liquidez e certeza; ou (b) de qualquer tipo de renegociação, acordo ou transação;*
- (xii) *não ter conhecimento da ocorrência de qualquer Evento de Revisão ou Evento de Resilição, com referência ao Cedente, na data em que esta declaração é prestada ou confirmada; ou, alternativamente, havendo ocorrido qualquer Evento de Revisão ou Evento de Resilição, declara que foi ele devidamente sanado;*
- (xiii) *todos os alvarás, licenças, autorizações ou aprovações exigíveis para o funcionamento do Cedente e à celebração dos Contratos de Empréstimo foram regularmente obtidos e encontram-se atualizados e em vigor; e*

ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS

- (xiv) *os livros contábeis e societários do Cedente estão regularmente abertos e registrados no competente órgão do registro de comércio, estando, também, devidamente atualizados.*

9.1.1 *O Cedente se compromete a manter verdadeiras todas as declarações constantes do item anterior durante o período de vigência do presente Contrato, que serão consideradas como tendo sido reafirmadas nas datas de celebração dos Termos de Cessão.*

9.2 *A Instituição Administradora, devidamente representada na forma de seus atos constitutivos, declara e garante que:*

- (i) *o Fundo é um condomínio legitimamente constituído, regularmente registrado e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável aos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios;*
- (ii) *é uma instituição financeira legitimamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável;*
- (iii) *a celebração deste Contrato e a assunção das obrigações dele decorrentes se fazem nos termos de seus atos constitutivos e têm plena eficácia;*
- (iv) *as pessoas que assinam este Contrato e respectivos Anexos em nome da Instituição Administradora têm poderes para assumir em nome da Instituição Administradora ou, conforme o caso, por conta e ordem do Fundo, as obrigações nele estabelecidas;*
- (v) *a celebração deste Contrato e o cumprimento das obrigações deles decorrentes não acarretam, direta ou indiretamente, o descumprimento, total ou parcial, (a) de quaisquer contratos ou instrumentos firmados anteriormente à data da assinatura deste Contrato dos quais a Instituição Administradora ou qualquer Parte Relacionada à mesma sejam parte ou aos quais estejam vinculados, a qualquer título, bens ou direitos de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas, (b) de qualquer norma legal ou regulamentar a que a Instituição Administradora ou qualquer Parte Relacionada à mesma, ou qualquer bem ou direito de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas estejam sujeitos, e (c) de qualquer ordem ou decisão, ainda que liminar, judicial ou administrativa, que afete a Instituição Administradora ou qualquer Parte Relacionada à mesma, ou qualquer bem ou direito de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas; e*
- (vi) *encontra-se técnica e operacionalmente habilitada e autorizada a prestar os serviços de administração do Fundo, contando com todos os sistemas necessários ao pleno e*

ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS

satisfatório exercício de suas funções, nos termos do Regulamento, dos demais documentos relacionados ao Fundo e da legislação aplicável.

9.2.1 A Instituição Administradora se compromete a manter verdadeiras todas as declarações constantes do item anterior durante o período de vigência do presente Contrato, as quais serão consideradas reafirmadas nas datas de celebração dos Termos de Cessão.

10. EVENTOS DE REVISÃO

10.1 Para os efeitos deste Contrato e do Regulamento, são considerados eventos de revisão ("Eventos de Revisão") quaisquer das seguintes ocorrências:

- (i) modificação do controle acionário do Banco BMG;*
- (ii) rescisão, suspensão e/ou cancelamento, por qualquer motivo, do Convênio celebrado com o INSS ou das autorizações específicas permitindo o Desconto em Benefício;*
- (iii) verificação de falha, erro ou incorreção em quaisquer das declarações prestadas pelo Cedente no item 9.1 deste Contrato, que possa comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Cotas Seniores;*
- (iv) comprovação de que o Banco BMG tenha oferecido ao Fundo direitos creditórios em desacordo com os critérios definidos no item 3.1 deste Contrato;*
- (v) criação de novos tributos, elevação das alíquotas já existentes ou modificação de suas bases de cálculo, que possa comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Cotas Seniores;*
- (vi) inadimplemento, pelo Banco BMG ou qualquer de suas controladas e/ou controladoras diretas no cumprimento de qualquer obrigação pecuniária e/ou declaração do vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária das pessoas acima referidas, cujo valor unitário ou total seja igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ou o equivalente em outras moedas, exceto quando existir medida judicial adequada para anulação ou sustação de seus efeitos;*
- (vii) apresentação para protesto ou protestos de títulos emitidos pelo Banco BMG ou sacados contra o Banco BMG, suas controladas e/ou controladoras diretas, cujo valor unitário ou*

ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS

total seja igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ou o equivalente em outras moedas, excetuados os que tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação ou sustação de seus efeitos;

- (viii) deixar o Banco BMG de atender aos valores mínimos de capital e patrimônio líquido ajustado definidos pelas normas do Banco Central do Brasil e do Conselho Monetário Nacional;*
- (ix) ajuizamento contra o Banco BMG, suas controladoras diretas ou contra qualquer controlada, de ação ou conjunto de ações de execução para pagamento de quantia certa, incluindo as execuções fiscais, cujo valor seja superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais);*
- (x) ocorrência de arresto ou de penhora de bens do Banco BMG, de suas controladoras ou controladas, de valor superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), considerados individualmente ou em conjunto;*
- (xi) ocorrência de qualquer ato ou fato que imponha restrição à alienação dos direitos creditórios de titularidade do Banco BMG; ou*
- (xii) descumprimento pelo Banco BMG de qualquer de suas obrigações estabelecidas neste Contrato e nos demais documentos relacionados ao Fundo do qual seja parte que não seja um Evento de Revisão ou um Evento de Resilição, desde que tal descumprimento não seja devidamente regularizado ou justificado dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis contado do envio, pela Instituição Administradora, de notificação, por escrito, informando da ocorrência do respectivo evento; a possibilidade de regularização ou justificativa aqui prevista não se aplica a descumprimento de obrigações pecuniárias, constituindo sua ocorrência automaticamente um Evento de Revisão.*

10.2 Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Revisão, o Fundo adotará os procedimentos definidos no item 26.2.1 e seguintes do Regulamento.

11. RESILIÇÃO

11.1 Este Contrato poderá ser resilido de pleno direito pelo Fundo, a seu exclusivo critério, sem qualquer ônus, penalidade ou necessidade de justificativa, exclusivamente nas seguintes hipóteses ("Eventos de Resilição"):

ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS

- (i) realização, pelo Cedente, de qualquer negócio ou ato jurídico descrito no item 3.7 acima sem a expressa autorização prévia, por escrito, do Fundo, ressalvadas as hipóteses dos itens 3.7.1 e 5.5 acima;*
- (ii) ocorrência de qualquer evento de liquidação antecipada, previsto no item 26 do Regulamento;*
- (iii) caso os titulares das Cotas Seniores decidam que qualquer Evento de Avaliação, conforme definido no item 26.2 do Regulamento, constitui um evento de liquidação antecipada do Fundo; ou*
- (iv) caso não existam mais Cotas Seniores em circulação.*

11.2 Na hipótese de rescisão deste Contrato, deverão permanecer válidas, existentes e eficazes suas disposições até a amortização ou resgate integral das Cotas Seniores, em especial as que estabelecem obrigações de dar, fazer ou não fazer assumidas pelo Cedente relacionadas aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo.

11.3 Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Rescisão, deverão ser observados os procedimentos definidos no item 26.3 e seguintes do Regulamento.

12. INDENIZAÇÃO

12.1 A Parte inadimplente se obriga a indenizar integral e imediatamente a Parte prejudicada, bem como seus administradores e prepostos, por qualquer prejuízo que estes venham a sofrer em decorrência do descumprimento, pela Parte inadimplente, seus empregados ou quaisquer prepostos, de qualquer obrigação oriunda deste Contrato.

12.2 Sem prejuízo da indenização devida em caso de inadimplemento de qualquer uma das cláusulas do presente Contrato, a Parte prejudicada poderá exigir da Parte inadimplente a execução específica da obrigação devida.

13. FORO

13.1 As Partes neste ato elegem o Foro central da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com expressa exclusão de qualquer outro, ainda que privilegiado, como competente para dirimir quaisquer dúvidas e/ou questões oriundas deste Contrato ou dos Termos de Cessão.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS

14.1 *Este Contrato tornar-se-á eficaz na data de sua assinatura e vigorará pelo prazo necessário ao cumprimento de todas as obrigações dele decorrentes, regendo a partir da referida data todas as cessões de Direitos Creditórios a serem celebradas entre as Partes.*

14.2 *Todas as notificações decorrentes deste Contrato deverão ser feitas por escrito e serão consideradas eficazes: (i) quando entregues pessoalmente à Parte a ser notificada, mediante protocolo e com cópia destinada ao Custodiante; (ii) após 5 (cinco) dias contados da postagem de carta com aviso de recebimento à Parte a ser notificada, com cópia destinada ao Custodiante; ou (iii) após 1 (um) dia da transmissão da notificação por fax ou correio eletrônico à Parte a ser notificada, com cópia destinada ao Custodiante, desde que acompanhada de postagem do original por carta registrada, com cópia para o Custodiante. Para efeito de qualquer notificação, observar-se-ão os dados abaixo fornecidos pelas Partes e pelo Custodiante, que poderão ser alterados por notificação enviada aos demais:*

BANCO BMG S.A.

At.: Srs. Márcio Alaôr de Araújo / José Eustáquio Torres

Avenida Álvares Cabral, nº 1707

30170-001 - Belo Horizonte – Minas Gerais

fax nº: (31) 3290-3118 / 3290-3166

correio eletrônico: Marcio.Araujo@bancobmg.com.br / jet@bancobmg.com.br

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – INSS II, ADMINISTRADO POR INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

At.: Srs. João Estanislau Façanha de Castro / Rogério S. Aoki / Odilon F. Teixeira

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Itaúsa

04344-902 - São Paulo – São Paulo

fax nº: (11) 5029 1394

correio eletrônico: intrag@itau.com.br

CUSTODIANTE

Banco Itaú S.A.

At.: Flávia Holanda e Roberto B. Rocha

Av. Eng. Armando de Arruda Pereira, 707

04344-902 – Jabaquara - São Paulo/SP

fax nº: (11) 5029-4554

correio eletrônico: flavia.halanda@itau.com.br / Roberto.rocha@itau.com.br

ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS

14.3 *Qualquer alteração ao presente Contrato somente será considerada válida e eficaz se feita por escrito, assinada por ambas as Partes e com a interveniência do Custodiante, e registrada nos termos da cláusula 8 acima.*

14.4 *Os direitos de cada Parte previstos neste Contrato são cumulativos com outros direitos previstos em lei, admitindo-se somente renúncia específica e por escrito. O não exercício, total ou parcial, de qualquer direito decorrente do presente Contrato, ou dos Termos de Cessão, não implicará novação da obrigação ou renúncia ao respectivo direito por seu titular.*

14.5 *Se qualquer disposição deste Contrato, ou dos Termos de Cessão, for considerada inválida e/ou ineficaz, as Partes deverão emendar seus melhores esforços para substituí-la por outra de conteúdo similar e com os mesmos efeitos. A eventual invalidade e/ou ineficácia de uma ou mais cláusulas não afetará as demais disposições do presente Contrato ou dos Termos de Cessão.*

14.6 *As Partes se comprometem a empregar seus melhores esforços para resolver através de negociações qualquer disputa ou controvérsia relacionada a este Contrato ou aos Termos de Cessão.*

14.7 *As Partes e o Custodiante se obrigam a manter sigilo sobre as informações confidenciais adquiridas por força do presente Contrato, durante e após seu período de duração. São informações confidenciais todos os documentos e informações relativas aos negócios das Partes e do Custodiante que não sejam de conhecimento público.*

E, por estarem assim justas e contratadas, as Partes assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, para um só efeito, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo identificadas.

São Paulo, [•] de 2005.

BANCO BMG S.A.

*FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS – INSS II*

BANCO ITAÚ S.A.

Testemunhas:

Nome:

Nome:

R.G.:

R.G.:

CPF:

CPF:

ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS

ANEXO I

Este Anexo é parte integrante do "Contrato de Cessão de Direitos Creditórios" firmado entre Banco BMG S.A. e Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – INSS II, em [•].

MODELOS (I) DOS CONTRATOS DE EMPRÉSTIMO; E (II) DA AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO EM BENEFÍCIO

São Paulo, [•] de 2005.

BANCO BMG S.A.

*FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS – INSS II*

BANCO ITAÚ S.A.

Testemunhas:

Nome:

R.G.:

CPF:

Nome:

R.G.:

CPF:

ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS

ANEXO II

Este Anexo é parte integrante do "Contrato de Cessão de Direitos Creditórios" firmado entre Banco BMG S.A. e Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – INSS II, em [•].

REPRODUÇÃO DO "CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CUSTÓDIA E CONTROLADORIA DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS", CELEBRADO ENTRE FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – INSS II, BANCO BMG S.A. E BANCO ITAÚ S.A., EM [•]

[INSERIR CÓPIA DO CONTRATO]

São Paulo, [•] de 2005.

BANCO BMG S.A.

*FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS – INSS II*

BANCO ITAÚ S.A.

Testemunhas:

Nome:

R.G.:

CPF:

Nome:

R.G.:

CPF:

ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS

ANEXO III

Este Anexo é parte integrante do "Contrato de Cessão de Direitos Creditórios" firmado entre Banco BMG S.A. e Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – INSS II, em [•].

MODELO DOS TERMOS DE CESSÃO

"TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS

Pelo presente Termo de Cessão de Direitos Creditórios, doravante denominado simplesmente "Termo de Cessão",

BANCO BMG S.A., instituição financeira com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Álvares Cabral, nº 1707, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF sob nº 61.186.680/0001-74, neste ato representado na forma de seu estatuto social, doravante designado simplesmente "Cedente", e

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – INSS II, fundo de investimento em direitos creditórios, constituído em 21 de outubro de 2005, com seu regulamento registrado no Sétimo Cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade de São Paulo, em 24 de outubro de 2005, inscrito no CNPJ/MF sob nº [•], neste ato representado na forma de seu regulamento por sua instituição administradora, [•], representada por sua vez na forma de seu estatuto social ("Instituição Administradora"), doravante designado simplesmente "Fundo";

cada uma das partes também denominada individualmente "Parte", e conjuntamente "Partes";

CONSIDERANDO QUE:

- (i) em [•] as Partes e o Custodiante celebraram Contrato de Cessão de Direitos Creditórios (o "Contrato"); o presente Termo de Cessão está sujeito às cláusulas do Contrato; os termos e expressões com iniciais em maiúsculas utilizados neste Termo de Cessão terão o significado que lhes é atribuído no Contrato; e*
- (ii) após a realização de todos os procedimentos descritos no item 1.1 do Contrato, são ora objeto de cessão os Direitos Creditórios especificados no anexo Relatório do Custodiante, que constitui parte integrante do presente Termo de Cessão;*

as Partes desejam formalizar a cessão dos Direitos Creditórios especificados no anexo Relatório do Custodiante, conforme abaixo:

- 1. Preço dos Direitos Creditórios: em contraprestação à cessão dos Direitos Creditórios, cujas características e respectivos Devedores encontram-se descritos no Relatório do Custodiante anexo ao presente, o Fundo pagará ao Cedente, conforme os prazos especificados no item 2.2 do Contrato, a quantia de R\$[•] ([•] REAIS).*
- 2. Os Direitos Creditórios apresentam valor de face global de R\$[•] ([•] REAIS).*
- 3. O Cedente declara que (i) todos os Direitos Creditórios descritos abaixo observam os requisitos estabelecidos no item 3.1 do Contrato, bem como os critérios de elegibilidade*

ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS

estabelecidos no Regulamento; (ii) a cessão dos Direitos Creditórios descritos abaixo não configura, na presente data, fraude contra credores, fraude à execução, fraude à execução fiscal ou ainda fraude falimentar; e (iii) todas as declarações constantes do item 9.1 do Contrato permanecem verdadeiras.

4. *A Instituição Administradora declara que permanecem verdadeiras todas as suas declarações constantes do item 9.2 do Contrato.*

5. *São anexos ao presente: (i) Relatório do Custodiante, impresso; e (ii) cópia do relatório de auditoria referido no item 11.1.1 (ii) do Regulamento (no caso da Aquisição Inicial de Direitos Creditórios).*

São Paulo, [•] de 2005.

[ASSINATURAS]"

São Paulo, [•] de 2005.

BANCO BMG S.A.

*FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS – INSS II*

BANCO ITAÚ S.A.

Testemunhas:

Nome:

R.G.:

CPF:

Nome:

R.G.:

CPF:

ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS

ANEXO IV

Este Anexo é parte integrante do "Contrato de Cessão de Direitos Creditórios" firmado entre Banco BMG S.A. e Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – INSS II, em [•].

MODELO DE NOTIFICAÇÃO AOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS

“(CIDADE), (DATA).

Ref.: Cessão de Direitos Creditórios decorrentes de empréstimo
Contrato de empréstimo n° (NÚMERO)

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que o Banco BMG S.A. cedeu ao "Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – INSS II" os direitos creditórios decorrentes das parcelas com vencimento em (DATA DE VENCIMENTO DAS PARCELAS) do (DENOMINAÇÃO DO CONTRATO).

Não obstante, referidas parcelas devidas por V.Sa. continuarão sendo descontadas automaticamente de seus benefícios. Por oportuno informamos, ainda, que os termos e condições do empréstimo não sofrerão qualquer alteração.

Permanecemos à disposição de V.Sa. para quaisquer esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

[BANCO BMG S.A OU ADMINISTRADOR].
(NOME DO DIRETOR)”

São Paulo, [•] de 2005.

BANCO BMG S.A.

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS – INSS II**

BANCO ITAÚ S.A.

Testemunhas:

Nome:
R.G.:
CPF:

Nome:
R.G.:
CPF:”

ANEXO V

Este Anexo é parte integrante do "Prospecto da 1ª Distribuição de Cotas do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – INSS II"

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO BANCO BMG RELATIVAS A 30 DE JUNHO DE 2005

**Banco BMG S.A. (Banco) e
Banco BMG S.A. e suas
controladas (Conglomerado
Financeiro)**

**Relatório da administração,
Demonstrações financeiras e
Parecer dos auditores independentes
em 30 de junho de 2005 e de 2004**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – PRIMEIRO SEMESTRE DE 2005

1 – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O êxito na condução da política econômica vem estimulando a retomada dos investimentos privados, variável fundamental na geração de empregos e de renda. Esse ambiente favorável tem ensejado uma expansão significativa do crédito destinado às pessoas físicas. Nesse contexto, vale destacar o crédito consignado (desconto em folha), segmento onde o Banco BMG tem posição de destaque.

A expansão deste segmento veio atender a uma demanda antiga desses clientes que se sentiam, até então, excluídos do sistema de crédito. Com o crescimento significativo das operações de crédito consignado em todo País, a classe trabalhadora passou a ter acesso a mais um serviço prestado pela eficiente rede bancária nacional, consistente de empréstimos com taxas de juros mais baixas, encontrando maior facilidade e simplificação na obtenção de crédito e com prazos mais longos para adequação aos seus orçamentos.

O Banco BMG, por sua vez, no ano de 1998 adotou uma estratégia de atuação com foco muito bem definido, elegendo as operações de crédito consignado como seu principal produto e utilizando um diferencial em suas operações que seria revolucionário se não fosse elementar taxa de juros permanentemente baixa em relação à concorrência. O acerto da estratégia não se fez esperar, e logo o banco alcançou uma posição de destaque nesse mercado.

A partir de 2001, ou seja, apenas três anos após a entrada no segmento do crédito consignado, considerado até então uma modalidade de crédito pouco atrativa, o Banco BMG já consolidava sua liderança com altos índices de participação de mercado em vários Estados, tais como Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Bahia, Mato Grosso, Paraná, Pernambuco, entre outros, e em algumas das principais Prefeituras como as do Rio de Janeiro, São Paulo, Florianópolis, entre outras.

Com a consolidação do produto (crédito consignado), a experiência bem sucedida do BMG permitiu que o banco expandisse consideravelmente sua atuação, estendendo suas operações para outros Estados e Municípios, e junto às empresas privadas, contando atualmente com 1.500 conveniadas. O BMG buscou também novos convênios para o crédito consignado, destacando-se os firmados com as Forças Armadas, com os Servidores Federais civis e diversos Tribunais de Justiça e de Contas, em vários Estados e, finalmente, o convênio com o INSS para empréstimos aos aposentados e pensionistas. É importante ressaltar que, por ocasião do início das suas operações de crédito junto a aposentados e pensionistas, o BMG já tinha montada a mais destacada rede de operação dos empréstimos com desconto em folha, superando, nessa modalidade, os maiores bancos do País, no qual já havia ingressado, cinco meses antes do BMG, a Caixa Econômica Federal.

A concentração do foco no crédito consignado resultou numa moderna e eficiente rede de vendas, constituída de correspondentes bancários, que hoje representa mais de 20.000 pontos de vendas em todo País, na medida em que o BMG não dispõe de rede de agências. Nesse ponto, reside um dos maiores diferenciais do caso de sucesso do BMG no segmento do crédito consignado. Essa legião de promotores de venda contribui com um custo fixo praticamente residual; tem enorme mobilidade, indo onde o cliente se encontra; e está dirigida exclusivamente para a venda de um único produto, evitando assim um maior coeficiente de dispersão.

Esta destacada rede de vendas, aliada à sua política de taxas de juros sempre uma das mais baixas do mercado, permitiu ao Banco BMG atingir uma participação de até 40% do mercado em locais onde há, inclusive, mais de 30 instituições concorrentes.

Em 30 de junho de 2005, o BMG possuía cerca de 2,5 milhões de clientes com contratos ativos de crédito consignado em sua carteira de ativos, ou seja, o BMG não é apenas mais uma instituição financeira que opera nesta modalidade de empréstimo, mas, devido a sua estratégia ímpar, tornou-se “o banco do crédito consignado”, definindo este produto como seu foco absolutamente prioritário de atuação.

Todo esse esforço e especialização em crédito com consignação em folha de pagamento vêm sendo reconhecidos através de diversos prêmios:

- Desde 2001, portanto, pela 5ª vez consecutiva, a Fundação Getúlio Vargas elegeu o BMG como o melhor banco do País em financiamento ao consumo.
- Desde que se iniciou a sua premiação, a Gazeta Mercantil, pela 2ª vez, o elegeu o melhor banco do País em financiamento ao consumo.
- Pela 2ª vez consecutiva eleito pelo RISKbank como o melhor banco de varejo massificado.

2 – ESTRUTURA DE CAPTAÇÃO E DESEMPENHO OPERACIONAL

Com esse desempenho, justificado por uma estrutura de venda sem precedentes e taxas de juros baixas, o BMG também se empenhou na busca de novas alternativas de captação.

A estrutura de captação predominante no banco, desde 1989, quando a BMG FINANCEIRA se transformou em banco, consistia na colocação de Certificados de Depósitos Bancários – CDBs, principalmente junto a investidores institucionais (Fundos de Pensão), e se mostrou insuficiente para amparar o rápido crescimento observado desde 1999 nas operações com o crédito consignado. A partir desta nova realidade, o Banco BMG buscou novas formas de captação, como a estruturação de Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDCs (fundo de recebíveis). O BMG já lançou e distribuiu, até 30 de junho de 2005, quatro FIDCs, sendo o quarto de R\$150 milhões em quotas, das quais R\$143,4 milhões em quotas colocadas no primeiro semestre deste ano. Os fundos de recebíveis representavam R\$839,8 milhões de patrimônio líquido em 30 de junho de 2005. Estes FIDCs mantêm a classificação “AAA” sendo avaliados pelas principais Agências de Rating nacionais e internacionais como de baixo risco de crédito, além de permitir aos investidores taxas elevadas de retorno, tornando-se uma

excelente alternativa de investimento para investidores qualificados, especialmente fundos de pensão.

O BMG celebrou importantes parcerias com destacadas instituições financeiras, cujo principal escopo foi a cessão de créditos de titularidade do BMG, gerados nas suas atividades de empréstimos mediante a sistemática de desconto em folha de pagamento. Atualmente, o BMG tem três acordos operacionais de cessão de crédito em vigência, com grandes instituições: CETELEM, ITAÚ e CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Estes acordos têm prazo que variam entre 02 a 05 anos, podendo ser renovados.

Além destas três importantes parcerias, o BMG tem feito outras cessões de créditos pontuais com mais de 10 (dez) importantes bancos do sistema financeiro. Ao longo do primeiro semestre de 2005, as cessões de créditos celebradas com as citadas instituições financeiras e também para os nossos FIDCs, totalizaram R\$3.438,2 milhões.

As cessões de créditos realizadas permitiram ao BMG, além de uma adequação do seu fluxo de caixa, a antecipação de resultados que só seriam reconhecidos ao longo do período dos empréstimos, em média 36 meses.

Complementando esse esforço de diversificação de fontes de captação, o Banco BMG, com base no seu programa para o mercado externo iniciado em 2003, captou nesse semestre, US\$25 milhões, no prazo de 02 anos com a assessoria da BCP Securities. Com a intermediação do MORGANSTANLEY teve a bem sucedida captação de US\$200 milhões no mercado da Ásia, Europa e EUA, com vencimentos para 03, 04 e 05 anos para uma emissão inicial prevista de US\$150 milhões e uma demanda de mercado superior a US\$300 milhões. O saldo das captações no mercado externo é de US\$108,5 milhões e €16 milhões no programa de Short Term Notes e de US\$231,2 milhões em Medium Term Notes.

O saldo de recursos captados pelo BMG ao final do primeiro semestre de 2005 foi de R\$6,5 bilhões, sendo:

- 21,1% em depósitos a prazo e interfinanceiros junto a investidores institucionais, instituições financeiras, pessoas físicas e jurídicas;
- 9,3% através de FIDCs, líquidos de cotas subordinadas;
- 54,3% são originários das cessões de créditos realizadas com instituições parceiras e outros bancos;
- 14,0% através de captações externas;
- 1,3% em outras captações.

3 – RESULTADO DO SEMESTRE

O primeiro semestre de 2005 registrou um lucro líquido de R\$266,2 milhões (bruto de R\$405,3 milhões), que correspondeu a uma rentabilidade de 34,3% sobre o patrimônio líquido final.

O Banco BMG deverá recolher cerca de R\$165,6 milhões em tributos equivalente a uma carga tributária, no primeiro semestre de 2005, de 40,9%.

A receita de intermediação financeira totalizou R\$765,1 milhões em junho de 2005, representando um aumento de 115,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. A margem bruta da intermediação financeira foi de 74,1%, superior aos 52,7% obtidos em 2004.

Esse crescimento se deve, substancialmente, ao aumento dos resultados das cessões de crédito (principal instrumento de captação) que são apurados no momento de suas realizações, conforme práticas emanadas do Banco Central do Brasil.

No primeiro semestre de 2005, foi registrado um lucro bruto com cessões de créditos de R\$558,7 milhões, responsável por 73,0% das receitas de intermediação financeira contra apenas 8,6% (R\$30,5 milhões) no mesmo período de 2004, quando o banco, àquela época, utilizava bem menos esta significativa fonte de recurso.

Importante destacar que a realização de cessões, da mesma forma que antecipa a receita, antecipa também as despesas com comissões dos contratos cedidos, que no semestre atingiram o montante de R\$95,4 milhões, além de um aumento na carga tributária.

4 – BACK OFFICE, POLÍTICA DE CRÉDITO E RECURSOS HUMANOS

4.1 – POLÍTICA DE CRÉDITO

Em 30 de junho de 2005, 93% da carteira de crédito estava classificada nos ratings de A a C pelos critérios de classificação de risco determinados pelo Banco Central do Brasil, em conformidade com a Resolução 2.682. Ressaltamos que, em função do ambiente político atual, que naturalmente afetou a qualidade das garantias, fizemos a provisão de 100% do valor do empréstimo ao PT, bem como dos empréstimos às empresas ligadas ao Sr. Marcos Valério, apesar de que, à época da contratação e, até recentemente, as empresas gozavam de bom conceito de crédito, bem como as garantias eram consideradas de boa qualidade.

4.2 – RATINGS

Os esforços de reestruturação e a melhoria dos resultados do Banco BMG se refletiram nos seus ratings: da FitchRatings (BBB+), da Austin Rating (A+), da LF Rating (A+) e do RISKbank (baixo risco para o médio prazo), Standard & Poor's (br A-) e Moddy's Investors Service (A3.br / BR-2). Nossos fundos de recebíveis têm classificação AAA da FitchRatings, da LF Rating, da Austin Rating e da Standard & Poor's.

4.3 – INFORMÁTICA/TECNOLOGIA

Face à importância e as características das operações e seus volumes elevados, o BMG passou a ter total controle tecnológico, tanto em nível de desenvolvimento quanto de produção, o que permite maior agilidade. Atualmente, o estágio tecnológico alcançado permite total segurança em 100% das operações de consignação. Por outro lado, ocorreu o desenvolvimento de aplicativos voltados para a análise do crédito consignado.

4.4 – RECURSOS HUMANOS

A tônica da área de Recursos Humanos (RH) ao longo desse semestre foi a de criar entre os funcionários um espírito voltado às ações na área de responsabilidade social. Vários programas marcaram essa iniciativa, entre outros vale destacar os seguintes:

- a) Campanhas sociais visando atender à demanda da comunidade: agasalho, alimento não perecível, material reciclado. As campanhas contam com a participação ativa de todos os nossos funcionários.
- b) Programa menor aprendiz, que busca a inserção de menores carentes no mercado de trabalho.
- c) Doação anual às instituições indicadas pelos profissionais: hospitais, asilos, creches. Vale destacar as parcerias com o Hospital da Baleia e a Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte - MG, cuja assistência às citadas entidades objetiva incrementar o seu bom funcionamento nas áreas de saúde e assistencial.
- d) Empréstimo consignado em folha de pagamento para os funcionários.

Os investimentos em treinamento venceram de forma vigorosa no período, devendo-se destacar as seguintes iniciativas:

- a) Investimento em treinamento e desenvolvimento em todo o quadro de funcionários do BMG. Treinamentos técnicos e comportamentais. Reciclagens constantes.
- b) Treinamento técnico e comportamental dos seus correspondentes bancários;
- c) Incentivo aos funcionários para a realização de curso superior e especialização, devido às parcerias com instituições educacionais.
- d) Treinamento de funcionários que atuam em setores/áreas que se submetem à reestruturação.
- e) Realização de Workshop anual com os funcionários.

Além dessas áreas, vale registrar também iniciativas na área de qualidade de vida, integração do quadro funcional, sistema moderno de comunicação com os funcionários e a celebração de número considerável de convênios na área de saúde, ensino, etc.

5 – VISÃO ESTRATÉGICA PARA O SEGUNDO SEMESTRE DE 2005

O Banco BMG consolidou seu nicho de negócios e o seu posicionamento estratégico na área do crédito consignado, tornando-se líder destacado entre os bancos voltados a esse segmento. Ao longo do segundo semestre de 2005 todo esforço será despendido na direção de expandir essa operação.

Para atingir este objetivo, o Banco tem parcerias relevantes, o que originou em resultados expressivos para as partes envolvidas no negócio.

6 – AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos aqueles que, pela dedicação e confiança, colaboraram para o desempenho do Banco BMG no primeiro semestre de 2005 – funcionários, investidores, fornecedores e, especialmente, nossos clientes.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Belo Horizonte, 18 de julho de 2005.

Parecer dos Auditores Independentes

Aos Administradores e Acionistas
Banco BMG S.A.

- 1 Examinamos os balanços patrimoniais do Banco BMG S.A. (Banco) e os balanços patrimoniais consolidados do Banco BMG S.A. e suas controladas (Conglomerado Financeiro) em 30 de junho de 2005 e de 2004 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos do Banco BMG S.A. dos semestres findos nessas datas, e as correspondentes demonstrações consolidadas do resultado e das origens e aplicações de recursos dos semestres findos nessas datas, elaborados sob a responsabilidade da administração das Instituições. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras.
- 2 Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos das Instituições, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração das Instituições, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
- 3 Somos de parecer que as referidas demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco BMG S.A. (Banco) e do Banco BMG S.A. e suas controladas (Conglomerado Financeiro) em 30 de junho de 2005 e de 2004 e o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e as origens e aplicações de recursos do Banco BMG S.A. (Banco) dos semestres findos nessas datas, bem como o resultado consolidado das operações e as origens e aplicações de recursos consolidadas desses semestres, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

- 4 Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de emitir parecer sobre as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto. As demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicionado, apresentadas para propiciar informações suplementares sobre o Banco BMG S.A. (Banco) e sobre o Banco BMG S.A. e suas controladas (Conglomerado Financeiro), não são requeridas como parte das demonstrações financeiras. As demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicionado foram submetidas aos procedimentos de auditoria descritos no segundo parágrafo e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas em todos os seus aspectos relevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 18 de julho de 2005

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "S" MG

Rogério Roberto Gollo
Contador CRC 1RS044214/O-9 "S" MG

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 30 DE JUNHO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

	Conglomerado financeiro		Banco	
	2005	2004	2005	2004
ATIVO				
Ativo circulante.....	2.496.805	1.724.024	2.455.429	1.678.370
Disponibilidades	3.415	1.986	2.930	1.349
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.039.578	250.222	1.012.602	227.721
Títulos e valores mobiliários.....	139.099	306.739	138.525	296.703
Relações interfinanceiras	3.130	3.913	3.130	3.913
Operações de crédito.....	1.119.323	1.028.043	1.119.323	1.028.043
Setor privado.....	1.272.420	1.074.829	1.272.420	1.074.829
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(153.097)	(46.786)	(153.097)	(46.786)
Operações de arrendamento mercantil.....	9.004	8.605		
Arrendamentos a receber - Setor privado	9.756	9.202		
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	(752)	(597)		
Outros créditos.....	125.591	78.910	123.136	76.823
Outros valores e bens.....	57.665	45.606	55.783	43.818
Bens não de uso próprio	13.589	10.019	11.725	8.244
Despesas antecipadas	44.076	35.587	44.058	35.574
 Realizável a longo prazo.....	 1.183.593	 664.409	 1.153.698	 634.780
Títulos e valores mobiliários.....	196.121	19.446	196.121	19.446
Operações de crédito – Setor privado.....	871.490	555.972	871.490	555.972
Operações de arrendamento mercantil	4.848	5.489		
Arrendamentos a receber - Setor privado	4.848	5.489		
Outros créditos	92.244	68.251	67.204	44.116
Outros valores e bens – Despesas antecipadas	18.890	15.251	18.883	15.246
 Permanente.....	 52.110	 42.254	 135.730	 125.630
Investimentos	24.691	20.944	108.375	104.407
Participações em coligada e controladas:				
No exterior	7.862	10.395	11.739	15.556
No país	16.018	10.018	95.996	88.491
Outros investimentos	1.454	1.174	1.153	873
Provisão para perdas sobre outros investimentos	(643)	(643)	(513)	(513)
Imobilizado de uso.....	20.509	17.589	20.478	17.544
Imóveis de uso	16.168	16.168	16.168	16.168
Outras imobilizações de uso	19.412	14.522	19.295	14.403
Depreciação acumulada	(15.071)	(13.101)	(14.985)	(13.027)
Diferido	6.910	3.721	6.877	3.679
 Total do Ativo.....	 3.732.508	 2.430.687	 3.744.857	 2.438.780

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 30 DE JUNHO DE 2005 E DE 2004**

(Em milhares de reais)

(continuação)

	<u>Conglomerado financeiro</u>		<u>Banco</u>	
	<u>2005</u>	<u>2004</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Passivo circulante	1.742.031	1.364.109	1.760.988	1.347.729
Depósitos	878.333	1.088.262	916.621	1.093.321
Depósitos à vista	10.377	11.705	10.501	12.153
Depósitos interfinanceiros	108.580	144.899	146.395	144.899
Depósitos a prazo	759.376	931.658	759.725	936.269
Captações no mercado aberto - Carteira de terceiros	115.854	35.587	119.984	35.732
Recursos de aceites e emissão de títulos.....	266.465	92.092	266.465	92.092
Obrigações por títulos e valores mobiliários–				
No exterior.....	266.465	92.092	266.465	92.092
Relações interfinanceiras	452	839	452	839
Obrigações por empréstimos e repasses	84.670	45.453	65.058	25.160
Empréstimos no país.....	17.988		17.988	
Empréstimos no exterior.....	15.705	17.270		
Obrigações por repasses – Finame	50.977	28.183	47.070	25.160
Outras obrigações	396.257	101.876	392.408	100.585
Sociais e estatutárias	13.594	2.213	13.239	2.187
Fiscais e previdenciárias	132.692	37.644	129.845	36.581
Negociação e intermediação de valores.....	2.010		2.010	
Instrumentos financeiros derivativos.....	46.392	34.756	46.392	34.756
Diversas	201.569	27.263	200.922	27.061
Exigível a longo prazo	1.209.484	671.832	1.207.167	698.862
Depósitos	505.374	405.632	516.871	445.221
Depósitos interfinanceiros	9.719	5.135	21.216	44.724
Depósitos a prazo	495.655	400.497	495.655	400.497
Recursos de aceites e emissão de títulos.....	586.242	190.006	586.242	190.006
Obrigações por títulos e valores mobiliários -				
No exterior.....	586.242	190.006	586.242	190.006
Obrigações por empréstimos e repasses	68.738	23.371	65.677	20.579
Empréstimos no país.....	35.991		35.991	
Obrigações por repasses – Finame	32.747	23.371	29.686	20.579
Outras obrigações	49.130	52.823	38.377	43.056
Fiscais e previdenciárias	37.154	39.930	26.841	30.414
Instrumentos financeiros derivativos.....	5.707	6.993	5.707	6.993
Diversas	6.269	5.900	5.829	5.649
Participação de acionistas minoritários	4.291	2.557		
Patrimônio Líquido	776.702	392.189	776.702	392.189
Capital social - De domiciliados no país	380.000	201.850	380.000	201.850
Reservas de capital	7.719	8.153	7.719	8.153
Reservas de lucros	388.983	182.186	388.983	182.186
Total do Passivo e do Patrimônio líquido.....	3.732.508	2.430.687	3.744.857	2.438.780

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS SEMESTRES
FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

	Conglomerado financeiro		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Receitas da intermediação financeira	765.067	354.311	762.056	347.452
Operações de crédito	784.119	299.324	784.119	299.324
Operações de arrendamento mercantil	2.682	6.342		
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	39.421	43.425	39.092	42.908
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(61.155)	5.220	(61.155)	5.220
Despesas da intermediação financeira	(197.981)	(167.555)	(200.328)	(170.311)
Operações de captação no mercado	(81.589)	(143.133)	(84.305)	(147.019)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	(6.341)	(2.883)	(5.682)	(2.063)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(110.051)	(21.539)	(110.341)	(21.229)
Resultado bruto da intermediação financeira	567.086	186.756	561.728	177.141
Outras receitas (despesas) operacionais	(162.057)	(77.643)	(161.168)	(69.949)
Receitas de prestação de serviços	87.758	8.598	82.453	7.538
Resultado de participações em coligadas e controladas	(84)	1.162	3.169	9.397
Despesas de pessoal	(18.235)	(12.500)	(16.898)	(11.446)
Outras despesas administrativas	(199.753)	(61.708)	(199.068)	(60.767)
Despesas tributárias	(42.969)	(11.861)	(42.041)	(11.061)
Outras receitas operacionais	21.964	5.749	21.490	2.988
Outras despesas operacionais	(10.738)	(7.083)	(10.273)	(6.598)
Resultado operacional	405.029	109.113	400.560	107.192
Resultado não operacional	275	(30)	272	(48)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	405.304	109.083	400.832	107.144
Imposto de renda	(90.781)	(21.785)	(88.490)	(20.456)
Contribuição social	(31.807)	(7.867)	(31.122)	(7.371)
Participações estatutárias no lucro	(15.000)	(2.746)	(15.000)	(2.746)
Lucro líquido antes da participação dos acionistas minoritários	267.716	76.685	266.220	76.571
Participação minoritária nas controladas consolidadas	(1.496)	(114)		
Lucro líquido do semestre	266.220	76.571	266.220	76.571
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$			431,15	124,01

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO BMG S.A. (BANCO)
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital	Incentivos fiscais	Reservas de capital Atualização de títulos patrimoniais	Reservas de lucros Legal	Estatutária	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2004.....	201.850		7.653	66	36.976	290.097		536.642
Aumento de capital		178.150				(178.150)		
Lucro líquido do semestre							266.220	266.220
Destinação do lucro líquido:								
Juros sobre capital próprio (R\$42,37 por lote de mil ações).....							(26.160)	(26.160)
Constituição de reserva					12.003	228.057	(240.060)	
Saldo em 30 de junho de 2005	201.850	178.150	7.653	66	48.979	340.004		776.702
Saldo em 31 de dezembro de 2003.....	201.850		8.087	66	23.209	98.796		332.008
Lucro líquido do semestre							76.571	76.571
Destinação do lucro líquido:								
Juros sobre o capital próprio (R\$26,54 por lote de mil ações).....							(16.390)	(16.390)
Constituição de reserva					3.829	56.352	(60.181)	
Saldo em 30 de junho de 2004	201.850		8.087	66	27.038	155.148		392.189

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
EM 30 DE JUNHO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

	Conglomerado financeiro		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Origens dos recursos.....	940.788	458.054	933.917	480.437
Lucro líquido do semestre.....	266.220	76.571	266.220	76.571
Ajustes ao lucro líquido.....	2.021	243	(1.242)	(8.007)
Depreciações e amortizações.....	1.937	1.405	1.927	1.390
Resultado de participações em coligada e controladas.....	84	(1.162)	(3.169)	(9.397)
Recursos de terceiros originários de:				
Aumento dos subgrupos do passivo.....	632.839	365.426	632.352	370.148
Depósitos.....	101.166	349.980	102.474	357.539
Recursos de aceites e emissão de títulos...	409.297		409.297	
Relações interfinanceiras.....		839		839
Obrigações por empréstimos e repasses....	55.506	14.607	55.174	11.770
Outras obrigações.....	66.870		65.407	
Diminuição dos subgrupos do ativo.....	37.362	13.973	34.674	36.591
Aplicações interfinanceiras de liquidez		13.973		35.422
Títulos e valores mobiliários.....	27.989		25.301	
Relações interfinanceiras.....	9.373		9.373	
Outros créditos.....				1.169
Alienação / baixa de bens e investimentos ...	1.056	1.710	976	1.709
Bens não de uso próprio.....	1.018	1.692	938	1.692
Imobilizado de uso.....	21	18	21	17
Diferido.....	17		17	
Juros sobre o capital próprio / Dividendos propostos de controladas.....			937	3.425
Variação na participação dos acionistas minoritários.....	1.290	131		

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
EM 30 DE JUNHO DE 2005 E DE 2004**

(Em milhares de reais)

(continuação)

	<u>Conglomerado financeiro</u>		<u>Banco</u>	
	<u>2005</u>	<u>2004</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Aplicações de recursos.....	940.574	458.312	933.640	480.738
Reversão de dividendos propostos de controladas			1.776	278
Juros sobre o capital próprio.....	26.160	16.390	26.160	16.390
Inversões em				
Bens não de uso próprio.....	3.055	3.338	2.868	3.338
Investimentos	4.655	24	105	2.912
Imobilizado de uso	3.673	1.202	3.673	1.192
Diferido	1.346	708	1.346	701
Aumento dos subgrupos do ativo.....	847.667	382.664	846.954	400.761
Aplicações interfinanceiras de liquidez	674.437		673.733	
Títulos e valores mobiliários.....		5.360		26.718
Relações interfinanceiras		3.448		3.448
Operações de crédito	112.644	350.405	112.644	350.405
Operações de arrendamento mercantil.....	44	3.313		
Outros créditos	42.001	536	42.024	
Outros valores e bens	18.541	19.602	18.553	20.190
Diminuição de subgrupos do passivo.....	54.018	53.986	50.758	55.166
Captações no mercado aberto	53.943	22.120	50.683	22.385
Relações interfinanceiras	75		75	
Recursos de aceites e emissão de títulos.....		14.722		14.722
Outras obrigações.....		17.144		18.059
Aumento (Redução) das disponibilidades.	214	(258)	277	(301)
Modificações na posição financeira:				
Disponibilidades				
No início do semestre.....	3.201	2.244	2.653	1.650
No fim do semestre	3.415	1.986	2.930	1.349
Aumento (Redução) das disponibilidades.	214	(258)	277	(301)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

1 Contexto operacional

As operações do Banco são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, sendo que certas operações tem a co-participação ou a intermediação de instituições do Grupo Financeiro BMG. O Banco está autorizado a operar como banco múltiplo nas carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente, sendo julgados adequados pela administração das instituições.

2 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e para a elaboração das demonstrações financeiras emanam da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN), sendo as principais as seguintes:

(a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios, sendo ajustado pela parcela atribuível de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre os lucros tributáveis e, quando aplicável, pelo imposto de renda e contribuição social diferidos que serão recuperados ou exigidos em exercícios seguintes.

(b) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular 3.068 de 8 de novembro de 2001 e regulamentação complementar, desde 30 de junho de 2002 os títulos e valores mobiliários passaram a ser classificados de acordo com a intenção de negociação pela administração em três categorias específicas, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2002, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- (i) Títulos para negociação – Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados freqüentemente e de forma ativa, contabilizados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas sobre esses títulos, realizados e não realizados, reconhecidos na demonstração do resultado.
- (ii) Títulos disponíveis para venda – Incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte da estratégia para a administração do risco de variação nas taxas de juros; podem ser negociados como resultado dessas variações, por mudanças nas condições de pagamento ou outros fatores. Esses títulos são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos na demonstração de resultado e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado ainda não realizados reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, “Ajuste a Valor de Mercado – Títulos disponíveis para venda”, até a sua realização por venda, líquido dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável.

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

Os ganhos e as perdas, quando realizados, são reconhecidos mediante a identificação específica na data de negociação, na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido, líquido dos correspondentes efeitos tributários.

- (iii) Títulos mantidos até o vencimento – Incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de resgate antecipado desses títulos.

Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários mantidos para venda e mantidos até o vencimento, abaixo dos seus respectivos custos, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas, quando aplicável.

(c) Instrumentos Financeiros Derivativos

De acordo com a Circular 3.082 de 30 de janeiro de 2002 e regulamentações posteriores, desde 30 de junho de 2002, os instrumentos financeiros derivativos passaram a ser classificados de acordo com a intenção da administração para fins ou não de proteção (hedge), com vigência a partir de 1º de janeiro de 2002.

As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos efetuados por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção estabelecidos na referida circular (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos destinados a hedge são classificadas como Hedge de Mercado ou Hedge de Fluxo de Caixa, segundo os critérios definidos na Circular 3.082/02. Nesses casos, também os itens objeto de hedge são ajustados ao valor de mercado, tendo como contrapartida desses ajustes (derivativo e respectivo item objeto de hedge):

- (i) a adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, no caso de Hedge de Mercado e
- (ii) conta destacada do patrimônio líquido para a parcela efetiva do Hedge de Fluxo de Caixa, deduzida dos efeitos tributários.

(d) Outros ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base "pro rata" dia, deduzidos das correspondentes rendas a apropriar. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nos critérios definidos pela Resolução 2.682 de 21 de setembro de 1999, sendo fundamentada na análise do saldo em aberto das operações procedidas pela Administração, considerando ainda os valores das garantias, o histórico de perdas e os riscos da carteira.

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

(e) Permanente

Considera os seguintes aspectos:

- Os investimentos em coligada e controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos, o imobilizado de uso e o diferido estão registrados ao custo, corrigido até 31 de dezembro de 1995, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.
- A depreciação foi calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: imóveis de uso - 4%; máquinas, equipamentos, móveis e utensílios, instalações e sistema de comunicação - 10%; e veículos e equipamentos de processamento de dados - 20%.
- A amortização do diferido foi calculada pelo método linear, à taxa de 20% ao ano ou de acordo com os prazos dos contratos de aluguel, conforme o caso.

(f) Passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos incorridos em base "pro rata" dia, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar. A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%. Foi constituída provisão para contribuição social sobre o lucro líquido ajustado à alíquota de 9%.

(g) Operações em moedas estrangeiras

O critério para conversão dos saldos ativos e passivos das operações em moedas estrangeiras consiste na conversão desses valores para moeda nacional (R\$) à taxa de câmbio vigente na data de encerramento do exercício. Em 30 de junho de 2005, as taxas de câmbio aplicáveis eram: US\$1,00 = R\$2,3504 (2004 - US\$1,00 = R\$3,1075) para dólar norte-americano e €1,00 = R\$2,84586 para o EURO (2004 - €1,00 = R\$3,79522) .

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

(h) Princípios de consolidação - Conglomerado financeiro

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas em consonância com as normas de consolidação da Lei nº 6.404/76, associadas às normas e instruções do BACEN. Assim, foram eliminadas as participações de uma Instituição em outra, os saldos de contas e as receitas e despesas entre as mesmas, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas minoritários. Essas demonstrações financeiras incluem o Banco BMG S.A., a subsidiária no exterior BMG Bank (Cayman) Ltd. e as controladas BMG Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil e BMG Asset Management DTVM S.A..

As demonstrações financeiras da BMG Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil foram preparadas atendendo a Lei 6.099/74. No entanto, para preparação das demonstrações financeiras consolidadas, as operações de arrendamento mercantil foram classificadas pelo método financeiro, registradas pelo valor presente das contraprestações futuras com o valor residual antecipado recebido apresentado como redutor do arrendamento mercantil a receber.

As demonstrações financeiras da empresa sediada no exterior, BMG Bank (Cayman) Ltd., são originalmente preparadas em moeda local e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Para melhor entendimento das demonstrações financeiras consolidadas, segue de forma resumida a composição do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do semestre findo em 30 de junho de 2005 das empresas que compõem o Conglomerado financeiro:

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

	Banco BMG S.A.	BMG Leasing S.A. - Arrend. Mercantil	BMG Asset Management DTVM S.A.	BMG Bank (Cayman) Ltd.	Eliminações	Conglomerado financeiro	
	2005	2005	2005	2005	2005	2005	2004
Ativo circulante.....	2.455.429	51.747	5.832	27.444	(43.647)	2.496.805	1.724.024
Disponibilidades.....	2.930	96	45	468	(124)	3.415	1.986
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.012.602	37.815	4.130	26.976	(41.945)	1.039.578	250.222
Títulos e valores mobiliários	138.525	574	349		(349)	139.099	306.739
Relações interfinanceiras	3.130					3.130	3.913
Operações de crédito	1.119.323					1.119.323	1.028.043
Operações de arrendamento mercantil.....		9.004				9.004	8.605
Outros créditos.....	123.136	2.376	1.308		(1.229)	125.591	78.910
Outros valores e bens.....	55.783	1.882				57.665	45.606
Realizável a longo prazo	1.153.698	41.354	38		(11.497)	1.183.593	664.409
Aplicações interfinanceiras de liquidez		11.497			(11.497)		
Títulos e valores mobiliários	196.121					196.121	19.446
Operações de crédito	871.490					871.490	555.972
Operações de arrendamento mercantil.....		4.848				4.848	5.489
Outros créditos.....	67.204	25.002	38			92.244	68.251
Outros valores e bens.....	18.883	7				18.890	15.251
Ativo permanente	135.730	7.863	5.153		(96.636)	52.110	42.254
Total do Ativo	3.744.857	100.964	11.023	27.444	(151.780)	3.732.508	2.430.687
Passivo circulante	1.760.988	6.620	2.365	15.705	(43.647)	1.742.031	1.364.109
Depósitos	916.621				(38.288)	878.333	1.088.262
Captações no mercado aberto	119.984				(4.130)	115.854	35.587
Recursos de aceites e emissão de títulos....	266.465					266.465	92.092
Relações interfinanceiras	452					452	839
Obrigações por empréstimos e repasses	65.058	3.907		15.705		84.670	45.453
Outras obrigações	392.408	2.713	2.365		(1.229)	396.257	101.876
Exigível a longo prazo	1.207.167	13.814			(11.497)	1.209.484	671.832
Depósitos	516.871				(11.497)	505.374	405.632
Recursos de aceites e emissão de títulos....	586.242					586.242	190.006
Obrigações por empréstimos e repasses	65.677	3.061				68.738	23.371
Outras obrigações	38.377	10.753				49.130	52.823
Participação de acionistas minoritários.					4.291	4.291	2.557
Patrimônio líquido.....	776.702	80.530	8.658	11.739	(100.927)	776.702	392.189
Total do Passivo e do Patrimônio líquido	3.744.857	100.964	11.023	27.444	(151.780)	3.732.508	2.430.687

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

	Banco BMG S.A.	BMG Leasing S.A.- Arrendamento Mercantil	BMG Asset Management DTVM S.A.	BMG Bank (Cayman) Ltd.	Eliminações	Conglomerado financeiro	
	2005	2005	2005	2005	2005	2005	2004
Receitas da intermediação financeira.....	762.056	11.200	277	281	(8.747)	765.067	354.311
Despesas da intermediação financeira	(200.328)	(4.731)		(165)	7.243	(197.981)	(167.555)
Resultado bruto da intermediação financeira.....	561.728	6.469	277	116	(1.504)	567.086	186.756
Outras receitas (despesas) operacionais.....	(161.168)	(2.550)	4.219	(8)	(2.550)	(162.057)	(77.643)
Resultado operacional	400.560	3.919	4.496	108	(4.054)	405.029	109.113
Resultado não operacional.....	272	3				275	(30)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações.....	400.832	3.922	4.496	108	(4.054)	405.304	109.083
Imposto de renda e contribuição social.....	(119.612)	(1.531)	(1.445)			(122.588)	(29.652)
Participações estatutárias no lucro.....	(15.000)					(15.000)	(2.746)
Lucro líquido antes da participação dos acionistas minoritários	266.220	2.391	3.051	108	(4.054)	267.716	76.685
Participação minoritária nas controladas consolidadas					(1.496)	(1.496)	(114)
Lucro líquido do semestre.....	266.220	2.391	3.051	108	(5.550)	266.220	76.571

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

3 Coeficiente de Basileia

A Resolução 2.099 de 26 de agosto de 1994 aprovou os regulamentos sobre os valores mínimos de capital e patrimônio líquido ajustado em valor compatível com o grau de risco das operações ativas das instituições financeiras. O índice de Basileia e as exigibilidades do patrimônio líquido podem ser assim demonstrados:

(a) Cálculo do Índice de Basileia

			2005		2004
	Percentual	Saldo	Risco ponderado	Saldo	Risco ponderado
Risco nulo	0%	1.201.148		502.883	
Risco reduzido	20%	29.982	5.996	25.078	5.016
Risco reduzido	50%	3.573.272	1.786.636	71.147	35.574
Risco normal	100%	2.292.433	2.292.433	1.843.680	1.843.680
Créditos tributários	300%	30.981	92.943	11.002	33.006
Sub-total			4.178.008		1.917.276
Risco de crédito de “swap”.	20%	66.600	13.320	8.965	1.793
Exposição cambial	100%	22.094	22.094	50.633	50.633
Risco de mercado – Juros ...	100%	71.556	71.556	26.019	26.019
Sub-total			106.970		78.445
Índice de Basileia			15,08%		14,91%

(b) Limites operacionais

	<u>2005</u>			<u>2004</u>		
	<u>Exigência</u>	<u>Situação</u>	<u>Margem</u>	<u>Exigência</u>	<u>Situação</u>	<u>Margem</u>
Patrimônio líquido exigido	566.550	776.702	210.152	289.345	392.189	102.844
Capital mínimo	110.000	380.000	270.000	110.000	201.850	91.850
Imobilização	388.188	51.784	336.404	195.931	41.929	154.002

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

4 Aplicações interfinanceiras de liquidez

	<u>Conglomerado financeiro</u>		<u>Banco</u>	
	<u>2005</u>	<u>2004</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Aplicações no mercado aberto				
Posição bancada				
Letras Financeiras do Tesouro	403.994	106.367	403.994	106.367
Letras do Tesouro Nacional	485.737	71.449	485.737	71.449
Notas do Tesouro Nacional.....		9.999		9.999
Posição financiada				
Letras Financeiras do Tesouro.....	95.723	9.183	95.723	9.183
Letras do Tesouro Nacional	24.262	26.550	24.262	26.550
Sub-total.....	1.009.716	223.548	1.009.716	223.548
Aplicações em depósitos interfinanceiros				
CDI Rural.....	1.840	3.093	1.840	3.093
Aplicações em depósitos interfinanceiros	810	761	810	761
Aplicações em moedas estrangeiras.....	27.212	22.820	236	319
Total - Circulante.....	1.039.578	250.222	1.012.602	227.721

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

5 Títulos e valores mobiliários

(a) Os títulos e valores mobiliários podem ser apresentados como segue:

	<u>Conglomerado financeiro</u>		<u>Banco</u>	
	<u>2005</u>	<u>2004</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Títulos de renda fixa				
Livres:				
.Títulos Públicos Federais.....	56.084	8.360	55.510	8.028
.Títulos e valores mobiliários no exterior - Eurobônus.....		9.704		
.Cotas de fundos de investimento.....	194.313	46.248	194.313	46.248
Vinculados a prestação de garantias:				
.Títulos Públicos Federais.....	75.545	55.336	75.545	55.336
.Certificados de Depósitos Bancário.....		8.682		8.682
Instrumentos financeiros derivativos.....	6.967	9.511	6.967	9.511
Vinculados ao Banco Central:				
.Títulos Públicos Federais.....		185.702		185.702
Títulos de renda variável				
Livres:				
.Cotas de fundos de investimento.....	1.658	1.721	1.658	1.721
.Ações de companhias abertas.....	653	921	653	921
Total	335.220	326.185	334.646	316.149
Circulante.....	139.099	306.739	138.525	296.703
Longo Prazo	196.121	19.446	196.121	19.446

Em 30 de junho de 2005, as operações com instrumentos financeiros derivativos apresentam também R\$52.099 (Conglomerado financeiro e Banco) de diferencial a pagar de operações de “swap”(2004 – R\$41.749 – Conglomerado financeiro e Banco), conforme Notas explicativas nºs 5(d) e 22.

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

(b) Os Títulos e valores mobiliários apresentam os seguintes prazos de vencimento:

	Conglomerado financeiro							Banco	
	2005							2005	2004
	Sem vencimento	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Após 360 dias	Total	Total
Títulos Públicos Federais.....			2.908		69.275	3.529	55.917	131.629	249.398
Eurobônus									9.704
Certificado de Depósito Bancário.....									8.682
Cotas de fundos de investimento	1.658						194.313	195.971	47.969
Ações de companhias abertas	653							653	921
Instrumentos financeiros derivativos ..		2.506	2	5	4	2.642	1.808	6.967	9.511
Total	2.311	2.506	2.910	5	69.279	6.171	252.038	335.220	326.185

	Conglomerado financeiro							Banco	
	2005							2005	2004
	Sem vencimento	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Após 360 dias	Total	Total
Títulos Públicos Federais.....			2.908		69.275	3.529	55.343	131.055	249.066
Certificado de Depósito Bancário.....									8.682
Cotas de fundos de investimento	1.658						194.313	195.971	47.969
Ações de companhias abertas	653							653	921
Instrumentos financeiros derivativos ..		2.506	2	5	4	2.642	1.808	6.967	9.511
Total	2.311	2.506	2.910	5	69.279	6.171	251.464	334.646	316.149

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

(c) **Classificação dos títulos e valores mobiliários**

(i) **Títulos para Negociação**

Em 30 de junho de 2005 e de 2004, as Letras Financeiras do Tesouro (LFT's) e Notas do Banco Central (NBC-E's) foram marcadas a mercado pela expectativa Andima; os Eurobônus pela oferta de mercado das instituições que negociaram esses papéis; as cotas de fundos de investimento pela cotação das mesmas informada pelos administradores e as ações de companhias abertas pelo valor médio negociado no último dia útil do mês:

Conglomerado financeiro					
Descrição	Vencimento	Quantidade	Valor pela curva	Valor de mercado	Ganhos (perdas) não realizados
LFT	17.08.2005	1.235	2.908	2.908	
LFT	17.05.2006	1.500	3.524	3.529	5
LFT	18.10.2006	7.400	17.424	17.402	(22)
LFT	15.11.2006	3.110	7.323	7.313	(10)
NBC-E	16.11.2006	21.600	31.305	31.202	(103)
Cotas de fundos de investimentos			1.864	1.658	(206)
Ações de companhias abertas			807	653	(154)
Total - 2005			65.155	64.665	(490)
Total - 2004			167.499	167.139	(360)

Banco					
Descrição	Vencimento	Quantidade	Valor pela curva	Valor de mercado	Ganhos (perdas) não realizados
LFT	17.08.2005	1.235	2.908	2.908	
LFT	17.05.2006	1.500	3.524	3.529	5
LFT	18.10.2006	7.156	16.850	16.828	(22)
LFT	15.11.2006	3.110	7.323	7.313	(10)
NBC-E	16.11.2006	21.600	31.305	31.202	(103)
Cotas de fundos de investimento			1.864	1.658	(206)
Ações de companhias abertas			807	653	(154)
Total - 2005			64.581	64.091	(490)
Total - 2004			157.419	157.103	(316)

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

(ii) Títulos mantidos até o vencimento

As Notas do Banco Central (NBC-E's) foram marcadas a mercado pela expectativa Andima e as cotas de fundos de investimento pela cotação das mesmas informada pelos administradores. O custo atualizado (acrescido dos rendimentos) para fins de divulgação dos títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento pode ser assim sumariado:

			Conglomerado financeiro e Banco		
Descrição	Vencimento	Quantidade	Valor pela curva	Valor de mercado	Ganhos (perdas) não apropriados
NBC-E	17.11.2005	50.250	69.275	68.045	(1.230)
Cotas de fundos de investimento			194.313	194.313	
Total - 2005.....			263.588	262.358	(1.230)
Total - 2004.....			149.535	152.325	2.790

(d) Instrumentos financeiros derivativos

Conglomerado financeiro e Banco			
Descrição	Valor pela curva	Valor de mercado	Ganhos (perdas) não realizados
Swap – Pré x CDI	(2.752)	(2.985)	(233)
Swap – CDI x Pré	1.156	2.574	1.418
Swap – Dólar	(26.938)	(25.981)	957
Swap – Outros	(18.342)	(18.740)	(398)
Total - 2005.....	(46.876)	(45.132)	1.744
Total - 2004.....	(17.452)	(32.238)	(14.786)

As operações de swap foram marcadas a mercado pelas cotações da BM&F.

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

(e) Os valores contabilizados como ajuste a mercado podem ser demonstrados da seguinte forma:

	Conglomerado financeiro				
	Títulos e valores mobiliários	Instrumentos financeiros derivativos	Cotas de fundos de investimento	Ações de companhias abertas	Total
Total do ajuste até 31.12.2003.....	606	(22.106)	1	34	(21.465)
Ajuste no resultado do semestre findo em 30.06.2004	(828)	7.320	(145)	(28)	6.319
Ajuste no resultado do semestre findo em 31.12.2004	650	14.361	(249)	284	15.046
Total do ajuste no exercício findo em 31.12.2004.....	428	(425)	(393)	290	(100)
Ajuste no resultado do semestre findo em 30.06.2005	(558)	2.169	187	(444)	1.354
Total do ajuste até 30.06.2005.....	(130)	1.744	(206)	(154)	1.254

	Banco				
	Títulos e valores mobiliários	Instrumentos financeiros derivativos	Cotas de fundos de investimento	Ações de companhias abertas	Total
Total do ajuste até 31.12.2003.....		(22.106)	1	34	(22.071)
Ajuste no resultado do semestre findo em 30.06.2004	(178)	7.320	(145)	(28)	6.969
Ajuste no resultado do semestre findo em 31.12.2004	568	14.361	(249)	284	14.964
Total do ajuste no exercício findo em 31.12.2004.....	390	(425)	(393)	290	(138)
Ajuste no resultado do semestre findo em 30.06.2005	(520)	2.169	187	(444)	1.392
Total do ajuste até 30.06.2005.....	(130)	1.744	(206)	(154)	1.254

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

6 Operações de crédito e de arrendamento mercantil

(a) Cessões de crédito

(i) Instituições financeiras e fundos de recebíveis

No semestre findo em 30 de junho de 2005 foram realizadas cessões de créditos com instituições financeiras e com fundo de recebíveis no montante de R\$3.438.205 (2004 - R\$150.324) sendo R\$2.868.976 com coobrigação (2004 - R\$8.294) e R\$569.229 sem coobrigação (2004 - R\$142.030), que nas datas de suas realizações totalizavam R\$2.384.112 e R\$495.391, respectivamente (2004 - R\$6.453 e R\$113.360, respectivamente). O resultado das cessões foi registrado na rubrica “Receitas da Intermediação Financeira – Operação de crédito” no montante de R\$558.702 (2004 - R\$30.511). Os contratos objeto de cessões referem-se a empréstimos de crédito pessoal consignado e financiamentos de veículos, cujos vencimentos ocorrerão até julho de 2009.

O saldo em 30 de junho de 2005 dos contratos cedidos é de R\$3.376.309 para as cessões de crédito com coobrigação e R\$803.766 para as cessões de crédito sem coobrigação (2004 - R\$21.045 e R\$157.129, respectivamente).

	<u>Valor da cessão</u>	<u>Valor presente</u>	<u>Resultado</u>
Crédito pessoal consignado:			
Com coobrigação	2.853.938	2.370.996	482.942
Sem coobrigação.....	569.229	495.391	73.838
Sub-total	3.423.167	2.866.387	556.780
Financiamento de veículos:			
Com coobrigação	15.038	13.116	1.922
Total - 2005.....	3.438.205	2.879.503	558.702
Total - 2004.....	150.324	119.813	30.511

Foram firmados acordos de cooperação com o Banco Itaú Holding Financeira S.A., em dezembro de 2004, pelo prazo de 36 meses, que prevê a cessão de créditos mensais atingindo o volume em aberto de no mínimo de R\$1.500.000, podendo chegar até R\$2.500.000, com a Cetelem Brasil S.A. Crédito Financeiro e Investimento, em outubro de 2004, pelo prazo de 5 anos, com valor mensal de R\$100.000 ao longo do período.

Igual acordo foi firmado com a Caixa Econômica Federal, em abril de 2005, pelo prazo de 2 anos, com valor mensal de R\$100.000 ao longo do período.

Em abril de 2005, os contratos de cessão de créditos com o Banco Itaú Holding Financeira S.A. tiveram seu status alterado de “Sem coobrigação” para “Com coobrigação”, com efeito retroativo. Essa alteração elevou o saldo a valor presente dos créditos cedidos com coobrigação em aproximadamente R\$ 848.000.

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

Os dados relativos a Créditos de liquidação duvidosa baixados a débito de provisão e Créditos recuperados, podem ser sumariados como segue:

	<u>Conglomerado financeiro</u>		<u>Banco</u>	
	<u>2005</u>	<u>2004</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Créditos de liquidação duvidosa baixados a débito de provisão	13.748	6.454	13.748	6.409
Créditos recuperados	5.320	4.197	4.363	2.788

(b) Classificação por produto

	<u>Conglomerado financeiro</u>		<u>Banco</u>	
	<u>2005</u>	<u>2004</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Crédito pessoal	5.685.726	1.324.079	5.685.726	1.324.079
CDC - Veículos	351.631	315.002	351.631	315.002
Carteira comercial.....	286.628	169.894	286.628	169.894
Arrendamento mercantil	14.604	14.691		
Sub-Total	6.338.589	1.823.666	6.323.985	1.808.975
Cessão de Crédito	(4.180.075)	(178.174)	(4.180.075)	(178.174)
Total antes da provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.158.514	1.645.492	2.143.910	1.630.801
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(153.849)	(47.383)	(153.097)	(46.786)
Total	2.004.665	1.598.109	1.990.813	1.584.015
Circulante	1.128.327	1.036.648	1.119.323	1.028.043
Longo Prazo	876.338	561.461	871.490	555.972

(c) Classificação por indexador

	<u>Conglomerado financeiro</u>		<u>Banco</u>	
	<u>2005</u>	<u>2004</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Prefixado.....	1.945.121	1.485.122	1.930.848	1.470.761
Pósfixado	130.933	113.039	130.933	113.039
TR / TBF.....	914	1.125	914	1.125
Dólar.....	199	201		
Outros indexadores	81.347	46.005	81.215	45.876
Total	2.158.514	1.645.492	2.143.910	1.630.801

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

(d) Classificação por setor de atividade

	<u>Conglomerado financeiro</u>		<u>Banco</u>	
	<u>2005</u>	<u>2004</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Setor privado:				
Indústria	34.175	18.180	33.364	17.381
Comércio	23.038	15.213	21.750	13.882
Intermediários financeiros	70.857	26	70.857	18
Outros serviços.....	181.745	145.698	171.768	136.472
Pessoas físicas.....	2.926.994	2.219.117	2.924.466	2.215.790
(-) Rendas a apropriar	(1.078.295)	(752.742)	(1.078.295)	(752.742)
Total	2.158.514	1.645.492	2.143.910	1.630.801

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

(e) Concentração

	Conglomerado financeiro					
	2005			2004		
	% sobre o			% sobre o		
	Patrimônio			Patrimônio		
	Valor	% da carteira	Líquido	Valor	% da carteira	Líquido
Dez maiores clientes	147.918	6,85%	19,04%	66.496	4,04%	16,96%
Cinquenta maiores clientes seguintes	101.603	4,71%	13,08%	71.277	4,33%	18,17%
Cem maiores clientes seguintes	32.629	1,51%	4,20%	33.741	2,05%	8,60%
Demais clientes	1.876.364	86,93%	241,58%	1.473.978	89,58%	375,83%
Total	2.158.514	100,00%	277,90%	1.645.492	100,00%	419,56%

	Banco					
	2005			2004		
	% sobre o			% sobre o		
	Patrimônio			Patrimônio		
	Valor	% da carteira	Líquido	Valor	% da carteira	Líquido
Dez maiores clientes	140.362	6,55%	18,07%	66.221	4,06%	16,88%
Cinquenta maiores clientes seguintes	95.037	4,43%	12,24%	66.857	4,10%	17,05%
Cem maiores clientes seguintes	32.147	1,50%	4,14%	29.262	1,79%	7,46%
Demais clientes	1.876.364	87,52%	241,58%	1.468.461	90,05%	374,43%
Total	2.143.910	100,00%	276,03%	1.630.801	100,00%	415,82%

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

(f) Composição da carteira de crédito por produto e seus respectivos vencimentos (Conglomerado financeiro):

Vencimento / Produto	Crédito Pessoal	CDC Veículos	Carteira Comercial	Leasing	Total
A vencer até 30 dias	106.927	7.096	26.336	1.024	141.383
A vencer de 31 a 60 dias	91.403	5.951	32.042	792	130.188
A vencer de 61 a 90 dias	89.319	5.899	59.026	918	155.162
A vencer de 91 a 180 dias	245.630	16.764	25.754	2.545	290.693
A vencer de 181 a 360 dias	388.826	27.960	81.098	3.916	501.800
A vencer após 360 dias.....	762.871	51.470	57.149	4.847	876.337
Total de parcelas a vencer	1.684.976	115.140	281.405	14.042	2.095.563
 Vencidas até 14 dias	 1.389	 3.555	 322	 60	 5.326
Vencidas de 15 a 30 dias	10.345	2.526	4.445	135	17.451
Vencidas de 31 a 60 dias	7.469	2.793	85	125	10.472
Vencidas de 61 a 90 dias	5.391	1.426	49	106	6.972
Vencidas de 91 a 180 dias	4.030	970	55	27	5.082
Vencidas de 181 a 360 dias	13.720	3.552	267	109	17.648
Total de parcelas vencidas	42.344	14.822	5.223	562	62.951
 Total da carteira – 2005	 1.727.320	 129.962	 286.628	 14.604	 2.158.514
Total da carteira – 2004	1.145.905	315.002	169.894	14.691	1.645.492

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

(g) Composição da carteira de crédito por produto e por nível de risco (Conglomerado financeiro):

(i) Parcelas vincendas:

<u>Níveis / Produto</u>	<u>Crédito Pessoal</u>	<u>CDC Veículos</u>	<u>Carteira Comercial</u>	<u>Leasing</u>	<u>Total</u>
Nível A	1.578.641	83.881	129.656	9.902	1.802.080
Nível B	44.345	12.811	48.681	2.483	108.320
Nível C	18.097	11.340	48.386	627	78.450
Nível D	10.793	2.391	2.811	323	16.318
Nível E	8.522	1.497	7.081	444	17.544
Nível F	6.899	752	694	10	8.355
Nível G	2.934	796	10.219		13.949
Nível H	14.745	1.672	33.877	253	50.547
Sub-total.....	1.684.976	115.140	281.405	14.042	2.095.563
Provisão.....	90.562	17.133	15.799	517	124.011

(ii) Parcelas vencidas:

<u>Níveis / Produto</u>	<u>Crédito Pessoal</u>	<u>CDC Veículos</u>	<u>Carteira Comercial</u>	<u>Leasing</u>	<u>Total</u>
Nível A	1.468	2.042	3	6	3.519
Nível B	4.768	1.447	990	54	7.259
Nível C	4.606	2.625	131	34	7.396
Nível D	4.401	1.296	2.376	38	8.111
Nível E	4.240	718	1.346	286	6.590
Nível F	3.712	852	43		4.607
Nível G	2.718	711	18		3.447
Nível H	16.431	5.131	316	144	22.022
Sub-total.....	42.344	14.822	5.223	562	62.951
Provisão.....	22.096	6.503	1.004	235	29.838
Total da carteira – 2005	1.727.320	129.962	286.628	14.604	2.158.514
Total da provisão - 2005	112.658	23.636	16.803	752	153.849
Total da provisão - 2004	29.020	12.638	5.129	596	47.383

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

(h) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Apresentamos abaixo a composição da carteira de operações de crédito e de arrendamento mercantil nos correspondentes níveis de risco, conforme Resolução 2.682/99 do BACEN:

(i) Conglomerado financeiro

				2005	2004	
		Provisão para riscos de crédito com base nos percentuais mínimos exigidos		Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	
Nível	%	Carteira			Carteira	
A	0,50	1.805.599	9.028	25.600	1.370.138	6.855
B	1,00	115.579	1.156	3.874	103.374	1.034
C	3,00	85.846	2.575	3.176	96.360	2.891
D	10,00	24.429	2.443	3.323	28.369	2.837
E	30,00	24.134	7.240	8.154	10.091	3.027
F	50,00	12.962	6.481	7.898	9.404	4.702
G	70,00	17.396	12.177	14.209	5.730	4.011
H	100,00	72.569	72.569	87.615	22.026	22.026
Total		2.158.514	113.669	153.849	1.645.492	47.383

Os excessos de provisão em 30 de junho de 2005 referem-se, basicamente, a parcelas referentes a contratos cedidos com coobrigação.

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

(ii) Banco

		2005			2004	
Nível	%	Carteira	Provisão para riscos de crédito com base nos percentuais mínimos exigidos	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Carteira	Provisão para créditos de liquidação duvidosa
A	0,50	1.795.691	8.978	25.550	1.360.394	6.806
B	1,00	113.041	1.130	3.848	101.411	1.014
C	3,00	85.185	2.556	3.156	93.828	2.815
D	10,00	24.069	2.407	3.287	28.369	2.837
E	30,00	23.404	7.021	7.935	10.091	3.027
F	50,00	12.952	6.476	7.894	9.404	4.702
G	70,00	17.396	12.177	14.209	5.730	4.011
H	100,00	72.172	72.172	87.218	21.574	21.574
Total		2.143.910	112.917	153.097	1.630.801	46.786

Os excessos de provisão em 30 de junho de 2005 referem-se, basicamente, a parcelas referentes a contratos cedidos com coobrigação.

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

7 Outros créditos

	Conglomerado financeiro		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Créditos tributários	30.981	11.002	25.261	5.043
Devedores por depósitos em garantia	53.897	49.444	42.299	38.859
Impostos a compensar	49.743	16.646	39.932	7.488
Valores a receber de sociedades ligadas	85	45	102	57
Devedores diversos – País	78.757	46.350	77.682	46.025
Hedge – Risco de mercado		21.700		21.700
Opções por incentivos fiscais	227	314	127	214
Rendas a receber			937	27
Outros	4.145	1.660	4.000	1.526
Total	217.835	147.161	190.340	120.939
Circulante	125.591	78.910	123.136	76.823
Longo Prazo	92.244	68.251	67.204	44.116

- (a) Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido foram constituídos e registrados com base nos aspectos demonstrados na Nota explicativa nº20(a).
- (b) Os saldos de Devedores por depósitos em garantia estão relacionados aos questionamentos judiciais de natureza fiscal e tributária (vide Nota explicativa nº13).
- (c) O saldo de Impostos a compensar compreende os montantes desembolsados a título de antecipações de imposto de renda e contribuição social, efetuadas de acordo com a legislação fiscal vigente, cuja expectativa de realização é estimada em até 5 anos.
- (d) O saldo de Devedores diversos – País refere-se principalmente a saldos de “Baixas sem financeiro setor público” R\$26.089 e “Cessão de crédito para a Caixa Econômica Federal” R\$29.137.

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

(e) Marcação a mercado de parte da carteira de operações de crédito

A administração do Banco destinou determinadas operações envolvendo derivativos financeiros (swaps), para constituir hedge (risco de mercado) de parte da carteira de CDC Veículos, conforme previsto na Circular BACEN 3.082 de junho de 2002 e apresentado a seguir:

<u>Data da realização</u>	<u>Valor vinculado</u>	<u>Prazo a decorrer</u>	<u>Resultado</u>	<u>Saldos em</u> <u>2004</u>
30.06.2003	221.703	10 meses	21.329	7.514
21.08.2003	47.878	13 meses	5.725	2.939
19.09.2003	26.238	14 meses	3.164	1.670
21.11.2003	36.690	14 meses	4.811	2.702
15.12.2003	24.370	14 meses	3.128	1.788
27.02.2004	30.032	14 meses	3.658	2.505
18.03.2004	29.188	14 meses	3.619	2.582
Total	416.099		45.434	21.700

Em 27 de fevereiro e 18 de março de 2004, foram vinculadas como itens objeto de hedge parcelas de operações de crédito nos totais de R\$32.032 e R\$29.188, respectivamente, com prazo médio a decorrer de aproximadamente 14 meses, e cujo impacto total no resultado de marcação a mercado foi de R\$7.277, as quais passaram a ser ajustadas a valor de mercado, de forma similar aos instrumentos de hedge.

Por saldo de hedge entende-se a diferença entre o valor futuro das parcelas objeto de hedge descontadas às taxas dos respectivos contratos e o valor futuro dessas parcelas descontadas à taxa de mercado. Como taxa de mercado foi considerada a curva de mercado para os respectivos prazos mais um deságio correspondente ao sobrepreço de uma cessão normal de créditos, que em 30 de junho de 2004 foi de 20,5% a.a..

Conforme descrita na Nota explicativa nº6(a)(i), foram realizadas cessões de créditos das parcelas hedgeadas (financiamentos de veículos). Em função das referidas cessões, o saldo remanescente de marcação a mercado foi reconhecido no resultado do exercício de 2004, encerrando a marcação a mercado da carteira de CDC Veículos.

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

8 Investimentos

Participações em coligada e controladas

(i) Diretas (Ramo financeiro):

				Banco	
				2005	2004
	BMG Bank (Cayman) Ltd.	BMG Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	BMG Asset Management DTVM S.A.	Total	Total
Quantidade de ações ou quotas possuídas...	2.417	52.851.928	1.020.000		
% de participação	100,00%	99,94%	51,00%		
Data-base da informação	30.06.2005	30.06.2005	30.06.2005		
Patrimônio líquido	11.739	80.530	8.658		
Lucro líquido do semestre	108	2.391	3.051		
Valor do investimento	11.739	80.482	4.415	96.636	94.089
Resultado da equivalência patrimonial e variação cambial no semestre	(1.396)	2.390	1.556	2.550	8.956

Em julho de 1995, iniciaram-se as operações da filial do Banco BMG S.A. localizada em Grand Cayman, que foi transformada em subsidiária em 2001, com a denominação de BMG Bank (Cayman) Ltd.. A referida subsidiária adota o regime de competência para registro de suas receitas e despesas. As demonstrações financeiras do BMG Bank (Cayman) Ltd. são originalmente preparadas em moeda local, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. De acordo com as normas do BACEN, está registrada no grupo de investimentos e avaliada pelo método da equivalência patrimonial.

(ii) Diretas (Ramo não financeiro):

	Conglomerado financeiro e Banco	
	BMG Factoring Fomento Comercial Ltda.	
	2005	2004
Quantidade de quotas possuídas	547.965	547.965
% de participação	99,00%	99,00%
Data-base da informação	30.06.2005	30.06.2004
Patrimônio líquido	11.211	10.059
Lucro líquido do semestre	626	445
Valor do investimento	11.099	9.958
Resultado da equivalência patrimonial no semestre	619	441

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

(iii) Indiretas (Ramo não financeiro):

	Conglomerado financeiro			
	2005		2004	
	Prevlife Serviços de Previdência Ltda.	Cinpar Holdings S.A.	Total	Total
Quantidade de ações ou quotas possuídas...	44.991	3.238.638		
% de participação	99,98%	47,07%		
Data-base da informação	30.06.2005	30.06.2005		
Patrimônio líquido	4.919	16.703		
Lucro líquido:				
Semestre	314			
Valor do investimento	4.917	7.862	12.779	10.455
Resultado da equivalência patrimonial e variação cambial:				
Semestre	314	(1.017)	(703)	721

9 Imobilizado de uso

	Conglomerado financeiro				Taxas depreciação % ao ano
	2005	2004	2005	2004	
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Terrenos	3.193		3.193	3.193	
Edificações.....	12.976	(7.213)	5.763	6.301	4
Instalações.....	1.516	(571)	945	692	10
Móveis e equipamentos	4.101	(1.665)	2.436	1.967	10
Sistema de comunicação.....	2.841	(724)	2.117	1.984	20
Sistema de processamento de dados	7.157	(3.864)	3.293	2.630	20
Sistema de transporte.....	3.796	(1.034)	2.762	822	20
Total	35.580	(15.071)	20.509	17.589	

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

			<u>2005</u>	<u>Banco</u> <u>2004</u>	
	<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u> <u>acumulada</u>	<u>Valor</u> <u>líquido</u>	<u>Valor</u> <u>líquido</u>	<u>Taxas</u> <u>depreciação</u> <u>% ao ano</u>
Terrenos	3.193		3.193	3.193	
Edificações.....	12.976	(7.213)	5.763	6.301	4
Instalações.....	1.516	(571)	945	692	10
Móveis e equipamentos	4.061	(1.644)	2.417	1.945	10
Sistema de comunicação.....	2.841	(724)	2.117	1.984	20
Sistema de processamento de dados	7.080	(3.799)	3.281	2.607	20
Sistema de transporte.....	3.796	(1.034)	2.762	822	20
Total	35.463	(14.985)	20.478	17.544	

10 Depósitos

(a) Depósitos interfinanceiros

	<u>Conglomerado financeiro</u>		<u>Banco</u>	
	<u>2005</u>	<u>2004</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Préfixados	21.546	19.513	21.546	19.513
Pósfixados.....	96.753	130.521	146.065	170.110
Total	118.299	150.034	167.611	189.623
Circulante	108.580	144.899	146.395	144.899
Longo prazo	9.719	5.135	21.216	44.724

(b) Depósitos a prazo

	<u>Conglomerado financeiro</u>		<u>Banco</u>	
	<u>2005</u>	<u>2004</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Préfixados	19.093	120.913	19.093	120.913
Pósfixados.....	1.235.938	1.211.242	1.236.287	1.215.853
Total	1.255.031	1.332.155	1.255.380	1.336.766
Circulante	759.376	931.658	759.725	936.269
Longo prazo	495.655	400.497	495.655	400.497

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

(c) Concentração de depósitos interfinanceiros e a prazo

	Conglomerado financeiro		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Dez maiores.....	497.657	369.170	516.364	383.957
Cinquenta maiores seguintes.....	526.041	524.557	551.378	542.950
Cem maiores seguintes.....	243.698	373.461	247.835	386.740
Demais clientes	105.934	215.001	107.414	212.742
Total.....	1.373.330	1.482.189	1.422.991	1.526.389

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

(d) Vencimento

Seguem informações sobre os prazos relativos ao vencimento das operações de depósitos a prazo e interfinanceiros:

	Conglomerado financeiro						
	2005						2004
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Após 360 dias	Total
Depósitos interfinanceiros	7.785	37.943	1.576	58.536	2.740	9.719	118.299
Depósitos a prazo.....	210.666	161.177	132.786	137.186	117.561	495.655	1.255.031
Total	218.451	199.120	134.362	195.722	120.301	505.374	1.373.330
							1.482.189

							Banco	
							2005	2004
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Após 360 dias	Total	Total
Depósitos interfinanceiros	7.785	37.943	1.576	93.548	5.543	21.216	167.611	189.623
Depósitos a prazo.....	210.666	161.526	132.786	137.186	117.561	495.655	1.255.380	1.336.766
Total	218.451	199.469	134.362	230.734	123.104	516.871	1.422.991	1.526.389

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

11 Obrigações por títulos e valores mobiliários - No exterior

(a) Eurobônus:

	<u>Conglomerado financeiro e Banco</u>	
	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Emissão do Banco BMG S.A., em julho de 1997, de US\$100.000 mil, com vencimento até julho de 2005. Em julho de 2002 foram repactuadas US\$31.160 mil a 10,375% ao ano.....	76.653	101.352
Emissão do Banco BMG S.A., em dezembro de 1996, de CHF50.000 mil, com vencimento até dezembro de 2004. Em dezembro de 2001, foram repactuadas CHF 640 mil a 7,625% ao ano		1.598
Emissão do Banco BMG S.A., em junho de 2005, de US\$200.000 mil, a 8,75% ao ano, com vencimento em julho de 2010 e juros semestrais	470.054	
Total.....	546.707	102.950
Circulante.....	76.770	6.145
Longo Prazo	469.937	96.805

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

(b) Programa de Global Bearer Notes / Short Term Notes:

	<u>Conglomerado financeiro e Banco</u>	
	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Emissão do Banco BMG S.A., em setembro de 2003, de US\$13.000 mil, a 6,0% ao ano, com vencimento em março de 2005 e juros semestrais		41.126
Emissão do Banco BMG S.A., em novembro de 2003, de US\$14.000 mil, a 5,5% ao ano, com vencimento em maio de 2005 e juros semestrais		43.820
Emissão do Banco BMG S.A., em abril de 2004, de US\$20.000 mil, a 5,0% ao ano, com vencimento em outubro de 2005 e juros semestrais	47.522	62.864
Emissão do Banco BMG S.A., em maio de 2004, de US\$10.000 mil, a 5,0% ao ano, com vencimento em outubro de 2005 e juros semestrais	23.765	31.338
Emissão do Banco BMG S.A., em julho de 2004, de US\$15.000 mil, a 5,25% ao ano, com vencimento em julho de 2005 e juros semestrais	36.260	
Emissão do Banco BMG S.A., em julho de 2004, de US\$14.000 mil, a 5,25% ao ano, com vencimento em janeiro de 2006 e juros semestrais	33.722	
Emissão do Banco BMG S.A., em setembro de 2004, de €16.000 mil, a 6,0% ao ano, com vencimento em março de 2006 e juros semestrais	46.349	
Emissão do Banco BMG S.A., em outubro de 2004, de US\$21.000 mil, a 6,0% ao ano, com vencimento em outubro de 2006 e juros semestrais	49.990	
Emissão do Banco BMG S.A., em outubro de 2004, de US\$3.500 mil, a 6,0% ao ano, com vencimento em outubro de 2006 e juros semestrais	8.332	
Emissão do Banco BMG S.A., em março de 2005, de US\$25.000 mil, a 6,0% ao ano, com vencimento em março de 2007 e juros semestrais	60.060	
Total	306.000	179.148
Circulante	189.695	85.947
Longo prazo	116.305	93.201

Os saldos incluem a provisão para imposto de renda, calculado a alíquota de 12,5% sobre os rendimentos em moeda estrangeira.

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

12 Obrigações por empréstimos e repasses

(a) Empréstimos no exterior

Os Empréstimos no exterior referem-se a captação de recursos no mercado externo pela subsidiária BMG Bank (Cayman) Ltd., com taxa de juros de 2,5% ao ano (2004 – 1,5%), com vencimento final em agosto de 2005.

(b) Empréstimos no país – outras instituições

Refere-se à captação de recursos no mercado no montante de US\$24 milhões, com taxa de juros de 7,25% ao ano e comissão de 0,25% e com vencimento em abril de 2008, nos termos da Resolução 2.770/00 do BACEN.

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

(c) Obrigações por repasses - Finame

Refere-se às obrigações por recursos obtidos para repasse junto à Agência Especial de Financiamento Industrial - Finame. Esses repasses apresentam os seguintes vencimentos:

	Conglomerado financeiro							
							2005	2004
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Após 360 dias	Total	Total
Operações efetuadas pelo Banco.....	2.864	3.291	2.915	8.607	29.393	29.686	76.756	45.739
Operações efetuadas pela Leasing	344	347	345	1.044	1.826	3.061	6.967	5.815
Total.....	3.208	3.638	3.260	9.651	31.219	32.747	83.723	51.554

							Banco	
							2005	2004
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Após 360 dias	Total	Total
Total.....	2.864	3.291	2.915	8.607	29.393	29.686	76.756	45.739

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

13 Outras obrigações

(a) Fiscais e previdenciárias

	Conglomerado financeiro		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Provisão para imposto de renda e contribuição social a recolher	121.875	29.236	119.370	28.515
Outros impostos e contribuições a recolher	11.179	8.772	10.837	8.429
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos (i).....	1.687	3.254	893	2.431
Provisões para passivos contingentes (ii).....	35.105	36.312	25.586	27.620
Total	169.846	77.574	156.686	66.995
Circulante	132.692	37.644	129.845	36.581
Longo Prazo.....	37.154	39.930	26.841	30.414

(i) A provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos refere-se a ajustes temporários contemplados no cálculo do lucro tributável, conforme demonstrado na Nota explicativa nº 20.

(ii) A administração da Instituição revisa as contingências e avalia as possibilidades de eventuais perdas com as mesmas, ajustando a provisão para contingências, conforme requerido. Em 30 de junho de 2005, as principais contingências provisionadas estão relacionadas com: (a) questionamento da exigibilidade da cobrança do INSS sobre honorários de administradores, gratificações e planos de previdência e remuneração de autônomos; (b) Recolhimento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica com base nos critérios definidos pela Lei 9.430/96 (dedutibilidade da PCLD) depositado judicialmente. Baseada na opinião de seus advogados, a administração mantém registradas provisões para esses passivos contingentes em montantes considerados suficientes para fazer face a eventuais perdas decorrentes do desfecho desses processos

(b) Diversas

	Conglomerado financeiro		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Provisões para pagamentos a pessoal.....	1.760	1.518	1.453	1.235
Provisão para pagamentos a efetuar.....	4.704	3.208	4.691	3.186
Credores diversos (i)	186.973	17.763	186.649	17.703
Valores a pagar sociedades ligadas	709	231	707	394
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados.....	1.157	472	1.157	472
Provisão para passivos contingentes (ii)	6.270	5.900	5.829	5.649
Contrato de assunção de obrigações	6.161	3.980	6.161	3.980
Outras	104	91	104	91
Total	207.838	33.163	206.751	32.710
Circulante	201.569	27.263	200.922	27.061
Longo prazo.....	6.269	5.900	5.829	5.649

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

- (i) O saldo de Credores diversos refere-se, substancialmente, a liquidação antecipada de contratos cedidos, registrados pelo valor presente da obrigação na data base.
- (ii) O saldo de Provisão para passivos contingentes refere-se a contingências relacionadas a causas de natureza cível.

14 Patrimônio líquido (Banco)

(a) Capital social

Em 30 de junho de 2005 e de 2004, o capital social subscrito e integralizado está representado por 617.459.013 de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Em 29 de abril de 2005, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária aumento de capital sem a emissão de novas ações, mediante incorporação de R\$178.150 da Reserva de Lucros – Estatutária. O referido aumento de capital foi encaminhado ao Banco Central do Brasil (BACEN) para análise e aprovação.

(b) Reservas

Reservas de capital:

- **Incentivos fiscais:** Oriundas dos valores das opções por incentivos fiscais de imposto de renda.
- **Atualização de títulos patrimoniais:** Constituída pelos valores das atualizações dos títulos patrimoniais de bolsas.

Reservas de lucros:

- **Legal:** É constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.
- **Estatutária:** É constituída com base no lucro líquido não distribuído após todas as destinações, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral, inclusive com relação ao resultado do semestre findo em 30 de junho de 2005.

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

(c) Dividendos e Juros sobre capital próprio

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social.

No semestre findo em 30 de junho de 2005 foram pagos R\$26.160 de juros sobre o capital próprio (R\$22.236, líquido de Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF). O cálculo teve como limite a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) sobre o Patrimônio Líquido, conforme facultado pela Lei nº9.249.

Para atendimento à legislação de Imposto de Renda, o montante de juros sobre o capital próprio foi contabilizado em contrapartida da conta “Despesas financeiras” e, para fins de divulgação das demonstrações financeiras, reclassificadas para a conta de “Lucros acumulados”.

15 Receitas e despesas da intermediação financeira

Apresentamos abaixo a composição das receitas e despesas da intermediação financeira:

(a) Operações de crédito e arrendamento mercantil (líquida)

	Conglomerado financeiro		Banco	
	2005	2004	2005	2004
CDC Crédito pessoal.....	211.440	207.794	211.440	207.794
CDC Veículos	17.403	51.607	17.403	51.607
Carteira comercial	35.150	18.346	35.150	18.346
Arrendamento mercantil	1.726	4.933		
Recuperação de créditos.....	5.319	4.197	4.363	2.788
Lucro na cessão de crédito	515.763	30.511	515.763	30.511
Hedge – Risco de mercado.....		(11.722)		(11.722)
Total	786.801	305.666	784.119	299.324

(b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	Conglomerado financeiro		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Aplicações interfinanceiras				
de liquidez.....	41.907	17.910	41.907	17.910
Títulos e valores mobiliários.....	(2.522)	25.503	(2.851)	24.986
Aplicações no exterior	36	12	36	12
Total	39.421	43.425	39.092	42.908

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

(c) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	Conglomerado financeiro		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Resultado de ajuste de swap	(40.519)	(2.349)	(40.519)	(2.349)
Resultado de marcação a mercado de swap	2.167	7.320	2.167	7.320
Resultado de operações com futuro	(22.803)	249	(22.803)	249
Total	(61.155)	5.220	(61.155)	5.220

(d) Operações de captação no mercado

	Conglomerado financeiro		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Despesas (Receitas) com títulos e valores mobiliários no exterior	(42.410)	40.203	(43.914)	41.283
Despesas de depósitos interfinanceiros	12.609	10.797	16.552	13.567
Despesas de depósitos a prazo	99.726	87.804	99.763	87.815
Outras despesas de captação	11.664	4.329	11.904	4.354
Total	81.589	143.133	84.305	147.019

16 Despesas de pessoal e outras despesas administrativas

a) Despesas de pessoal

	Conglomerado financeiro		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Proventos	8.734	6.461	8.010	5.931
Encargos sociais	5.663	3.202	5.413	2.997
Treinamento	169	71	162	59
Benefícios	2.327	1.613	2.125	1.434
Honorários	1.342	1.153	1.188	1.025
Total	18.235	12.500	16.898	11.446

Apresentamos a distribuição dos empregados na estrutura do Conglomerado financeiro:

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

	Banco BMG S.A.	BMG Leasing S.A.- Arrendamento Mercantil	BMG Asset Management DTVMS S.A.	Total
Operacional:				
Comercial.....	93	63	5	161
Captação	9	1		10
Suporte e controle:				
Administrativo	78	47	1	126
Jurídico / Auditoria interna	19	1		20
Controladoria	26	18		44
Informática.....	35	24		59
Outros	10	5		15
Total de funcionários:				
2005	270	159	6	435
2004	233	68	7	308
Nº de agências do Banco.....	10			

b) Outras despesas administrativas

Em 30 de junho de 2005, referem-se principalmente a despesas de comissões de agentes e despesas de marketing.

17 Receita de prestação de serviços

No semestre findo em 30 de junho de 2005 o saldo refere-se basicamente a receitas de TAC - Taxa de Abertura de Crédito no montante de R\$81.765 (2004 – R\$7.075).

18 Despesas tributárias

Em 30 de junho de 2005 o saldo refere-se basicamente as despesas de PIS (Programa de Integração Social) e Cofins (Contribuição para Fins Sociais) no montante de R\$35.489 (2004 – R\$9.879).

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

19 Outras receitas e despesas operacionais

	<u>Conglomerado financeiro</u>		<u>Banco</u>	
	<u>2005</u>	<u>2004</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Outras receitas operacionais				
Recuperação de encargos e despesas	293	1.150	96	177
Variação monetária e cambial ativa	11.570	1.232	11.339	100
Reversão de provisões operacionais	132	315	104	315
Outras	9.969	3.052	9.951	2.396
Total	21.964	5.749	21.490	2.988

Outras despesas operacionais

Variação monetária e cambial passiva	227	390	176	345
Despesas de cobranças	6.999	4.378	6.830	4.200
Despesas de provisões operacionais	849	528	760	519
Outras	2.663	1.787	2.507	1.534
Total	10.738	7.083	10.273	6.598

20 Imposto de renda e contribuição social

(a) Créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>Conglomerado financeiro</u>		<u>Banco</u>	
	<u>2005</u>	<u>2004</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
No realizável a longo prazo				
Créditos Tributários:				
Sobre adições temporárias.....	25.843	6.108	24.714	5.043
Sobre prejuízos fiscais.....	2.795	3.443		
Contribuição social – MP 2158-35	2.343	1.451	547	
Total.....	30.981	11.002	25.261	5.043

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

O Conglomerado financeiro adota a prática de constituir créditos e obrigações fiscais diferidos sobre todas as diferenças temporárias e prejuízos fiscais e bases negativas. Em 30 de junho de 2005 esses saldos possuem as seguintes características:

- O Conglomerado financeiro possui prejuízo fiscal no montante de R\$11.252 (2004 – R\$13.849) que será recuperado com lucros tributários futuros.
 - O Conglomerado financeiro possui base negativa de contribuição social de R\$13.017 (2004 – R\$8.061), sendo que no semestre findo em 30 de junho de 2005 o montante refere-se inteiramente à MP 2158-35, que também será recuperado com lucros tributários futuros.
 - Os créditos tributários relacionados a adições temporárias referem-se principalmente a contingenciamentos discutidos judicialmente e provisão para créditos de liquidação duvidosa. A realização depende do encerramento dos questionamentos judiciais.
- (b) A movimentação dos créditos tributários no semestre findo em 30 de junho de 2005 pode ser demonstrada como segue:

	Conglomerado financeiro			
	CS MP 2.158-35	Adições temporárias	Prejuízos fiscais/ Base negativa	Total
Saldo inicial	1.451	6.108	3.443	11.002
Constituição	892	21.036		21.928
Reversão		(1.301)	(648)	(1.949)
Saldo final	2.343	25.843	2.795	30.981

	Banco			
	CS MP 2.158-35	Adições temporárias	Prejuízos fiscais/ Base negativa	Total
Saldo inicial		5.043		5.043
Constituição	547	20.972		21.519
Reversão		(1.301)		(1.301)
Saldo final	547	24.714		25.261

- (c) O imposto de renda e contribuição social diferidos sobre exclusões temporárias registrado no exigível a longo prazo no valor de R\$6.188, referem-se, principalmente, a marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

(d) **Conciliação do imposto de renda e da contribuição social no resultado**

	Conglomerado financeiro			
	2005		2004	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes da tributação sobre o lucro e das participações societárias.....	405.304	405.304	109.083	109.083
Juros sobre capital próprio.....	(26.160)	(26.160)	(16.390)	(16.390)
Participação minoritária no resultado	(1.496)	(1.496)	(114)	(114)
Participações societárias	(15.000)	(15.000)	(2.746)	(2.746)
Adições (exclusões) permanentes:				
.Equivalência patrimonial.....	84	84	(1.162)	(1.162)
.Variação cambial de investimento no exterior	1.503	1.503	(1.353)	(1.353)
. MP 2.158-35		(6.077)		
.Outros	3.725	(4.747)	(98)	93
Base de cálculo.....	367.960	353.411	87.220	87.411
Alíquota base.....	55.194	31.807	13.083	7.867
Alíquota adicional	36.784		8.710	
Incentivos fiscais	(1.197)		(8)	
Despesa com imposto de renda e contribuição social	90.781	31.807	21.785	7.867

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

	2005		Banco 2004	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes da tributação sobre o lucro e das participações societárias.....	400.832	400.832	107.144	107.144
Juros sobre capital próprio.....	(26.160)	(26.160)	(16.390)	(16.390)
Participações societárias.....	(15.000)	(15.000)	(2.746)	(2.746)
Adições (exclusões) permanentes:				
.Equivalência patrimonial.....	(4.565)	(4.565)	(8.044)	(8.044)
.Variação cambial de investimento no exterior	1.396	1.396	(1.353)	(1.353)
. MP 2.158-35.....		(6.077)		
.Outros.....	2.293	(4.626)	3.285	3.289
Base de cálculo.....	358.796	345.800	81.896	81.900
Alíquota base.....	53.819	31.122	12.284	7.371
Alíquota adicional	35.868		8.178	
Incentivos fiscais	(1.197)		(6)	
Despesa com imposto de renda e contribuição social.....	88.490	31.122	20.456	7.371

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

21 Transações com partes relacionadas (Banco)

Os principais saldos mantidos com partes relacionadas podem ser demonstrados da seguinte forma:

			<u>2005</u>	<u>2004</u>
	BMG Leasing			
	S.A. - BMG Asset	BMG Bank		
	Arrendamento Management	(Cayman)		
	Mercantil	DTVM S.A.	Ltd.	
			Total	Total
Ativos (passivos)				
Outros créditos.....	567	386	953	39
Depósitos à vista.....	(79)	(45)	(124)	(448)
Depósitos interfinanceiros	(49.312)		(49.312)	(39.589)
Depósitos a prazo.....		(349)	(349)	(4.611)
Captações no mercado aberto – Carteira de terceiros.....		(4.130)	(4.130)	(145)
Outras obrigações	(276)		(276)	(212)
Resultado – receitas (despesas)				
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários				47
Despesas de captação.....	(3.943)	(277)	(4.220)	(2.770)
Variação cambial de investimentos no exterior.....			(1.503)	(1.072)

As aplicações e captações de recursos, com partes relacionadas, foram contratadas a taxas consideradas pela administração como compatíveis com as praticadas no mercado, vigentes na data das operações e considerando os riscos envolvidos.

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

22 Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros da Instituição encontram-se registrados em contas patrimoniais em 30 de junho de 2005 e de 2004 por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessas datas. A administração desses instrumentos é efetuada através de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente de taxas contratadas comparadas com as vigentes no mercado.

A Instituição possui operações envolvendo instrumentos financeiros exclusivamente em conexão com suas atividades e com o objetivo de reduzir a exposição aos riscos de mercado, de moeda e taxas de juros de seus ativos e passivos operacionais.

O Banco e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos (swap) e contratos de futuro com o propósito de proteção dos ativos e passivos próprios e de seus clientes. Os instrumentos financeiros, de acordo com sua natureza e legislação específica, são ou não contabilizados em contas patrimoniais. A posição de derivativos pode ser demonstrada como segue:

	Conglomerado financeiro e Banco	
	2005	2004
Contas de compensação (valor referencial)		
– Swap.....	2.359.697	1.551.470
– Futuros	765.629	120.000
Diferencial a receber:		
Circulante.....	5.159	8.590
Longo prazo.....	1.808	921
Diferencial a pagar:		
Circulante.....	46.392	34.756
Longo prazo.....	5.707	6.993
Resultado de operações com swap:		
semestre	(38.352)	4.971

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

As operações com instrumentos financeiros derivativos estão registradas na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP e na Bolsa de Mercadorias & Futuros – BM&F.

O risco de mercado e de crédito associado a esses produtos, bem como os riscos operacionais, são similares aos relacionados a outros tipos de instrumentos financeiros.

Risco de mercado é a exposição criada pela potencial flutuação nas taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços cotados em mercado de ações e outros valores, e é função do tipo de produto, do volume de operações, do prazo e condições do contrato e da volatilidade subjacente.

Risco de crédito é a exposição a perdas no caso de inadimplência de uma contraparte no cumprimento da sua parte na operação. Os contratos de "swaps" proporcionam risco de crédito no caso da contraparte não ter a capacidade ou disposição para cumprir suas obrigações contratuais. Os "swaps" registrados na Bolsa de Mercadorias & Futuros – BM&F (R\$982.302 de valor referencial) têm garantias de títulos públicos federais (LFT's), Notas do Banco Central (NBC's) e de cartas de fiança no valor de R\$706, R\$54.124 e R\$10.227, respectivamente, reduzindo o risco de crédito.

(a) Operações de swap que não atendem aos critérios de Hedge

O quadro a seguir resume o valor referencial, atualizado ao preço de mercado, e as respectivas exposições líquidas no balanço patrimonial, para os instrumentos financeiros derivativos que não atendem aos critérios de "hedge" estabelecidos na Circular 3.082/02 do BACEN, em 30 de junho de 2005 (Banco e Conglomerado financeiro):

	Valores referenciais Atualizados ao preço de mercado		Exposição líquida no balanço patrimonial	
	Ativo	Passivo	Ativa	Passiva
Derivativos de taxa de juros				
Contratos de "swaps".....	1.979.897	1.981.365	6.963	8.431
Derivativos cambiais				
Contratos de "swaps".....	605.551	649.215	4	43.668

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

O quadro a seguir resume a classificação, por prazo, das exposições líquidas de balanço atualizadas a preço de mercado, para os instrumentos financeiros derivativos que não atendem aos critérios de “hedge” estabelecidos na Circular 3.082/02 do BACEN, em 30 de junho de 2005 (Banco e Conglomerado financeiro):

	<u>Até 30 dias</u>	<u>De 31 até 180 dias</u>	<u>De 181 até 360 dias</u>	<u>Acima de 360 dias</u>	<u>Total</u>
Derivativos de taxa de juros					
Contratos de "swaps"					
Ativo.....	2.506	7	2.642	1.808	6.963
Passivo.....	177	2.449	5.084	721	8.431
Derivativos cambiais					
Contratos de "swaps"					
Ativo.....		4			4
Passivo.....	12.512	3.500	22.670	4.986	43.668

As operações de “swap” cujo único objetivo é a de proteção contra riscos dos ativos financeiros têm como lastro as próprias operações ativas.

(b) Operações de futuros

Os ganhos e perdas acumulados no semestre com as operações de futuros podem ser assim sumariados:

	<u>Ganhos</u>	<u>Perdas</u>	<u>Resultado líquido</u>
Semestre.....	14.753	(37.556)	(22.803)

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

23 Outras informações

(a) Compromissos e garantias

Os avais e fianças prestadas pelo Banco a clientes montam a R\$22.945 (2004 – R\$5.345) e estão sujeitos a encargos financeiros e contra-garantias pelos beneficiários.

(b) Administração de fundos de investimento (não auditada)

A Instituição mantém estrutura profissional independente dedicada à administração de recursos de terceiros (inclusive os FIDC's – Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios), por intermédio de sua controlada BMG Asset Management DTVM S.A..Em 30 de junho, os recursos sob sua administração podem ser demonstrados como segue:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Fundos de renda fixa.....	896.136	217.859
Total	896.136	217.859

24 Seguros

A administração contratou cobertura de seguros no montante de R\$17.435 em 30 de junho de 2005, para fazer face a eventuais sinistros que venham a ocorrer com os bens do ativo imobilizado. Adicionalmente, parte da carteira de créditos consignados está coberta por seguros.

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

1 Demonstração do fluxo de caixa

Apresentamos abaixo a Demonstração do fluxo de caixa elaborada pelo Método Indireto.

	Conglomerado financeiro		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Atividades operacionais				
Lucro líquido	266.220	76.571	266.220	76.571
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	(1.254)	15.146	(1.254)	15.102
Provisão para Créditos de liquidação duvidosa	110.051	21.539	110.341	21.229
Prejuízo (Lucro) na alienação de Outros valores e bens		30		48
Resultado de participações em coligadas e controladas	84	(1.162)	(3.169)	(9.397)
Depreciações e amortizações	1.937	1.405	1.927	1.390
Variação de Ativos e Obrigações				
Redução (Aumento) em Aplicações interfinanceiras de liquidez	(674.437)	13.973	(673.733)	35.422
Aumento de Títulos e valores mobiliários	29.243	(20.506)	26.555	(41.820)
Redução de Relações interfinanceiras	9.373	(3.448)	9.373	(3.448)
Aumento de Operações de crédito	(222.985)	(371.634)	(222.985)	(371.634)
Aumento (Redução) de Operações de arrendamento mercantil	246	(3.623)		
Aumento (Redução) de Outros créditos	(42.001)	(536)	(42.024)	1.169
Aumento de Outros valores e bens	(18.541)	(19.632)	(18.553)	(20.238)
Aumento de Outras obrigações	52.900	5.155	51.437	4.240
Caixa líquido aplicado em atividades operacionais	(489.164)	(286.722)	(495.865)	(291.366)
Atividades de investimentos				
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos / provisionados...			937	3.425
Reversão de dividendos propostos			(1.776)	(278)
Alienação de Bens não de uso próprio	1.018	1.692	938	1.692
Alienação de Imobilizado de uso	21	18	21	17
Redução de Diferido	17		17	
Aquisição de Bens não de uso próprio	(3.055)	(3.338)	(2.868)	(3.338)
Aquisição de Investimentos	(4.655)	(24)	(105)	(2.912)
Aquisição de imobilizado de uso	(3.673)	(1.202)	(3.673)	(1.192)
Aplicações no Diferido	(1.346)	(708)	(1.346)	(701)
Variação de Participação dos acionistas minoritários	1.290	131		
Caixa líquido proveniente de (aplicado em) atividades de investimentos	(10.383)	(3.431)	(7.855)	(3.287)

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

	Conglomerado financeiro		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Atividades de financiamentos				
Aumento de Depósitos.....	101.166	349.980	102.474	357.539
Redução de Captações no mercado aberto.....	(53.943)	(22.120)	(50.683)	(22.385)
Aumento (Redução) de Recursos de aceites e emissão de títulos	409.297	(14.722)	409.297	(14.722)
Aumento de Obrigações por Empréstimos e repasses	55.506	14.607	55.174	11.770
Aumento de Relações interfinanceiras	(75)	839	(75)	839
Aumento (Redução) de Instrumentos financeiros derivativos	13.970	(22.299)	13.970	(22.299)
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos / provisionados...	(26.160)	(16.390)	(26.160)	(16.390)
Caixa líquido proveniente de atividades de financiamentos	499.761	289.895	503.997	294.352
Aumento (Redução) das Disponibilidades	214	(258)	277	(301)
Disponibilidades no início do período	3.201	2.244	2.653	1.650
Disponibilidades no final do período.....	3.415	1.986	2.930	1.349
Aumento (Redução) das Disponibilidades	214	(258)	277	(301)

**BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A.
E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)**

2 Demonstração do valor adicionado

	Conglomerado financeiro		Banco	
	2005	2004	2005	2004
1 – Receitas.....	743.049	341.340	734.440	333.713
1.1 Intermediação financeira	765.067	354.311	762.056	347.452
1.2 Prestação de serviços.....	87.758	8.598	82.453	7.538
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(110.051)	(21.539)	(110.341)	(21.229)
1.4 Não operacionais	275	(30)	272	(48)
2 – Despesas da intermediação financeira	87.930	146.016	89.987	149.082
3 – Materiais e serviços adquiridos de terceiros....	183.510	61.265	185.491	62.552
3.1 Materiais, energia e outros	42.803	21.347	44.851	22.969
3.2 Serviços de terceiros	140.707	39.918	140.640	39.583
4 – Valor adicionado bruto (1 – 2 – 3)	471.609	134.059	458.962	122.079
5 – Retenções.....	6.040	1.405	1.927	1.390
5.1 Depreciação e amortização.....	6.040	1.405	1.927	1.390
6 – Valor adicionado líquido produzido pela entidade (4 – 5)	465.569	132.654	457.035	120.689
7 – Valor adicionado recebido em transferência		1.162	3.169	9.397
7.1 Resultado de equivalência patrimonial	(84)	1.162	3.169	9.397
8 – Valor adicionado a distribuir (6 + 7).....	465.485	133.816	460.204	130.086
9 – Distribuição do valor adicionado.....	465.485	133.816	460.204	130.086
9.1 Pessoal e encargos	33.235	15.246	31.898	14.192
9.2 Impostos, contribuições e taxas.....	165.557	41.513	161.653	38.888
9.3 Aluguéis	473	486	433	435
9.4 Juros sobre capital próprio	26.160	16.390	26.160	16.390
9.5 Lucros retidos no semestre	240.060	60.181	240.060	60.181

* * *

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Flávio Pentagna Guimarães	Presidente
Antônio Mourão Guimarães Neto	Conselheiro
Ricardo Annes Guimarães	Conselheiro
Ângela Annes Guimarães	Conselheira
Regina Annes Guimarães	Conselheira
João Annes Guimarães	Conselheiro

DIRETORIA

Ricardo Annes Guimarães	Diretor Presidente
João Batista de Abreu	Diretor Vice-Presidente
Márcio Alaôr de Araújo	Diretor Vice-Presidente
Roberto José Rigotto de Gouvêa	Diretor Vice-Presidente
Afonso Oliveira Gomes	Diretor Executivo Comercial
Ricardo Gelbaum	Diretor Executivo Financeiro

CONTADOR RESPONSÁVEL

Ronaldo Nunes Faria
Contador - CRC-MG 18.971/O-2